

ANÁLISE DE CONJUNTURA  
A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE  
CAPITAL E TRABALHO NA ATUALIDADE



ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO  
VIRGÍNIO GOUVEIA (ORGS)

Volume  
2

Φ Phillos

Os textos que pautam este livro buscam operar uma análise da conjuntura internacional e nacional pautada pela perspectiva marxista dos fenômenos econômicos e políticos sucedidos nos anos mais recentes. A análise de 2017 permite rememorar o marco histórico significativo para a história da esquerda internacional, uma vez que coincide com o aniversário dos *100 anos da Revolução Russa*. Acontecimento ímpar na história da humanidade, por se tratar da primeira tentativa de transição socialista, e que influenciou profundamente revolucionários de todo o mundo, o que denota a vicissitude da tese marxista: “*um espectro ronda a Europa*”. Num sentido mais profundo, o espectro do comunismo rondou, ronda e continuará rondando a sociedade burguesa e o sistema do capital não apenas no universo geográfico europeu. A totalidade extensiva da tese marxiana atingiu os trópicos, a América do Norte, a Ásia, a América Central, a África etc.

ISBN 978-855296253-3



9

788552

962153-3

 Phillos

[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)



**ANÁLISE DE CONJUNTURA:**  
A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE CAPITAL E  
TRABALHO NA ATUALIDADE

(Vol. II)

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank

**DIAGRAMAÇÃO:** Jeamerson de Oliveira

**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira / Willames Frank

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia-GO

[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)

[editoraphillos@gmail.com](mailto:editoraphillos@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S389p

SANTOS NETO, Artur Bispo dos  
GOUVEIA, Virgínio

Análise de conjuntura: A contraposição entre capital e trabalho na atualidade (Vol. II). [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto, Virgínio Gouveia (Orgs). – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2018.

ISBN: 978-85-52962-53-3

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Capital. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. 4. Política. 5. Economia. I. Título.

CDD: 360

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviços e problemas Sociais 360

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO  
VIRGÍNIO GOUVEIA (ORGS)

**ANÁLISE DE CONJUNTURA:**  
A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE CAPITAL E  
TRABALHO NA ATUALIDADE

(Vol. II)

Goiânia-GO  
2018

Editora  
**Phillos**

# Direção Editorial

---

**Willames Frank da Silva Nascimento**

## Comitê Científico Editorial

---

**Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr<sup>a</sup>. María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

**Dr. Arivaldo Sezyshta**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

**Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

**Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

**Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

**Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

# Poema de amor

Los que ampliaron el Canal de Panamá  
(y fueron clasificados como "silver roll" y no como "gold roll"),  
los que repararon la flota del Pacífico  
en las bases de California,  
los que se pudrieron en la cárceles de Guatemala,  
México, Honduras, Nicaragua,  
por ladrones, por contrabandistas, por estafadores,  
por hambrientos,  
los siempre sospechosos de todo  
("me permito remitirle al interfecto  
por esquinero sospechoso  
y con el agravante de ser salvadoreño"),  
las que llenaron los bares y los burdeles  
de todos los puertos y las capitales de la zona  
("La gruta azul", "El Calzoncito", "Happyland"),  
los sembradores de maíz en plena selva extranjera,  
los reyes de la página roja,  
los que nunca sabe nadie de dónde son,  
los mejores artesanos del mundo,  
los que fueron cosidos a balazos al cruzar la frontera,  
los que murieron de paludismo  
o de las picadas del escorpión o de la barba amarilla  
en el infierno de las bananeras,  
los que lloraran borrachos por el himno nacional  
bajo el ciclón del Pacífico o la nieve del norte,  
los arrimados, los mendigos, los marihuaneros,  
los guanacos hijos de la gran puta,  
los que apenas pudieron regresar,  
los que tuvieron un poco más de suerte,  
los eternos indocumentados,

los hacelotodo, los vendelotodo, los comelotodo,  
los primeros en sacar el cuchillo,  
los tristes más tristes del mundo,  
mis compatriotas, mis hermanos.

(ROQUE DALTON)

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>PRIMEIRA PARTE:</b>	
<b>CONJUNTURA INTERNACIONAL</b>	
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>23</b>
ALEMANIA: LOS VALORES EM BOLSA DEL BANCO ALEMÁN, DEUTSCHE BANK, ALCANZARON UNA BAIXA HISTÓRICA	
<b>Juan Miguel Salinas Granados</b>	
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>43</b>
LEY DE UNIDADE TARIFARIA ALEMANA: “Tarifeinheit”, el ataque a los derechos de la clase trabajadora en Alemania	
<b>Juan Miguel Salinas Granados</b>	
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>52</b>
OS IMPACTOS DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL SOBRE OS TRABALHADORES	
<b>Layana Silva Lima</b>	
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>81</b>
O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E CHINÊS NA AMÉRICA LATINA	
<b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	

<b>CAPÍTULO V</b> .....	114
CONJUNTURA ARGENTINA 2017: UMA LEITURA A PARTIR DO O REGISTRO/PERSPECTIVA DE CLASSE DAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA DA ARGENTINA	
<b>Antônio de Pádua Camelo Canel</b>	
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	137
REVOLUÇÃO COMO CONSTRUÇÃO ORIGINAL E HEROICA DE UM POVO: O SOCIALISMO NA PERSPECTIVA DE MARIÁTEGUI	
<b>José Carlos Freire</b>	
<b>CAPÍTULO VII</b> .....	186
ESTADO NEOLIBERAL: CONTRASTES LATINO- AMERICANOS	
<b>Karolinne Krízia da Silva Ferreira</b>	
<b>CAPÍTULO VIII</b> .....	205
A CRISE DA ESQUERDA NA EUROPA E A INFLUÊNCIA STALINISTA	
<b>Marcos de Oliveira Silva</b>	
<b>CAPÍTULO IX</b> .....	226
BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA EUROPEIA E DA ECONOMIA BRASILEIRA	
<b>Virgínio Gouveia</b>	
<b>CAPÍTULO X</b> .....	236
A TORTUOSA ESTRADA DE DAMASCO E O FIM DA GUERRA NA SÍRIA	
<b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	
<b>Virgínio Gouveia</b>	

**SEGUNDA PARTE:  
CONJUNTURA NACIONAL**

<b>CAPÍTULO XI.....</b>	<b>258</b>
CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA <b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	
<b>CAPÍTULO XII.....</b>	<b>279</b>
AMEAÇA DA DITADURA BONAPARTISTA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO BRASIL <b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	
<b>CAPÍTULO XIII.....</b>	<b>327</b>
SISTEMA FINANCEIRO E DESEMPENHO DOS BANCOS BRASILEIROS (2016-2017) <b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	
<b>CAPÍTULO XIV.....</b>	<b>350</b>
A CONCENTRAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL <b>Artur Bispo dos Santos Neto</b>	
<b>CAPÍTULO XV.....</b>	<b>375</b>
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: Reedimensionamento do fundo público para o processo de financeirização <b>Karolinne Krízia da Silva Ferreira</b>	

## INTRODUÇÃO

---

Os textos que pautam este livro buscam operar uma análise da conjuntura internacional e nacional pautada pela perspectiva marxista dos fenômenos econômicos e políticos sucedidos nos anos mais recentes. A análise de 2017 permite lembrar o marco histórico significativo para a história da esquerda internacional, uma vez que coincide com o aniversário dos *100 anos da Revolução Russa*. Acontecimento ímpar na história da humanidade, por se tratar da primeira tentativa de transição socialista, e que influenciou profundamente revolucionários de todo o mundo, o que denota a vicissitude da tese marxista: “*um espectro ronda a Europa*”. Num sentido mais profundo, o espectro do comunismo rondou, ronda e continuará rondando a sociedade burguesa e o sistema do capital não apenas no universo geográfico europeu. A totalidade extensiva da tese marxiana atingiu os trópicos, a América do Norte, a Ásia, a América Central, a África etc.

O ano de 2017 constitui-se também como marco relevante pela lembrança dos 150 anos do *magnum opus Das Kapital*, de Karl Marx. A obra tinha como intenção ser uma avassaladora “crítica da economia política”, isto é, uma crítica do *status quo* do capital enquanto sujeito econômico e de sua representação ideológica. As categorias da economia política burguesa foram desveladas de modo progressivo-regressivo não somente pelo seu caráter exclusivamente econômico, mas também por sua dimensão política.

Analisando o movimento totalizante de compreensão do fenômeno social que tem seu ponto de partida na apreensão das múltiplas determinações e conexões que perpassam a realidade social, torna-se fundamental apreender as relações de exploração e o fundamento do processo de acúmulo do capital, bem como a dimensão alienante do trabalho e o conteúdo formal da igualdade e da liberdade estabelecidas pela ossatura da sociabilidade burguesa.

A mencionada data comemorativa oferece oportunidade para uma depuração da intensificação da luta de classes em nossa época, conquanto os efeitos da *Revolução Russa* tenham resultado, um século depois, no atraso da consciência e na falta de alternativa que perpassa a realidade social do mundo contemporâneo. Nos tempos hodiernos, o fantasma do comunismo ainda se configura como um espectro presente que apavora os lacaios do capital. A crise econômica que se iniciou em 2008, tendo como seu epicentro a economia mais desenvolvida (EUA) do planeta, completa dez anos de seu aparecimento. Isso denota claramente que vivemos num tempo histórico de crise estrutural; não se trata duma mera crise cíclica do capitalismo, como as experimentadas no passado. A presente crise, iniciada na década de 1970, aponta consequências – pela primeira vez em toda a história – que atingem de forma contundente todo o edifício estrutural do sistema constituído (produção, circulação, consumo) – tanto o processo de produção material quanto o processo de reprodução ideológica, em que não subsiste um átomo da sociabilidade burguesa atingida pela presente crise econômica.

Uma pequena reconstituição histórica permite observar que as crises econômicas são inerentes ao sistema do capital e se constituem como forças moventes da própria manutenção e reprodução desse sistema. É na imanência da própria crise que as instabilidades do capital entram em conflito, reconfiguram-se e desenvolvem novas formas para levar a cabo uma nova exposição da extração da mais-valia. Muitas “coisas” são aniquiladas, demolidas para abrir espaço às novas formas de apresentação do capitalismo, em que inúmeras vidas são transformadas em coisas, passando por um claro processo de reificação. As crises funcionam como uma espécie de dispositivo colossal de destruição que serve ao processo de expansão do capital. Nunca a humanidade criou tanto, transformou tanto a natureza, para usar tão pouco. Ou melhor, nunca a humanidade transformou em tão grande escala a natureza para usar tais transformações de modo tão desumano, contra a própria manutenção da vida humana. Para servir claramente à lógica destrutiva do capital.

As novas descobertas científicas e todo o poder epistemológico da ciência têm sido deslocados para o desenvolvimento e aprimoramento da fábrica da morte, sob o comando do complexo industrial-militar. A indústria criadora da destruição é um mecanismo essencial da inócua tentativa de deslocar as contradições do sistema do capital. O poderio do complexo industrial-militar e da obsolescência programada, que diminui permanentemente a disponibilidade das coisas, exprime-se de modo categorial no imperialismo americano.

É importante chamar atenção que o imperialismo não se constitui como uma simples categoria política, sendo, antes de tudo, uma categoria econômica similar ao capital financeiro. Imperialismo é a forma de manifestação do capital financeiro, ou seja, é a forma de superação do capital concorrencial pelo capital monopolista, em que os monopólios estabelecidos no sistema financeiro irradiam-se para o complexo industrial, configurando-se como o tempo histórico da égide do sistema financeiro. A forma de ser do capital financeiro se plasma na economia mundial como trustes, cartéis, grandes corporações e gigantescos aglomerados.

A necessidade de expansão do capital pela mediação do complexo industrial-militar é o vetor principal de reprodução da economia americana. Os EUA gastam mais de 830 bilhões de dólares por ano no referido complexo. Convém não esquecer: “capital é devir”. As crises transformam a economia numa bomba-relógio. E isso é notório nos EUA. O índice da dívida americana nesses últimos anos cresceu, alcançando um patamar que os analistas financeiros reconhecem como impagável. Apesar do fracasso das políticas econômicas estabelecidas pelo “maior império do planeta” e devido ao crescimento constante do capital fictício na atualidade, porquanto o FED (*Federal Reserve Bank*) tem capacidade de fazer dinheiro do nada e vender ao Estado americano, que paga na forma de títulos da dívida pública.

Persiste a tendência para continuar subordinando completamente as demais economias nacionais e os Estados nacionais ao império do dólar, enquanto moeda de

intercâmbio internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, bem como para continuar aterrorizando a comunidade mundial com sua política belicista: mais bombas, mais mísseis, mais guerras, mais medo. A crise econômica quase sempre leva às guerras. No estágio atual, a guerra em grande escala constitui-se como um problema, haja vista que pode implicar o completo extermínio da espécie humana na Terra. As guerras precisam ser adotadas de forma não generalizada, apesar de as guerras atuais envolverem os grandes impérios.

A crise se alastra, em que pese a objetividade do mundo do trabalho e do mundo política, atingindo também a subjetividade dos indivíduos e dos grupos sociais. É incontestável que a crise tem acarretado efeitos deletérios à consciência revolucionária, fortalecendo as ideologias anti-humanistas, neofascistas e neointegralistas. A indústria cultural ganha corolários cada vez mais poderosos; o relativismo destitui a relevância do critério da verdade e subordina a arte, a filosofia e a subjetividade humana aos imperativos da manipulação do sistema do capital. Como zumbis, as grandes massas passam a consumir, criando juízos de valores estéticos pautados pela *alma monetária do mundo, que desenha a forma do belo*. As propagandas e o *marketing* invadem cada vez mais a subjetividade humana, modelando os desejos segundo as prescrições da propriedade privada e do individualismo possessivo.

As manifestações da metafísica contemporânea plasmada pelas igrejas tornaram-se metafísicas sem transcendência. O Jesus da fé é esmagado pelo Jesus filho do dinheiro. Para os cristãos, Deus é amor e ele nos ama. Para o

capital, quem ama precisa presentear, isto é, transformar o ser amado em consumidor. Quem não tem poder de compra, quem não pode brincar no jogo do gozo pelo consumo, se entristece. A tristeza torna-se aguda e retira do indivíduo as capacidades mais espontâneas do gênero humano. Sem dormir, sem comer, sem desejos dos prazeres comuns a todos. Ou o inverso: comendo muito, dormindo muito e obtendo formas variadas de prazer. O mal do século é o desemprego, que gera depressão, angústia, medo e insegurança. E a depressão é filha do fetichismo da mercadoria. Ela tem como irmão o fetichismo do dinheiro, e como pai o fetichismo do capital. Por sua vez, o capital não tem como eliminar os fundamentos de suas mazelas sociais: desemprego, depressão econômica e subjetiva.

Hoje, é possível analisar com mais precisão o ponto de partida da crise iniciada em 2008, seu desenvolvimento, deslocamento e efeitos mais maléficos para a classe trabalhadora a nível internacional. Contudo, analisar as manifestações da luta de classes e o desfecho da crise no ano de 2017-2018 só é possível caso se entenda o presente como herança de uma crise mais profunda. Para os revolucionários, a dinâmica das crises deriva de movimentos imanentes à própria lógica interna do capital. O capital vive de crises. Se se compara a crise de 1929 com a crise de 2008, mesmo com suas diferentes particularidades históricas, poder-se-á afirmar que as consequências de ambas as crises são análogas, pois seus efeitos causaram queda nas bolsas, aumento do desemprego e enormes prejuízos para os capitalistas. E estes últimos deslocaram seus problemas para a classe trabalhadora. Todavia, não só as similitudes

importam; as diferenças, também. E entre esses dois grandes momentos destaca-se o fato de que a crise mais recente continua sendo um efeito, com suas complexas mediações, continuidades e descontinuidades, da crise estrutural do capital iniciada na década de 1970.

Em 2008, com a retomada da produção na Europa e a forte competição no mercado internacional, os Estados Unidos tiveram uma desaceleração econômica, o que causou uma queda no ritmo ascendente da economia. Através do FED foi reduzida a taxa de juros, visando incentivar a ampliação do crédito. Com tal medida os bancos tornaram-se menos incisivos na concessão de empréstimos e os bens imobiliários sofreram uma supervalorização. A inflação cresceu, e o FED tentou corrigir a taxa de juros. Os compradores davam como garantia suas casas, mas o mercado imobiliário entrou em crise. Os preços caíram bruscamente, reduzindo-se as garantias de empréstimos. Com receio, os bancos criaram barreiras para a realização de novos empréstimos. O efeito foi uma queda generalizada no número de compradores de imóveis, acentuando-se ainda mais a crise nesse mercado, que se espalhou para outros setores da economia americana, gerando problemas no nível do emprego e consumo e levando a uma recessão geral na economia.

Naquela época, os veículos de comunicação da economia internacional destacaram o setor financeiro do capital americano como o nódulo potencial da crise. No entanto, o colapso que atingiu o capital financeiro americano teve um fundamento mais concreto. O involucro fictício do capital tinha sua raiz fincada no setor imobiliário. Disso não

restam dúvidas. Essa observação se faz necessária porque não se pode esquecer que o capital fictício se configura como um reflexo do valor das propriedades reais (empresas) capitalistas; nesse aspecto, representa o próprio capital, medido em termos de valor. O capital fictício tem certa autonomia na manutenção dos preços, mas essa autonomia é apenas relativa, tendo em vista que ela espelha a dinâmica real do capital.

Na ótica dos capitalistas, as instituições financeiras americanas acreditaram demasiadamente em consumidores que não tinham um histórico exemplar como bons pagadores de suas dívidas. O capital financeiro, caracterizado em sua essência por ser uma forma de capital baseada em transações de alto risco, tendo em vista que funciona exatamente à mercê da especulação, da dinâmica do capital e do retorno, apostou no retorno concreto do capital especulativo. Para os analistas, tratava-se de um fenômeno localizado, que não iria atingir a economia mundial. A história mostrou ser mais dialética que as especulações desses analistas. A queda dos preços no mercado imobiliário se espalhou ao setor financeiro, produzindo efeitos nos bancos, no mercado de trabalho e nas instituições financeiras não só nos EUA, mas em países de ponta do capital europeu, espalhando-se de modo generalizado para além da economia americana. A particularidade da crise do final da primeira década do século XXI se encontra em ter como *back stage* de sua manifestação países desenvolvidos, como os EUA, atingindo também toda a Europa, inclusive países como Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Espanha e Portugal.

Os próprios teóricos da economia burguesa reconhecem que o capitalismo não vem se expandindo de forma concreta em países como EUA, Alemanha, Japão, França, Itália, Grã-Bretanha etc. Pode-se afirmar que o crescimento econômico caiu progressivamente nos países que têm as rendas mais altas do planeta nos tempos hodiernos. Os números indicam que o investimento enquanto proporção do excedente adquirido pelas grandes corporações teve tendência reduzida no decorrer dos últimos decênios. A perspectiva marxista tem uma tese que consiste em identificar a causa na própria dinâmica mais atual de globalização; essa dinâmica mais recente de globalização deslocou a acumulação de capital do centro euro-americano para a Ásia. E, junto a ela, centraliza-se o movimento do capital – a exploração reificada –, que almeja cada vez mais rentabilidade, compreendida como “incursão do capital”.

É com essa perspectiva que lançamos esse livro. Os capítulos aqui constantes retratam o efeito desse fundamento econômico na dimensão política e na própria interioridade econômica, em países destacados por nós. Obviamente, criar um espelhamento ideal do movimento real do capital em sua completude consiste numa tarefa que sempre restará inacabada. Ao longo deste livro o leitor terá a oportunidade de apropriar-se das reflexões realizadas sobre a economia internacional e sobre a economia brasileira. Acerca da economia internacional, observar-se-á o movimento político e econômico que perpassa os imperialismos americano, chinês e europeu. Acerca da Europa destaca-se a predominância da análise do movimento das economias alemã, francesa e inglesa – e tanto a presença do

imperialismo americano na América Latina quanto no Oriente Médio, e de uma forma particular, na guerra desencadeada na Síria.

Acerca da conjuntura brasileira, merecem destaque o movimento ascendente dos bancos e dos meios de comunicação no país e a necessidade de intensificar os ataques aos direitos dos trabalhadores mediante a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, a expropriação das terras dos camponeses e indígenas e a constituição de um Estado (democrático, bonapartista etc.) forte para assegurar os interesses do capital contra o trabalho.

Convidamos a leitora e o leitor para percorrer os quinze capítulos deste livro como uma contribuição de diferentes pensadores e pensadoras acerca da conjuntura nacional e internacional. Consideramos essencial uma análise meticulosa da conjuntura, pela mediação da perspectiva marxiana, como ferramenta para a inserção no mundo objetivo, porquanto entendemos como fundamental o papel que o proletariado do campo e da cidade exerce no processo de transformação radical da realidade social. Os tempos hodiernos colocam como urgente a necessidade de uma leitura meticulosa da realidade social, tendo em vista a ofensiva de massa socialista.

Organizadores  
Agosto de 2018

PRIMEIRA PARTE  
CONJUNTURA INTERNACIONAL

# CAPÍTULO I

## ALEMANIA: LOS VALORES EM BOLSA DEL BANCO ALEMÁN, DEUTSCHE BANK, ALCANZARON UNA BAIXA HISTÓRICA

---

Juan Miguel Salinas Granados<sup>1</sup>

*En Septiembre de 2016 los valores de las acciones en bolsa del Deutsche Bank, el más importante banco de Alemania, cayeron hasta alcanzar 9,9 %, el más bajo registrado hasta ahora. La prensa hegemónica y el gobierno alemán desmintieron un posible rescate al banco alemán en ese entonces. A pesar de una leve alza a partir de Octubre de 2016, es notoria su caída tendencial si contemplamos su evolución en los últimos 25 años.*

El banco alemán- Deutsche Bank - es una de las 30 empresas más importantes que cotiza en la bolsa de Frankfurt. El 30 de Septiembre de 2016 sus valores en la bolsa cayeron hasta alcanzar sus mínimos de toda su existencia 9,90. Esta caída de los valores en bolsa del banco alemán más importante de Europa y la especulación inmobiliaria que viene desarrollándose en este país son síntomas de una crisis que tiende a agudizarse.

---

<sup>1</sup> O Juan Miguel Salinas Granados é formado em Serviço Social, área na qual atua profissionalmente na Alemanha. Atualmente cursa direito e é ativista político-social na Alemanha.

La prensa hegemónica financiera publicaba el 28/9/16: "Porque el Capital más importante es un banco confiable, debe -el Gobierno- estar preparado para amortiguar y estabilizar una casa de dinero del tamaño del Deutsche Bank en caso de emergencia" y agregaba "Comparada con el Deutsche Bank la deuda griega era incluso una pequeñez"

John Cryan, jefe del Deutsche Bank, ya se había reunido con Angela Merkel. De telón de fondo estaba también la amenaza de sanción de millones por parte de USA al Deutsche Bank. A mediados de Septiembre 2016 el departamento de Justicia de EEUU (DOJ) ordenó al banco alemán el pago de una multa por 14 mil millones de dólares por negocios inmobiliarios turbios.

La estrategia para el 2020 ya prevé una baja de 9000 puestos de trabajo como también otros 10.000 estarían en situación de riesgo.

Ayer 27/9/2016 el Deutsche Bank (una de las 30 empresas más importante que cotiza en la bolsa de Frankfurt, índice DAX) bajó en puntos hasta sus mínimos 10,55. Hoy se mantiene en igual estado. Hay que estar atento a la reacción del Estado burgués alemán, no sería ninguna sorpresa que el Estado burgués saliera al rescate de su capital financiero. Esta caída del banco alemán más importante de Europa y la especulación inmobiliaria que viene desarrollándose en este país son síntomas una crisis que tiende a agudizarse

Hay una revista mensual alemana llamada *Capital* (que no tiene nada que ver con la obra de Karl Marx, *El Capital*, más bien es una prensa directamente vinculada al

capital financiero alemán) que publicaba hoy 28/9: "Porque el Capital más importante es un banco confiable, debe -el Gobierno- estar preparado para amortiguar y estabilizar una casa de dinero del tamaño del Deutsche Bank en caso de emergencia". Es menester leer a la burguesía, sus órganos de prensa, para entrever, o mejor adelantarse, a sus próximos ataques a la clase obrera. El artículo termina de la siguiente manera: "Comparada con el Deutsche Bank la deuda griega era incluso una pequeñez". Están preparando un plan de rescate a la banca alemana!!!

John Cryan, jefe del Deutsche Bank, ya se ha reunido con Angela Merkel. De telón de fondo está también la amenaza de sanción de millones por parte de USA al Deutsche Bank. Clemens Fuest, presidente del Instituto de investigación económica de München, declara que "si esta situación persiste el riesgo de una crisis aumenta"

En 1895 escribía Friedrich Engels unas observaciones a su publicación del Tomo III del *Capital* de Karl Marx:

"...desde 1865...se ha producido un efecto que ha venido a dar a la Bolsa una importancia considerablemente mayor y sin cesar creciente y que, en su ulterior desarrollo, tiende a concentrar toda la producción, tanto la industrial como la agrícola, y todo el comercio, lo mismo los medios de comunicación que la función del cambio, en manos de los elementos bursátiles, haciendo de la Bolsa la representante más destacada de la producción capitalista...Desde la crisis de 1866, la acumulación se ha desarrollado con una velocidad sin cesar creciente de tal modo que en ningún país industrial...ha podido el desarrollo

de la producción mantenerse a tono con la acumulación...Y, a la par con esta acumulación, crecía la masa de los rentistas, gente cansada de la tensión acostumbrada de los negocios, deseosa de pasarlo lo mejor posible o de desempeñar, a lo sumo, cargos...como el de director o consejero de administración de una compañía".

Recordemos que Karl Marx comienza el primer tomo del *El Capital*, o *Crítica de la economía política*, con el valor de uso y el valor de la mercancía. La teoría del valor, que no está descrita en ningún tratado expresamente escrito por Marx, pero si desarrollada en su obra, es fundamental para entender todo tipo de eufemismo que encierra el lenguaje bursátil de la burguesía y que jamás entenderemos estudiando manuales de economía, pues éstos están dedicados a esconder la inmoralidad, inhumanidad que se esconde detrás de la producción de la plusvalía (Karl Marx dedica otros tres tomos, no son *el Capital*, a estudiar la plusvalía).

Lenin nos da la clave para entender la fase superior del capitalismo, el Imperialismo y el papel que desempeña el capital financiero, pero me parece necesario retomar el estudio, o mejor crítica, de la economía política de Karl Marx (que por cierto Friedrich Engels antes de que Karl Marx se dedicara a fondo a su crítica, la llamaba en sus comienzos Economía Nacional, en sus Umriss del 1843, y nuestra querida Rosa Luxemburg escribió antes de *La acumulación del capital*, unos tratados de "Introducción a la economía nacional" que eran usados para la formación de los cuadros de la social-democracia alemana antes de 1914) pues ahí

encontramos los elementos y categorías para no perdernos en los eufemismos y abstracciones de la prensa burguesa, y sobre todo ayudan a no pasar de página cuando leemos prensa, en su mayor parte burguesa.

Está gráfica no deja lugar a dudas. Deutsche Bank del período de 1993, dos años después de la caída de la Unión Soviética, hasta hoy 29/9/2016. En estos 23 años no ha conocido períodos tan críticos como los que viven en la actualidad. La curva de depresión vivida entre 2007 y 2009, además de no haber alcanzado puntos tan bajos como los actuales, no es comparable con la vivida desde 2011 hasta hoy. No es de extrañar que John Cryan, jefe del Deutsche Bank, se haya reunido con Angela Merkel, y tampoco es de extrañar que la prensa trate de calmar los ánimos de la población trabajadora declarando que "no hay ningún plan de emergencia para el Deutsche Bank". Pero a mí "me gusta" mucho más la actitud de la prensa burguesa, como la del Capital, que dicen sin ningún tipo de ambigüedad y directamente: "el Gobierno debe estar preparado para amortiguar y estabilizar una casa de dinero del tamaño del Deutsche Bank".

La gráfica está sacada del índice bursátil DAX 30, que son las 30 empresas de mayor relevancia que cotizan en la bolsa de Frankfurt. En la gráfica se ve la evolución del Deutsche Bank de los últimos 5 años, es decir, desde finales 2011 hasta 2016. La otra imagen es de la sección de economía del Weser Kurier, que en los índices bursátiles toma como balance de los puntos más bajos y más altos por empresa en el espacio de tiempo de 1 año. He rotulado el cierre puntual del Deutsche Bank ayer a 10,77 y la columna

de la derecha titulada "ningún plan de emergencia para el Deutsche Bank". El artículo desmiente cualquier tipo de maniobra por parte del Gobierno Merkel-Sigmar para rescatar al Deutsche Bank, pero al final de la nota escriben: "Sólo en caso de extrema emergencia puede el Estado intervenir". Observen en la gráfica que la caída en puntos del Deutsche Bank desde febrero de 2016 hasta la actualidad no tiene parangón con el período precedente.

## 1.2 Génesis del banco alemán

El banco alemán fue fundado en 1870, un año antes de la unificación alemana, en la ciudad de Berlín. En el siglo XX se ha desarrollado como el banco de mayor envergadura a través de fusiones y toma de cargos de otros bancos. Hoy su sede central se ubica en Frankfurt y está dirigido por John Cryan.

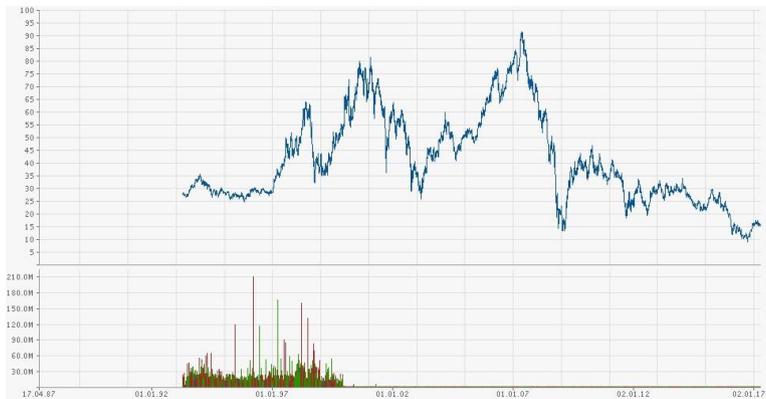
Esta entidad bancaria a partir de 1961 puso a disposición de la ciencia un archivo histórico por el que se comprobó que dicha institución bancaria financió el campo de concentración de Auschwitz y se benefició con las transacciones de oro en el régimen del nacional socialismo. Entre unas de las adquisiciones más importantes de las últimas décadas se encuentran la compra de la empresa de seguros de vida Abbey Life del banco británico Lloyds TSB (2007), asimismo la compra de la Sal. Oppenheim (2009) y la mayoría de las acciones del banco del correo alemán Deutschen Postbank (2010).

Debido a un fraude fiscal el gobierno de EEUU dictaminó en 2010 una multa contra el banco alemán. En

2015 debido a otras infracciones este banco debió pagar 2,5 mil millones de Euros a las autoridades norteamericanas y británicas. En Junio 2016 fue declarado el banco del mundo con mayor riesgo.

## Gráficas de los índices bursátiles

Gráfica de los valores en bolsa del Deutsche Bank desde 1993, dos años después de la caída de la Unión Soviética, hasta 2017.



Fuente: [www.finanzen.net](http://www.finanzen.net)

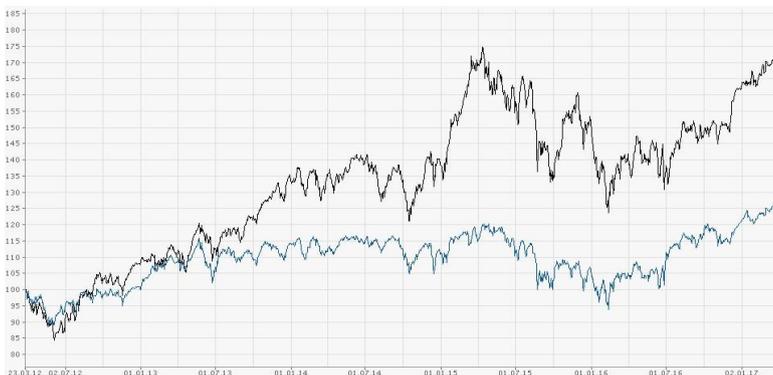
En estos 23 años el Banco alemán no ha conocido una caída tan crítica como la que vive en la actualidad. La curva de depresión vivida entre 2007 y 2009, además de no haber alcanzado puntos tan bajos como los actuales, no es comparable con la vívida desde 2011 hasta hoy. Observando la gráfica vemos que la última caída dramática de los valores en bolsa de las acciones del Deutsche Bank fue a principios de 2009, la que fue seguida de una rápida y notable “recuperación”. Por el contrario la caída de 9/2016 no tiene

comparación. No es de extrañar que la prensa hegemónica financiera tratara de calmar los ánimos de la población trabajadora declarando que "no hay ningún plan de emergencia para el Deutsche Bank".

La revista mensual "Capital" publicaba el 28/9/16: "Porque el capital más importante es un banco confiable, entonces debe – el Gobierno – estar preparado para amortiguar y estabilizar a una casa de dinero del tamaño del Deutsche Bank en caso de emergencia". Es menester leer a la burguesía, sus órganos de prensa, para entrever, o mejor adelantarse, a sus próximos ataques a la clase obrera. El artículo termina de la siguiente manera: "Comparada con el Deutsche Bank la deuda griega sería incluso una pequeñez", "Sólo en caso de extrema emergencia puede el Estado intervenir"

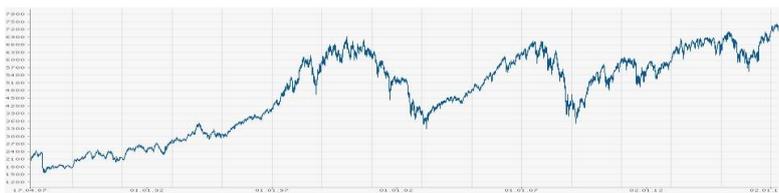
## 1.2 Repercusión de la caída de los valores en Europa (UE)

La siguiente gráfica es una comparación entre la fluctuación de los valores de las acciones en la Bolsa de Frankfurt (30 empresas alemanas más importantes que allí cotizan, entre ellas el banco alemán) y los valores de las acciones de las 100 empresas más notorias que cotizan en la Bolsa de Londres. En azul el índice de los valores de las acciones en la bolsa de Londres FTSE 100; en **negrita** los valores de las acciones en la bolsa de Frankfurt DAX 30. Del 23/3/2012 al 23/3/2017



A partir de Julio de 2016, tras el Brexit (salida de Gran Bretaña de la Unión Europea) los valores en bolsa de Londres comienzan a subir paulatinamente. Podemos apreciar en un espacio de tiempo de 30 años que alcanzan su puntuación más alta en 2017. La burguesía imperialista inglesa salió beneficiada con el Brexit. Esto podría leerse como un retorno al proteccionismo nacional, no entenderse como una mejora de las condiciones de vida de la clase trabajadora inglesa.

La siguiente gráfica refleja los valores de las acciones de las empresas que cotizan en la bolsa de Londres desde 1987 hasta 2017.



Fuentes: [www.finanzen.net](http://www.finanzen.net)

La que sigue es del 23/3/2007 al 23/3/2017



En la primera gráfica se aprecia como en durante la segunda mitad de 2013 los valores de las acciones de la FTSE 100 en comparación con los del DAX se mantienen, mientras que estos últimos se valorizan.

Tomadas las gráficas comparativas del DAX y el FTSE, pareciera que la burguesía imperialista alemana se beneficia incluso hoy día de la UE para sus intereses de clase. La burguesía imperialista alemana por ser capataz de la UE capitalista le interesa el proyecto imperialista de la UE. Otras burguesías por el contrario ya comenzaron a deslindarse del proyecto de la UE, pues sus empresas no salían beneficiadas en el reparto de la tarta. En el caso particular de Alemania juega un papel relevante la situación de “paz social” que domina el país. La lucha de capital-trabajo parece no estar presente. ¿Qué caminos tomará la burguesía imperialista alemana cuando la lucha de clases se agudice? Por el momento el lobby político (CDU-SPD) avala sus intereses, pese a la crisis del Deutsche Bank. ¿Mirará con buenos ojos la burguesía imperialista alemana a partidos reaccionarios como AfD cuando el gobierno actual deje de servir a sus intereses? El partido AfD va ganando posiciones dentro de la clase obrera, con las polémicas posiciones dentro del

sindicato socialdemócrata, en el que sindicalistas dan su voto abiertamente a dicho partido. ...y en gral ver elecciones- queda como 3/ 4 fuerza

FTSE 100 desde el 2000 hasta hoy en comparación con el DAX 30



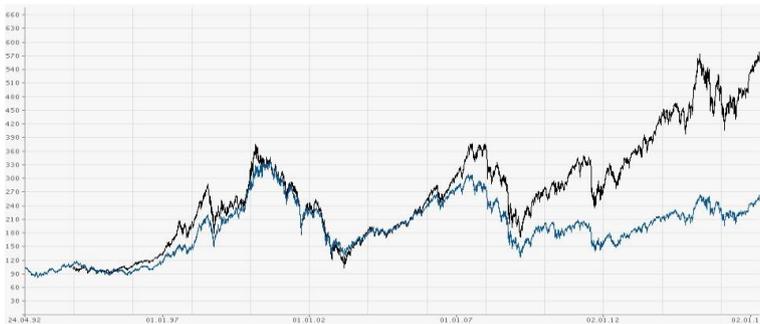
La siguiente gráfica comparativa muestra el desarrollo de los valores de las acciones en bolsa IBEX 35 (las 35 empresas más importantes de España) y DAX de 3/2007 hasta 3/2017



## IBEX 35; DAX 30 del 2000 hasta hoy



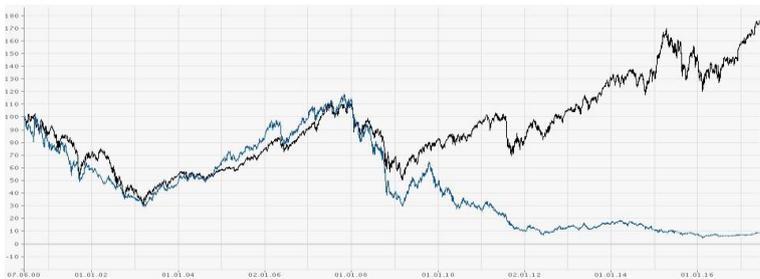
La siguiente gráfica compara el CAC 40, los 40 capitales que cotizan en París; con el DAX30.



## CAC 40 2000 hasta hoy en comparación con DAX 30



Athex 20 en azul; DAX 30 Negrita desde Junio 2000 hasta hoy

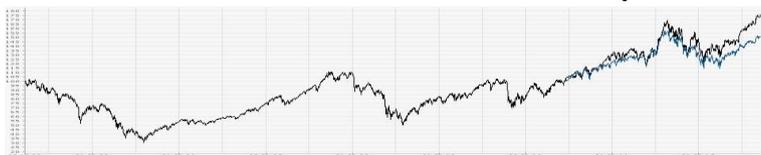


1.3 Cuadro Político; Unión Europea; AfD; Die Linke; No crítica a la UE del capital...

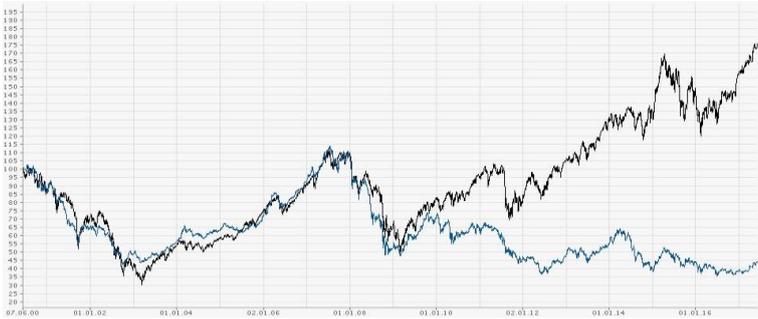
El fenómeno Trump; el Brexit; los partidos reaccionarios europeos; etc. no son más que síntomas de agudización de las contradicciones entre los diferentes bloques imperialistas. En el caso de la Unión Europea, el Brexit reflejaba la crisis de un matrimonio convencional. No es sólo la tensión entre las potencias imperialistas europeas,

sino la oposición a los intereses de la clase obrera, los cuales son desviados por las burguesías al terreno nacional, dando lugar al surgimiento de tendencias nacionales que se materializan en partidos como AfD en Alemania. La Unión Europea, un bloque de imperialismos europeos para enfrentar al imperialismo norteamericano, y a su vez un acuerdo de dichos imperialismos para acabar con las conquistas del movimiento obrero europeo de después de la segunda guerra imperialista mundial, muestra cada vez más su lado oscuro, que es en realidad el más claro. La única oposición a la Unión Europea del capital en Alemania, es una oposición por la derecha que se viene materializando desde 2013 con AfD. No hay una oposición abiertamente radical por la izquierda a la UE. AfD va ganando sectores de la clase trabajadora alemana que cada vez más sienten en sus carnes las contradicciones de estar en la UE; aumento de los alquileres, ataques a las conquistas históricas, pérdida de poder adquisitivo en los salarios, etc. El partido de Die Linke, en su programa para las elecciones del 2017, se limita a decir que quieren un nuevo comienzo de Europa con cambios fundamentales en los acuerdos de la UE. No son más que abstracciones que no enlazan con los intereses materiales de la parte alemana de la clase obrera ni con el resto europeo de la clase obrera.

### OMX Estocolmo; DAX 30 desde 2000 hasta hoy



### PSI20 Portugal; DAX30 desde el 2000 hasta hoy



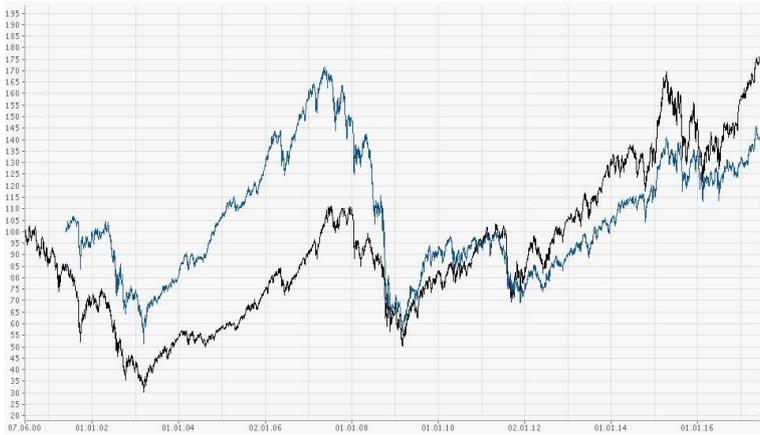
### OMXH25 Finlandia; DAX30 desde el 2000 hasta hoy



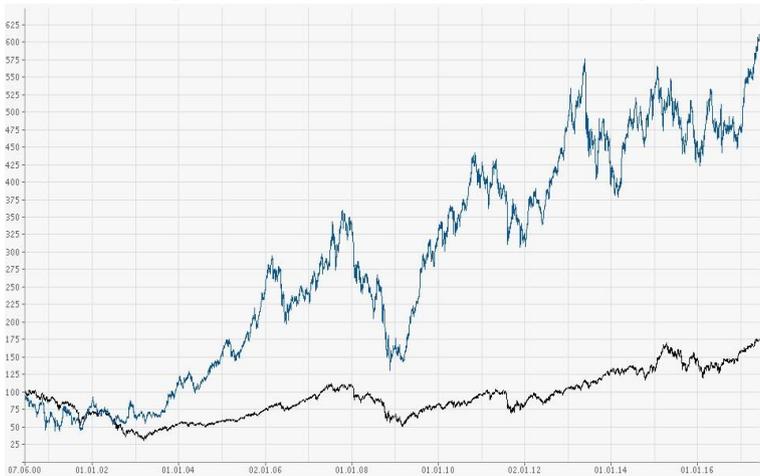
### OMXC20 Dinamarca; DAX30 desde el 2000 hasta hoy



## BEL20 Bélgica; DAX30 desde el 2000 hasta hoy



## ISE 100 Turquía; DAX30 desde el 2000 hasta hoy



S&P 500 EE.UU (Adobe, AES, Aetna, Akamai, Air  
Produkt and Chemicals, Alaska air group, Alcoa,  
Amazon, American International Group, amphenol,  
Aon 1, Apache, Apple, Bank of America, Bank of New York

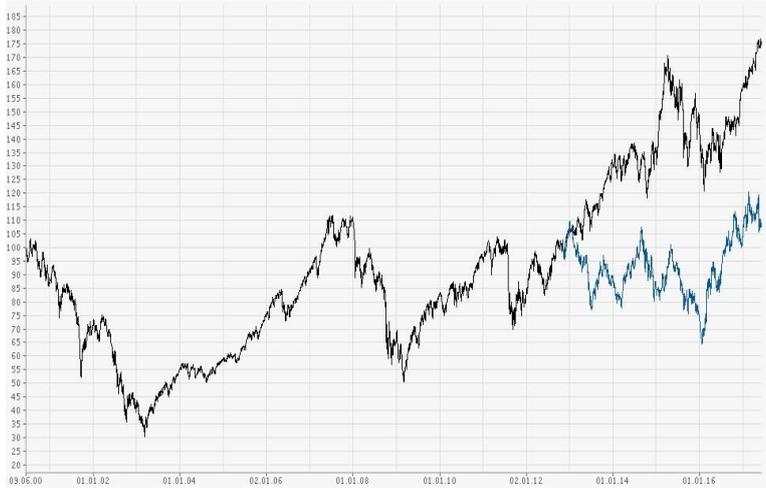
Mellon, Boein, Citigroup, Delphi Automovil, eBay, Facebook, General Motors, Kellog, Johnson Johnson, Master Card, Netflix, Nasdaq, Paypal, Phillips 66, Starbucks, Yahoo...); DAX 30 del 2000 hasta hoy



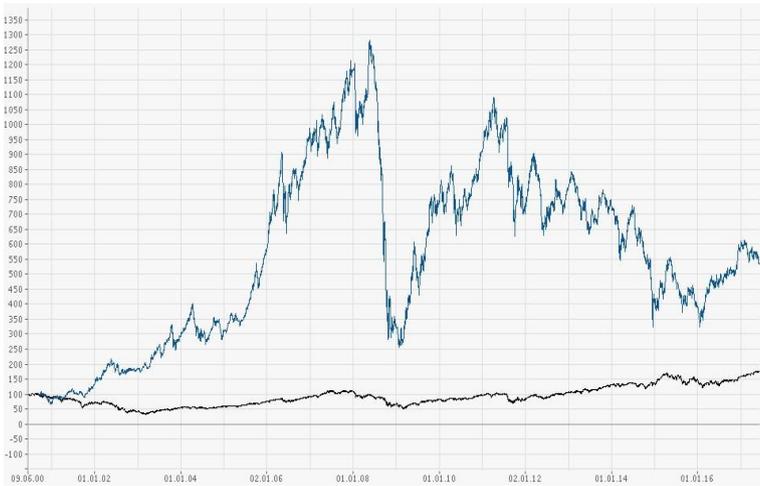
Dow Jones EE.UU (Apple, Boeing, Chevron, Coca Cola, General Electric, Goldman Sachs, IBM, JP Morgan, Mc Donalds, Microsoft, Nike, Visa, Walt Disney, American Express...); DAX 30 desde el 2000 hasta hoy



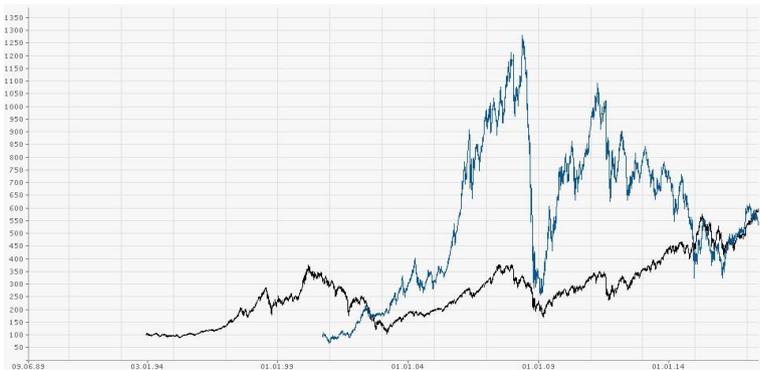
S&P/TSX Canada (las 220 Aktiengesellschaft más grandes de Cánada-Toronto); DAX30 desde el 2000 \*hasta hoy  
BOVESPA Brasil; Dax30 desde el 2000 hasta hoy



RTS Rusia (Acron, Aeroflot, ALROSA, Cherkizovo, GAZPROM 1, LUKOIL oil Company, Mechel 2, Moscow exchange, NOVATEK, ROSSETI, Rostelecom Pref, Rusal, RusHydro, Uralkali, VTB Bank, Yandex, Sberbank, Surgutneftegas, SOLLERS, polymetal); DAX 30 desde el 2000 hasta hoy



RTS Rusia; DAX 30 desde 1989 hasta hoy



## CAPÍTULO II

### LEY DE UNIDADE TARIFARIA ALEMANA: “Tarifeinheit”, el ataque a los derechos de la clase trabajadora en Alemania

---

Juan Miguel Salinas Granados\*

A raíz del conflicto de poder entre los sindicatos GDL y EVG (DGB) finales de 2014 hasta 2015, el Bundestag resolvía el 3/7/2015 la polémica ley de “unidad tarifaria” Tarifeinheit.

El 6 de Febrero de 2015 en la reunión número 930 del Bundesrat fué resuelta el proyecto de ley sin objeción alguna. La propuesta de ley venía de parte de la comisión del trabajo y lo social, y como punto 10 del orden del día ninguna voz se alzo en contra, o apenas se apuntó alguna mera objeción. Dónde estaban en ese momento los 3 miembros de Die linke del Bundesrat (Diana Golze, Benjamin Immanuel Hoff, Bodo Ramelow)<sup>21</sup>?

O bien no hicieron su trabajo consistente en leerse previamente las mociones antes de los plenos (que para eso les pagan), o bien no entendieron el significado del proyecto de ley, o bien estaban de acuerdo con su contenido.

El Proyecto de ley se presentó por primera vez el 29/12/2014, con la responsabilidad del ministerio del Gobierno de Merkel del Trabajo y lo Social, dirigido por la social

---

\*O Juan Miguel Salinas Granados é formado em Serviço Social, área na qual atua profissionalmente na Alemanha. Atualmente cursa direito e é ativista político-social na Alemanha.

<sup>2</sup><http://www.bundesrat.de/SharedDocs/downloads/DE/plenarprotokolle/2015/Plenarprotokoll-930.pdf?blob=publicationFile&v=2#page=26> .

democrata (SPD) Andrea Nahles. Esto es, que los miembros del Bundesrat ya los tenían en sus manos con antelación. Para el 6/2/2015 en el plenario del Bundesrat no hubo ninguna objeción. La moción/reacción de Die Linke es del 3/3/2015. El 3/7/2015 era ratificada el proyecto de ley por el presidente de Estado Joachim Gauck, presidenta del Gobierno Merkel y la presidenta del Ministerio del Trabajo y lo Social Andrea Nahles.

Antes de continuar esbozaré a modo de organigrama el Parlamento alemán, el organo de representación de la burguesía imperialista alemana. Lo que es en la actualidad, sin entrar, por el momento, en aspectos históricos, para entrever de este modo como se levanta la ley de Tarifeinheit que surge como resultado del conflicto entre dos sindicatos (uno que tiene el monopolio de las luchas, o mejor, que las controla; y otro que siendo oposición, avanza en la lucha de clases de un sector de la porción alemana del proletariado internacional)

Bundestag; Bundesrat; Bundesregierung; Länder; Landesregierungen; Bundesverfassungsorgane (el Deutsche Bundestag-Bundesrat-Bundespräsident- Bundesregierung-Bundesverfassungsgericht Estos son los órganos permanentes; los no permanentes son Gemeinsame Ausschuss y el Bundesversammlung); Regierungssystem; Bundesstaaten...

Los cinco organos constitucionales alemanes son el Bundespräsident, Bundestag, Bundesregierung, Bundesverfassungsgericht y el Bundesrat. Este último es el que da pie a la negociación del Proyecto de ley. El Proyecto de ley fué elaborado por el Gobierno federal, por competencia del Ministerio Federal del Trabajo y lo Social. El primero impreso fué realizado el 29/12/14; el 9/02/2015 Angela Merkel le enviaba al presidente de los ministros del Bundesrat (consejo federal),

Volker Bouffier, el Proyecto de ley resuelto por el Gobierno Federal<sup>3</sup>, ya que al consejo federal le esta reservada la función inicial para la colaboración del procedimiento legislativo<sup>4</sup>.

## 2.1 Sindicatos en Alemania hoy en día; Conflicto GDL-DGB

Conviven hoy día 3 grandes federaciones sindicales en Alemania junto a sindicatos no federados.

Las tres federaciones son la DGB (Deutscher Gewerkschaftsbund- federación sindical alemana), con más de 6 millones de afiliados y por ley se le concede el monopolio de las luchas laborales;

La dbb, o Beamtenbund (Deutscher Beamtenbund- federación de funcionarios alemanes) con cerca de 1 millón 200 mil miembros de los que 900.000 funcionarios están excluidos del derecho a la huelga por ley. Este sindicato agrupa al funcionariado alemán (profesores, policías, etc...), de esta federación son miembros 39 sindicatos federales. GDL (Gewerkschaft Deutscher Lokomotivführer- sindicato alemán de maquinistas), sindicato de los maquinistas ferrocarriles alemanes que es la oposición al sindicato de transporte y ferrocarril EVG (Eisenbahn- un Verkehrsgewerkschaft – Sindicato de ferrocarril y transporte, de la federación DGB), hace parte de la federación sindical dbb, y organiza a unos 34.000 trabajadores del sector ferroviario. La socialdemocracia alemana dirige la cúpula sindical DGB; la Unión democristiana alemana (CDU-CSU de Merkel-Schäuble) dirige la cúpula sindical dbb,

---

<sup>3</sup><http://www.bundesrat.de/SharedDocs/drucksachen/2014/0601-0700/635-14.pdf? blob=publicationFile&v=1>

<sup>4</sup> Bundeszentrale für politische Bildung, n°298, S.36.

Peter Heesen, secretario general de la dbb es miembro de la CDU;

La tercera federación sindical alemana, la más pequeña con diferencia, es la CGB (Christlicher Gewerkschaftsbund Deutschlands - federación sindical cristiana) con apenas 280.000 afiliados. Esta federación funciona allí donde la DGB no está fuertemente anclada, es por ello que para los patronos la CGB se hace atractiva por agilizar convenios colectivos favorables a la patronal. El secretario general de la federación CGB, Matthäus Strebl, es un político de la CSU, partido político exclusivo del Land Bayern; Por fuera de estas tres federaciones sindicales alemanas se encuentran sindicatos que la mayor parte de las veces organizan grupos profesionales determinados. En total organizan 270.000 trabajadores de distintos sectores. Así encontramos los sindicatos con un significado político tarifario mayor al MB (federación de Mardburg, sindicatos de médicos y médicas funcionarios con 108.000 afiliados); el DJV (federación de periodistas alemanes, con 38.000 afiliados); El VC (Unión Cockpit, el sindicato de pilotos con 3.800 afiliados<sup>5</sup>.

El conflicto entre EVG y GDL podría entenderse como un conflicto entre las dos cúpulas sindicales DGB y dbb, aunque vayan juntos en algunas negociaciones de convenios colectivos con la patronal, como es en el caso de Ver.di (DGB) con la dbb. Así el gobierno alemán decreta por ley que será el sindicato con más afiliados quien entre a negociar las condiciones del convenio colectivo con la patronal. Pero, si la dbb está cercana al CDU, que es mayoría en el Bundesregierung, porque iba a decretar meter

---

<sup>5</sup> Friedrich Ebert Stiftung. Die Gewerkschaften in der Bundesrepublik Deutschland, S.6-7.

en trámite Merkel el proyecto de ley Tarifeinheit que favorecería a la federación sindical mayoritaria acutal DGB (socialdemócrata), en lugar de dejar el patio como está, con la ambigua ley de libertad de lucha laboral, favoreciendo la competencia entre las dos federaciones, DGB y dbb, y la crisis de la DGB, para más tarde apoyarse en el sindicato que más refleje los intereses de la burguesía imperialista alemana? Así planteada la pregunta no podremos responderla. De lo que se trata es salvaguardar el paz social acordada después de la II Guerra Imperailista.

Mundial, y más particularmente de las movilizaciones en la zona ocupada (concretamente la norteamericana e inglesa, ya que la francesa tenía prohibida la huelga) contra el encarecimiento de los medios de vida generado por la reforma monetaria-Währungsreform en 1948 del ministerio de economía perseguía la liberalización de precios que desde 1936 restringía la fluctuación de precios de las mercancías. Esta “paz social” quedo sellada en el Betriebsverfassungsgesetz (ley de régimen empresarial), con carácter de ley federal que rige en materia de derecho del trabajo, prohibiendo por la Huelga como medio político de lucha. El tribunal constitucional (Bundesverfassungsgericht) sólo permitió la Huelga “contra los verdaderos enemigos del mercado de trabajo”<sup>6</sup>.

El jefe del sindicato federal aleman (DGB), Reiner Hoffman, caracterizó el proyecto de ley como “un chance para reforzar la cooperación de los sindicatos”. El jefe de la patronal alemana (BDA-Bundesvereinigung der Deutschen

---

<sup>6</sup> Andersen, Uwe; Woyke, Wichard (editores). Bundeszentrale für politische Bildung: Handwörterbuch des politischen Systems der Bundesrepublik Deutschlan. Bonn 1995, S.564.

arbeitsgeberverbände), Reinhar Göhner, lo tiene claro: “esta ley es una necesidad. La colisión tarifaria coloca a muchas empresas frente a grandes problemas prácticos y dicha ley debería de ser promovida”<sup>7</sup>.

## 2.2 Tarifeinheit Gesetz y la oposición

El Dr. Wolfgang Däubler, profesor de ciencias del derecho en la Universidad de Bremen, resalta que “la ley no es apropiada...produce por el contrario una inseguridad legal adicional y diferencia sin fundamentos suficientes entre formas separadas de sindicatos...Quién de por sí excluye la Huelga mediante acuerdos legales para determinados Sindicatos, amenaza la existencia fundamental de los Sindicatos respectivos. la ley de unidad tarifaria planteada es el intento de deshabilitar a los sindicatos, sin prohibirlos explícitamente”<sup>8</sup> [geplanten-tarifeinheitsgesetz-vor](#) El 3/3/2015 el partido Die Linke presento al parlamento una moción al proyecto de ley unidad tarifaria donde exhortaba al Gobierno federal “retirar el proyecto de ley de unidad tarifaria, porque existen considerables dudas de su constitucionalidad y que el gobierno federal tiene como norma legal combatir la huida de los patrones de las tarifas negociadas...”<sup>9</sup>.

## 2.3 Huelga política en Alemania.

---

<sup>7</sup> [https://www.bundestag.de/presse/hib/2015\\_05/-/373476](https://www.bundestag.de/presse/hib/2015_05/-/373476).

<sup>8</sup> <http://juttakrellmann.de/aktuelles/linksfraktion-stellt-gutachten-von-prof.-dr.-wolfgang-daeubler-zum-geplanten-tarifeinheitsgesetz-vor>

<sup>9</sup> <http://dip21.bundestag.de/dip21/btd/18/041/1804184.pdf>.

La huelga política o general no es admisible en Alemania según la concepción del derecho dominante desde los años 50. Por aquella época los juzgados alemanes condenaron a sindicalistas al pago de indemnizaciones por danos y pérdidas ocasionados por las Huelgas acaecidas desde finales del 48 y a lo largo del 50<sup>10</sup>. La Huelga del 48 fué considerada la primera gran Huelga General de Alemania, en Stuttgart, con la participación de cerca de 10 millones de trabajadores de las zonas ocupadas por Americanos e ingleses, ya que en la zona francesa la Huelga estaba prohibida<sup>10</sup>. Se trataba de una Huelga General contra la reforma monetaria impuesta por el jefe de economía Ludwig Erhard, que anulaba los controladores de precios de las mercancías. Los primeros años después de la Guerra los trabajadores se encontraba con dos tipos de precios de los bienes de consumo. De un lado los precios estatales administrados, con los que se podía adquirir un número limitado de medios de vida, de otro lado los precios correspondientes a la oferta y la demanda formados por el Mercado “negro”. El problema para la Alemania del oeste no fué ni los precios estatales administrativos, ni los precios que paulatinamente desaparecían del Mercado negro, sino el desarrollo del precio del Mercado. El aumento fué drástico, alcanzando una tasa del 200% de carestía<sup>11</sup>

Desde entonces la burguesía imperialista alemana trata

---

<sup>10</sup> Friedrich Ebert Stiftung. Die Gewerkschaften in der Bundesrepublik Deutschland, S.12

<sup>11</sup> <http://www.zeitschrift-marxistische-erneuerung.de/article/561.zur-rolle-und-wirkung-von-staatlich-administrierten-und-marktgerechten-konsumgueterpreisen.html>.

de bloquear mediante la ley toda forma de lucha que implique al conjunto de la parte alemana de la clase trabajadora. Después de la segunda Guerra Imperialista Mundial, con motivo de los danos causados por las protestas crecientes contra la subida de precios y por mejora de las condiciones de vida de la clase trabajadora, la burguesía imperialista limitó “legítimamente” la Huelga General en Alemania.

Los agentes al servicio de la burguesía imperialista alemana tratan de confundir los términos “General Streik” (Huelga general) y Politisches Streik (Huelga política), como si se trataran de fenómenos totalmente desvinculados o ajenos. Tratan de enlazar una herramienta de lucha de clases a un cuestión cultural, a “diferentes factores nacionales de cultura de huelga”<sup>12</sup>. El derecho a la Huelga está reconocido en el marco de la ley<sup>13</sup>, pero al tomar la constitución como guía conceptual que determinará la realidad y sus necesidades, o lo que es lo mismo la inexorable lucha de clases, y no al revés, determinan que “como la exclusión de la Huelga política y la huelga de funcionarios – policías, profesores... - no admitió una forma ajustada de lucha laboral, fué así rechazada finalmente una mención constitucional por derecho”<sup>14</sup>.

Hasta Julio de 2015 se reconocía por constitución el derecho a Huelga de los Sindicatos, pero el paro laboral (paro de la producción), a partir de esta fecha, por medio de la ley de “unidad tarifaria”, se reconoce que ante un conflicto laboral

---

<sup>12</sup> <https://www.bundestag.de/blob/411676/1d0739e54a2a47a77ccb8ac1500c271a/wf-vi-103-06-pdf-data.pdf> : Generalstreik - rechtliche Bedingungen und Streikkultur im Vergleich. 2006 Deutscher Bundestag, S.5.

<sup>13</sup> Ibid, S. 4.

<sup>14</sup> Ibid, S.4.

donde confluyen dos sindicatos, tan sólo el sindicato mayoritario tendrá el "monopolio" de la lucha laboral del sector<sup>15</sup>.

La "paz social" firmada en Alemania después de la II Guerra Imperialista Mundial.

Es el acuerdo entre la burguesía imperialista y las direcciones sindicales. Las revueltas de 1948 causaron estragos en la economía alemana. El plan Marschall, de fondo, tratante de reactivar la economía alemana, no es más que la extensión de las sobras del capital financiero estadounidense, que reestableciera el mercado alemán para dar salida al capital-mercancia excedente estado-unidense. La contradicción promocionar un imperialismo competidor, arruinado durante la guerra, hay que contemplarlo desde varias enfoques: reconstruir un fuerte imperialismo que en el este sirviera para debilitar el "este soviético". Esto pasaba por la "reforma monetaria" que incentivaria la acumulación de capital, cargando sobre las espaldas de la clase trabajadora, que hizo notar su descontento el 12/12/1948 en Stuttgart. De otra parte la industria alemana tenía un fuerte peso en la producción de capital. Toda la destrucción de capital que supuso la guerra debía de contrarrestarse con la producción de capital, y para ello la disciplina del proletariado alemán jugaba un papel central.

---

<sup>15</sup> [http://www.bmas.de/SharedDocs/Downloads/DE/Thema-Arbeitsrecht/entwurf-gesetz-tarifeinheit.pdf? blob=publicationFile.S.3.Tarifeinheitsgesetz.3.7.2015.](http://www.bmas.de/SharedDocs/Downloads/DE/Thema-Arbeitsrecht/entwurf-gesetz-tarifeinheit.pdf?blob=publicationFile.S.3.Tarifeinheitsgesetz.3.7.2015)

## CAPÍTULO III

### OS IMPACTOS DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL SOBRE OS TRABALHADORES

---

Layana Silva Lima<sup>16</sup>

O capitalismo possui como fundamento a exploração da força de trabalho via extração da mais-valia. Desse modo, desde sua origem seu processo de produção e reprodução requisita a exploração da classe trabalhadora, submetendo-a a deploráveis condições de trabalho e de vida em prol de maior lucratividade. Porém, como “a história da sociedade é marcada por lutas de classe (Marx; Engels), os trabalhadores não são passíveis a sua condição de subordinação”.

A industrialização trouxe consigo uma capacidade de produção inexistente na história da humanidade, sob o preço de redução do homem a um apêndice da máquina, já que o fruto do trabalho foi destinado à satisfação das necessidades do capital, e não das necessidades humanas. A demasiada exploração da força de trabalho fez com que os trabalhadores se organizassem politicamente para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

---

<sup>16</sup> Assistente Social da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social vinculado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Na atual conjuntura, a ofensiva do capital sobre o trabalho permanece sob novas configurações, com dimensões mais intensas e complexas. A contemporaneidade apresenta à sociedade a hegemonia do capital financeiro como uma configuração específica do capitalismo; nesta, o capital portador de juros se conforma como o epicentro das relações econômicas, influenciando de modo decisivo nas relações políticas e sociais. A financeirização do capital ou mundialização possui como suporte fundamental o domínio dos grupos industriais transnacionais, que associados às instituições financeiras passam a conduzir os caminhos da acumulação capitalista, exercendo controle nos âmbito social e político.

A respeito dessa fase peculiar do capitalismo, Yamamoto entende que:

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultante de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com suporte dos Estados Nacionais (IAMAMOTO, 2015, p. 108).

O capital financeiro intenciona promover a acumulação fora do processo produtivo, valorizando o capital no interior da esfera financeira, a exemplo de juros de empréstimos. Destacam-se as dívidas públicas dos Estados Nacionais. Desse modo, os mercados financeiros se apresentam como “potências autônomas diante das sociedades nacionais”. Contudo, a determinação dessa fase do capital não se dá de forma independente, desvinculada das relações totalizadoras do capitalismo. O apogeu da financeirização se efetiva por meio de condições concretas e ligadas à execução das orientações dos organismos internacionais por parte dos Estados Nacionais e das potências econômicas do globo.

Para desmitificar a autonomia da hegemonia das finanças na sociedade, Chesnais (2005) empreende uma análise dos elementos que possibilitaram o apogeu do capital portador de juros. O autor observa que se fez necessário um dos Estados mais poderosos economicamente promover a viabilização do movimento do capital e desregularizar seus sistemas financeiros. Esse processo se deu por meio de políticas que facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas, e das poupanças das famílias. Tais transformações possibilitaram o fortalecimento das instituições especializadas em capitalização, por meio da aquisição dos grupos proprietários/acionistas que adquirem lucros das ações.

Sobre a constituição do processo de acumulação financeira de forma macro, acrescenta:

Corretamente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente dos fundos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão (CHESNAIS, 2005, p. 36).

O autor evidencia os pilares em que a financeirização se ancora, identificando o processo por meio do qual o capital portador de juros conquistou nuances significativas na fase contemporânea do capitalismo.

O presente estudo almeja tecer alguns apontamentos sobre o processo de consolidação do capital financeiro como regente das relações econômicas capitalistas, bem como expor a consequência dessa fase capitalista para a classe trabalhadora.

A metodologia utilizada para fundamentar este estudo foi a pesquisa bibliográfica de literaturas que permitem entender o processo de formação e consolidação do capital financeiro como um processo sócio-histórico, sob a perspectiva crítica de autores tais como Chesnais (2005), Salvador (2010) e Yamamoto (2015).

### 3.1 Dos “anos de ouro do capital” à financeirização do capital

Para entender os determinantes históricos, econômicos, políticos e sociais que promoveram as

condições favoráveis ao apogeu do capital financeiro na atualidade, faz-se necessário buscar suas bases no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, que marca a fase madura do capitalismo. Nesse momento, as ideias liberais foram enfraquecidas diante dos intensos reflexos da crise de 1929, fato que possibilitou a difusão e a operacionalização das propostas keynesianas. Assim, a partir de 1940, o Estado passa a intervir na promoção do social, configurando-se como Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* –, no contexto de vigência do padrão de produção fordista.

Este item intenciona realizar algumas considerações sobre a emersão do período considerado como o mais progressista do processo de acumulação capitalista, identificando em seu curso os elementos que propiciaram o apogeu do capital financeiro.

A princípio, é relevante pontuar que a sociedade capitalista se fundamenta em uma determinada natureza humana como meio argumentativo para obscurecer as desigualdades oriundas de seu desenvolvimento contraditório. Sobre esse fato, Tonet (2013) identificou que a referida natureza atribui ao homem, independentemente da organização social, determinações essenciais à existência da propriedade: a liberdade, a igualdade e a racionalidade. Por meio dessas características apreendidas como “naturais”, os homens agem na defesa de seus interesses particulares.

A atribuição dessa natureza humana promoveu consubstancialidade aos argumentos liberais, os quais difundiram o entendimento que o Estado fazia-se necessário para fornecer uma base legal que permitisse ao mercado exercer seu curso natural, e conseqüentemente, promover

benefícios para os homens (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Desse modo, foi defendida pelos intelectuais liberais a afirmação do Estado mínimo, a quem cabia as restritas funções de defendê-lo contra inimigos externos, a proteção dos indivíduos contra outros indivíduos e a promoção de obras públicas. Nessa esteira do pensamento liberal, inexistia a contradição entre acumulação de riqueza e desigualdade social, porquanto a desigualdade entre proprietários e não proprietários era considerada atributo e ônus individual proveniente do trabalho e do esforço para promover o enriquecimento.

Porém, o curso do desenvolvimento do capitalismo proporcionou o questionamento dos argumentos liberais e da não intervenção política institucionalizada nas desigualdades advindas do processo de produção e reprodução do capital. Desde o processo de industrialização, o proletariado ingressou no cenário político e deflagrou significativas lutas contra o capital, em prol de suas demandas. Diante dos intensos conflitos entre trabalhadores e burgueses, fez-se necessária a institucionalização das respostas a tais demandas por parte do Estado, que passou a intervir nos efeitos do processo da acumulação capitalista por meio de políticas públicas.

Assim, o pauperismo passou a ser percebido como “questão social”, requisitando formas de enfrentamento de seus reflexos pela via política. Através de lutas, os trabalhadores conquistaram direitos<sup>17</sup>, que se constituíram

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que tais direitos, apesar de conquistados por meio de intenso conflito entre proletariado e burguesia, não obstam o

como salvaguardas contra a demasiada exploração, e passaram a proporcionar melhores condições de existência.

Behring e Boschetti (2011, p. 67) esclarecem que diante da efervescência dos movimentos reivindicatórios, a burguesia se viu obrigada a “[...] “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos [...]”.

A preocupação em estabelecer proteção social aos trabalhadores resultou no estabelecimento do seguro social instituído na Alemanha entre 1883 e 1889, por Bismarck. Tal seguro era restrito aos trabalhadores assalariados e conformava um ideário de proteção social pautado pelo seguro saúde, seguro acidente de trabalho e pelos benefícios de aposentadoria por invalidez e idade. Apesar das limitações impostas para a sua efetivação, é relevante considerar seu avanço diante de uma realidade de ausência total de proteção ao trabalhador.

De acordo com Salvador (2010), entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as ideias liberais foram enfraquecidas em seus aspectos materiais e subjetivos. Esse processo se deu por dois principais motivos. O primeiro compreende o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaço no âmbito político – parlamento –, levando a burguesia a reconhecer direitos de cidadania e sociais. O segundo diz respeito ao próprio processo de acumulação capitalista, que criou as condições objetivas para a concentração do capital sob a forma de

---

desenvolvimento do capitalismo, já que possibilitam a produção e a reprodução da força de trabalho tão necessária à acumulação capitalista.

monopólios. Tal processo de centralização por meio de fusões e aquisições de empresas demonstrou a inconsistência do ideário do indivíduo empreendedor, defendido pela ideologia neoliberal (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Porém, foram os efeitos da crise<sup>18</sup> econômica de 1929 o que forneceu as bases objetivas para intensificar os questionamentos à ideologia liberal, dando margem a possibilidades de mediação dos efeitos da crise para além da ideologia liberal. Desse modo, as ideias defendidas por Keynes encontraram uma conjuntura objetiva – efeitos intensos da crise – e subjetiva – credibilidade enfraquecida do liberalismo – para a sua efetivação.

Keynes expressou a necessidade da intervenção do Estado com o intuito de reativar a produção por meio de uma maior intervenção na economia, propondo assim uma mudança da relação do Estado com o sistema produtivo. Ele considerou insuficientes os princípios da Lei de Say (Lei dos Mercados), que defende a autorregulação do mercado, apontando que as escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou comprar ou poupar, por parte dos consumidores, poderiam desencadear crises econômicas. Embasado nessa insuficiência da Lei de Say e nas consequências das escolhas individuais para o mercado em escala ampla, Keynes ressaltou a importância da intervenção do Estado.

---

<sup>18</sup> A referida crise se apresentou com efeitos nefastos, reduzindo um terço do mercado em escala mundial, com redução brusca da taxa de lucros, diminuição significativa da renda e o desencadeamento alarmante do desemprego em massa (SALVADOR, 2010).

Behring e Boschetti asseveram que, no entendimento de Keynes,

[...] cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de estabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 85).

Tal intervenção possuía como pilares essenciais a geração de empregos nos setores de produção, através de realização de serviços e obras públicas para além da produção privada, e o aumento da renda e da promoção da igualdade, por meio da instituição de serviços públicos. Essa configuração diferenciada do Estado, que não se norteara pelos princípios liberais, foi designada de *Welfare State*, termo de origem inglesa da década de 1940, usado para designar essa forma de configuração do Estado. O desenvolvimento do *Welfare State* trouxe o advento de um conjunto diferenciado de proteção social aos trabalhadores<sup>19</sup>, consistindo na institucionalização e na ampliação de políticas públicas. Assim, a proteção social que teve seus primeiros ensaios na Alemanha encontrou as condições objetivas para alcançar patamares mais abrangentes.

Essa especificidade do Estado não se desenvolveu de modo amplo pelo globo, restringindo-se a alguns países de

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que somente os trabalhadores de vínculo de trabalho formal, pertencentes aos países centrais que adotaram os princípios do *Welfare State*, tiveram acesso à proteção social. Os demais, e sobretudo os trabalhadores latino-americanos, permaneceram desprotegidos e à mercê de ações caritativas.

economia central. Nestes países ocorreu uma similaridade em relação aos programas, à sua expansão e à cobertura social. A cobertura promovida pelo *Welfare State* não atingiu a totalidade dos trabalhadores dos países que o adotaram, permanecendo limitada aos partícipes do processo produtivo fabril tidos como estratégicos. No tocante aos elementos que proporcionaram a operacionalização dessa intervenção diferenciada do Estado, Salvador (2010) destaca o papel do fundo público nesse processo.

Ao assumir um papel diferenciado de intervenção, o Estado passou a promover a garantia de infraestrutura para uma produção em massa, bem como mecanismos de escoamento para a demanda resultante desse processo por meio de um expressivo consumo. A efetivação dessa estratégia se deu pelo controle dos ciclos econômicos por meio da combinação de políticas fiscais e monetárias. Desse modo, a operacionalização dos pressupostos keynesianos foi colocada em prática mediante recursos do fundo público, para estabelecer a proteção social dos trabalhadores, sobretudo do fundo previdenciário. Assim, para a implementação do Estado de Bem-Estar Social, o fundo público exerceu um papel fundamental, já que viabilizou a ativação de políticas de natureza macroeconômicas essenciais, tanto para a esfera de acumulação quanto para a promoção das políticas sociais.

O fundo público exerce uma função relevante na manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do controle social. Entre as principais motivações que orientam o Estado de Bem-Estar Social nos países

desenvolvidos encontra-se a natureza social democrata (SALVADOR, 2010, p. 81).

Cabe ressaltar que as estratégias defendidas por Keynes que fundamentaram a emergência do *Welfare State* foram colocadas em prática num momento específico da economia capitalista, em que o padrão de produção em vigor possibilitou conformar a produção em massa com o consumo em massa: o fordismo. Esse padrão de produção conjugava o processo de produção e escoamento via consumo com uma nova política de controle e gerência do trabalho.

Dessa forma, o período do segundo pós-guerra foi marcado por um crescimento acelerado do capital produtivo nos principais países capitalistas, configurando um regime de acumulação intensiva. Entretanto, diferentemente de outras etapas de evolução da evolução do capitalismo, o crescimento foi acompanhado pelo consumo de massa. Essa articulação garantiu mercado para escoar a produção, evitando um problema de superprodução e, assim, permitiu a continuidade “tranquila” da acumulação (SALVADOR, 2010, p. 61).

Desse modo, pode-se afirmar que a fase do capitalismo marcada para a intervenção do Estado na promoção social reflete na conjugação de fatores econômicos e políticos. Porém, é relevante destacar outros determinantes necessários à operacionalização dessa estratégia, entre os quais a formação de uma ideologia que difundisse uma cultura de consumo para efetivar o escoamento da produção realizada em massa. Outro

determinante decisivo se refere ao reposicionamento político entre as classes sociais e seus segmentos, que proporcionou o ajustamento da classe trabalhadora às novas condições de trabalho e de vida (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Alguns autores que analisam a especificidade desse momento histórico do desenvolvimento capitalista entendem a aceitação dos trabalhadores ao novo padrão produtivo como “[...] a renúncia à aventura histórica revolucionária em troca da garantia de sua seguridade social. Isso se deu com o compromisso fordista” (SANTOS, 2010, p. 78 apud BIHR, 1998).

O padrão produtivo fordista possui por primazia a produção em massa alicerçada em condições de trabalho racionalizadas, pautadas pelos ideários da gerência científica, com ênfase no controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores. Assim, a produção de mercadorias era realizada de forma verticalizada, consistindo nos processos de fabricação mecânica, montagem e distribuição. Esse padrão promoveu um significativo aumento da produtividade, pois além das especificidades já elucidadas, ainda trouxe a esteira mecânica – estratégia tanto para a divisão do trabalho quanto para o combate da ociosidade de tempo.

Sobre os impactos da organização do trabalho posta por esse padrão de produção, opina Santos:

Assim, com a fragmentação do trabalho operário, o aumento da destreza de cada um, sua habilidade na execução de alguns gestos elementares e a redução do “tempo morto”, há uma ampla intensificação do trabalho, na medida em que surge um novo regime de

acumulação do capital cuja engrenagem principal é o próprio trabalhador (SANTOS, 2010, p. 80).

A era fordista representou para a acumulação capitalista o advento de altas taxas de lucratividade, ancorada na ampliação da intervenção do Estado para além da instância econômica, bem como na superexploração dos trabalhadores por meio da sistematização e intensificação do processo produtivo. Essa fase é designada como “anos de ouro” do capital, pois nela foi expressiva a taxa de lucratividade do capital. O sistema vivenciou um período de aproximadamente trinta anos de prosperidade, com ausência de crises econômicas e impactos ofensivos ao referido processo.

Como já identificaram Marx e Engels (2008), o desenvolvimento do capitalismo encontra em seu curso contradições oriundas de sua natureza:

As forças produtivas de que dispõem não servem mais para promover as relações de propriedade, ao contrário, elas se tornam poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 2008, p. 18-19).

Baseadas em Mandel (1982), Harvey (1993) e Husson (1999), Behring e Boschetti identificam a crise dos princípios que deram sustentabilidade ao *Welfare State*, explicada pela tendência de queda da taxa de lucro do capital, evidenciando a sustentabilidade da crítica à economia

política realizada por Marx. Segundo Netto e Braz (2011), os “anos dourados” do capital se sustentaram numa onda longa e expansiva, na qual, apesar de as crises cíclicas não serem suprimidas, seus efeitos foram menos nocivos aos processo de acumulação. Porém, a partir da década de 1960, essa expansão revelou sinais de esgotamento. De acordo com os autores, as principais economias capitalistas apresentaram declínio significativo em sua taxa de lucratividade.

<b>País</b>	<b>Taxa de lucratividade no contexto dos anos de ouro</b>	<b>Taxa de lucratividade no contexto de 1968/1973</b>
<b>Alemanha Ocidental</b>	16,3%	14,2%
<b>Grã-Bretanha</b>	11,9%	11,2%
<b>Itália</b>	14,2%	12,1%
<b>Estados Unidos</b>	18,2%	17,1%
<b>Japão</b>	26,2%	20,3%

FONTE: BRAZ, Marcelo. NETTO; José Paulo. *Economia Política: Uma introdução crítica*.

7ª ed. São Paulo – SP, Cortez, 2011.

Os dados demonstram uma queda significativa da lucratividade dos países de economia central, fato que evidencia o encerramento da “onda expansiva” do capitalismo e anuncia uma crise sem precedentes que atinge a estrutura do sistema capitalista. Os autores destacam ainda dois elementos de suma importância para se entender a

dimensão da redução da lucratividade do capital nesse momento histórico.

Trata-se do colapso do ordenamento financeiro mundial – ruptura por parte dos Estados Unidos do acordo de Bretton Woods, que convencionava tanto o lastro para o comércio internacional quanto o dólar em ouro – e do choque do petróleo – com aumento significativo do valor do barril do combustível, determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). É necessário esclarecer que tais elementos não desencadearam de modo decisivo a crise do *Welfare State*, mas sua conjugação com vetores políticos e econômicos viabilizou um período expressivo de alta na taxa de lucro.

Os determinantes que desencadearam a crise do *Welfare State*, bem como o padrão produtivo fordista no decorrer da década de 1960 e sua consolidação no curso da de 1970, se expressaram como uma intensa e contínua crise estrutural. Os efeitos dessa crise trouxeram desdobramentos para todas as dimensões sociais, possibilitando a ampliação de investimentos no âmbito das finanças e fortalecendo o capital portador de juros.

O próximo item traz alguns elementos essenciais para o entendimento da centralidade das finanças como determinante na contemporaneidade.

### 3.2 A hegemonia do capital financeiro e seus impactos sobre os trabalhadores

O advento do capital industrial permitiu a transmutação do capital mercantil em capital financeiro; os

bancos passaram então a assumir as funções creditícias inerentes ao processo de expansão do capital. Como na época do capital mercantil, pequenos volumes de capital ociosos são entregues às instituições financeiras; esse capital não possuía condições objetivas para alcançar lugar de destaque no fluxo da economia. Mesmo que tais volumes não tivessem condições de ser convertidos em capital em decorrência de seu reduzido porte financeiro, os bancos passaram a investi-los, sem almejar grandes lucros dessa ação. Segundo Harvey (2006), nesse processo os pequenos capitalistas, rentistas, proprietários de terra, governos, trabalhadores e administradores perdem a sua identidade social e tornam-se poupadores.

Desse modo, é relevante pontuar que o capital financeiro antecede a atualidade, sendo gestado desde o apogeu da industrialização, contudo, ainda condensado a um lócus restrito, sem capacidade de interferir na dinâmica das relações econômicas. Contudo, ao conseguir ultrapassar o limite imposto pelo capital industrial, ele revela sua especificidade.

Seguindo essa lógica, Nakatani e Carcanholo asseveram que:

O capital especulativo parasitário resultaria da convenção da forma autonomizada do capital a juros ou capital portador de juros, ou mais precisamente do capital fictício, quando esse ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar inclusive empresas ou corporações dedicadas especialmente a funções produtivas, e assim o que constituía capital industrial converte-se em

capital especulativo (NAKATANI; CARCANHOLO, 1999, p. 33).

Os autores asseveram que o capital fictício ganhou proporções relevantes no contexto do capitalismo globalizado. Essa fase apresenta singularidades em relação ao desenvolvimento do sistema capitalista, momento em que a acumulação de capital advinha majoritariamente da esfera produtiva. A globalização traz consigo o apogeu do capital fictício/especulativo ou capital portador de juros em dimensão planetária; o capital industrial converte-se em capital portador de juros e sua lógica resta subordinada a essa especificidade de capital, a especulação.

Desse modo, no processo de globalização ocorre a predominância das finanças como participativas do processo de acumulação de capital, em que grupos industriais transnacionais, de destaque no âmbito econômico articulam-se às instituições financeiras para adquirir lucratividade no processo de especulação. O movimento da especulação, além de articulado com o capital industrial e o capital portador de juros, mobiliza os Estados Nacionais para que promovam as condições necessárias à sua viabilização, por intermédio dos organismos internacionais.

Assim, o capital portador de juros se apresenta na contemporaneidade como condutor do processo de acumulação de capital em nível mundial, requisitando para seu curso a articulação com “[...] inéditos processos sociais, que envolvem a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincado profundamente às formas de sociabilidade e ao jogo das forças sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 107).

Apesar de o processo de especulação ter emergido no apogeu da industrialização, quando o capital industrial era o elemento central a mover o processo de acumulação, foi somente com a crise do padrão de produção fordista e a erosão dos princípios (fatores objetivos e subjetivos) que sustentavam o *Welfare State*, tornando possível ao capital portador de juros exercer papel de destaque nas relações econômicas, políticas e sociais.

Chesnais (2005), em sua análise sobre o capital financeiro em instância global, identifica que as bases para sua soberania no processo de acumulação floresceram a partir da década de 1950. Nesta década, os Estados Unidos deram início à centralização de capital sob a forma financeira, como desdobramento da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Já no continente europeu esse processo se deu a partir de 1960, como subproduto dos “anos de ouro”. Aliado a esse processo é notável o recebimento dos salários dos trabalhadores depositados em bancos ou correios, o que lhes permitiu o aumento de suas operações de crédito.

Outro fato importante para a análise do apogeu das finanças foi a reconstituição do mercado financeiro, com a criação de um centro específico para essa modalidade de capital em 1958 – *offshore* – em Londres, como primeira base de operação internacional do capital financeiro. A construção desse centro das finanças teve o apoio de várias empresas e bancos.

A hegemonia do capital financeiro se deu por meio da abertura externa e interna dos mercados nacionais, e teve como nação precursora os Estados Unidos. Chesnais (2015)

chama a atenção para os elementos constitutivos do processo de mundialização do sistema financeiro, destacando a desregulamentação<sup>20</sup> ou liberalização monetária e financeira, a descompartmentalização<sup>21</sup> dos mercados financeiros e nacionais e a desintermediação<sup>22</sup>.

Segundo Chesnais (2005), a partir de 1976 ocorreu a reciclagem dos petrodólares<sup>23</sup>, o que resultou na abertura de linhas de créditos dos bancos internacionais aos governos de Terceiro Mundo, sobretudo aos países da América Latina. Nessa abertura das linhas de crédito encontra-se um dos determinantes que promoveram o endividamento desses países por meio da dívida pública; esta é recriada mediante o acréscimo de juros, deixando os países devedores numa situação de subordinação perante seus credores.

A respeito da funcionalidade da dívida pública para o mercado financeiro, Iamamoto destaca que:

*Assim, a primeira etapa da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros (de 1982 a 1894) teve na dívida pública seu principal ingrediente. O poder das finanças foi constituído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a indústria*

---

<sup>20</sup> Processo que enfraqueceu o controle do movimento de capitais com o estrangeiro, permitindo assim o acesso dos sistemas financeiros nacionais para o exterior.

<sup>21</sup> Possui por base a liberalização dos mercados de câmbio, a abertura do mercado de títulos públicos aos operadores estrangeiros e a abertura da bolsa às empresas estrangeiras.

<sup>22</sup> Permite às instituições financeiras não bancárias terem acesso ao mercado como empreendedoras.

<sup>23</sup> O autor utiliza o termo para designar as elevadas somas advindas do elevado preço do petróleo, aplicadas em Londres.

*da dívida* (IAMAMOTO, 2005, p. 117, grifos da autora).

A indústria da dívida, elucidada por Iamamoto, corresponde a um dos elementos determinantes da fase do capital financeiro, em que as nações devedoras se tornam uma espécie de alavanca de transferência e acumulação de capital para a esfera das finanças. Assim, as instituições financeiras que detêm um poder financeiro ao disponibilizar linhas de crédito criam uma espécie de “governo empresa”.

Segundo Chesnais:

Em tempos de choques financeiros, os títulos de dívidas dos países mais fortes – os Estados Unidos à frente – tornam-se o valor-refúgio por excelência. Os empréstimos às sociedades (empresas e bancos) mediante obrigações e os créditos hipotecários aos particulares completam a panóplia da apropriação, cuja força última se encontra sempre na produção (CHESNAIS, 2005, p. 42/3).

Em relação ao processo de endividamento dos países da América Latina, o autor destaca:

As dívidas latino-americanas resultavam de empréstimos bancários clássicos e comportavam um frente a frente entre governos e consócios de bancos. No caso das dívidas atuais, houve imissão de adjudicação em mercados especializados, os chamados mercados obrigacionistas, de obrigação do Tesouro e outros títulos de dívida (CHESNAIS, 2012, p. 14).

A dívida pública adquirida pelos Estados Nacionais, além do ônus dos juros que a fazem um horizonte distante em relação à sua quitação, ainda traz uma subordinação ante os imperativos das finanças. Isso porque os governos são impelidos a seguir uma série de recomendações postas pelos organismos internacionais para serem cumpridas. Assim, tais Estados são subordinados não apenas financeiramente ao capital financeiro, mas suas instâncias políticas também são conduzidas por suas determinações. Chesnais anota: “Um documento do FMI, de novembro de 2010, explica claramente que o endividamento dos governos pode ajudá-lo a impor as reformas próprias do capitalismo liberalizado, financeirizado e globalizado” (Ibid., p. 15).

Esse mecanismo de subordinação e imposição que permeia a relação dos países endividados com credores, inerente do capital financeiro globalizado, traz consequências negativas a classe trabalhadora, na qual recaem os efeitos nefastos das reformas impostas pelos organismos internacionais.

O processo de desregulamentação desencadeado pelo fortalecimento do capital financeiro reflete de modo expressivo no âmbito do trabalho. O deslocamento espacial de capitais comporta em si a criação de novos espaços para a exploração capitalista, articulando formas de extração de mais-valia relativa e absoluta. A crise do padrão fordista proporcionou as condições objetivas para o ingresso do toyotismo<sup>24</sup> como modelo de produção. Este traz como características principais a racionalização da produção a

---

<sup>24</sup> Para o aprofundamento desta temática, consultar a obra: GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo – SP, Boitempo, 1999.

baixos custos e com qualidade, o incremento de novas tecnologias na produção e, por conseguinte, a exigência de maior qualificação por parte dos trabalhadores para a sua operacionalização, bem como a eliminação de estoques e outras formas de custos extras. Nesse processo, ocorre a tendência de enxugamento tanto da produção quanto de trabalhadores, por meio da designação de mais de uma função a um indivíduo, com a manutenção do salário.

As novas relações de trabalho trazem consigo possibilidades para intensificar a exploração dos trabalhadores por meio de maiores exigências para ocupar um posto e mediante a inserção em condições fragilizadas e destituídas de direitos sociais.

De acordo com Netto e Braz:

Cabe ressaltar, contudo, que, paralelo àquelas exigências, ocorre um movimento inverso: muitas atividades laborativas são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento. Assim, no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego, e uma grande parcela de trabalhadores precarizados (NETTO; BRAZ, 2011, p. 277).

A partir da década de 1970, o denominado mundo do trabalho, por Antunes (2011), apresenta transformações severas que se explicitam na degradação das condições de trabalho, seja pela contração de postos de trabalho nas indústrias e o alargamento em setores que conformam maiores possibilidades de exploração e vínculos instáveis,

como é o caso dos serviços, seja pelo desmonte dos direitos sociais dos trabalhadores, que faz emergir com maior intensidade contratos de trabalho essencialmente precarizados, desprovidos de ou com reduzidos direitos, a exemplo da terceirização.

Assim, aos migrantes, mulheres, negros e LGBTs são destinados postos de trabalho fragilizados e marginalizados, permeados pela exploração e contração de direitos. Apesar de essas transformações terem desdobramentos em escala global, é nos países emergentes que seus efeitos são mais severos, em virtude do lugar que ocupam no circuito das relações econômicas. Isso se deve ao fato que em tais países o sistema de proteção social, em virtude de diversos determinantes de sua formação sócio-histórica, tardou a ter as condições objetivas para a sua consolidação. Dessa forma, países como o Brasil tiveram a consolidação de suas leis de proteção ao trabalho tardiamente, e sua seguridade social emergiu num contexto de intenso desmonte.

Tais relações estão entrelaçadas com os imperativos do capital financeiro, que busca ampliar suas instâncias de drenagem para a sua acumulação. Sobre essa articulação, Yamamoto observa:

De outro ângulo, o investimento especulativo no mercado de ações aposta *na extração de mais-valia presente e futura dos trabalhadores, para alimentar as expectativas de lucratividade das empresas, segundo padrões internacionais que parametram o mercado financeiro*. Ele impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração via: políticas de gestão; “enxugamento de mão de obra”; intensificação do trabalho e o aumento da jornada sem

correspondentes salários; estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, que dificulta a organização sindical; chamamentos à participação para garantir metas empresariais; ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas” com ampla regressão dos direitos; entre outros mecanismos, como aperfeiçoamento técnicos e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo da produção no sentido *lato* (produção, circulação, troca e consumo) (IAMAMOTO, 2015, p. 113-114).

A autora traz elementos de extrema importância para se perceber a dimensão dos impactos do processo de financeirização do capital sobre os trabalhadores, que percorre desde sua inserção no processo de produção, incorporando suas relações e condições de trabalho e medidas de proteção, até sua organização enquanto classe *para si*. A classe trabalhadora emerge numa condição de intensa precarização, na qual o vínculo formal não implica segurança e o informal a impele a uma situação análoga à escravidão, voltada aos anseios do capital.

A atual conjuntura demonstra a ofensiva do capital contra o trabalho, em que zonas de extração de mais-valia absoluta são alargadas em detrimento de redução de custos para o capital. A presença do desemprego estrutural exacerbado é utilizada como elemento argumentativo para a precarização e a redução drásticas de direitos. Tal barganha serviu de impulso para a implementação da reforma trabalhista, que exclui responsabilidades protetivas do empregador para com o trabalhador, existentes desde a década de 1940. Por meio da referida reforma, o trabalhador

emerge em uma nebulosa na qual “a liberdade de negociação sobre seu contrato” implica aceitar qualquer vínculo, com ou sem seguridade, para garantir sua existência, devido à ausência de regulação de proteção.

Enquanto modo de produção, o capitalismo já possui por fundamento a exploração da força de trabalho para promover seu processo de produção e acumulação; no contexto de financeirização do capital, essa exploração se intensifica. À medida que são desencadeados processos de contrarreformas que atingem diretamente as políticas públicas, sobretudo aquelas de seguridade social e as legislações trabalhistas, a fase da mundialização requisita mecanismos de intensificação da exploração dos trabalhadores mediante o incremento de tecnologias ao processo produtivo e a exigência de várias funções com remuneração insuficiente.

Desse modo, os desdobramentos do capital financeiro mobilizam não somente as relações econômicas para a sua manutenção e expansão, mas subordina a sociedade ao seu propósito de acumulação. Nessa relação de busca incessante de acumulação, a classe trabalhadora é mergulhada numa situação de intenso retrocesso, com a retirada de conquistas históricas da classe contra o capital.

Tal retrocesso expressa a impossibilidade de o capital manter níveis condizentes com o desenvolvimento humano. O ideário de cidadania e de emancipação política, exaltados no contexto de ascensão da ordem vigente, são contraídos à medida que as contradições se dilatam, demonstrando de modo expressivo que qualquer forma de civilização ou

acesso aos bens necessários para a sociedade é passível de supressão em prol da acumulação incontrolável do capital.

A crise da era dos “anos dourados” do capitalismo possibilita o ingresso desse sistema numa fase mais complexa, conduzida pelo capital financeiro, que intervém nas dimensões sociais. Quando os grupos industriais transnacionais articulados com as instituições financeiras obtêm lugar de destaque no processo de acumulação, o capital financeiro assume o comando não apenas do referido processo, como mobiliza os âmbitos político e social para responderem às suas demandas.

Sob o signo da dívida pública, os Estados Nacionais são conduzidos a assumir uma postura de desregulamentação interna em prol do capital financeiro internacional. Assim, devem operacionalizar as recomendações dos organismos internacionais em seu território como ônus enquanto nação devedora. Tais recomendações promovem um intenso processo de desmonte de direitos pautados pelo desenvolvimento de contrarreformas, que se expressam, segundo Chesnais (2012), em políticas de austeridade. Essas recomendações trazem como um de seus efeitos expressivos a fragilização das relações de trabalho, contribuindo para a extração tanto da mais-valia absoluta quanto da mais-valia relativa dos trabalhadores.

Assim, a fase do capital embasada na hegemonia do capital financeiro promove mudanças intensas na sociedade; em países periféricos como o Brasil, essas são mais impactantes, porquanto se acham em condição de subordinação em face dos países considerados potências econômicas. As contrarreformas viabilizam ataques que

resultam na regressão de direitos e possibilitam uma maior extração de mais-valia da classe trabalhadora, por meio de relações e condições de trabalho precarizadas.

Essa realidade de desregulamentação e precarização promovida pelos desdobramentos do capital financeiro trazem ainda a intensificação da desigualdade social, via agravamento da questão social. Assim, à medida que proliferam vínculos precarizados, o não acesso ao trabalho ocorre de modo concomitante. Ambos submetem os trabalhadores a um contexto de insegurança, visto que os mecanismos de proteção – políticas públicas – encontram-se em intenso desmonte, não fornecendo respostas às suas necessidades.

Desse modo, o capital financeiro, enquanto regente do processo de acumulação do capitalismo contemporâneo, consiste num promotor da intensificação da exploração da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BRAZ, Marcelo. NETTO; José Paulo. *Economia Política: Uma introdução crítica*. 7. ed. São Paulo – SP, Cortez, 2011.
- BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanette. *Política Social: fundamentos e história*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As dívidas ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2012.
- ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo – SP, Expressão Popular, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. ed. São Paulo; Cortez, 2015.
- SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Adriano Pereira. *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos*

anos 1990, o caso de Zanini S/A em Sertãozinho-SP.  
São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2013.

NAKATANI, Paulo. CARCANHOLO, Reinaldo A. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro*. Disponível em: <http://carcanholo.com.br/?p=42> Acesso em: 26/9/17.

## CAPÍTULO IV

### O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E CHINÊS NA AMÉRICA LATINA

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>25</sup>

A procura por novos mercados constitui uma das premissas basilares do processo de internacionalização do sistema do capital, que necessita tanto exportar e importar matéria prima quanto precisa exportar capitais. Nesse contexto, os estados nacionais são instrumentos essenciais para a expansão das estruturas do comando forjadas na etapa dos monopólios, em que as grandes corporações dominam o cenário da economia mundial e determinam o cenário político dos distintos países.

A dominação estadunidense na América Latina configura-se claramente na etapa da internacionalização do capital, em que o capital financeiro é fator determinante do capital industrial e do capital agrário. O final da Segunda Guerra Mundial consolidou os EUA como principal economia e poderio militar do planeta, deixando para trás seus principais competidores (Inglaterra, Alemanha, França etc.). O padrão fordista-taylorista moldou a ascendência norte-americana, mediada pela expropriação dos trabalhadores das economias colonizadas.

---

<sup>25</sup> Doutor em Letras e Linguística, Professor da Pós-Graduação e Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

#### 4.1. O imperialismo estadunidense na América Latina

O continente latino-americano se configura como uma parte distinta dos países da América do Norte a partir do momento em que os EUA impõem sua política imperialista sobre a faixa geográfica que se estende do México até a Argentina. A política de intromissão imperialista norte-americana inicia-se com a máxima afirmada pela Doutrina Monroe: “América para os americanos”. Nesse contexto, a América Latina se ergue como uma tentativa de resistência ao imperialismo econômico e político ianque, que nas décadas 1830-1840 expropria quase metade do território mexicano.

Não é possível elucidar a peculiaridade dos EUA no decorrer do século XX desconsiderando a relação orgânica de seu desenvolvimento econômico com a dominação da América Latina. Seria impossível aos EUA alcançar o *status* de maior potência mundial após a Segunda Guerra Mundial sem a subordinação absoluta do continente latino-americano aos seus propósitos. A continuidade da dependência e subordinação realizada na etapa histórica da colonização portuguesa, espanhola etc. do continente latino-americano assumiu corolários sofisticados com o imperialismo norte-americano; para tanto, a coerção esteve sempre articulada com a persuasão.

A ascendência dos governos denominados de esquerda na América Latina no começo do século XXI, em países como Venezuela, Brasil, Equador, Bolívia, Argentina, Honduras e Paraguai, abriu as portas de suas economias para as relações com China e Rússia e buscou conter a dominação

absoluta dos EUA na região. A queda da maioria desses governos pela mediação de instrumentos coercitivos ou persuasivos – deposição de Manuel Zelaya em Honduras, tentativa de golpe na Venezuela, *impeachment* no Brasil (Dilma Rousseff) e no Paraguai (Fernando Lugo) – denota claramente que os interesses norte-americanos na região não podem ser questionados.

Apesar da diminuição do ritmo do crescimento da economia chinesa, as taxas de crescimento da China e da Índia estão muito acima das taxas acumuladas pelos EUA. Os denominados BRICS assumiram papéis relevantes para assegurar as taxas positivas de crescimento da economia mundial perante a estagnação econômica vivenciada pelos EUA e pela Europa. Apesar da crise econômica que acomete também os denominados BRICS, com especial atenção para a economia brasileira nos últimos três anos, a China continua tendo um crescimento econômico superior à média internacional (6,2% para 2017), comportando ainda um mercado interno factível de ampliação em proporções claramente inexistentes nos EUA.

A tática adotada pelo imperialismo chinês revela-se distinta da do imperialismo norte-americano, pois enquanto o primeiro recorre aos expedientes econômicos para penetrar nos continentes africanos e latino-americanos, os EUA asseguram sua dominação recorrendo tanto aos expedientes econômicos quanto aos militares.

A China, enquanto fábrica do mundo, precisa de matéria-prima em elevada quantidade. Já os EUA não aceitam perder sua posição de proa para os chineses sem desencadear uma corrida pelo controle dos recursos naturais

existentes no planeta, haja vista que os EUA têm controle geopolítico de todo o planeta; para isso foram forjados os organismos internacionais depois de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial, OEA, ONU, OTAN etc.) que servem claramente para assegurar aos EUA sua estratégia de combinação da intervenção política e militar com a intervenção econômica sempre que necessário.

Para assegurar seu poderio geopolítico em distintas partes do mundo, a ameaça comunista que marcou o período da Guerra Fria será substituída pela periculosidade do terrorismo, do narcotráfico e dos desastres naturais. A debacle dos movimentos de guerrilha na América Latina, cujo coroamento foi a negociação colombiana (com o governo de Juan Manuel Santos) que culmina no desarme da ALN e das FARC (2017), em nada minimizou o poderio norte-americano na região. Pelo contrário, os EUA têm intensificado sua presença bélica na região desde a crise econômica de 2008, mediante a reativação da IV Frota do Comando Sul, em 1º de julho de 2008, com o objetivo de patrulhar os oceanos da América do Sul – mesma época da descoberta do pré-sal. Nota-se que essa decisão não se mostra destituída de interesses, mas como atividade anunciadora do que pode ocorrer nesta parte do mundo num futuro não muito distante.

A constituição de 72 bases militares norte-americanas espalhadas pela América Latina é justificada pela necessidade de combater o terror, a guerra cibernética, o narcotráfico, controlar as possíveis insurreições armadas e assegurar os interesses de suas corporações e multinacionais instaladas na região. As bases militares na Colômbia têm

objetivo de assegurar os interesses das multinacionais estadunidenses na extração do petróleo e do agronegócio, em plena articulação com grupos paramilitares, organizações estatais e gângsteres do narcotráfico, plenamente comprovada pela relação existente entre a família do ex-presidente Uribe e o cartel de Medellín. Pela mediação de suas milícias, os EUA controlam os fluxos migratórios e monitoram militar, econômica e politicamente distintas partes da América Latina, geralmente em conivência com seus aliados políticos e econômicos (LUZZANI, 2012).

A reativação da IV Frota implica o fortalecimento da presença de bases norte-americanas na América do Sul, distribuída da seguinte maneira: **Argentina:** 1. Malvinas; **Colômbia:** 2. Apiay, 3. Malombo, 4. Palanquero, 5. Tolemaida, 6. Larandia, 7. Bahia Málaga, 8. Cartagena, 9. Três Esquinas, 10. Puerto de Turbo; **Chile:** 11. Furte Aguayo; **Guiana Francesa:** 12. Kurou; Guaina; 13. Base de lançamento de foguetes e satélites; **Paraguai:** 14. Mariscal Estagarribia, 15. Pedro Juan Caballero; **Peru:** 16. Iquitos, 17. Pucalpa, 18. Mazamari, 19. Palmapampa, 20. Ancón, 21. Puerto de El Callo, 22. Santa Clotilde, 23. Teniente Clavero, 24. El Estrecho; **Suriname:** 25. Base para teste de novos veículos militares (LUZZANI, 2012).

Os países com os maiores números de bases militares são Colômbia e Peru, ambos com nove bases militares. Entre essas bases, merecem destaque as bases militares de Palanquero e Mariscal Estagarriba, por possuírem aeroportos com 3.050 metros e 3.500 metros. A migração das tropas norte-americanas da Colômbia para o Paraguai denota a relação estreita existente entre o Plano Colômbia e a

Iniciativa na Zona Norte (IZN), firmada com o Paraguai (LUZZANI, 2012).

Essas bases têm capacidade para aterrissagem de aviões radares AWCS e P-3 Orion, transportes de veículos de tropas e cargueiros como os aviões C-17, que têm capacidade para voar metade do continente sem precisar de abastecimento (LUZZANI, 2012, p. 31). A presença dessas bases permite que os cargueiros C-17 possam cruzar todo o continente e ainda servir de ponte para alcançar a costa africana. Os cargueiros C-17 (Boeing) podem viajar mais de 10 mil km sem reabastecimento e transportar uma carga de 75 toneladas e 100 toneladas de combustível, com capacidade para operar ainda em pistas semipreparadas. O cargueiro pode transportar um tanque de guerra pesado, três helicópteros AH-64 Apache e 102 paraquedistas pela sua porta traseira.

Luzzani afirma que os EUA consideram a África como uma região crítica que merece uma atenção especial devido à presença de grandes corporações chinesas na região. Escreve Luzzani (2012, p. 32-33): “Considerar a África como ‘área crítica’ parece dar razão a quem aventura o caso de que a grande guerra do século XXI acontecerá entre EUA e China nesse continente”.

O documento do Pentágono denominado AMC (Comando de Mobilidade Área) aponta Palanquero como importante base militar na estratégia de rota global da artilharia aérea dos EUA. El Africom, segundo Luzzani (2012, p. 36), “foi ativado em 1º de outubro de 2008, três meses depois da IV Frota”. A referida base acha-se na constelação de bases concentradas na região Amazônica.

Isso revela o que representa a referida região para o processo de reprodução do capital no decorrer do século XXI. É possível vaticinar, em consonância com Luzzani (2012, p. 36), que a ascendência militar norte-americana no Cone Sul se deve aos seguintes fatores: luta pela hegemonia econômica e política, controle dos recursos naturais e controle do mercado perante a ofensiva asiática.

A linha do Equador consiste na zona mais rica de recursos naturais do planeta, pois nela encontramos as florestas do Congo e a Amazônica, que somadas às outras ocupam 6% da superfície da terrestre e asseguram 40% do oxigênio da Terra. Na região equatorial alojam-se as maiores florestas equatoriais ou tropicais do planeta, as enormes bacias hidrográficas (aquíferos, inúmeros rios etc.), riquíssima biodiversidade e inusitadas riquezas minerais.

A floresta Amazônica possui 6,9 milhões de quilômetros quadrados. A sua vastíssima zona verde está distribuída entre nove países: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, abrigando 50% da vida terrestre, pelo menos 40 mil espécies de plantas, 1,3 mil de pássaros, 3 mil de peixes, milhões de insetos e 400 mamíferos catalogados.

A presença de dezenas de bases militares em torno da Amazônia desvela a relevância dessa região para o processo de reprodução do capital no decorrer do século XXI. A região é disputada pelos representantes das grandes corporações do capital financeiro e da produção de *commodities*. O desmatamento, as queimadas, a extração de suas riquezas minerais e orgânicas tem se intensificado cada vez mais para atender às demandas do capital. Nesse

contexto, capitais de distintas praças disputam a hegemonia pela apropriação e exploração das riquezas naturais existentes nessa parte do continente.

Não é à toa o conflito que perpassa a região amazônica, em que se assiste a conflitos permanentes. No Brasil: conflito entre indígenas com latifundiários, sem-terra com representantes do agronegócio e das mineradoras; na Colômbia: camponeses, indígenas e posseiros são assassinados pelos representantes das mineradoras; na Venezuela: confronto com o imperialismo norte-americano e o governo Maduro, conflito agrário em que camponeses também são assassinados; no Peru: conflito agrário.

A colonização e a devastação da Amazônia colocam-se como imperativos para o capital.

As trilhas foram substituídas por rodovias, o machado pela motosserra, as canoas por aviões e helicópteros, o telégrafo pela comunicação via satélite, a informação pessoal por dados de sensores rastreadores espaciais, a interpretação individual pelo tratamento com *softwares* especializados etc. Tudo isso faz com que as mudanças ocorram em grande velocidade, sem o tempo devido para a correta avaliação das consequências sobre um ecossistema essencialmente frágil (SANTOS, 2002, p. 124).

O controle da Amazônia coloca-se como estratégica para o capital estrangeiro devido à potencialidade adormecida de monumentais riquezas existentes nessa região. A água é um dos vetores fundamentais para lubrificar o sistema do capital, pois nenhuma indústria pode funcionar sem uma quantidade vastíssima de água. Não se produz

absolutamente nada sem água, e se verifica um processo de escassez dos recursos hídricos no planeta. Estes têm sido explorados não somente para extração do ouro e dos metais preciosos do seio da terra, mas na construção de hidrelétricas, siderúrgicas, metalúrgicas etc.

A riqueza da Amazônia não se circunscreve apenas ao que subsiste acima do solo, mas se estende especialmente ao que existe abaixo do solo, pois há bacias e depósitos minerais em seu subsolo.

Santos (2012, p. 128) esclarece:

Na Amazônia, as áreas de pré-cambriano correspondem a cerca de 40% do seu território. As suas seqüências vulcano-sedimentares (do tipo *greenstone belt* ou não), intrusões graníticas, derrames vulcânicos ácidos e intermediários, complexos alcalino-ultrabásicos e básico-ultrabásicos, e coberturas sedimentares apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante. Deve ser salientado que boa parte dos depósitos minerais, embora relacionados a rochas pré-cambrianas, foram formados através de processos de enriquecimento — laterização, erosão e concentração — em tempos mais recentes, do Terciário ao Quaternário.

As descobertas efetuadas na serra do Navio no estado do Amapá, na década de 1940; a descoberta de aluviões de ouro na região do Carajás (Pará), começando na década de 1960 e tendo seu coroamento na década de 1980, em que

aproximadamente 1 milhão de garimpeiros extraíram mais de 400 toneladas de ouro de maneira artesanal.

A presença bélica dos EUA na região Amazônica encontra sua plena justificativa na relevância econômica dos minerais com enormes potenciais, a exemplo de zircônio, nióbio, tântalo, tungstênio, diamante, níquel, cromo, platina, platinoides, cromita, ferro-liga, bauxita, zirconita, coltan, anatásio, criolita, volframita, minério de alumínio, ouro, cobre, ferro etc.

Anota Santos (2002, p. 131):

Na mina do Pitinga há mineralizações associadas de columbita-tantalita, zirconita e criolita. No sudeste do estado do Pará há pequenos depósitos de volframita, que foram explorados parcialmente através da garimpagem. Na Amazônia são conhecidos três complexos alcalino-ultrabásicos potenciais para depósitos de titânio, fosfato, nióbio e terras-raras: Seis Lagos, no estado do Amazonas, e Maicuru e Maraconaí, no estado do Pará. Em Seis Lagos há um grande potencial em nióbio. O complexo de Maicuru está associado a um corpo de cabornatito; além de suas reservas de fosfato, há um considerável potencial em titânio, mas sob a forma de anatásio, mineral para o qual ainda não há tecnologia que permita o seu aproveitamento industrial em bases econômicas.

A variedade de depósitos minerais existentes na Amazônia se expressa na presença de inúmeros complexos inorgânicos abaixo do solo e que são essenciais ao processo científico e tecnológico do desenvolvimento industrial. Esses complexos químicos são essenciais à produção de celulares,

GPS, *softwares*, *chips*, televisores de plasma, reprodutores de MP3, *laptops*, aparelhos de ressonância magnética, equipamentos para radiografia e tomografia computadorizadas, instrumentos altamente sofisticados como satélites, aeronaves, mísseis balísticos, sondas espaciais etc.

Registra-se ainda a presença de compostos químicos que servem ao desenvolvimento do complexo carbonífero, à exploração de gás, ferro etc. Isso implica a existência do arsenal fundamental ao desenvolvimento da siderurgia leve e pesada, para a produção de máquinas e equipamentos de distintos matizes, encontrando-se ainda os elementos necessários à produção de combustíveis de distintas vertentes.

Na Amazônia acham-se 95% das reservas de nióbio do planeta. Sem o nióbio é impossível a fabricação de naves espaciais e de mísseis intercontinentais. Nessa região se acham 96% das reservas de titânio e tungstênio, essenciais para o complexo industrial-militar produzir equipamentos espaciais e armas altamente sofisticadas (LUZZANI, 2012, p. 49).

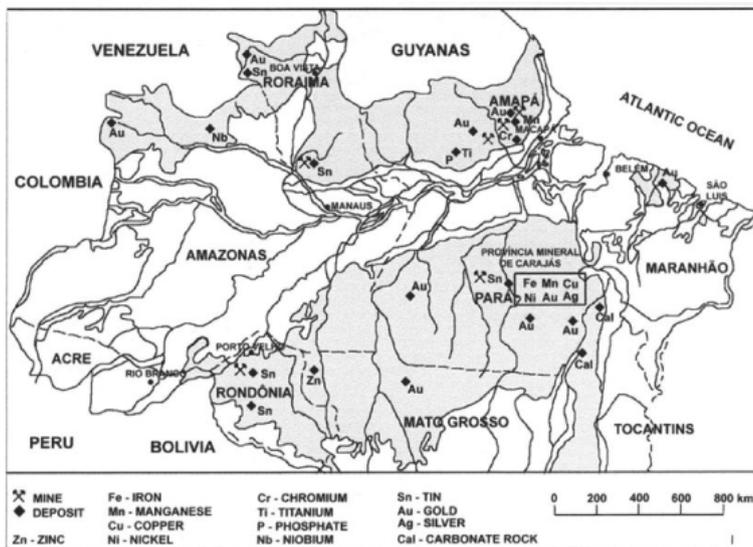


Figura 4 – Pré-cambriano na Amazônia: principais depósitos minerais

Fonte: SANTOS, 2002, p. 131.

As riquezas naturais fundamentais para o desenvolvimento da indústria de ponta nos tempos hodiernos se encontram na Amazônia (e no Congo). Daí o processo de desmonte do recente parque industrial construído no Brasil e na Argentina, em que o domínio tecnológico e científico deve claramente basear-se nas matrizes das grandes corporações e jamais num espaço geopolítico que permitiria uma autonomia das economias subordinadas. Nesse contexto, é impossível qualquer processo de desenvolvimento industrial e tecnológico sem o controle absoluto dos centros de decisão do imperialismo e das grandes corporações.

As denúncias da Lava Jato não deixam de acontecer nesse contexto e revelam que empresas como Odebrecht e

Petrobras devem ser controladas por ou entregues às grandes multinacionais, porquanto poderiam desenvolver tecnologia e quebrar a hegemonia do capital norte-americano.

Convém lembrar que a Odebrecht começava a produzir mísseis aproveitando-se das riquezas minerais existentes na região e estabelecia parcerias comerciais com as economias latino-americanas. Representava tanto a natureza subimperialista brasileira quanto uma política econômica orientada pelos governos petistas para se contrapor à hegemonia norte-americana. Evidentemente, tudo isso se inscrevia dentro dos marcos do deus mercado, havendo somente uma tentativa de reconfiguração do espaço geopolítico dominado pelos EUA.

Uma demonstração dessa tendência pode ser observada na aquisição, na época do governo Lula, de alguns aviões e de cinco submarinos, sendo um deles de propulsão nuclear – desenvolvido com tecnologia repassada pelos franceses aos brasileiros. Os propósitos da nova Estratégia de Defesa Nacional seriam a defesa dos recursos naturais existentes na Amazônia e a defesa da plataforma continental no oceano Atlântico, expresso este último nas descobertas do pré-sal, porquanto há indícios de que sua extensão pode alcançar a costa africana.

A crescente presença chinesa na América Latina e na África é uma séria ameaça aos interesses do imperialismo norte-americano. Para Luzzani (2012, p. 35), “Os EUA, a grande potência do século XX, estão em progressivo declínio. Em contrapartida, China, em primeiro lugar, outro grupo de potências novas, ainda que menores, como Brasil e Índia, pugna por incidir no cenário global”.

A ascendência da economia chinesa preocupa o imperialismo norte-americano. Constatase o desafio à supremacia norte-americana no pacto estabelecido entre China e Rússia, que adotaram uma política monetária, em 2009, para suas transações comerciais, mantendo o dólar como moeda de referência internacional, pelo renminbi chinês. O mesmo aconteceu na relação da Rússia com a Venezuela (2008) e na relação da China com o Brasil (2010). O estabelecimento da moeda chinesa nas negociações representa uma ameaça aos petrodólares norte-americanos.

Enquanto a economia norte-americana estagnou ao longo das últimas décadas, a economia chinesa deixou a sétima posição para alcançar a segunda posição, ultrapassando França, Itália, Alemanha, Japão, Rússia, Inglaterra, Canadá etc. No entanto, os EUA continuam a ser o maior parceiro econômico dos países da América Latina. Os EUA não podem perder o controle absoluto da economia latino-americana, pois a sua condição de primeira potência mundial passa indubitavelmente pela colonização dos países deste continente.

A América Latina é a zona estratégica mais importante para os interesses econômicos e geopolíticos dos EUA. Por isso tornou-se imperativo o realinhamento dos governos do Cone Sul com o imperialismo norte-americano. A hegemonia da região é fundamental para assegurar a supremacia econômica e política militar mundial dos EUA. Perder sua zona de influência para qualquer outra potência mundial representa o colapso do império.

Os EUA não abrirão mão de seus interesses econômicos da região sem promover golpes de Estado,

atentar contra os direitos humanos, devastar a natureza e promover guerras em distintas escalas. Nesse contexto, os camponeses e povos indígenas são os inimigos imediatos das corporações e das multinacionais. É evidente que nenhuma concessão do capital para o trabalho é possível no contexto da crise estrutural do sistema do capital.

#### 4.2 O imperialismo chinês na África e na América Latina

As reformas promovidas por Deng Xiaoping no final da década de 1970 representaram a plena inserção da China nos interesses do capital internacional. O seu processo de modernização industrial, agrícola e do complexo industrial-militar corrobora a entrada de capital estrangeiro e o processo de aproximação e distanciamento dos EUA.

O desenvolvimento industrial do país, forjado no processo histórico de acumulação primitiva de capital do período pós-capitalista sob a égide de Mao Tsé-Tung, será substancialmente intensificado no decorrer da década de 1970, encontrando seu coroamento nas décadas de 1980 e 1990, quando a economia chinesa alcança a marca dos dois dígitos de crescimento mediante uma gigantesca expropriação da força de trabalho camponesa e operária. Nessa época, os trabalhadores chineses são os mais explorados do planeta.

Ao contrário do desenvolvimento norte-americano, o desenvolvimento industrial chinês requer uma crescente quantidade de matéria-prima importada da África e da América Latina, pois a nova fábrica do mundo não conta com um poderoso arsenal de petróleo, minérios, materiais

energéticos e bens primários. Isso obrigou a China a implementar um padrão de expansão extraterritorial distinto dos estadunidenses. A busca de novos mercados fornecedores de energia mostrou-se necessária para assegurar o padrão de produtividade chinesa, três vezes acima da média da velocidade mundial.

A China possui carência de carvão, petróleo, gás natural, “hidro-power”, “nuclear-power”, energia eólica etc. Para se ter uma noção, “enquanto o consumo chinês cresceu 7,2% em relação a 2007, nos Estados caiu 2,8%, num movimento de queda que vem desde 1982” (RIBEIRO, 2010, p. 22). A China é atualmente o maior importador de petróleo do mundo, sendo o maior cliente de petróleo da Arábia Saudita – o pagamento do ouro negro se dá na moeda chinesa e não mais na moeda norte-americana. As relações comerciais com a Rússia, Nigéria e o Irã também se processam em renminbi.

O imperialismo chinês inscreve-se de maneira distinta para não enfrentar imediatamente o poderio bélico norte-americano. A tática chinesa se pauta muito mais pela persuasão, mediante o estabelecimento de empréstimos com exigências completamente distintas daquelas impostas pelo FMI e Banco Mundial, testa de ferro do imperialismo norte-americano. Na relação estabelecida com os países africanos e latino-americanos, os chineses adotam os seguintes princípios: “1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica” (RIBEIRO, 2010, p. 26).

Ainda segundo Ribeiro (2010, p. 26-27):

A África vem sendo uma grande fronteira de expansão. Como sugere Jiang (2009), de 2001 e 2007 o comércio chinês com a África cresceu 681%, ficando abaixo apenas do crescimento do comércio com a América Latina no mesmo período. A China é hoje o terceiro maior parceiro comercial da África após Estados Unidos e a França, e o segundo maior exportador para a África depois da França.

A China está presente em 48 dos 53 países do continente africano. Os africanos respondem por aproximadamente 25% das importações de petróleo para a China; além disso, os chineses importam distintos recursos naturais do Sudão, Argélia, Zâmbia, Nigéria, Congo DRC, África do Sul, Tunísia, Gana, Mauritânia, Namíbia e Botsuana. As corporações e bancos chineses estão envolvidos na execução de distintos projetos de extração de minérios e infraestrutura no continente.

Anota Ribeiro (2010, p. 29):

Na Etiópia, por exemplo, a China está envolvida na construção da maior represa do Continente Africano. As obras da represa do Rio Tekeze começaram em 2002 ao custo estimado de US\$ 224 milhões. Além de produzir energia elétrica o projeto servirá para a agricultura, inclusive para as áreas de cultivo de café. No Congo os investimentos situam-se na indústria de extração de cobalto, cobre e melhorias na infraestrutura da malha rodoviária para facilitar a exportação. Com o governo de Uganda a China está cooperando nas áreas de agricultura, têxtil, infraestrutura, prestação de serviço médico e equipamentos, além de educação e tecnologia.

No âmbito petrolífero estão sendo desenvolvidos projetos de extração de minérios e aperfeiçoamento da extração e refino do petróleo em países como Angola, Nigéria, Sudão etc.

A China estabeleceu, em setembro de 2017, acordo de financiamento de 20 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura com Guiné, entre 2017-2036, em troca da exploração dos minerais existentes na região. O complexo da mineração representou 98,97% das exportações da Guiné em 2016 e 84,12% em 2015. As usinas metalúrgicas e refinarias que servem para o enriquecimento de alumínio estão na China e não em Guiné. A extração de bauxita na região de Boké provoca inúmeros impactos ambientais e pouquíssimos empregos, devido à elevada tecnologia adotada pelas multinacionais chinesas.

Os investimentos chineses têm como propósito reduzir significativamente os custos com a extração e o transporte. No acordo com a Guiné receberá menos pela bauxita exportada por multinacionais chinesas: somente 4 dólares por cada tonelada de bauxita exportada, pouco em comparação aos 8 dólares recebidos com a exportação realizada pela estatal Companhia de Mineração de Boké (SMB) (GLOBAL VOICES, 2017).

Na relação com a América Latina, a demanda chinesa por matéria-prima colaborou no processo de desindustrialização das economias mais desenvolvidas na região, fortalecendo a concentração da produtividade na exportação de *commodities* (petróleo, ferro, soja, milho, alimentos e insumos) e produtos manufaturados com baixa inserção tecnológica, ou seja, acentuou-se a velha tendência

agroexportadora dessas economias. A forte presença da China na América Latina tem obstaculizado o desenvolvimento industrial do Brasil, México, Argentina e Chile no cenário internacional. A relação estabelecida pela China com os países latino-americanos representa a constituição de novos mercados para os produtos industrializados chineses.

Brasil e Argentina são os países que concentram a maior taxa de exportação de *commodities* para a China: 77% concentram-se na exportação de soja. Na perspectiva de assegurar a drenagem das riquezas naturais para o abastecimento de seus mercados, a China tem investido em obras de infraestrutura, na importação de produtos agrícolas e minérios e na exportação de produtos manufaturados (automóveis, celulares, computadores, vestuários, máquinas, autopeças), transformando a África e a América Latina num mercado consumidor de seus produtos industrializados.

Na perspectiva de assegurar mercados, os chineses operaram os seguintes investimentos nas obras de infraestrutura na América Latina:

obras das represas Néstor Kirchner e Jorge Capernic no rio Santa Cruz, na Argentina; a participação no Leilão de Libra, dos recursos do pré-sal brasileiro; metrô de Quito, no Equador; porto de águas profundas no Suriname, assim como uma rodovia de Paramaribo até Manaus; modernização do porto de Buenaventura, na Colômbia; construção de uma rodovia de 600 km ligando o centro colombiano à fronteira com a Venezuela; melhorias na navegação do rio Meta, na Venezuela; expansão do porto venezuelano de Palúia; desenvolvimento do

porto chileno de Desierto; expansão do porto argentino San Antonio Oeste; e a Ferrovia Bioceânica, entre Brasil e Peru... (JOEGER, 2017, p. 11).

A construção da Bioceânica ou Ferrovia Transcontinental com 4,9 mil km, ligando os oceanos Atlântico (porto do Açú no Rio de Janeiro) ao Pacífico (Bayocar no Peru) é uma operação avaliada em aproximadamente 50 bilhões de dólares somente do lado chinês. A construção da Ferrovia Transcontinental pretende facilitar especialmente o escoamento da produção agrícola e reduzir os custos com a logística para a indústria de beneficiamento das matérias-primas no mercado externo.



[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferrovia\\_Transoce%C3%A2nica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferrovia_Transoce%C3%A2nica)

A principal manifestação da presença chinesa na América Central é a construção do Canal da Nicarágua, executada por empresas chinesas. Os projetos operacionalizados pelas corporações chinesas contam com participação do sistema financeiro chinês, a exemplo do Banco de Desenvolvimento da China, Banco de Construção da China, EximBank chinês, através de multinacionais como China Communication Construction Company, China Overseas Shipping Company, China Shipping, Hanjin, China National Offshore Oil Corporation, China National Petroleum Corporation (CNPC), China CAMC Engineering, China Eryum Engineering Group Co. Ltda. e China Railway Corporation (JOEGER, 2017, p. 11).

#### 4.3 A classe trabalhadora chinesa e a classe trabalhadora latino-americana

Ao mesmo tempo a classe trabalhadora chinesa passa a apresentar maior capacidade de pressão na partilha da riqueza socialmente produzida. Segundo o Euromonitor Internacional, os operários latino-americanos recebem menos do que os operários chineses; a única exceção é o Chile. Enquanto a hora de trabalho na indústria chinesa alcançou o valor de US\$ 3,60 em 2016, o valor da hora trabalhada pelo operário brasileiro foi US\$ 2,70; já o trabalhador mexicano ficou em US\$ 2,10 por hora. Essa tendência também pode ser observada na África do Sul, onde a média salarial por horas passou de US\$ 4,30 em 2005 para US\$ 3,60 em 2016. O valor dos salários teve queda também na Argentina, Colômbia, Tailândia, Índia etc.

Enquanto o salário médio dos operários chineses avança, o salário médio dos operários latino-americanos e da zona do Euro não parou de cair; havendo uma tendência de o proletariado latino-americano receber 70% daquilo que recebe o proletariado da zona do Euro, com uma tendência de aproximar-se da média salarial do proletariado português e grego. O fenômeno está relacionado ao processo de composição e reconfiguração da divisão social do trabalho em escala internacional. Isso está relacionado à necessidade do capital de criar novas zonas em que o rebaixamento da força de trabalho torne atrativo o deslocamento do capital da China para outras regiões do mundo.

A crise econômica tem jogado o valor da hora trabalhada do proletariado mundial sempre para baixo. Enquanto a hora dos trabalhadores chineses passou de US\$ 1,50 em 2005 para US\$ 3,30 em 2016, o proletariado indiano continua recebendo aquilo que recebendo em 2006, ou seja, a quantia de US\$ 0,70 por hora. Isso explica por que a economia indiana continua crescendo e assegurando taxas de expansão acima da chinesa nos últimos anos.

Os apologetas do sistema preferem apontar que a perda de competitividade chinesa no rebaixamento dos salários operários está relacionada ao envelhecimento da população e à redução da oferta de força de trabalho e ressaltam a necessidade de ampliação do mercado interno chinês para solucionar o problema. O que esses apologetas liberais tentam claramente esconder é o avanço das organizações operárias chinesas apesar do controle férreo exercido pelo Estado e geralmente contra as organizações sindicais e centrais sindicais governistas e capitalistas.

Não se pode desconsiderar que o mecanismo adotado pelo capital para que a economia chinesa alcançasse uma taxa de crescimento de 10% ao ano nas últimas décadas foi o controle férreo do Estado sobre o proletariado chinês. O Estado serviu como meio fundamental para manter os lucros elevados das multinacionais instaladas depois de todo um processo de privatização e desmonte dos serviços públicos.

Um exemplo da tenaz resistência do proletariado chinês foi a greve realizada pelos operários da fábrica Yue Yuen, que confeccionava calçados esportivos (Nike, Adidas, Reebok, Asics, New Balance, Puma, Converse, Salomon, Timberland etc.). Eles entraram em greve pelo não pagamento da previdência social, seguro de pensões e abono aos operários. A greve iniciada em 5 de abril de 2014 na Yue Yuen obteve a solidariedade dos operários de Dongguan; o movimento ultrapassou mais de 20 mil operários paralisados e mobilizados nos portões da fábrica.

Os operários têm resistido tenazmente à política de ajuste das multinacionais e do governo chinês mediante a constituição de um movimento paredista que contamina todo o país. A ascendência do movimento grevista e das manifestações intensificou a crise de confiabilidade do capital internacional em relação ao governo chinês. Apesar da ampliação dos mecanismos repressivos, o crescimento das greves pode ser observado pelo “Mapa de Greves” (<http://maps.clb.org.hk/strikes/en>), divulgado pelo *site* da ONG *China Labour Bulletin*, defensora dos direitos dos trabalhadores chineses.

Embora os dados apresentados pelo Mapa fiquem aquém dos números efetivos, o Mapa oferece uma

radiografia do que anda a ocorrer com a fábrica do mundo. O Mapa destaca que aconteceram cerca de 1.200 incidentes (greves e protestos) entre 2011 e 2013, enquanto somente em 2014 foram registrados mais de 1.300 incidentes. Por sua vez, em 2015 aconteceu uma duplicação do número de greves e protestos, passando de 1.300 para 2.726 ocorrências (greves e protestos). Para se ter uma noção do tamanho das atividades paredistas e de protestos, no estado de Guangdong sucedeu mais de um acontecimento grevista e de protesto diariamente: foram 418 ocorrências em 2015. O movimento contra o atraso no pagamento dos salários, contra a tentativa de redução do valor da jornada de trabalho ou contra o rebaixamento do valor da hora de trabalho perpassa os distintos setores econômicos, sendo a produção industrial a responsável pelo maior número de incidentes (28%), seguida pelo setor de transporte (8%), construção civil (8%), mineração (5,5%) etc.

O movimento não sofreu refluxo algum no decorrer de 2016; pelo contrário, somente nos três primeiros meses do ano foram registrados 1.826 incidentes. Quando comparado com os conflitos trabalhistas registrados no primeiro semestre de 2015, houve um aumento de 18,6% no primeiro semestre de 2016. O *China Labour Bulletin* aponta que entre 1º de junho e 31 de dezembro foram registrados 1.377 casos; os estados com maior número de ocorrências foram: Guangdong, com 175 casos, Sandong, com 122 casos, Sichuan, com 82 casos, Henan, com 78 casos, Zhejiang, com 49 casos, Fujian, com 44 casos e Lioning, com 42 ocorrências. As manifestações foram motivadas principalmente por atraso salarial, descumprimento da

seguridade social, ausência de contrato social e fechamento de empresas.

Com o controle absoluto das organizações sindicais pelo Estado, sob o manto do Partido Comunista, em que o direito de greve operária somente é reconhecido pelo governo quando realizada pela Federação Chinesa de Sindicatos (ACFTU), os operários têm desenvolvido novas alternativas para enfrentar o poder do capital e do Estado que controla a ACFTU. Apesar das inúmeras prisões das lideranças que emergem contra a política instituída, os operários têm apresentado uma tenaz resistência ao capital e à camarilha governista, que figura como verdadeira personificação do capital. Assim, os operários da fábrica do mundo aprenderam como enfrentar seus patrões e o representante político do capital (Partido Comunista Chinês). Os operários latino-americanos têm muito a aprender com os operários chineses. Aprender que não podem abrir mão de seus direitos sociais; para tanto, precisam enfrentar o capital que rebaixa seus salários e pretende aprovar mais uma contrarreforma da previdência social. Apesar da intensa repressão contra o proletariado chinês, eles asseguraram a elevação do valor da hora trabalhada porque não ficaram a esperar pela central governista, como os operários brasileiros. Desse modo, o exército do proletariado, formado por 300 milhões de migrantes, foi obrigado a deslocar-se do campo para a cidade. Elegeram o mês de janeiro como o mês das greves, visando paralisar a produção e obrigar os capitalistas a atualizarem os seus salários. O proletariado chinês tem muito a ensinar ao proletariado brasileiro, especialmente que é possível efetivar greves e

enfrentamentos sem a presença da anacrônica estrutura sindical e dos velhos partidos de esquerda.

#### 4.4. EUA *versus* China

A crise econômica de 2008-2009 resultou numa redução da taxa de crescimento das economias denominadas emergentes (China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul). A China chegou à pior taxa de crescimento em 25 anos – 7% em 2015, perdendo capacidade na importação de *commodities* para evitar uma crise de superprodução, com nítido refluxo de seu período áureo. O crescimento do país foi de 6,6% em 2016 e deverá se manter praticamente constante, em 6,2%, em 2017.

A crise da economia chinesa pode ser observada na dívida das empresas estatais, de 145% do PIB, e na dívida do setor privado, que atingiu quase 210% do PIB em março de 2016. Para salvar os aglomerados da crise, o PCC anunciou um programa de reformas que inclui facilitar a venda de terras agrícolas pelos camponeses. Há uma tendência a aumentar a taxa de desemprego e a agravar a situação dos 10% da população (120 milhões de pessoas) que vivem com menos de um dólar por dia (SANTANDER, 2017).

O modelo centrado na importação de recursos primários em detrimento da exportação dos produtos manufaturados encontra um novo ciclo de concorrência, revelando claramente como o sistema do capital entrou numa crise de expansão e acumulação. O ciclo da expansão chinesa somente foi possível destruindo o parque industrial existente na América Latina e inviabilizando o desenvolvimento

científico e tecnológico autônomo. Por sua vez, a intensificação da crise econômica dos EUA e da Europa coloca a necessidade de acirramento da disputa por esses mercados.

Apesar da estagnação sofrida nas últimas décadas, os EUA possuem um Produto Interno Bruto (17,7 trilhões de dólares) 70% acima do PIB chinês (10,35 trilhões de dólares). A economia norte-americana é extremamente diversificada, tem enorme capacidade produtiva de produtos agrícolas (laranja, limão, milho, soja, amendoim, trigo, algodão, cana-de-açúcar, maçã, morango, uva etc.), pecuária (segundo maior rebanho de bovinos do mundo, perdendo somente para o Brasil), pesca, silvicultura e manufatura. As fábricas concentradas nos estados da Califórnia, Texas, Ohio, Illinois, Michigan, Pensilvânia, Carolina do Norte e Nova Iorque produzem computadores, *softwares*, equipamentos aeroespaciais, veículos motorizados, máquinas, produtos eletrônicos, petróleo, siderurgia, fertilizantes, remédios, produtos químicos, produtos têxteis, armamentos etc.

Os EUA possuem o mais poderoso sistema financeiro mundial, com suas 800 mil instituições financeiras e 87 mil centros bancários, bolsas de valores (Nova Iorque, NYSE, NASDAQ, Los Angeles, San Francisco, Dallas, Houston, Filadélfia e Boston). O país consome  $\frac{1}{4}$  da energia elétrica mundial e importa 15% do petróleo mundial, 20% do cobre e tungstênio, 50% do zinco e do manganês. Novamente se observa, como no caso chinês, a relevância das riquezas minerais existentes na Amazônia e no Congo.

O centro de grandes corporações como Coca-Cola, McDonalds, Ford, Exxon Mobil, Walmart, Chevron, General Motors e Boeing ocupa também papel proeminente na desigualdade social: quase 15% da população norte-americana vivem abaixo da linha de pobreza e 49,7 milhões vivem na pobreza. Os EUA apresentam o pior índice de desenvolvimento humano (IDH) entre os países ricos e 20% de sua população é analfabeta funcional (TERRA, 2017). Segundo Ari (2013), na maior nação liberal do mundo, 80% de sua população vive próximo da pobreza ou abaixo da linha de pobreza.

Enquanto a economia chinesa mantém a taxa de crescimento dos anos anteriores (entre 7% e 6,2%), a economia estadunidense mantém suas taxas de crescimento abaixo dos 3%. No terceiro trimestre de 2017 alcançou 3,1%, o que não compensa o reduzidíssimo crescimento de 1,2% no primeiro trimestre e de 2,1% no segundo trimestre. A expansão no terceiro trimestre deveu-se especialmente ao estímulo das vendas de automóveis e alimentos, propiciada pelos ciclones. O capital norte-americano revela sempre sua natureza destrutiva para poder assegurar as taxas de crescimento.

Nesse contexto, o governo Donald Trump anuncia uma taxa de 3,3% para 2017, mediante o estabelecimento de uma política de corte dos impostos, desregulamentação dos direitos sociais e gastos com infraestrutura (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/8/2017). A recuperação econômica dá-se por meio da redução dos serviços de assistência social à população que está acima da linha de pobreza; desse modo, as condições de vida da classe trabalhadora na maior

economia do planeta tendem a deteriorar-se acentuadamente. Para Sheldon Danziger, economista da Universidade do Michigan, “é que os benefícios de uma economia crescente não estão mais sendo compartilhados por todos os trabalhadores como eram nos 25 anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial” (apud ARI, 2013, p. 1).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ARI, Simeon. *Pobreza nos Estados Unidos atinge 80% da população*. Endereço eletrônico: <https://umhistoriador.wordpress.com/2013/11/20/pobreza-nos-estados-unidos-atinge-80-da-populacao>. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

CLB – CHINA LABOUR BULLETIN. *Supporting the Workers' Movement in China*. Hong Kong. Disponível: <http://www.clb.org.hk/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017. Endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/19/14240-economia-dos-eua-cresce-3-no-2-trimestre-e-supera-expectativas.shtml>. Acesso em 08 de dezembro de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Trabalhador brasileiro já ganha menos que um chinês, aponta estudo*. 26 de fevereiro de 2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/18/62186-trabalhador-brasileiro-ja-ganha-menos-do-que-um-chines-aponta-estudo.shtml>.

\_\_\_\_\_. *Economia dos EUA cresce 3% no 2º trimestre de supera expectativas*. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/18/62186-trabalhador-brasileiro-ja-ganha-menos-do-que-um-chines-aponta-estudo.shtml>.

GLOBAL VOICES. *Acordo de 20 bilhões de dólares entre China e Guiné gera preocupações*. 22 de novembro de 2017. Endereço eletrônico: <https://pt.globalvoices.org/2017/11/22/acordo-de-20-bilhoes-de-dolares-entre-china-e-guine-gera-preocupacoes>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

JAEGGER, Bruna Coelho. *Conjuntura Austral. Investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional*. Endereço eletrônico: <http://oaji.net/articles/2017/2137-1489759412.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

LIT-CI. *Governo chinês planeja demitir 2 milhões de operários*. 24 de abril de 2016. Disponível: <http://litci.org/pt/mundo/asia-mundo/china/governo-chines-planeja-demitir-2-milhoes-de-operarios/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

LUZZANI, Telma. *Territorios vigilados: como opera la red de bases militares norte-americanas em suldamérica*. Buenos Aires: Debate, 2012.

OBSERVADOR. *Wolfgang Schäube avisa para risco de nova crise financeira a nível global*. Endereço eletrônico: <http://observador.pt/2017/10/08/wolfgang-schauble-avisa-para-risco-de-nova-crise-financeira-a-nivel-global/>. Acesso em 10 de dezembro de 2017a.

\_\_\_\_\_. *Shulz quer referendo para criar Estados Unidos da Europa até 2025 – e quem for contra sai.* Endereço eletrônico: <http://observador.pt/2017/12/09/schulz-quer-referendo-para-criar-estados-unidos-da-europa-ate-2025-e-quem-for-contra-sai>. Acesso em 10 de dezembro de 2017b.

RIBEIRO, Valéria Lopes. *A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico.* Revista OIKOS. Rio de Janeiro. Vol. 9, n. 2, 2010. Endereço eletrônico: [www.revistaoikos.org](http://www.revistaoikos.org).

SANTANDER. *A economia da China.* Endereço eletrônico: <https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/china/economia>. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

SANTOS, Breno. Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, 16 (45), 2002.

TERRA. *EUA têm o pior índice de pobreza dos países ricos.* Endereço eletrônico: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI118951-EI1660,00-EUA+tem+o+pior+indice+de+pobreza+dos+paises+ricos.ht>ml. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

TRADING ECONOMICS. *Dívida pública % PIB – lista de países.* Endereço eletrônico: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

VARELA, Raquel – ARCARY, Valerio. Crises econômicas, regressão histórica e conflitos sociais: um ensaio. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017.

VALOR ECONÔMICO. *Salário médio da indústria da China supera o do Brasil e do México*. <http://www.valor.com.br/internacional/4881644/salario-medio-da-industria-da-china-supera-o-do-brasil-e-do-mexico>.

## CAPÍTULO V

### CONJUNTURA ARGENTINA 2017: UMA LEITURA A PARTIR DO O REGISTRO/PERSPECTIVA DE CLASSE DAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA DA ARGENTINA

---

Antônio de Pádua Camelo Canel<sup>26</sup>

Pensar os elementos necessários ao que comumente chamamos de Análise de Conjuntura remete-nos a uma infinidade de fatores que devem ser considerados no momento de elaboração de tal análise. Aqui, pelo curto espaço que temos, limitaremos a pensar a conjuntura argentina de 2017 enquanto um exemplo para a realidade brasileira. Neste sentido, nos centraremos em aspectos políticos vinculado as atividades dos movimentos sociais e políticos argentinos.

A necessidade, que aqui reivindicamos, de pensar o caso argentino como exemplo para o caso brasileiro está baseada no fato de que ambos os países possuem no atual momento histórico governos que podem ser definidos como neoliberais e que definidamente desenvolvem suas atuações políticas em aberto consenso com os empresários (burguesias) locais, assim como com os estrangeiros, num

---

<sup>26</sup> Possui Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (2010) e Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo(2013). Doutorando em História pela Ruhr-Universität Bochum (Alemanha).

confronto aberto com os movimentos sindicais e sociais populares dos mais variados espectros de luta. Além do mais, tal governo está composto por organizações políticas, *think tanks* e ONG's que possuem uma agenda política que ultrapassa os limites do território vizinho e se possui relações muito fortes com organizações em território brasileiro e latino-americano. Daí resulta importante que desta presente análise se possa tirar apontamentos para uma intervenção política que tenha claro o nível de associação continental que as classes dominantes em nossa Latino-América possuem.

### 5.1 Laços e descampassos: passado e presente

No último número da revista britânica *New Left Review* de 2017<sup>27</sup>, o historiador estadunidense Mike Davis descreveu o ano de 1960 como um ano que rompe com a apatia política que caracterizou os anos 50. Pedimos emprestadas suas palavras para dizer que o ano de 2017 foi um ano que não será esquecido na história recente da Argentina. Isso se deve ao fato de que os movimentos sociais dos mais variados espectros – de trabalhadorxs ocupadxs e desocupadxs, direitos humanos, feministas, LGBT, culturais, etc. – assim como partidos políticos, tanto da esquerda, assim como kirchneristas e outros “progressistas”, marcaram a agenda política com fortes manifestações de rua e greves.

Tais mobilizações não podem ser entendidas se não temos em consideração a história recente da Argentina, já que tais acontecimentos não podem ser explicados à luz de

---

<sup>27</sup> Davis, M. *The Year 1960*, em “*New Left Review*“ 108, November-December 2017.

determinações meramente econômicas de crise pela qual passa o país ao lado.

### 5.1.1 Contexto turbulento

No ano de 2001, durante o mês de dezembro, nos dias 19 e 20, houve uma rebelião popular (“estallido popular”) que ficou conhecida como “Argentinazo”. Esse “estallido” e as manifestações subsequentes a ele tiveram como consequências políticas imediatas a renúncia de 3 presidentes em menos de um mês.

Fruto de uma profunda crise econômica, cujas raízes podem ser encontradas nas políticas neoliberais postas em prática pelo presidente peronista Carlos Menem durante os seus governos nos anos 90, o “Argentinazo” foi parte de um quadro de revoltas e rebeliões populares que marcariam o início do século XXI na América Latina.<sup>28</sup>

Os acontecimentos de 2001, que se prolongaram até 2002, são uma marca profunda tanto na memória como na prática das organizações políticas e sociais. A grande proclama de “¡Que se vayan todos!”, que marcou a aliança entre distintas frações da classe trabalhadora com setores de classe média e pequena burguesia frente as frações políticas representantes da classe dominante e sua política de ataque ao povo trabalhador e setores populares, permanece como

---

<sup>28</sup> Para um interessante quadro de rebeliões e revoltas populares deste período ver o livro conjunto de Decio Machado e Raúl Zibechi que se chama “*Cambiar el mundo desde arriba: Los límites del progressismo*”, publicado em 2016 e que está disponível em:

[https://www.cedla.org/sites/default/files/cambiar\\_el\\_mundo\\_desde\\_arriba\\_pdf.pdf](https://www.cedla.org/sites/default/files/cambiar_el_mundo_desde_arriba_pdf.pdf)

uma condição objetiva e subjetiva para as lutas atuais na Argentina.

### 5.1.2 Novos atores de nova realidade

Os acontecimentos de 2001 transformaram a realidade da luta de classes na Argentina de modo profundo. No cenário particular da história do país vizinho, talvez por ironia ou por tragédia, no palco da luta de classes, surgiram personagens que reivindicam uma autodenominação peculiar própria dos anos 60 e 70.

Os 17 anos que sucederam o “Argentinazo” (2001), marcam o período de atuação de uma fração da esquerda argentina que se autodenomina de “nueva izquierda”, “izquierda independiente”, “izquierda popular”, etc. Também neste período houve a conformação de uma aliança de esquerda classista no plano eleitoral chamada de “Frente de Izquierda y de los Trabajadores” (FIT), que é um frente impulsado majoritariamente por correntes trotskistas.

Tanto a rebelião popular de 2001, como as organizações políticas e sociais que transitaram ou que surgiram a partir desta experiência singular (“Argentinazo”), são parte de um processo histórico que, por um lado, tem suas raízes mais profundas nos resultados provenientes da última ditadura empresarial-eclesiástico-cívico-militar (1976-83), e que por outro lado, é produto dos acontecimentos desencadeados como consequência da década neoliberal (os anos 90).

Para compreender o surgimento tanto desta nova fração – conhecida como nova esquerda e que adota métodos

de ação direta, democracia de base e democracia direta por meio de assembleias (de bairro, sindical, cultural, ambiental, etc.) autogestão, etc. –, assim como o surgimento do polo eleitoral de esquerda classista é preciso entender alguns aspectos históricos. A enumeração de alguns elementos históricos se faz necessário pelo fato de que para nós esse bloco de esquerda heterogêneo, fruto da ação desta NE e do FIT, assim como de outros grupos e movimentos, foi o responsável por dar a tônica combativa às manifestações de 2017.

Um primeiro aspecto importante estaria nas políticas neoliberais desenvolvidas nos anos 90 durante o governo peronista de Carlos Menem (1989-1999), as quais significaram, entre várias coisas, a privatização dos recursos e das empresas estratégicas da Argentina.<sup>29</sup> Como consequência direta desta política, foram destruídos milhões de empregos, o que se traduziu, imediatamente, no grande nível de desocupação e de pobreza jamais vista durante o século XX no país.<sup>30</sup> Segundo a professora e ativista argentina Jorgelina Matusevicius, se para a NE e a esquerda em geral dos anos 60-70 o cenário social, cultural, político e econômico se caracterizava a) pela alta participação da classe trabalhadora ocupada e b) por uma radicalidade nas estratégias de luta vinculada a um horizonte de

---

<sup>29</sup> Foram privatizadas empresas de base (petróleo, gás, energia, água) e de serviços (comunicação, transportes, etc.). (Kohan, Aníbal. *¡A las calles!: una historia de los movimientos piqueteros y caceroleros*. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2002, p.10)

<sup>30</sup> O governo de Menem deixou um saldo de 19 milhões de pessoas em situação de pobreza, o que significava metade da população. (Kohan, Aníbal, 2002, p.12)

transformação do sistema, para esquerda em geral de hoje da Argentina, o contexto está marcado por a) uma classe trabalhadora ocupada disciplinada e fragmentada, b) por um grande nível de desocupação, desemprego e distintas formas de trabalho precarizado e c) pela perda de um horizonte socialista como possível solução para as desigualdade sociais que se refletem imediatamente em pobreza e miséria.<sup>31</sup>

Poderíamos enumerar como segundo aspecto o surgimento do movimento piquetero –movimento composto por trabalhadoras e trabalhadores desocupadas/os.<sup>32</sup> Tal movimento gera, por um lado, um criativo repertório de ações, inovando as táticas de luta<sup>33</sup> e, por outro, desenvolve novas experiências como meio de resistência à avalanche de consequências postas em movimento pelas políticas neoliberais. Frente aos cortes nos direitos sociais e trabalhistas, e ao profundo empobrecimento da população e o grande nível de desocupação, nasceram, entre os anos 96 e

---

<sup>31</sup> Matusевич, Jorgelina. *Nuevas apuestas, viejos problemas. Apuntes para una caracterización de la nueva izquierda argentina*, em “Revista Contra-Tiempos” - El Socialismo de Nuestro Tiempo, Buenos Aires mayo 2013.

<sup>32</sup> O movimento Piquetero surge nos 90. A base social dos seus membros são, em sua grande maioria, trabalhadorxs desocupadxs que perderam seus empregos por causa das medidas neoliberais de privatizações das empresas estatais da Argentina, como por exemplo, a empresa petroleira YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), cuja privatização resultou na demissão de mais de 50 mil trabalhadorxs entre os anos 92 e 96. Tal movimento social foi responsável pelas grandes rebeliões populares por toda Argentina nos anos 90, sendo os Piqueteros um dos principais protagonistas do Argentinazo.

<sup>33</sup> Por exemplo: bloqueios de múltiplas pistas de um Estado; assembleias massivas guiadas pelo princípio de democracia direta e de base; grande participação de mulheres; etc.

97, os primeiros piqueteros – também conhecidos como *fogoneros* – no interior do país, nas cidades petroleiras de Plaza Huinul, Cutral Co e General Mosconi.<sup>34</sup>

Um outro aspecto importante na construção desta NE, assim como do FIT, e de uma radicalização em setores da esquerda argentina seria a “falência” da “esquerda tradicional” ou “velha esquerda”, que é identificada com os PC’s e PS, e rupturas com as práticas de alguns partidos trotskistas<sup>35</sup> e maoístas.

Tais aspectos históricos permitem uma explicação aproximativa da realidade local da luta de classes argentinas. De modo que podemos ter uma visão inicial de elementos que podem ajudar no esclarecimento dos últimos grandes fenômenos de lutas de massas que marcam a Argentina desde o surgimento do movimento piquetero nos anos 90, assim como o fenômeno das fábricas recuperadas e autogestão/ação direta/assembleias populares dos

---

<sup>34</sup> Tanto Plaza Huinul como Cutral Co são cidades do Estado de Neuquén, no sul da Argentina. A cidade General Mosconin está situada no Estado de Salta, no norte da Argentina.

<sup>35</sup> É importante deixar claro que essa “falência” não se aplica como um todo aos partidos trotskistas. Daí que deva ser relativizada. Primeiro, porque é uma acusação que parte das organizações que não compartilham das ideias trotskistas. Segundo, além do mais deve ser relativizada pelo importante fato que na presente década a aliança eleitoreira trotskista conhecida como FIT é o polo de maior relevância da esquerda argentina hoje. Algo que já por si colocaria em contradição a suposta “falência”. Terceiro, os partidos trotskistas possuem uma reconhecida intervenção sindical e piquetera. Deste modo, vale dizer que o uso de “falência” pode ser feito, no que concerne aos partidos trotskistas, para se referir por um lado às suas práticas, as quais seriam vistas como centralistas, autorreferenciais e por vezes, antidemocráticas; e, por outro lado, às suas ideias, as quais estariam baseadas numa leitura restrita das ideias de Trotsky expostas no seu “Programa de Transição”.

movimentos sociais durante e pós-2001, passando pelo surgimento do “Frente de Izquierda y de los Trabajadores” (FIT) em 2011, até o surgimento do fenômeno da luta feminista e de gênero “Ni una a menos” em 2015.<sup>36</sup>

## 5.2 O governo dos Ceo's

### 5.2.1 Macrismo e kirchnerismo

O atual governo, liderado por Mauricio Macri (PRO), saiu vitorioso nas eleições presidenciais de 2015. Conformado pela aliança chamada “Cambiamos”, feita entre os partidos PRO-UCR-CC, não nega as suas intenções desde sua chegada a Casa Rosada, sede do executivo argentino.

Logo após assumir, ficaria conhecido o novo governo como “el gobierno de los CEOs”, uma “*ceocracia*”, como definiu o periodista do *jornal Pagina 12*, Alfredo Zaiat.<sup>37</sup> Tal alcunha se deve ao fato de que muitos dos seus ministros e

---

<sup>36</sup> “Ni Una Menos es un grito colectivo contra la violencia machista. Surgió de la necesidad de decir “basta de femicidios”, porque en Argentina cada 30 horas asesinan a una mujer sólo por ser mujer. La convocatoria nació de un grupo de periodistas, activistas, artistas, pero creció cuando la sociedad la hizo suya y la convirtió en una campaña colectiva. A Ni Una Menos se sumaron a miles de personas, cientos de organizaciones en todo el país, escuelas, militantes de todos los partidos políticos. Porque el pedido es urgente y el cambio es posible, Ni Una Menos se instaló en la agenda pública y política. El 3 de junio de 2015, en la Plaza del Congreso, en Buenos Aires y en cientos de plazas de toda Argentina una multitud de voces, identidades y banderas demostraron que Ni Una Menos no es el fin de nada sino el comienzo de un camino nuevo.” ( [http://niunamenos.com.ar/?page\\_id=6](http://niunamenos.com.ar/?page_id=6) )

<sup>37</sup> <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-287680-2015-12-06.html>

ministras ocuparam cargos de CEOs (*chief executive officer*) em grandes empresas e bancos, como LAN, JP Morgan, Grupo Macri, Telecom, Shell, Deutsche Bank, etc.<sup>38</sup> O próprio presidente Macri, é membro de uma das famílias mais ricas, dona do Grupo Macri – um dos maiores grupos empresariais da Argentina.

Na opinião de Christian Castillo, professor e ex-deputado estadual de Buenos Aires pelo Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), o qual faz parte do FIT, não há muito mistério na hora de interpretar as linhas postas em práticas pelo governo de Cambiemos. Isso porque, segundo Castillo (2016),

En primer lugar la quita de retenciones a las patronales agrarias, que desaparecieron para el trigo, el maíz y otros productos y bajaron un 5 % para la soja este año. Esta medida ligada a una devaluación del peso que ha sido en un primer momento de un 40 %, duplicó la rentabilidad de los productores de trigo y maíz y aumentó en un 50 % la de la soja: de conjunto, una transferencia calculada en alrededor de \$ 60 mil millones anuales para los terratenientes, capitalistas agrarios y las exportadoras, con su contracara en los aumentos del pan, la leche y la carne para los consumidores locales, ya que al quitar retenciones la tendencia es al alineamiento de los precios internos con los internacionales.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Uma lista com os nomes de tais CEO's pode ser vista na mesma matéria do jornalista Alfredo Zaiat, no jornal *Página 12*: <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-287680-2015-12-06.html>

<sup>39</sup> Castillo, Christian. *El gobierno de los CEO, el “decisionismo” macrista y los desafíos de la izquierda*. Publicado em “Estrategia

Como presidente, Macri pôs em prática, logo iniciado seu governo, uma dupla medida. Por um lado, realizou uma desvalorização da moeda argentina, o peso; e, por outro, fez cortes nos impostos de importantes produtos para exportação, beneficiando assim o setor do agronegócio argentino – setor que foi um dos principais no conflito agrário contra governo kirchnerista de Cristina Kirchner.

Além do mais o governo realizou tarifazos que elevaram os impostos em distintos serviços para a população, chegando a um aumento que variou entre 400% a 1800%.<sup>40</sup> O resultado, segundo o economista Claudio Katz, foi o de que

Los tarifazos no corrigen anomalías de los subsidios precedentes. El kirchnerismo subvencionaba a las empresas para mantener precios reducidos de los servicios y el macrismo enriquece al mismo sector autorizando los aumentos. Nadie revisa el manejo de ese dinero, ni penaliza la ausencia de inversiones o la violación de los contratos (Katz, 2016).

O governo de Macri, enquanto representante expreso da classe dominante argentina, não se preocupou em por em prática tais medidas. Chegado ao governo, o representante máximo “ministrxs CEO’s”, não se preocupou em realizar tais medidas impopulares. Diferente de Temer, o

---

Internacional- AÑO XXV: *América Latina. El fin de una ilusión*”. 12.01.2016, p.29. <http://www.estrategiainternacional.org/Revista-Estrategia-Internacional-Nro-29?lang=es>

<sup>40</sup> Katz, Claudio. *La economía de Macri*. 05/07/2016. <http://katz.lahaine.org/b2-img/LAECONOMADEMACRI.pdf>

qual chegou por meio de um golpe ao mando do governo, Macri foi conduzido à Casa Rosada pelo voto.

Seria de muita simplicidade argumentativa dizer que Macri chega ao poder por haver um descontento com o governo anterior, o de Cristina Kirchner. Não foi apenas descontento. Coisa que também houve. Para chegar ao governo foi posta em marcha uma campanha midiática pesada, visando eleger um candidato que há 17 anos atrás seria impensado por seu aberto caráter neoliberal.

Macri es el primer presidente no radical ni peronista desde 1916, y aspira a constituir un nuevo tiempo político en el país bajo una nueva identidad, de derecha y con consenso electoral de masas, lo que supone apoyo entre los más pobres y los trabajadores.<sup>41</sup>

O governo anterior ao de Cambiemos estava conformado por distintas fracções de classe, tanto de setores burgueses locais ou não, assim como parte dos trabalhadores ocupados e desocupados. Tal governo pretendeu por em prática políticas de caráter “neo-desenvolvimentista”, visando a um “capitalismo en serio”, como bem destacou Cristina Kirchner em 2011 no G20: “Esto que estamos viviendo, señores, no es capitalismo. Esto es un anarcocapitalismo financiero total, donde nadie controla a nadie”<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Gambina, Julio C. *La política en la Argentina después de las elecciones legislativas*. 23/10/2017 <http://juliogambina.blogspot.de/2017/10/la-politica-en-la-argentina-despues-de.html>

<sup>42</sup>La Nación, 04/11/2011: “*La Presidenta reclamó un "capitalismo en serio"*”. <https://www.lanacion.com.ar/1420295-cristina-pidio-capitalismo-en-serio>

Se para a anterior presidenta – representante máxima do kirchnerismo após a morte de seu marido (Néstor Kirchner) – o “verdadero problema es la falta de regulación de los mercados financieros en el mundo. No las *commodities*”, para Macri a coisa é outra.

Como assinala o economista Mariano Félix, o kirchnerismo se preocupou por consolidar a estabilidade do capitalismo argentino por meio de uma proposta de saída tanto frente à crise político-econômica dos anos 2001-2002, como frente às forças sociais e políticas do campo classe trabalhadora (ocupada/desocupada).<sup>43</sup> Ao contrário do “neo-desenvolvimentismo” kirchnerista, Macri aplicou uma política de confronto direto com a classe trabalhadora em seu conjunto. O fato de que ambos governos sejam burgueses

---

<sup>43</sup> “Desde 2003 la estrategia del kirchnerismo en el gobierno fue consolidar la estabilidad capitalista en Argentina reconociendo dos grandes elementos. Primero, la revuelta social de finales de los noventa, que alcanzara su pico a mediados de 2002, dejó en el campo del pueblo una experiencia organizativa valiosa. La capacidad de numerosas organizaciones para confrontar y disputar con el aparato del Estado han llevado a cambios en numerosas políticas públicas. Más allá de los intentos de cooptación (en muchos casos exitosos) la resistencia social organizada ha conseguido ciertos avances a través de un proceso complejo de normalización conflictiva e institucionalización disputada. Segundo, el Estado posneoliberal responde en sus fundamentos a la consolidación estructural de una matriz capitalista transnacionalizante (pero periférica, dependiente y regionalmente subordinada) y de superexplotación de las riquezas naturales y del trabajo; matriz que –por lo demás– no está exenta de contradicciones internas. La crisis de la convertibilidad no fue la crisis del proyecto neoliberal sino la transición hacia la estabilización disputada de la reestructuración capitalista iniciada a fines de los años sesenta.” (Félix, Mariano. *La hora final del kirchnerismo*. 14/01/2010 <https://marianfeliz.wordpress.com/2010/01/17/la-hora-final-del-kirchnerismo/>).

não quer dizer que sejam iguais. Daí que seja importante ter claro o significado do que se conhece como *kirchnerismo*:

[...] la caracterización sobre el tipo de dirección política que fue el kirchnerismo durante sus doce años de gobierno. A diferencia de las experiencias de “gobiernos populares” (como conocimos, sin ir más lejos, en Venezuela y Bolivia), el kirchnerismo no se apoyó en la movilización social para enfrentar a las clases dominantes o al imperialismo. [...] El kirchnerismo, por el contrario, sobre la base de la huella que había dejado el 2001 y del boom económico de las *commodities*, se redujo a aplicar concesiones sociales y democráticas paliativas que no afectaron la estructura económica y productiva dependiente del país, al mismo tiempo que produjo una progresiva desmovilización social que sacó al país de la situación explosiva que vivió en 2001-2002. [...] Los avances más estratégicos operaron en el terreno de las conquistas civiles y democráticas (Ley de Medios, Matrimonio Igualitario, Identidad de Género), a lo que hay que sumar una amplia red asistencial y una intervención pragmática sobre las paritarias que permitió recomponer el salario real que venía deprimido luego de la crisis de 2001, durante un primer periodo, y luego evitar un retroceso significativo ante la inflación.<sup>44</sup>

## 5.2.2 Manifestações contra a política macrista

---

<sup>44</sup> Por *Democracia Socialista* y CAUCE Universidad de Buenos Aires: “Apuntes sobre coyuntura, luchas sociales y construcción de una alternativa política” <http://www.democraciasocialista.org/?p=6675>

Desde que chegou ao governo, o macrismo vem implementando medidas que estão sendo marcadas por cortes de orçamento, transferência de renda para a classe burguesa local ou internacional – seja com a retirada de impostos as matérias-primas (*commodities*) exportadas, assim como o fiel pagamento<sup>45</sup> dos *fundos Buitres*<sup>46</sup>, política de repressão direta aos movimentos sociais e organizações políticas, etc.

O ano de 2017 foi marcado pela tônica de duas grandes vitórias macristas. A primeira delas foi a vitória das eleições para o legislativo argentino (deputadxs e senadorxs). A segunda delas foi alcançada em conexão com a primeira: a reforma da previdência.

---

<sup>45</sup>A respeito do pagamento a tais fundos, Claudio Katz nos diz o seguinte: “La ley de pago a los buitres fue el arranque de esa andanada. Se firmó todo lo que Singer exigió durante años. Los fondos obtuvieron ganancias siderales cobrando 4 dólares por títulos comprados a 25 centavos. Lograron la emisión del bono exigido por cada tenedor en las distintas variedades jurídicas (fallos a favor, sin sentencia, litigio en otras jurisdicciones). El Parlamento repitió todos los precedentes de entrega del país a los financistas. Avaló la mayor colocación de deuda reciente de una economía intermedia, sin obtener a cambio ningún dólar fresco para proyectos productivos. De los 16.500 millones de dólares emitidos, 9300 millones fueron directamente transferidos a los buitres. El resto se utilizará para financiar el gasto corriente.” (Katz, Claudio. *La economía de Macri*. 05/07/2016. <http://katz.lahaine.org/b2-img/LAECONOMADEMACRI.pdf>).

<sup>46</sup>Os fundos conhecidos como “Buitres” são “fondos rapaces o fondos buitres son especuladores que compran por centavos deuda de países pobres en problemas con el propósito ilícito de entablar procedimientos judiciales a su respecto para obtener sumas considerablemente mayores, de hasta el 400% de lo que pagaron por ellas” (<http://www.politicapress.com/2011/12/%C2%BFque-son-los-fondos-buitres/>).

### 5.2.3 Ano intenso de luta na Argentina

As mencionadas vitórias do governo de Macri não foram conquistadas sem resistência e luta por parte do campo popular.

O último ano começou com fortes manifestações massivas por toda Argentina. Professorxs de todo o país demonstraram seu poder de luta frente ao reajuste salarial que Macri queria impor de apenas 17%. O ano de 2016 terminou com os ânimos a flor da pele. A luta dxs professorxs frente a política macrista marcou o começo de 2017.

No seio da luta dxs professorxs o grande elemento foi a construção do movimento de resistência pela base. Com intervenções que romperam com as burocracias sindicais do sindicato SUTEDA, por exemplo, muitxs professorxs passaram a organizarem-se em assembleias periódicas para pensar as mobilizações frente às políticas macristas. Segundo o sociólogo Julio Gambina, pode-se dizer que o primeiro semestre da luta de classes na Argentina foi agitado.

47

Às mobilizações dos professorxs, cuja grande manifestação do dia 06/03 foi a mais destacada, pode-se

---

<sup>47</sup> “Puede verificarse en Argentina un recrudescimiento de la lucha de clases, con un sujeto popular que ganó las calles entre el 6/3 y el 6/4; desde la movilización docente al Paro General; lo que motivó la respuesta de las clases dominantes, con la movilización del 1 de abril y la represión a los piquetes durante el paro y luego a los docentes, utilizando el protocolo anti piquetes.” (Gambina, Julio. *Precios al alza, salarios a la baja, protestas y represión*.

<http://julioyambina.blogspot.de/2017/04/precios-al-alza-salarios-la-baja.html> )

mencionar tantas outras. Mas as que são importantes e merecem menção foram a do dia 07/03, convocada pelas centrais sindicais (CGT e CTA's), e a do dia 08/03, dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras e Greve Geral de Mulheres. Tais lutas ficaram conhecidas como as jornadas de marco 6-7-8, como assinala Martín Mosquera, dirigente da organização Democracia Socialista:

El conflicto docente había adquirido un alcance político-social global, que iba más allá del rol de “paritaria testigo [...] La movilización de la CGT del 7 mostró un hecho inédito en nuestra historia reciente. Por un lado, una demostración de fuerzas enorme del movimiento obrero argentino, que muestra ser una “clase histórica”, con fuerte capacidad de movilización y determinación en la defensa de sus conquistas. Por otro lado, el acto de la CGT se transformó en un acto contra la dirección de la CGT. Esto hace entrar a la burocracia en una crisis política y minimiza su margen de maniobra. [...] El enorme paro de mujeres confirma que estamos frente a una nueva oleada de lucha feminista de alcance histórico e internacional. La secuencia que se inició con la primera movilización del Ni Una Menos conformó un “hecho fundacional”, es decir, generó un salto hacia una situación nueva, “relativamente irreversible”, en términos de consciencia y movilización a escala de masas.<sup>48</sup>

Durante e depois destas mencionadas jornadas de março foi de importância a luta dos setores que desenvolvem uma política classista e popular independente tanto ao

---

<sup>48</sup> Mosquera, Matín. *La posible apertura de un nuevo ciclo de luchas*. 10/03/2017 <http://www.democraciasocialista.org/?p=6622>

kirchnerismo, como da burocracia sindical e do governo macrista. Como acima mencionamos, este espaço político é conformado pelo espaço político da NE e por setores do trotskismo combativo que no plano eleitoral é liderado pelo FIT.

Durante todo o ano os movimentos sociais vinculados de trabalhadorxs desocupadxs foi notícia na Argentina. Sua força esteve presente em inúmeros acampamentos e medidas contra as políticas de Macri. O que se deve ao fato drástico de que, segundo os resultados divulgados pelo Observatório da Dívida Social da Universidade Católica Argentina (UCA), 31,4% dos argentinos sejam pobres! Tal percentual se traduz em 13,5 milhões de pessoas!<sup>49</sup>

Tal dado não se transformou em derrota política para a aliança Cambiemos. As mobilizações não tiveram como resultado a derrota do macrismo nas eleições legislativas. Pelo contrário, mesmo seguindo com suas políticas de precarização, cortes e tarifas, Macri saiu vitorioso nas eleições de outubro de 2017.

Nada impediu a vitória e consolidação de Cambiemos como a maior força política atual na Argentina. Nem mesmo as grandes manifestações que fizeram tremer a Argentina pela aparição com vida do militante da causa dos povos originários mapuche, Santiago Maldonado<sup>50</sup>, provocou “estragos” nos resultados eleitorais de outubro para Macri.

---

<sup>49</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574605-a-pobreza-ja-atinge-31-4-dos-argentinos>

<sup>50</sup> “Santiago Maldonado desapareció el 1 de agosto, tras la violenta represión de Gendarmería en la Lof en resistencia Cushamen, Chubut. Estuvo desaparecido 78 días. Su cuerpo sin vida fue encontrado el 17 de

Assim comemorou um dos jornais burgueses a vitória do macrismo:

En estas elecciones de medio término renovó escaños en el Parlamento argentino y dibujó el mapa político de cara a los comicios presidenciales de 2019. El macrismo arrasó en las urnas, con amplios triunfos en los principales distritos electorales, como Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Entre Ríos y hasta Santa Cruz, bastión del kirchnerismo. En Buenos Aires, el candidato de Macri al Senado, Esteban Bullrich, sacó más de cuatro puntos de ventaja a Cristina Kirchner, quien peleará ahora por erigirse como líder de la oposición.<sup>51</sup>

A comemoração dos setores burgueses com a vitória de Cambiemos nas eleições para os membros do legislativo argentino não era casual. Após tal vitória, com um poder de unificação nacional para tomar as decisões, Macri pôs em votação, em dezembro, a lei para reformar a previdência argentina, conhecida como “reforma previsional”.

O governo Temer, mesmo após o golpe, não conseguiu impor a reforma da previdência. No caso argentino, tal reforma foi imposta a força com uma forte militarização do aparato repressor para reprimir aos manifestantes que foram às ruas nas grandes mobilizações de dezembro passado.

---

Octubre en el Río Chubut, 400 metros río arriba de donde fue visto por última vez.” (<http://www.santiagomaldonado.com/> )

<sup>51</sup>[https://elpais.com/internacional/2017/10/22/argentina/1508692417\\_827980.html?rel=str\\_articulo#1520346886220](https://elpais.com/internacional/2017/10/22/argentina/1508692417_827980.html?rel=str_articulo#1520346886220)

Dezembro é, desde 2001, um mês marcado por forte tensão nos conflitos sociais de classe. O fantasma da rebelião popular está sempre presente. No último dezembro não poderia ter sido diferente, quando ainda mais houve a reunião da OMC na capital argentina, Buenos Aires.

As manifestações contra a OMC<sup>52</sup> e, também, contra a reforma da previdência<sup>53</sup> deram a tônica de que mesmo com a vitória nas eleições de outubro, Macri deveria ter em conta que a classe trabalhadora e o campo popular em geral não seriam sujeitos passivos. Deste modo a vitória macrista não deve ser interpretada como aceitação passiva das medidas políticas impostas pelo governo. Daí que o jornal Clarín, poderoso meio de comunicação na construção da hegemonia da classe dominante argentina, apresentou as manifestações de dezembro:

En las últimas semanas, el avance de las reformas laboral y previsional suscitaron fuertes protestas de gremios, partidos políticos y movimientos sociales. A eso se suma la cumbre de la OMC que se está llevando a cabo en estos días y para la cual el Gobierno montó un importante operativo de seguridad que blindó

---

<sup>52</sup> A Organização Mundial do Comércio (OMC) se reuniu na Argentina entre os dias 10 e 13 de dezembro. Contra tal reunião a organização Asamblea Argentina Mejor sin TLC foi um dos espaços de maior articulação de formação, conscientização social e mobilização contra tal encontro na Argentina.

<sup>53</sup> Para entender o impacto desta reforma ver o interessante texto produzido pelo jornal argentino “Izquierda Diario” <http://www.laizquierdadiario.com/Informe-especial-cuanto-pierden-los-jubilados-y-las-AUH-con-la-nueva-ley-previsional>

Puerto Madero en su totalidad y generó cortes de calles en varios otros barrios porteños.<sup>54</sup>

A aprovação da reforma da previdência, durante uma sessão que durou mais de 12 e a qual começou no dia anterior e terminou na manhã do dia 19 de dezembro, não foi conquistada pelo governo de Macri sem descontentos. Tal aprovação gerou um descontento generalizado. Mesmo os apoiadores do governo não gostaram de medida.

---

<sup>54</sup>Clarín: *Protestas, cortes y operativos de seguridad: el desafío de transitar por la Ciudad en un diciembre caliente*. 13/12/29017 [https://www.clarin.com/ciudades/protestas-cortes-operativos-seguridad-desafio-transitar-ciudad-diciembre-caliente\\_0\\_Bkp\\_5GyzG.html](https://www.clarin.com/ciudades/protestas-cortes-operativos-seguridad-desafio-transitar-ciudad-diciembre-caliente_0_Bkp_5GyzG.html)

## CONCLUSÃO

---

As duas importantes vitórias macristas (eleitoral e imposição da reforma da previdência) se deram num contexto de grandes protestos de massas que paralisaram, por exemplo, inúmeras vezes a capital argentina, Buenos Aires. A título pessoal, aquele que escreve estas notas, esteve presente e pôde ver o poder de mobilizações que os setores classistas e populares independentes vêm acumulando. Daí que me atrevo a dizer que se Macri deu dois passos a frente, pode dar muitos atrás no ano de 2018. Nada garante que tal governo possa seguir avançando em suas medidas neoliberais.

A luta de classes na Argentina, enquanto exemplo para pensar o caso brasileiro, nos possibilita tirar alguns aprendizados conclusivos:

- a) O poder de mobilização de setores combativos e independentes (frente a burocracia sindical e o kirchnerismo) é fruto de um processo de trabalho de base que leva mais de 20 anos, se tomamos como referência mais próxima a metade dos anos 90 com o surgimento do movimento piquetero;
- b) O repertório de luta postos em prática pelos movimentos sociais e organizações políticos argentinos é amplo e visa dialogar com a população. Desde marcha, acampamentos, à escraches de funcionários e políticos, as organizações visam

- destacar o caráter classista pró-empresarial do governo de Cambiemos;
- c) O poder de mobilização do campo popular não se traduziu em conquistas ou vitórias frente às medidas políticas do governo Macri. As grandes mobilizações nacionais não foram suficientes para frear a importante vitória macrista nas eleições de outubro, ou mesmo nem conseguiram parar a aprovação da reforma da previdência;
  - d) O importante papel dos meios de comunicação na formação de consenso em volta da figura de Macri e o projeto político e econômico que seu governo de CEO's representa. Aqui é preciso mencionar que importantes organizações de direita estão sendo financiadas desde fora do país pelos EUA com o objetivo de gerar um nível de consenso ideológico em níveis de bases, tanto universitário ou secundário, como em outros espaços.<sup>55</sup>

Para 2018 é esperada a reunião do G20 na Argentina. Tal encontro irá dar amostra do poder de mobilização da classe trabalhadora e do campo popular do país vizinho. Esperamos que os acontecimentos na Argentina sirvam de

---

<sup>55</sup> Exemplo disso é a organização Atlas Network (Rede Atlas) que atua e financia ONG's e *think tanks* tanto na Argentina como no Brasil. Para isso ver o importante artigo publicado no The Intercept Brasil por Lee Fang “Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana” <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

lição para pensar o caso brasileiro, o qual estará marcado pelo processo eleitoral de 2018.

## CAPÍTULO VI

### REVOLUÇÃO COMO CONSTRUÇÃO ORIGINAL E HEROICA DE UM POVO: O SOCIALISMO NA PERSPECTIVA DE MARIÁTEGUI

---

José Carlos Freire<sup>56</sup>

*Não queremos que o socialismo seja na América decalque ou cópia. Deve ser criação heroica.*

*Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Está aqui uma missão digna de uma geração nova.*

(José Carlos Mariátegui)

A luta dos povos da América Latina foi sempre tortuosa. Manobras e golpes por parte das classes dominantes fazem parte de nossa trajetória, bem como a resistência, a rebelião e a insurgência. O presente texto parte dessa realidade conflitiva que nos forma<sup>57</sup>.

---

56 Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Campus de Teófilo Otoni/MG. Membro do Grupo de Estudo de Pensamento Latino-Americano (GEPLA). Endereço eletrônico: freire.jose@hotmail.com.

57 Este texto foi apresentado originalmente no Colóquio Internacional “Marx e o Marxismo – Marx hoje, 130 anos depois”, realizado pelo NIEP-MARX na Universidade Federal Fluminense, entre 30/09/2013 a 04/10/2013. A mesa teve como tema “Aproximações à Revolução Socialista na América Latina: heresias de Mariátegui, Che Guevara e Fidel Castro” e foi dividida com Diogo Prado Evangelista e Fernando Henrique Lemos Rodrigues, companheiros do Grupo de Estudos do

Situamo-nos em um período emblemático. A onda neoliberal que varreu o continente desde o Golpe do Chile, em 1973, encontrou uma reação vigorosa com os governos democrático-populares na virada dos anos 2000. Venezuela, Bolívia, Equador, Honduras, Paraguai e mesmo os casos mais complexos de Argentina e Brasil empreenderam medidas, algumas mais intensas, outras meramente compensatórias que pareciam amenizar o desmonte das riquezas nacionais e, em alguns momentos, pareceu mesmo apontar para uma “nova independência”, o velho sonho da Pátria Grande.

Mas a segunda década do século XXI vai apontando para enormes limitações desses mesmos governos que, derrotados nas urnas ou derrubados por golpes jurídico-parlamentares, vem sendo substituídos por outros cujo ímpeto de entrega de nossos recursos e subserviência ao capitalismo estrangeiro é similar ao espírito velha oligarquia colonial.

Por que voltar a Mariátegui para se pensar a conjuntura latino-americana atual? Porque suas reflexões têm ainda algo a nos dizer. É esse o ponto de apoio das reflexões aqui expostas. Ele tem dois pressupostos que nos parecem de enorme relevância. Primeiro: entre a realidade dos países latino-americanos há grandes diferenças, mas um elemento comum que é o seu passado colonial. Por isso, falar de Peru é *também* falar de Brasil ou de qualquer outro país latino-americano. Segundo: entre o início do século XX,

---

Pensamento Latino-Americano (GEPLA), com os com os quais pude aprender muito da importância dos temas da América Latina e, acima de tudo, o fato de que estes são os *nossos* temas.

quando Mariátegui escreve, e hoje, embora haja enormes diferenças, há um princípio de continuidade fundamental: as burguesias nacionais da América Latina continuam viradas de costas para suas próprias nações.

Mais que nunca, portanto, é momento de discutir aspectos determinantes de nossa formação sócio-histórica se queremos, no tempo presente, pensar propostas de transformações e rupturas com o velho esquema de uma região do mundo cujo papel seria fornecer produtos primários às grandes potências mundiais à custa da miséria da maioria de sua população.

\* \* \*

Nos estudos da história da América Latina é comum adotar-se como ponto partida os processos de independência que eclodiram na passagem do século XVIII para o XIX. Ali, teríamos um divisor de águas entre a *antiguidade* colonial e a *modernidade* republicana. A questão nos parece, porém, mais complexa e delicada.

Se os movimentos de independência das nações latino-americanas ensaiavam o início de governos liberais e democráticos para a América Latina, superando de vez o atraso de três séculos, a história pós-independência apontará para algo contraditório: a manutenção da herança colonial<sup>58</sup>.

A institucionalidade republicana não foi consequência da participação ampla de diferentes camadas sociais. Capitaneou-a, desde o início, a elite *criolla*,

---

<sup>58</sup> Para uma visão geral dos processos de independência na América Latina, remetemos ao estudo de Pomer (1981).

subalternizando as camadas populares e seus problemas. Portanto, a classe que detinha o poder econômico passou a ter também o poder político; rompeu com a coroa espanhola (no Brasil, a portuguesa) não para ter mais autonomia, mas para manter seus privilégios. Para isso, adotou incondicionalmente a orientação da Inglaterra, nova potência comercial mundial.

Evidente que os processos não se deram de modo pacífico e passivo, como se os estamentos senhoriais pudessem sem mais, e sem ser notados, metamorfosear-se em homens de Estado. Houve lutas como no Peru de Tupac Amaru, no Hayti de Toussaint Louverture; tentativas de construções originais de nova ordem sócio-econômica como no baixo Plata de José Artigas ou no Paraguai de José Gaspar Rodríguez. Tivemos Bolívar, San Martín, Sucre e tantos outros. No entanto, mesmo com nuances distintas, houve, indiscriminadamente, uma mesma postura da elite em todas as antigas colônias espanholas e portuguesa: a opção pela subserviência à metrópole. Altera-se o mando, de Espanha e Portugal para Inglaterra; mantém-se a mentalidade colonizada.

O Peru tem traços próprios, evidentemente, sobretudo se considerada a população majoritariamente indígena e a herança inca. Desgraçadamente, porém, sua formação se assemelha à das demais ex-colônias: a elite *criolla*<sup>59</sup> formou um Estado, mas não constituiu efetivamente uma nação soberana.

---

59 *Criollo*: pessoa descendente de europeus que tenha nascido na América. Mantivemos no texto a expressão em espanhol.

Proclamada a Independência em 1821 e a República em 1827, o Peru enfrentou nas décadas seguintes uma sequência de governos interinos, juntas militares, golpes de Estado. Os governos eleitos diretamente – o primeiro somente em 1851 – não alteraram o quadro predominante do caudilhismo, fenômeno que, de modo geral, marca os países da América Latina no período que vai da Independência até o final do século XIX.

Ao caudilhismo, quase sempre de natureza militar, opôs-se a perspectiva de construção de uma hegemonia burguesa, dirigida pelo Partido Civil, criado em 1871 com a reunião de grandes proprietários urbanos, homens de negócios, intelectuais, entre outros. O Partido Civil governou o país pela primeira vez com Manuel Pardo, eleito em 1972.

Com a Guerra do Pacífico (1879-1883)<sup>60</sup>, há uma crescente adequação do civilismo à velha política *criolla*, culminando com a aliança, em 1895, com o Partido Democrata de Nicolás Piérola, que já governara o Peru, mediante golpe militar, vinte anos antes<sup>61</sup>.

O Partido Civil permanece no poder de 1895 a 1919, quando um golpe militar leva à Presidência Augusto Leguía. Por ter sido presidente de 1908 a 1912 e acenado, no período, para um estilo distinto, Leguía representou em 1919 uma expectativa tácita de superação da política oligárquica vigente desde a fundação da República e aprofundada desde 1895. Ocorre que o período de seu governo (1919-1930),

---

60 Conflito entre o Chile, de um lado, e Bolívia e Peru de outro. Na Guerra, o Peru perdeu regiões ricas em recursos naturais como o salitre e a Bolívia perdeu sua saída para o mar.

61 Para o quadro de governantes desse período, cf. Escorsim (2006).

conhecido como *oncenio*, tem um resultado pior que o velho civilismo: as possibilidades de um projeto nacional, burguês e autônomo, são encerradas. Seu governo se orienta totalmente pelo imperialismo estadunidense e coroa um processo que consolida os traços da sociedade que serão importantes nos estudos de Mariátegui:

O corte entre a “costa” (dinâmica e branca) e a “serra” (atrasada e indígena), a economia controlada por uma pequena camada de nacionais privilegiados (na agricultura, os latifundiários – os *gamonales* –; no comércio, frações burguesas) e subordinada ao imperialismo inglês (senhor do comércio exterior, das rodovias e dos bancos). Esse imperialismo, muito ligado à exploração do guano e do salitre, que perderão gradativamente sua importância após a guerra com o Chile, só será deslocado pelo estadunidense (presente desde os últimos anos do século 19) na década de 1920, com o país dirigido por Leguía (ESCORSIM, 2006, p.17-18)

É interessante notar como a vida de Mariátegui coincide exatamente com o período em que a sociedade peruana faz um balanço do passado colonial e inaugura um período novo burguês e capitalista. No entanto, não se trata de um corte radical: ao mesmo tempo em que há descontinuidade em relação à sociedade colonial há também continuidade, numa complexa combinação entre o velho e o novo, entre os principais elementos da herança colonial – apenas modificados no final do século XIX e início do XX –

e os elementos próprios do capital monopolista de controle imperialista<sup>62</sup>.

É importante ter em vista esse quadro, pois o ascenso dos movimentos sociais urbanos e indígenas durante o *leguismo* provocarão um fervoroso debate sobre as possibilidades de se “completar” a revolução nacional-democrática burguesa interrompida após a Guerra – criando de fato uma sociedade peruana autônoma – e a necessidade de superação da própria ordem burguesa pela revolução socialista. No interior deste debate, de modo criativo e polêmico, insere-se Mariátegui, com sua proposta de um socialismo original, não por ser algo constituído *ex nihilo*, e sim por ser próprio, por partir não de uma fórmula previamente estabelecida, mas da história mesma do Peru: será um socialismo construído heroicamente pelos trabalhadores peruanos, em sintonia com o movimento internacional.

Para compreender alguns traços desse debate e, conseqüentemente, o modo como Mariátegui compreendia a revolução e por ela orientava sua atividade teórica e política, partiremos, inicialmente, de uma abordagem sobre a *formação econômica peruana*, seguindo a divisão de períodos indicada pelo próprio Mariátegui. Em seguida, procuraremos demonstrar como o contexto do autor é marcado por uma tensão entre a revolução *burguesa atrasada e a revolução socialista em construção*. Na terceira seção, faremos breves apontamentos sobre o que Mariátegui compreendia como as *tarefas centrais da revolução*

---

62 Para a discussão sobre essa combinação entre continuidade e descontinuidade, cf. Quijano (2007).

*socialista no Peru*. Por fim, buscaremos compreender os elementos mais importantes do *debate polêmico de Mariátegui com Haya de La Torre e com a Internacional Comunista*.

Antes de seguirmos, uma observação se faz necessária. É recorrente na esmagadora maioria dos comentadores de Mariátegui a sua classificação como o fundador do marxismo latino-americano ou como, numa fórmula que nos parece mais apropriada, o primeiro e mais original pensador da América Latina a analisar a realidade nacional a partir do marxismo. Embora não seja nosso propósito neste trabalho um estudo do marxismo de Mariátegui devemos ter claro o modo pelo qual este se aproximou daquele<sup>63</sup>.

Para isto, vale a posição de Florestan Fernandes (1975, p.XVI), com a qual corroboramos:

Não foi o marxismo que levou Mariátegui à revolução. Ao revés, foi sua inquietação intelectual e seus anseios políticos revolucionários, ambos intrinsecamente peruanos embora universalizados e universalistas, que o levaram ao marxismo.

No mesmo texto, o sociólogo brasileiro nos alerta quanto aos objetivos de Mariátegui: diferentemente de um propagador fanático e dogmático do marxismo, sua preocupação central era a de adaptar a teoria revolucionária a uma situação histórica potencialmente revolucionária ou,

---

63 Para um estudo pormenorizado do marxismo de Mariátegui remetemos a Escorsim (2006, p.77-138) e Quijano (2007, p. XL-LXXVI).

em outras palavras, a história exigia uma reflexão teórica que correspondesse às tarefas revolucionárias concretas.

Na abertura dos *Sete Ensaios*, Mariátegui (2008, p.31-32) adverte ao leitor:

Meu pensamento e minha vida constituem uma única coisa, um único processo. Se espero e exijo que algum mérito me seja reconhecido é o de [...] empenhar todo meu o meu sangue em minhas ideias.[...] Todo esse trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista os problemas e da história do Peru [...]. Meus juízos se nutrem dos meus ideais, dos meus sentimentos, de minhas paixões. Tenho uma ambição enérgica e declarada: a de contribuir para a criação do socialismo peruano. Estou o mais afastado possível da atitude professoral e do espírito universitário.

Segundo o mesmo Florestan Fernandes (1995, p.20), o marxismo aparece a Mariátegui como método apropriado para se entender a história e as possibilidades de transformá-la:

A atração de Mariátegui pelo marxismo [...] brota da descoberta de uma resposta à sua ansiedade de observar, representar e explicar os processos históricos de longa duração e de uma proposta revolucionária concomitante, que vincula dialeticamente passado, presente e futuro. Colonização e descolonização, revolução social e ser peruano e latino-americano entrelaçavam-se irreversivelmente.

Essas breves considerações sobre o modo criativo de aproximação de Mariátegui com o marxismo são suficientes

para que ressalvemos, na introdução de nosso texto, o aspecto da linguagem, ou melhor, o seu rigor, algo tão caro à técnica professoral e ao espírito universitário a que se referia o autor e que vige em nossos tempos.

São vários os pontos *fracos* do texto de Mariátegui que poderiam ser trabalhados como limites de seu marxismo<sup>64</sup>. Destacamos apenas um que, em nossa abordagem, torna-se mais relevante. Trata-se do uso indiscriminado de Mariátegui da categoria *feudalismo* ou *feudal* quando se refere à sociedade peruana ainda centrada no latifúndio, no *gamonalismo*<sup>65</sup> predominante na serra.

Sustentamos que, embora hoje considerada inadequada ou infeliz, esta terminologia em Mariátegui não compromete o essencial de sua obra: mostrar como a economia peruana avança para um modelo burguês sem abandonar seus traços coloniais. Mais do que se fiar por um rigorismo terminológico ao usar termos como *economia feudal* ou da *sociedade feudal* ou *feudalismo* o revolucionário peruano pretende elucidar uma contradição latente em sua sociedade: na medida em que se desenvolve o capitalismo, aprofundam-se as relações de servidão. Dito de outro modo, não há contradição entre manutenção de relações feudais ou semif feudais e avanço do capitalismo. Ao contrário, há uma funcionalidade da herança colonial – feudal ou semifeudal – ao capitalismo peruano: quanto maior a servidão, menor o valor da força de trabalho.

---

<sup>64</sup> Entre esses pontos, Quijano (2007, p.LXXIII) destaca a aproximação de Mariátegui com o pensamento de Georges Sorel.

<sup>65</sup> Forma específica de dominação política local dos grandes fazendeiros. Mantivemos a grafia em espanhol.

Essa digressão, longe de exaurir um tema tão complexo, tem como propósito meramente justificar o uso mais ou menos livre que faremos da terminologia de análise da sociedade, seguindo o próprio Mariátegui. Ainda assim, parece-nos importante sustentar que a leitura de Mariátegui não nos autoriza a uma compreensão dualista entre um *feudalismo* e um *capitalismo* presentes na sociedade peruana, entendidos reduzidamente na perspectiva da relação comercial, aspecto que definiria a diferença entre um modo de produção e outro<sup>66</sup>. Nesse caso, haveria na costa um capitalismo como na Europa atual – mercantil – e, na serra, um feudalismo como na Europa antiga – de subsistência.

Mais acertado nos parece o entendimento de que, em Mariátegui, acentua-se como traço fundamental de distinção entre feudalismo e o capitalismo não a *circulação da produção* e sim as *relações de produção*: no primeiro, baseadas na servidão e aspectos extra-econômicos como o mandonismo, justificação religiosa etc., que aprofundam a exploração; no segundo, baseada no assalariamento. Por isso é enfático em afirmar que a exploração do proletário urbano e rural no Peru não é desconectada ou oposta à exploração do índio na serra: são duas faces de uma mesma sociedade que se torna capitalista sem eliminar seus traços de feudalidade.

---

<sup>66</sup> Sobre a questão do dualismo, remetemos ao estudo de LACLAU (1978), em que o autor polemiza com as posições de André Gunder Frank.

## 6.1 Formação econômica peruana e a herança colonial

Para uma visão sumária do processo de formação econômica peruana, adotamos a divisão em quatro períodos sugerida pelo próprio Mariátegui. Isto se justifica pelo fato de que, em seu estudo, os fatores econômicos são preponderantes. Conseqüentemente, mais relevante e determinante que governos ou partidos no poder é o processo mesmo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Este condiciona, *de fora*, o modo como aqueles governam *para dentro*.

Na interpretação de Mariátegui, há quatro capítulos que marcam a formação econômica do Peru. O *primeiro* é a conquista. O vice-reinado implica a substituição de uma economia de traços comunais por outra com traços feudais. Todo o período colonial é marcado por esta tensão, em que a população indígena oscila entre o extermínio e a exploração servil.

O *segundo capítulo* da evolução econômica peruana se dá com a independência. Uma vez que a conquista engendrara o processo de formação da economia colonial, a independência aparecerá determinada por este processo. Evidentemente, há como nas demais colônias, uma influência dos ideais da Revolução Francesa, sobretudo na população *criolla*. No entanto, são os fatores econômicos como o monopólio da coroa e o impulso das forças produtivas que entravam o desenvolvimento do Peru e,

portanto, determinam o andamento da independência política<sup>67</sup>.

Por esse prisma, o preponderante papel da Inglaterra no processo de independência nada mais é do que expressão de uma convergência de necessidades da população *criolla* com o do desenvolvimento mesmo do capitalismo mundial. Por isso, apenas realizada a independência, o mesmo impulso que a ela levou as nações da América Latina propiciou o novo modo de relação comercial com a civilização ocidental: o envio de produtos do solo e do subsolo às nações centrais e a importação de máquinas e produtos industrializados pelas antigas colônias.

Considerando-se as condições específicas do Peru, o resultado do processo de independência será a “transformação de uma economia feudal em economia mais ou menos burguesa” (MARIÁTEGUI, 2008, p.39). O que nos leva ao *terceiro capítulo*, que trata da formação econômica peruana com início na descoberta da riqueza do guano e do salitre (1840) e o caso na sua perda (1870), quando da Guerra do Pacífico.

Fica evidente o aspecto constante da economia colonial do Peru – orientada sempre de fora – quando se toma o caso destes produtos:

---

<sup>67</sup> Fiel ao processo histórico, porém, Mariátegui não deixa de apontar o caráter de luta dos povos indígenas: “Quando se fala da atitude do índio perante seus exploradores, acentua-se geralmente a impressão de que, envelhecido, deprimido, o índio é incapaz de qualquer luta, de qualquer resistência. A longa história de insurreições e revoltas indígenas e dos massacres e repressões conseguintes, basta por si para desmentir esta impressão” (MARIÁTEGUI, 2010, p.77, tradução nossa).

Começemos por constatar que coube ao guano e ao salitre, substâncias grosseiras, jogar na gesta da república um papel que parecia reservado ao ouro e a prata em tempos mais cavalheirescos e menos positivistas. A Espanha nos queria e nos guardava como país produtor de metais preciosos. A Inglaterra nos preferiu como país produtor do guano e do salitre. Mas esse gesto diferenciado não representava é claro um objetivo diferente. O que mudava não era o motivo, era a época (MARIÁTEGUI, 2008, p.39).

Dado o novo contexto industrial, há não somente a exigência de novos produtos, mas também o avanço no modo de produção: enquanto o ouro e a prata, como o carvão e o cobre, exigiam o enfrentamento das montanhas e enormes distâncias, o salitre e o guano situavam-se na costa. Melhoria das condições de quem extrai riqueza, mudança do papel de quem as fornece.

Mas a importância do guano e do salitre é ainda maior. Com eles, concomitante à constituição de um modo capitalista, forma-se, de fato, uma burguesia peruana. Na sua origem, inclusive, estará o traço marcante de uma formação confusa e limitadora, portanto, de seu papel de classe:

Os lucros do guano e do salitre criaram no Peru, onde a propriedade havia conservado até então um caráter aristocrático e feudal, os primeiros elementos sólidos de capital comercial e bancário. Os *profiteurs* diretos e indiretos das riquezas do litoral começaram a constituir uma classe capitalista. Formou-se no Peru uma burguesia, confundida e enraizada em sua origem e estrutura com a aristocracia, formada principalmente pelos sucessores dos

*encomenderos* e latifundiários da colônia, mas obrigada por sua função a adotar os princípios fundamentais da economia e da política liberais (MARIÁTEGUI, 2008, p.40-41)<sup>68</sup>.

Se o processo de independência pôde ocorrer sem que houvesse uma burguesia, já que no Peru faltavam os elementos de uma ordem liberal, nos primeiros anos da república, em que predomina o caudilhismo militar, as concessões do Estado e os lucros do guano forjam um capitalismo e uma burguesia.

Notoriamente, a orientação consumista e o parasitismo fruto da renda procedente do guano e do salitre estabelecem uma característica de dependência congênita na burguesia peruana: incapaz de realizar uma acumulação interna, ela faz com que se acelerem volumosos empréstimos da Inglaterra e França.

Disto decorre o caráter retardado da formação burguesa peruana – semelhante às demais burguesias latino-americanas: no lugar de uma classe ascendente com perspectiva de autonomia nacional que força a superação do *antigo regime* – no caso, um regime colonial – para a efetiva mudança do modo de produção, o que há é uma formação econômica orientada de fora que forja um capitalismo deficiente – por haver comércio mas não haver o espírito mercantil burguês – e que, por isso, exige a constituição de uma burguesia. Desde a origem, uma classe deformada.

---

<sup>68</sup> *Profiteurs*: aproveitadores. *Encomenderos*: equivalentes aos detentores de sesmarias na colonização portuguesa (MARIÁTEGUI, 2008, p.41, nota do tradutor).

É com Manuel Pardo, do Partido Civil, eleito em 1872, que se acena para uma modernização do Peru. Pardo representa a síntese do que seria a burguesia peruana: embora pautado num projeto de desenvolvimento nacional e com algumas medidas modernizantes de reforma, foi incapaz de tocar nos interesses fundamentais da classe latifundiária. O conflito com o Chile no final da década e, conseqüentemente, o fim da era do guano e do salitre, anula a possibilidade de um projeto de capitalismo nacional<sup>69</sup>.

O *último capítulo* da formação econômica do Peru apresentado por Mariátegui diz respeito ao período posterior à Guerra, em que se aprofunda um problema herdado do período anterior: se há, com o guano e do salitre, um impulso de transformação da economia de feudal em burguesa, há também aquilo que Mariátegui (2008, p.42) chama de metamorfose da antiga classe dominante que, por não ser “uma classe de seiva e *elan* novos”, não empreende a superação do passado colonial.

Com esse problema e com a derrota na Guerra, implicando na perda de territórios do salitre, há um quase colapso das forças produtivas com a conseqüente desvalorização da moeda e a ruína do crédito.

O pós-guerra marca a implantação do capital monopólico no Peru. Isto se mostra evidente quando, nos períodos do governo de Andrés Cáceres (1881-1882; 1886-1890; 1894-1895), os credores da dívida externa se organizam na Peruvian Corporation Ltda e obtém a concessão do controle ferroviário do Chile por um período

---

<sup>69</sup> Para esse limite da classe dominante peruana no contexto e a “anemia” da nação, cf. Quijano (2007).

de 75 anos. De 1985 a 1914, três outras grandes corporações, norte-americanas, se somam à inglesa Peruvian Corporation Ltda e controlam, com algumas pequenas estrangeiras menores, a mineração, o petróleo, a agricultura de exportação e o transporte pesado<sup>70</sup>. No mesmo período, o capital inglês e estadunidense passa a controlar também quase todo o sistema bancário e o serviço elétrico.

Embora se possa dizer que com o governo de Nicolás Piérola, empossado em 1895, haja um ajuste da economia em bases mais sólidas que a exploração do guano e do salitre, deve-se afirmar que estas bases são sustentadas em um aprofundamento da dependência econômica do Peru, não apenas em função da dívida externa oriunda da Guerra, mas pela abertura incondicional do mercado.

A sociedade peruana se moderniza, efetivamente, neste contexto, que coincide com a ultrapassagem dos Estados Unidos em relação à Inglaterra no jogo econômico e político internacional. Aparece a indústria peruana – de capital estrangeiro, certamente, e, com ela, um crescente proletariado industrial. O capital financeiro se intensifica tanto no sistema bancário nacional quanto no inglês e estadunidense. Por meio deste último, aprofunda-se ainda mais a política de empréstimos, que aumenta, proporcionalmente, as obras públicas e a dívida externa peruana.

A economia burguesa da costa avança com retardamentos, uma vez que se desenvolve sem superar a economia de traços feudais da serra. Longe de ser um

---

<sup>70</sup> As empresas norte-americanas: Cerro de Pasco Corporation, Internacional Petroleum Corporation, y Grace, cf. Quijano (2007).

problema, as relações pré-capitalistas presentes na serra acabam por se tornar funcionais ao capitalismo monopolista, uma vez que o valor da força de trabalho explorada se constitui exatamente nesta região. Nos mesmos ramos de produção, a renda é maior na serra que na costa, por que é maior a taxa de lucro.

Há, portanto, uma formação capitalista peruana com pontos complicados, já que os latifundiários, funcionando como intermediários do capital internacional, não se constituem como burguesia nacional:

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a este, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constituiu na maior dificuldade para o desenvolvimento do país.

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a este, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constituiu na maior dificuldade para o desenvolvimento do país (MARIÁTEGUI, 2008, p.47).

Portanto, há dois movimentos contraditórios num mesmo processo histórico. De um lado, a passagem da condição de burguesia comercial para burguesia capitalista; de outro a consolidação desta mesma burguesia como apêndice do imperialismo. Uma burguesia, portanto, antinacional.

É nesta plataforma de debate que Mariátegui vai trabalhar a particularidade peruana do índio, como mostraremos melhor na seção seguinte. O tema do índio será pensado sempre a partir do problema da terra. Como não houve a formação de uma burguesia nacional com espírito liberal e perspectiva de soberania, o que se tem é a convivência do capitalismo peruano – forjado já no contexto de capitalismo monopolista e imperialista – com o latifúndio. Não houve o elemento fundamental para o avanço de uma economia capitalista: a pequena propriedade.

Por isso o tratamento de Mariátegui quanto ao índio fugirá ao aspecto moral ou étnico. Em sua obra, há um balanço crítico da sociedade inca, tomada em seus traços políticos e econômicos. Escapando, a um tempo, da nostalgia ufanista e do romantismo de se pretender o retorno da sociedade inca, Mariátegui está interessado em evidenciar, de um lado, que a conquista espanhola interrompeu um processo de desenvolvimento econômico próprio – substituindo um modelo organização coletivista e provedora do bem-estar material por um modelo extrativista e escravista – e, de outro, que a dupla tarefa de sua geração está em superar, conjuntamente, o capitalismo e a herança colonial da sociedade peruana. Para isso o socialismo que

potencialize o legado cultural e político da sociedade inca, num contexto de avanço das forças produtivas.

Com o processo de independência, que não foi um movimento indígena e sim dos *criollos*, há a constituição da República, mas não a efetivação das ideias liberais. Por isso, a aristocracia latifundiária da colônia manteve intactos seus direitos sobre a terra e sobre o índio. Como agravante, o caráter individualista da legislação da república favoreceu a absorção da propriedade indígena pelo latifúndio:

A república devia elevar a condição do índio. E contrariando seu dever, a república pauperizou o índio, agravou sua opressão e exasperou sua miséria. [...] A servidão do índio, em suma, não diminuiu sob a república. Todas as revoltas, todas as tempestades do índio, foram afagadas em sangue (MARIÁTEGUI, 2008, p.63)

Para Mariátegui está claro que não haverá desenvolvimento legítimo enquanto este não implicar em bem-estar da população peruana, oitenta por cento da qual é indígena e camponesa em seu contexto. Por isso a solução do problema do índio deve ser social e deve ser obra dos próprios índios.

É com essa mesma ótica da centralidade do fator econômico que Mariátegui investiga, nos *Sete Ensaio*s, não só a questão da terra e do índio, mas também a educação pública, a administração e a literatura<sup>71</sup>.

Desse modo, percebe-se que o trabalho de Mariátegui nos *Sete Ensaio*s se orienta por um elemento central: o

---

71 Para uma visão geral desta obra magna de Mariátegui, remetemos a Escorsim (2006, p. 212-233).

caráter colonial da economia peruana e a necessidade de sua superação. Compartilhamos com a posição de Escorsim (2006), segundo a qual existe uma linha de força que unifica os sete ensaios de Mariátegui, ou seja: trata-se da revolução burguesa que poderia ter sido e não foi. A burguesia, ao conservar o *gamonal*, fez sua escolha histórica contra o índio, portanto, contra o próprio Peru.

## 6.2 Revolução burguesa em atraso e revolução socialista em avanço

O período colonial, sob o prisma da formação econômica do Peru, recebe na obra de Mariátegui um balanço crítico não só por aquilo que é recorrente afirmar sobre a conquista como invasão, violência etc., mas, sobretudo, como um processo de retardamento e aniquilamento, já que, distintamente da formação da colônia norte-americana, em que predomina um processo de criação de algo do novo, ressaltando-se, claro, o conflito com o sul indígena, nas colônias latino-americanas, em especial no Peru, há a destruição de sociedades milenares com organização política consolidada.

Enquanto o regime incaico garantia subsistência e crescimento a uma população de dez milhões de habitantes, os conquistadores espanhóis estabeleceram um processo de miserabilidade, criando no lugar de núcleos de produção, a ostensiva extração de riquezas. As condições subumanas a que são submetidos os índios, somadas à perseguição, reduzem a população a pouco mais de um milhão. Desse modo, do ponto de vista concreto, material, e não apenas

moralizante ou supostamente fundado em ideais de justiça, a conquista é um projeto fracassado. A importação de africanos escravizados aparecerá, exatamente, como consequência do despovoamento causado pela incompetência do regime colonial.

Emblemático e problemático é o caso das chamadas *comunidades indígenas*<sup>72</sup>. O latifúndio colonial convive com as comunidades não por reconhecimento ou por princípios democráticos e sim por razões práticas: era funcional ao dono da terra ceder uma parte às comunidades de tal maneira que vinculasse os índios, por sua necessidade de sobrevivência, ao próprio latifúndio e ao seu senhorio. A comunidade sobrevive, pós-conquista, mas dentro de um regime de servidão<sup>73</sup>.

O problema da comunidade, portanto da terra, que surge com a conquista, aprofunda-se com a chegada da República:

Antes havia sido a própria célula do estado que lhe assegurava o dinamismo necessário para o bem-estar de seus membros. A colônia a petrificava dentro da grande propriedade, base de um novo Estado, estranho ao seu destino. O liberalismo das leis da república, impotente para destruir o feudalismo e para criar o capitalismo,

---

72 Como recorda Pomer (1981, p.127), as chamadas *comunidades indígenas* no Peru, organizadas pela Coroa, eram obrigadas a “tributar trabalho, espécies e dinheiro à trindade composta pela Coroa espanhola, grandes latifundiários e Igreja Católica”.

73 Sobre isto, ver a interessante comparação feita por Mariátegui (2008, p.80-81) entre as comunidades indígenas e as comunas rurais na Rússia, país tido por ele como muito mais próximo das colônias latino-americanas agrícolas e semifeudais que dos países capitalistas do ocidente.

devia, mais tarde, negar-lhe o amparo formal que lhe fora sido concedido pelo absolutismo das leis da colônia (MARIÁTEGUI, 2008, p. 81).

A formação econômica do Peru, portanto, faz com que se arraste, desde a conquista, o problema da terra, primeiro, em função da invasão, pela destruição de um modo de produção nativo; agora, pós-independência, como empecilho para o desenvolvimento efetivo do capitalismo.

Ocorre que, à debilidade da aristocracia *criolla* decidida a não perder seus privilégios, associa-se a tibia classe de negócios que surge a partir do período do guano e do salitre. Forma-se, desse modo, um capitalismo fraco de origem, por não estabelecer os mínimos ideais liberais de democracia – *ad intra* – e de soberania nacional – *ad extra*.

Em termos diretamente econômicos, não houve a formação de pequenas propriedades com a dupla função de superar o latifúndio e gerar um novo padrão produtivo:

O problema agrário se apresenta, antes de qualquer coisa como o problema da liquidação do feudalismo no Peru.

O problema agrário se apresenta, acima de tudo, como o problema da liquidação da feudalidade no Peru. Esta liquidação já deveria ter sido feita pelo regime democrático-burguês, formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas no Peru não tivemos, em cem anos de república, uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal – camuflada ou disfarçada de burguesia republicana – conservou suas posições. A política da desamortização da propriedade agrária iniciada pela revolução da independência – como uma consequência lógica de sua ideologia – não levou ao

desenvolvimento da pequena propriedade. A velha classe latifundiária não havia perdido seu predomínio. [...] E o fato é que, em um século de república, a grande propriedade agrária foi reforçada e engrandecida, a despeito do liberalismo teórico de nossa Constituição e das necessidades práticas do desenvolvimento de nossa economia capitalista (MARIÁTEGUI, 2008, p.68).

Há de se considerar, adverte Mariátegui, que a defesa da fórmula de fracionamento dos latifúndios em pequenas propriedades não implicaria em adoção do socialismo, bastando-se ver o exemplo dos países da Europa central e oriental em que a limitação de propriedade agrária foi medida básica para o avanço do capitalismo. A superação do latifúndio, portanto, não é “revolucionária” ou “herética” ou “bolchevique”: ela é ortodoxa, constitucional, democrática, capitalista e burguesa.

Para que a revolução democrático-liberal realizasse sua tarefa fundamental de quebra do latifúndio, eram necessárias duas condições que não existiam no Peru: uma burguesia consciente dos fins e interesses de sua ação e um grau de reivindicação da terra por parte dos camponeses<sup>74</sup>. Como salientamos a revolução da independência não respondeu a essas duas exigências, situando-se, historicamente, no conjunto das revoluções independentistas das demais colônias que, salvo as diferenças, consistiram em um processo em que as classes que possuíamos o poder

---

74 Tomamos aqui o termo *camponês* empregado por Mariátegui na mesma perspectiva não-ortodoxa que adotamos quanto ao termo feudal.

econômico passaram a acumular também o poder político. Desse modo,

O nacionalismo continental dos revolucionários hispano-americanos juntou-se a essa convivência forçada de seus destinos, para nivelar os povos mais avançados em sua marcha rumo ao capitalismo com os mais atrasados nessa mesma via. [...] A revolução americana, em vez do conflito entre a nobreza latifundiária e a burguesia comerciante, produziu em muitos casos sua colaboração, seja pela impregnação de ideias liberais que contaminavam a aristocracia, seja porque esta em muitos casos não via nessa revolução mais que um movimento de emancipação da coroa da Espanha. A população camponesa, que no Peru era indígena, não teve presença direta, ativa, na revolução. O programa revolucionário não representava suas reivindicações (MARIÁTEGUI, 2008, p.82-83).

O regime inaugurado com a república, se aplicados os princípios liberais fundamentais, teria convertido os indígenas em pequenos proprietários. Ocorre que, em não tendo sido aplicados, em que pese sua presença na letra da lei, piorou a situação dos índios.

Perpetuando-se no pós-independência a inexistência daquelas duas condições – uma burguesia consciente de seu papel e um campesinato capaz de reivindicar a terra, chegassem, no final do século XIX e início do XX a uma consolidação do capitalismo peruano já inserido na fase monopolista do capitalismo internacional. Há, portanto,

Uma complexa combinação entre os principais elementos da herança colonial, apenas modificados superficialmente desde meados do século XIX, e os novos elementos que com a implantação dominante do capital monopolista, de controle imperialista, vão produzindo uma reconfiguração das bases econômicas, sociais e políticas, da estrutura da sociedade peruana (QUIJANO, 2007, p.XII, tradução nossa).

Há, pois, um acirramento da contradição oriunda da formação social do Peru: uma base predominantemente formada por relações pré-capitalistas de produção, sem ter feito a superação do traço colonial, já se encontra condicionada pela expansão do capital monopolista. O caráter débil da burguesia peruana, dado este contexto histórico e o fato de que ela não havia se apoderado – como deveria ter feito na transição para a República – do poder político e econômico nacionais, retira-lhe qualquer aspecto nacionalista revolucionário.

Soma-se a isso uma característica nefasta da formação social peruana: ela é profundamente antidemocrática. Analisando a questão das raças no Peru, nosso autor descortina a marcante segregação social que há no país:

Os elementos feudais ou burgueses em nossos países sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que os imperialistas brancos. O sentimento racial atua nesta classe dominante em um sentido absolutamente favorável à penetração imperialista. Entre o senhor e o burguês *criollo* e seus peões negros, não há nada comum. A solidariedade de classe se soma à solidariedade

de raça ou de preconceito, para fazer das burguesias nacionais instrumentos dóceis do imperialismo ianque ou britânico (MARIÁTEGUI, 2010, p.67, tradução nossa).

Pela particularidade latino-americana e, especialmente, a peruana os princípios liberais já não dão conta, portanto, da superação do latifúndio, mesmo que ainda haja aqueles que se mantêm dentro de uma doutrina democrático-burguesa:

Para eles ainda é tempo de defender a reforma liberal. Se o fizessem conseguiriam, pelo menos, que no debate do problema agrário provocado pela nova geração, não estivesse completamente ausente o pensamento liberal que, segundo a história escrita, rege a vida do Peru desde a fundação da república (MARIÁTEGUI, 2008, p. 69)

Cabe, nesse sentido, resgatar algumas reflexões de Mariátegui presentes em seu prólogo à obra *Tempestade nos Andes* de Luiz Eduardo Valcárcel, escrito em 1927. Ali se apresentam argumentos fundamentais na contraposição entre a revolução burguesa – já incapaz de se efetivar – e a revolução socialista – a ser construída<sup>75</sup>.

Tratando diretamente do problema indígena, Mariátegui alarga o conceito de *gamonalismo*, entendido não apenas como referente aos latifundiários, mas sim todo um

---

75 Não é nosso propósito aqui aprofundar o tema do mito no pensamento de Mariátegui. Cabe ressaltar, no entanto, que no *Prólogo*, nosso autor insere esse tema num conjunto maior de superação da sociedade colonial e transição para o socialismo (MARIÁTEGUI, 1927).

fenômeno orgânico que gira em torno da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado. A superação deste fenômeno é uma tarefa nacional, democrática e socialista:

Essa liquidação do *gamonalismo*, ou da feudalidade, podia ter sido realizada pela república dentro dos princípios liberais e capitalistas. Mas pelas razões que já assinaei em outros estudos, estes princípios não dirigiram efetiva e plenamente nosso processo histórico. Sabotados pela própria classe encarregada de aplica-los, durante mais de um século tem sido impotentes para redimir o índio de uma servidão que constituía um fato absolutamente solidário com o da feudalidade. [...] E sucede que enquanto, de um lado, os que professamos o socialismo propugnamos lógica e coerentemente a reorganização do país sobre bases socialistas [...] proclamamos que este é um instante de nossa história no qual é possível ser efetivamente nacionalista e revolucionário sem ser socialista; de outro lado não existe no Peru, como nunca existiu, uma burguesia progressista, com sentido nacional, que se professe liberal e democrática e que inspire sua política nos postulados de sua doutrina (MARIÁTEGUI, 1927, tradução nossa).

A incapacidade da burguesia peruana de se fazer realmente nacional e democrática impõe ao momento histórico de Mariátegui que as forças revolucionárias realizem as duas etapas de uma vez: a nacional-democrática e a socialista, como veremos na polêmica travada com as correntes imperialistas peruanas. Ele sabe muito bem que o capitalismo não tem como resolver os problemas que ele

mesmo criou e que, portanto, “os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie” (FERNANDES, 1995, p. 17).

É preciso extirpar a segregação social que separa serra e costa, latifundiários e trabalhadores semilivres, brancos e índios; é preciso também superar a enorme subserviência da economia peruana aos interesses imperialistas. Forçar estas duas modalidades tipicamente burguesas – democracia e soberania nacional – implica em cumprir o que o capitalismo, sob a batuta da débil burguesia peruana não conseguiu. Por outro lado, estas mesmas modalidades, dado o estágio monopolista do capitalismo e o traço histórico da burguesia peruana, só pode ser realizado numa perspectiva socialista. Daí a afirmação de que:

a função do socialismo no governo da nação, segundo a hora e o compasso histórico a que tenha que ajustar-se, será em grande parte a de *realizar o capitalismo* – vale dizer, as possibilidades historicamente vitais, todavia, do capitalismo – no sentido que convenha aos interesses do progresso social (MARIÁTEGUI, 1927, grifo e tradução nossos).

A revolução socialista ganha, portanto, uma caracterização original em Mariátegui. Ela deverá ser construída, levando-se em conta as características próprias da formação peruana. E o referencial adotado por Mariátegui para a organização dos trabalhadores peruanos, proletários e indígenas será a tática da *frente única*, política adotada pela

Internacional Comunista desde 1921, efetivamente a partir de 1923, sob a inspiração de Lênin<sup>76</sup>.

Ao escrever sobre a atualidade das comemorações do 1º de maio, no ano de 1924, Mariátegui afirmará que

a muitas mediações convida essa data internacional. Mas para os trabalhadores peruanos a mais atual, a mais oportuna, é a que concerne à necessidade e à possibilidade da Frente Única. [...] Minha atitude, desde minha incorporação nessa vanguarda, tem sido sempre a de um defensor convencido, a de um *propagandista fervoroso da frente única*. Recordo tê-lo declarado em uma das conferências iniciais de meu curso de história da crise mundial. Respondendo aos primeiros gestos de resistência e de apreensão de alguns alunos antigos e rigorosos libertários, mais preocupados com a rigidez do dogma que com a eficácia e a fecundidade da ação, disse então desde a tribuna da Universidade Popular: “Somos, todavia, poucos para dividir-nos. Não façamos questão de rótulos nem de títulos” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 135, grifo e tradução nossos).

Parece acertada a análise de Quijano (2007) segundo a qual no período de 1924 a 1928, Mariátegui ainda está tratando de não se chocar abertamente nem com as correntes anarco-sindicalistas, nem com a influência democrático-nacionalista que cresce no meio do proletário. Ele segue as

---

<sup>76</sup> De acordo com Escorsim, “tratava-se de uma proposição política que, reconhecendo que a vaga revolucionária do imediato pós-guerra entrava em curva descendente, propugnava a aliança entre as forças representativas do movimento operário e democrático” (2006, p.190). Ver também Quijano (2007).

decisões do III e IV Congresso da Internacional (1921 e 1922). Ainda não há, porém, a ideia do partido, presente também nas referidas decisões.

É a partir de 1928 que Mariátegui travará, em sua maturidade política, os debates decisivos de sua trajetória: com os representantes da APRA<sup>77</sup>, já orientada para tornar-se um partido; e com a orientação da III Internacional que, após 1927, abandona a política da frente única e adota a conhecida proposta de “classe contra classe”.

### 6.3. Os combates de Mariátegui: La Torre e a Internacional Comunista

Para compreendermos melhor a importância dos combates realizados por Mariátegui, é importante uma rápida apresentação panorâmica sobre a relação entre a perspectiva anti-imperialista da APRA, o socialismo e as orientações da Internacional Comunista<sup>78</sup>.

Se de 1921 até os meses que se seguiram à morte de Lênin, em 1924, predominou na III Internacional Comunista a política da frente única – o que a aproximava tanto de

---

<sup>77</sup> A Aliança Popular Revolucionária Americana surgir nos anos, com seções em vários países da América Latina, restringindo-se, em seguida, ao Peru. Em 1930, torna-se um Partido. Para fins de compreensão, referir-me ei à Aliança como “a APRA” e ao partido como “o APRA”.

<sup>78</sup> Tomamos emprestado aqui o termo “combate” de Néstor Kohan, quando analisa a obra de Mariátegui (2002, p.125-144), embora ali o autor estude, além dos dois elementos que tratamos, um terceiro – o reformismo socialdemocrata – o qual não aprofundaremos. Ressalte-se, ainda, que não trataremos, por excederem os limites deste trabalho, de outras correntes anti-imperialistas na América Latina, enfocando apenas a APRA.

Mariátegui quanto de La Torre –, de 1925 a 1927 entra em cena a adoção do referencial chinês, do Kuomintang<sup>79</sup>, como indicativo às sociedades semifeudais – o que aproximava La Torre da Internacional Comunista, mas o afastava de Mariátegui, com suas já críticas posições contrárias ao modelo chinês.

Com o fracasso do Kuomintang em 1927, a Internacional rechaça La Torre e passa à política de enquadramento dos partidos comunistas, formados ou em vias de formar-se, como no Peru, à orientação de Moscou. É o momento em que Mariátegui se colocará crítico também à Internacional.

O caráter dialético do pensamento de Mariátegui ao compreender a relação entre pré-capitalismo e capitalismo na sociedade peruana, afasta-o do dualismo que resvala fatalmente para uma compreensão do processo histórico como sequência de etapas distintas: uma etapa antifeudal seguida de uma anticapitalista. Para o revolucionário peruano, sendo o capitalismo exatamente o sujeito articulador da complexa sociedade peruana e estando ele na fase imperialista, atacá-lo implica, ao mesmo tempo e não em dois tempos, atacar o imperialismo.

Inicialmente Mariátegui manteve proximidade com La Torre, a partir das posições defendidas em suas conferências na Universidade Popular González Prada, em 1923. Com La Torre, Mariátegui difundiu a discussão anti-imperialista até que, por seguir um caminho cada vez mais original, torna-se impossível a parceria.

---

<sup>79</sup> Partido Nacionalista Chinês que serviu de inspiração para Haya de La Torre. Ver Quijano (2007).

Para La Torre e seus seguidores, existia um feudalismo total na serra, de origem colonial, há ser superado para que se criassem condições, como na Europa, à próxima etapa, que seria anticapitalista. Necessitava-se, portanto, de um avanço da serra no sentido da proletarianização que se efetuava na costa, mediante o desenvolvimento capitalista, para que, somente assim, fossem estabelecidas as condições ideais de uma luta de classes. Na cabeça de La Torre isto estava resolvido.

O problema é que a realidade histórica, por não acompanhar a consciência dos homens e sim forjá-la, mostrava algo distinto: a revolução socialista indoamericana deveria ser a relação indissociável entre luta do campesinato na serra contra a *feudalidade* e a luta do proletariado contra a burguesia na costa. Não eram duas guerras que se sucederiam: eram duas batalhas simultâneas de uma mesma guerra: contra o capitalismo.

Para La Torre, porém, sendo o imperialismo na América Latina a primeira fase do capitalismo – na oposição radical a Lênin –, não se colocava uma revolução socialista anticapitalista, em razão da estrutura atrasada do continente. Não era possível, portanto, para La Torre destruir o capitalismo antes que este estivesse maduro<sup>80</sup>.

A explícita manobra de La Torre em transformar a APRA em um partido, obriga Mariátegui a um esforço teórico e prático vigoroso: no plano teórico, busca uma trabalhosa síntese entre a particularidade peruana e a universalidade do socialismo marxista. Para Mariátegui,

---

80 Para um detalhamento dos limites de La Torre quanto à situação peruana e quanto ao partido cf. Kohan (2002).

estava posta a necessidade de não se abandonar nenhum dos polos, com o risco de se cair no exotismo da particularidade ou no cosmopolitismo da universalidade<sup>81</sup>.

No plano prático, Mariátegui insiste no caráter da APRA como frente. Embora não deixe de insistir na necessidade de auto-organização dos trabalhadores, não está orientado em buscar, num primeiro momento, o sujeito já construído e sim na tarefa de construção política de um sujeito social para a revolução.

As posições de Mariátegui e La Torre caminharão em crescente tensão até a ruptura, em 1928. Ocorre que a partir do Congresso Antiimperialista de Bruxelas, a Internacional Comunista, até 1927 ainda contemporizando com a APRA, passa a descartar sua proposta mediante o fracasso do Kuomintang chinês. La Torre, polemizando com Moscou e estando no México, cria o APRA, não mais como frente única, mas como um Partido onde devem se integrar os componentes anti-imperialistas, sob a direção das classes médias.

O único modo de resgatar a realidade específica a América Latina e, em particular do Peru, era, para La Torre e os apristas, seria basear-se no problema nacional e não do problema de classe para enfrentar o imperialismo; por isso o protagonismo, nesta primeira etapa, das classes médias no desenvolvimento capitalista nacional<sup>82</sup>.

No artigo *Aniversário y Balance*, escrito em setembro de 1928, Mariátegui aponta a necessidade de uma laboriosa

---

81 Kaysel, seguindo a referência de Michel Löwy, apresenta a nomenclatura “localismo” e “cosmopolitismo” (2012, p. 53).

82 A perspectiva de La Torre é bem analisada por Quijano (2007).

construção das condições para a revolução. Por isso afirmação do horizonte socialista para a revista *Amauta*, contrapondo-se a La Torre e os apuristas:

Não vale o grito isolado, por mais longo que seja seu eco; vale a exortação constante, contínua, persistente. Não vale a ideia perfeita, absoluta, abstrata, indiferente aos fatos, à realidade cambiante e mutável; vale a ideia germinal, concreta, dialética, operante, rica em potência e capaz de movimento. Amauta não é uma diversão nem um jogo de intelectuais puros [...]. Na luta entre dois sistemas, entre duas ideias, não nos ocorre agir como expectadores nem inventar um terceiro termo [...]. Em nossa bandeira, escrevemos esta somente, simples e grande palavra: Socialismo. (Com este lema afirmamos nossa absoluta independência frente à ideia de um Partido Nacionalista, pequeno-burguês e demagógico) (MARIÁTEGUI, 2010, p. 269, tradução nossa).

No mesmo artigo, Mariátegui reivindica o sentido da palavra revolução, deixando claro que, em tempos de capitalismo monopólico, o socialismo se impõe como única saída:

A mesma palavra Revolução, nesta América de pequenas revoluções, presta-se bastante ao mal-entendido. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que restaurar seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será simples e puramente a revolução socialista. A essa palavra, acrescentai, dependendo do caso, todos os adjetivos que quiserdes: "anti-imperialista", "agrarista", "nacionalista-

revolucionária". O socialismo os supõe, os precede, abarca a todos eles [...]. O tempo da livre concorrência na economia capitalista terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na era dos monopólios, isto é, dos impérios. Os países latino-americanos chegam atrasados à competição capitalista. As primeiras posições já estão definitivamente atribuídas. O destino desses países, dentro da ordem capitalista, é de simples colônias (MARIÁTEGUI, 2010, p. 270-271, tradução nossa).

Entretanto, não é apenas com o aprismo e contra La Torre que Mariátegui. Como analisará Quijano (2007), o andamento dos trabalhos teóricos e práticos de Mariátegui não poderá deixar de levá-lo a um balanço crítico da experiência da direção oficial da III Internacional, dentro e fora da América Latina.

Desde o Congresso de Bruxelas, em 1927, o Secretariado Latino-americano da III Internacional vinha pressionando o grupo de Mariátegui em Lima a organizar imediatamente um Partido Comunista, integrando-se à orientação de Moscou. Somente em outubro de 1928, porém, organizou-se, não o Partido Comunista, mas o Partido Socialista do Peru, tendo Mariátegui como seu secretário geral<sup>83</sup>. As razões da criação do Partido e suas tarefas são apresentadas nos documentos *Problema de las razas en la América Latina* e *Punto de vista antimperialista*

---

<sup>83</sup> Concordando com Kaysel (2012, p. 66), sustentamos que a escolha do nome “Socialista” é crucial na distinção pretendida por Mariátegui em relação à linha oficial da Internacional e não secundária, como afirma Escorsim (2006, p. 264).

encaminhados à Primeira Conferência Comunista Latino-Americana realizada em Buenos Aires em junho de 1929.

O então secretário Victorio Codovilla já vinha trabalhando desde 1928, junto à Internacional, com a tese de que a Argentina, e por consequência a América Latina, era um país semicolonial, deduzindo daí a necessidade de uma revolução de caráter democrático-burguês, sob a forma de revolução agrária anti-imperialista. É esta a idéia que se contrapõe às teses elaboradas por Mariátegui e apresentadas, na Conferência, pelos delegados Julio Portocarrero y Hugo Pesce.

Como salienta Kohan (2002, p. 133), esta disputa teórica permitirá a Mariátegui

superar os obstáculos que a visão "oficial" da época interpunha aos marxistas latino-americanos, impedindo-os de compreender criativamente (para poder transformar) as realidades deste continente. Obstáculos que se assentavam fundamentalmente em uma suposta filosofia da história universal – materialista e determinista – que prescrevia teoricamente para todos os países do mundo *o passo necessário e inelutável por rígidas etapas* de desenvolvimento social, cuja sucessão predeterminada tinha sido extraída a priori do que foi considerado como "modelo clássico", isto é, Inglaterra.

A Internacional Comunista, portanto, em linhas gerais, aproximava-se do aprismo de La Torre no período posterior à morte de Lênin, quando abandonando a tática da frente única propugnava uma orientação anti-imperialista – e não socialista – para a América Latina. Até o fracasso do

Kuomitang em 1927 – e mesmo posterior a ele, chegando aos anos 1930 – as teses de Stalin sobre a questão chinesa tiveram enorme legitimidade<sup>84</sup>.

Era evidente, para Mariátegui, que o proletariado no Peru se constituía como minoria, mesmo com sua extraordinária combatividade e militância – e em adensá-la se dedicou o revolucionário peruano. Não poderia, entretanto, deixar de apontar que a experiência chinesa demonstrava o limite de uma política puramente nacionalista e democrático-burguesa, que não incluísse desde o início a necessidade de confronto ao capitalismo como tal.

Se no texto *Problema de las razas em America Latina* Mariátegui evidencia a indissociabilidade entre a luta indígena e a construção do socialismo, no documento *Punto de vista antimperialista*, Mariátegui aponta à Internacional Comunista os riscos de uma transposição de modelo de socialismo europeu ou russo para uma realidade particular como a América Latina. Em suas ponderações, critica-se tanto o equívoco do projeto aprista quanto o da Internacional Comunista:

A condição econômica dessas repúblicas [latino-americanas] é, sem dúvida, semicolonial, e à medida que seu capitalismo cresce e, conseqüentemente, a penetração imperialista tem que se acentuar esse caráter de sua economia. Mas as burguesias nacionais, que

---

<sup>84</sup> Na leitura histórica de Stalin, feita em 1927, a China passava pela revolução nacional-democrática, na qual a revolução agrária e camponesa eram a base: “Dessa forma a atual revolução na China é a união de duas correntes do movimento revolucionário — o movimento contra as sobrevivências feudais e o movimento contra o imperialismo. A revolução democrático-burguesa na China é a união da luta contra as sobrevivências feudais e da luta contra o imperialismo” (STALIN, 1927).

veem a cooperação com o imperialismo como a melhor fonte de lucro, se sentem suficientemente donas do poder político para não se preocupar seriamente com a soberania nacional. Essas burguesias [...] não têm nenhuma predisposição para admitir a necessidade de lutar pela segunda independência, como suponha ingenuamente a propaganda aprista (MARIÁTEGUI, 2010, p. 117, tradução nossa).

Contra a idéia convergente entre apristas e cúpula da Internacional Comunista segundo a qual a América Latina deveria seguir o referencial do Kuomintang Mariátegui (2010, p. 118) dispara com agudo senso crítico quanto ao caráter psicossocial da burguesia peruana:

O anti-imperialismo na China pode, portanto, repousar sobre o sentimento e sobre o fator nacionalista. Na Indoamérica as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia *criollas* não se sentem solidárias com o povo pelo vínculo de uma história e uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Eles se sentem, em primeiro lugar, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo (tradução nossa).

A história, e não as projeções ideais do aprismo, comprova que, mesmo em países como a China, não se pode confiar no sentimento nacionalista revolucionário da burguesia, visto que o seu momento histórico para o exercício de tal sentimento já não se coloca mais:

Enquanto a política imperialista conseguir manejar os sentimentos e formalidades da soberania nacional destes Estados, enquanto não se veja obrigada a recorrer á intervenção armada e á ocupação militar, contará absolutamente com a colaboração das burguesias (MARIÁTEGUI, 2010, p. 119, tradução nossa).

Recordando o exemplo do México, Mariátegui apontará a diferença básica entre sua perspectiva e a dos apuristas – indiretamente, também a Internacional Comunista. Ela está no fato de que estes elevam o anti-imperialismo a uma condição de programa:

O anti-imperialismo, para nós, não constitui e não pode constituir, por si só, um programa político, um movimento de massas adequado à conquista do poder. O anti-imperialismo, admitido que pudesse mobilizar junto às massas trabalhadoras e camponesas, a burguesia nacionalista e a pequena burguesia (já negamos essa possibilidade) não anula o antagonismo entre as classes, não suprime sua diferença de interesses. Nem a burguesia nem a pequena burguesia no poder podem fazer uma política anti-imperialista. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou por pactuar com o imperialismo ianque (MARIÁTEGUI, 2010, p. 120, tradução nossa).

Trilhando de perto a senda de Lênin, Mariátegui desenvolverá, nos *Princípios Programáticos del Partido Socialista*, em 1928, o argumento segundo o qual a tarefa de um Partido Socialista, em tempos de imperialismo, há de ser necessariamente internacionalista. Por força do método

dialético, o internacionalismo do Partido deverá considerar necessariamente as particularidades nacionais:

O Partido Socialista adapta sua prática às circunstâncias concretas do país; mas obedece a uma ampla visão de classe e as mesmas circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial. A Revolução da Independência, há mais de um século, foi um movimento de solidariedade de todos os povos subjugados pela Espanha; a revolução socialista é um movimento conjunto de todos os povos oprimidos pelo capitalismo (MARIÁTEGUI, 2010, p. 187, tradução nossa).

O revolucionário peruano deferirá um duro golpe contra as esperanças de um desenvolvimento nacional nos marcos da ordem capitalista, evidenciando que as tarefas democrático-burguesas deverão ser feitas pelas massas proletárias, ou não serão feitas:

A emancipação da economia do país só é possível através da ação das massas proletárias, solidárias com a luta anti-imperialista global. Somente a ação proletária pode *estimular primeiro e depois levar a cabo as tarefas da revolução democrático-burguesa*, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir (IDEM, p. 188. Grifo e tradução nossos)<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> Quijano salienta que o Partido Comunista Peruano, nas décadas posteriores à morte de Mariátegui, fiel ao modelo etapista para a revolução fez um enorme esforço em encontrar nesta passagem dos Princípios Programáticos a justificação para a sua tese de duas etapas separadas. No entanto, como afirma Quijano (2007, p.CII), “não advertem a contradição que isso significa coma contraposição que Mariátegui estabelece entre a necessidade de resolver as ‘tarefas

É notável, como salienta Quijano (2007), o modo como Mariátegui desenvolve com nitidez sua concepção de revolução socialista como uma transição, processo no qual se articulam de modo necessário as tarefas correspondentes à revolução democrático-burguesa com as tarefas do socialismo<sup>86</sup>.

Os Princípios Programáticos não colocam, nem de longe, a proposta de etapas separadas. Quando afirma que “cumprida sua *etapa democrático-burguesa*, a revolução torna-se, em seus objetivos e em sua doutrina, revolução proletária” emenda: “O partido do proletariado, capacitado pela luta para o exercício do poder e o desenvolvimento de seu próprio programa, realiza nesta etapa as tarefas da organização e defesa da ordem socialista” (MARIÁTEGUI, 1948, p. 398-402).

Em outros termos, as “tarefas democrático-burguesas” são levadas a cabo dentro de um mesmo processo de cumprimento das “tarefas socialistas”. Na medida em que o processo, nos marcos ainda do capitalismo, vai-se

---

democrático-burguesas’, e a incapacidade estrutural do ‘regime burguês’, para cumpri-las”.

<sup>86</sup> No mesmo lugar, lembra Quijano, impressiona a proximidade entre os apontamentos de Mariátegui e as chamadas *Teses de Abril*, mesmo que não se possa afirmar com precisão se eram ou não conhecidas pelo peruano. Quijano se refere ao texto “Sobre as tarefas do Proletariado na presente revolução”, escrito em abril de 1917. Ali Lênin afirma: “a peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, *para* a sua *segunda* etapa que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato (LÊNIN, 1988, p. 14).

depurando, o socialismo se coloca como condição de superação da ordem mesma. Nas palavras de Quijano (2007, p. CIV, tradução nossa), “as ‘tarefas democrático-burguesas’ assumem, desde o início, no proceso, um sentido tendencial não burguês, pois estão emaranhadas e condicionadas pelo caráter socialistas do proceso global”.

É neste específico ponto da reflexão que fará sentido, em que pese as más interpretações do aprismo, a formulação mariáteguiana segundo a qual, como apontamos acima, a revolução na América Latina “será simples e puramente, a revolução socialista”.

A direção proletária da revolução emerge daí como ponto de tensão, uma vez que só pode ser assegurada por um partido cuja direção seja proletária. No Peru, entretanto, pelas condições concretas, exige-se não um partido operário, e sim de base social mais ampla, com a presença fundamental do campesinato, majoritariamente indígena. Embora Mariátegui não tenha feito uma previsão exata de como este processo poderia se dar no Peru, poderíamos arriscar que:

Em tais condições, a ditadura do proletariado é, no início, a direção proletária de um poder estatal com uma base social mais ampla, onde o campesinato tem um lugar fundamental. Mas, em seu "devir", vai se depurando, tornando-se cada vez mais proletária em seus objetivos e seu programa. Ou seja, o caráter de classe do Estado revolucionário vai se depurando no sentido de acentuar o caráter proletário do poder, conforme se vai depurando a estrutura social básica da

sociedade na transição socialista (QUIJANO, 2007, CV, tradução nossa)<sup>87</sup>.

O caráter proletário, deste modo, não se apresenta necessariamente como a direção física de uma classe operária, mas sim como linha política que assume os interesses do proletariado internacional, extraindo daí as tarefas concretas nacionais.

---

<sup>87</sup> Quijano salienta que, no mesmo período, Mao Tse-Tung empreende o mesmo desafio de significação da revolução proletária dentro das condições específicas da China, na expressão por ele cunhada “nova democracia” (2007, p.CV). No texto “Sobre la nueva democracia” Mao afirma: “Nesta época, qualquer revolução empreendida por uma colônia ou semicolônia contra o imperialismo, isto é, contra a burguesia ou o capitalismo internacional, já não pertence à velha categoria, à da revolução democrático-burguesa mundial, mas à nova categoria; não faz mais parte da velha revolução burguesa ou capitalista mundial, mas da nova revolução mundial: a revolução socialista proletária (TSE-TUNG, 1976, p.358, tradução nossa).

## CONCLUSÃO

---

Mariátegui é da geração dos “radicais anos 20”, como afirma Kohann (2002, p. 43). Contemporâneo de figuras importantes como Luiz Emílio Recabarren no Chile e Júlio Antonio Mella em Cuba, contribuiu com a introdução do marxismo na América Latina e para a organização política em torno do socialismo, além de sua contribuição original para a compreensão da realidade peruana.

Enquanto La Torre e linha da Internacional Comunista se alternam entre um localismo cego e um dogmatismo teórico, Mariátegui se coloca como figura da mediação: por ele, a realidade peruana (e latino-americana) invade o marxismo e, de outro lado, o marxismo é injetado nas veias da América Latina. A síntese é exatamente o socialismo latino-americano, que não é cópia e nem colagem do modelo russo ou chinês, mas, embora original, é parte de um processo internacional da luta dos trabalhadores.

Curiosamente, a partir dos anos 30, a Internacional Comunista recai novamente no equívoco do etapismo, estabelecendo como necessária a tática a aliança com a burguesia. Ironicamente, aproxima-se do velho equívoco aprista. Mariátegui, neste contexto, é esquecido deliberadamente. Em 1930, um mês apenas após a morte do fundador do Partido Socialista do Peru, a Internacional Comunista envia um grupo dirigente que, não sem resistência, muda o nome para Partido Comunista Peruano.

Somente a partir dos anos 60 é que Mariátegui começa a ser resgatado, com a Revolução Cubana, em que

há a síntese entre os elementos nacionalistas e socialistas. O projeto intelectual de Mariátegui encontra, então, seu merecido reconhecimento<sup>88</sup>. Sustentamos, com Kaysel (2012, p.68), que Mariátegui “embora não encontrando condições adequadas em seu próprio tempo, teria sido um dos precursores de um marxismo especificamente latino-americano, o qual desabrocharia após 1959”.

Aos olhos petrificados pelo esquema etapista da Internacional Comunista, hegemônico após os anos 30, a Revolução Cubana soará como um teoricamente impossível, “algo assim como uma heresia” (KOHAN, 2002, p.134). A mesma estranheza causada, em sua época, pelas ideias de Mariátegui.

Curiosamente, as reflexões de Mariátegui permanecem atuais. Historicamente vitorioso, como lembra Quijano (2007), no combate contra o ambíguo nacionalismo democrático aprista e contra o dogmatismo oportunista da direção da Internacional Comunista, o tempo de Mariátegui é mais atual que nunca.

Concordando com o mesmo autor, acreditamos que

para além das limitações de sua formação, em uma curta vida e como poucas dura, sujeita também às limitações do horizonte de ideias e conhecimento de seu tempo sobre os problemas específicos da história peruana e latino-americana: para além de nossos acordos e

---

88 Partimos aqui das reflexões de Kaysel (2012), que mapeando a história do marxismo latino-americano, sobretudo com o suporte de Michael Löwy, constata a importância da Revolução Cubana. Neste texto, Kaysel faz um vigoroso trabalho de articulação entre nação e socialismo, a partir de Mariátegui.

desacordos com suas formulações concretas, como pesquisador e como líder político do proletariado revolucionário, é por essas razões que Mariátegui hoje tem o lugar de um fundador e de um guia atual para o marxismo na América Latina (QUIJANO, 2007, p.LX-LXI, tradução nossa).

Entre as muitas tarefas que cabem aos que se atrevem a pensar a América Latina e seus desafios históricos atuais, uma delas certamente é a de ler *nossos* clássicos, entre eles Mariátegui, menos preocupados em repetir a letra e mais em repetir o espírito revolucionário que os guiou.

Há uma incômoda persistência das burguesias latino-americanas em se comportar como estrangeiras em sua própria terra. Nossos minérios, aquíferos, florestas sangram, como lembrava Eduardo Galeano, diuturnamente para as grandes potências enquanto que, internamente aos países da Pátria Grande, os mais pobres sangram pela miséria, pela violência e pela desigualdade absurda.

A permanência de nossas mazelas nos obriga a voltar a Mariátegui. Por sua vez, Mariátegui nos obriga a colocar na ordem do dia a necessidade de uma mudança estrutural de nossa realidade, aquilo a que damos o nome de revolução. Que ela seja a construção original e heroica dos povos latino-americanos. É o que continua, quase um século depois, alertando-nos o *Amauta*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ESCORSIM, Leila. *Mariátegui*. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FERNANDES, Florestan. “Prefácio”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Alfa-Ômega: São Paulo, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Significado atual de José Carlos Mariátegui*. Revista Princípios, nº 35, São Paulo, Dez-Jan, 1995.
- KAYSEL, André. *Nação ou socialismo: Mariátegui, Haya de La Torre e a Internacional Comunista*. Cadernos PROLAM/USP. Ano 11, vol. 1, 2012, p. 52-71,
- KOHAN, Néstor. *Ni calco ni copia*. Ensaio sobre o marxismo argentino e latinoamericano. Buenos Aires, 2002.
- LACLAU, Ernesto. “Feudalismo y capitalismo en America Latina”. IN: *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo, Siglo XXI*, México, 1978, p.10-52.
- LÊNIN, V. I. “Sobre as tarefas do Proletariado na presente revolução”. In: *Obras escolhidas*. 2ª ed. Tomo II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Prólogo a Tempestad en los Andes de Luis E. Valcárcel”. In: VALCÁRCEL, Luis E. *Tempestad en los Andes*, Peru, 1927.
- \_\_\_\_\_. *Princípios programáticos do Partido Socialista*. Lima: Empresa Editora Peruana S.A., 1948.

- \_\_\_\_\_. *Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Ideologia e política e otros escritos” In: *Mariátegui: Política revolucionária. Contribución a la crítica socialista*. Tomo V. Caracas: Fundación El Perro e La Rana, 2010.
- POMER, Leon. *As independências na América Latina*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- QUIJANO, Anibal. “José Carlos Mariátegui: reencontro e debate”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.
- STÁLIN, J. *A Revolução na China e as tarefas da Internacional Comunista*. Discurso ao VIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista. 24/05/1927. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/05/24.htm> Acesso: 08/09/2013.
- TSE-TUNG, Mao. “Sobre la nueva democracia”. In: *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*. Tomo II, Pekin, 1976. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/ND40s.html>. Acesso: 15/09/2013.

## CAPÍTULO VII

### ESTADO NEOLIBERAL: CONTRASTES LATINO-AMERICANOS

---

Karolinne Krízia da Silva Ferreira<sup>89</sup>

O Estado latino-americano é indissociável do dinamismo imposto pelo capitalismo central, ainda que o Estado, de modo geral, não seja o elemento decisivo das transformações societárias, mas tem sido o aliado imprescindível para operacionalizar a dominação econômica e política, nas mais diferentes peculiaridades mundiais.

Na América Latina, a reorganização do Estado se apropriou de todos os recursos disponíveis para a maximização dos lucros e, mesmo que o capitalismo contemporâneo tenha provocado mudanças em sua configuração, o Estado latino-americano não deixou de incorporar o neoliberalismo, o qual permitiu manter a sua função de complementaridade sobre os antagonismos

---

<sup>89</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas -UFAL (2014). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL (2017). Pesquisadora (colaboradora) do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Direitos CNPq -TRADI coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Torres. Pesquisadora (Colaboradora) do Grupo de Estudo Relações de Gênero e Relações de Classe (GERGC), coordenado pela Doutoranda Profa. Marli de Araújo Santos. Atualmente exercendo a função de Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde. Experiência como Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Linhas de pesquisas: Gênero. América Latina. Estado.

estruturais, já que absorveu as novas demandas conjunturais que tem efeito direto no aprofundamento dos mecanismos de transferência de valores – comercial e financeiro -, e no endividamento que implica em uma maior concentração de renda e riqueza somadas ao agravamento das desigualdades sociais (AMARAL; DUARTE, 2010).

No plano internacional, o neoliberalismo emerge como uma das estratégias de desenvolvimento perante a profunda recessão que o sistema adentrou por meio da crise estrutural. Neste contexto, os ideais neoliberais inspirados, principalmente, em Hayek e Friedman<sup>90</sup> ganham visibilidade, e espaço teórico-político, primeiro por apontar o Estado keynesiano (regulador e interventor), próprio das três “décadas gloriosas”, como responsável por concentrar exacerbado poder depois por destruir os lucros das organizações e provocar descontroladas taxas inflacionárias.

A partir deste diagnóstico estrutural, os idealizadores do neoliberalismo elencaram como saída para o Estado uma atuação mais forte, porém com parcas intervenções diretas na economia e no social. Na verdade, um “monitoramento orçamentário que pudesse gerar estabilidade monetária” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 130). Isso implica em uma série de reformas fiscais e monetárias com base no restabelecimento do mercado livre e liberdade individual.

---

<sup>90</sup> Na construção do conhecimento direcionada a avaliar e superar criticamente o objeto, é tarefa primordial recuperar as bases em que se fundamentam o objeto. Nesse caso, Hayek e Friedman são os principais autores que contribuíram para a formulação das ideias neoliberais, favorecedoras da classe dominante.

O economista austríaco afirma que a liberdade possibilita a construção de um sistema econômico, político e social com um mercado livre. E esta liberdade se define pela “ausência de obstáculo à realização de nossos desejos” (HAYEK, 1991, p.33). Por isso, a liberdade individual é elemento primordial para o liberalismo, assim como para sua reatualização em pleno século XXI.

Com base nesta perspectiva, o Estado não pode inibir ou intervir em qualquer iniciativa individual, posto que o mercado regido pelas leis da “mão invisível” já pronunciada por Smith no século XIX, se autorregula, então os governos não podem interferir. Devem deixar livres os indivíduos para gerarem suas riquezas conforme seus esforços e destrezas.

Acrescenta Friedman (1988) que o indivíduo deve possuir liberdade para produzir e consumir sob as chamadas leis do mercado livre, porque a liberdade econômica é a chave fundamental para a liberdade total. Para este autor, o mercado é o caminho para galgar seus objetivos, na sociedade de mercado livre. Assim, a pífia centralidade do mercado, não tem se importado com as circunstâncias nem os meios, desde que os indivíduos tenham liberdade de produzir e consumir conforme sua capacidade. Todavia, tratando-se de uma sociedade de classes socialmente antagônicas, por si só essas capacidades já são desiguais, portanto, premissas irrisórias.

Através desses clássicos também é possível detectar que não é que os neoliberais defendam uma restrição total do Estado interventor, mas que, no funcionamento do mercado, o Estado deve intervir parcialmente, tendo em vista a preservação da liberdade individual, promovendo

simultaneamente os pilares de competitividade e desigualdade inerentes ao capitalismo.

Para Friedman (1988), essa liberdade somente é válida para a força de trabalho disponível. Para os não responsáveis – insanos, crianças ainda não aptas à exploração – cabe uma ação paternalista por parte do Estado, ainda que se distancie dos princípios liberais, pois a cobertura estatal, para os clássicos, fomenta a ociosidade. O motivo para esta abertura parcial de ação estatal não é difícil desvelar, uma vez que esse grupo não responsável precisa se manter ativo na economia.

De modo geral, Hayek (1991) e Friedman (1988) idealizaram o Estado neoliberal como governos direcionados a preservar a lei e a ordem; deliberar os direitos de propriedade; impulsionar a competitividade capitalista; oferecer uma estrutura monetária e suplementar quando julgar necessária a caridade privada e às famílias consideradas não responsáveis. Assim, sob essas condições, os indivíduos, na lógica de mercado, possuiriam total liberdade para se desenvolver.

As primeiras experiências históricas, em termos internacionais, do receituário neoliberal, embasada nesses teóricos, foram nos governos de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA e, não demorou muito para se alastrar por todo o globo tendo-se esses dois países como modelos da nova era da globalização neoliberal. Mais precisamente foi em meados da década de 1980 passando para 1990 que os organismos internacionais incorporaram o receituário neoliberal como pensamento hegemônico. Entenda que, para a materialização desse pensamento, tornou-se necessária a

elaboração de um mecanismo que canalizasse todas as mudanças no centro e periferia, sendo então orquestrado o *Consenso de Washington*<sup>91</sup>.

Os organismos internacionais anunciaram o *Consenso de Washington* como instrumento a frear as nefastas consequências da crise estrutural na América Latina e a incorporar o neoliberalismo conforme suas particularidades. Dessa maneira, os governos passaram a aceitar esse Consenso, na década de 1980, como uma agenda de medidas para o ajustamento macroeconômico. Embora

o Consenso de Washington não tenha alterado o quadro de recrudescimento da questão social nem tampouco as possibilidades de superação do subdesenvolvimento e enfrentamento da desigualdade – que permanecia e se aprofundava nos países latino americanos (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 157).

Isto é, a experiência do citado Consenso não tornou possível promover o desenvolvimento que pudesse limitar os efeitos desastrosos, “pois toda nossa história política sempre esteve ligada ou determinada pelas convulsões da economia e das políticas mundiais” (COGGIOLA, 2009, p. 4). Mas, é

---

<sup>91</sup> O *Consenso de Washington* (1989) refere-se a um conjunto de dez medidas (reformas) que pronunciavam implementar o crescimento econômico dos países da América Latina. Essas reformas seriam: disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para as despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação das relações de trabalho e da economia e direito da propriedade assegurado (MOTA, 2012).

verdade que dentro do modo de produção capitalista, onde o objetivo primeiro é auferir lucro, também não poderia existir esse tipo de mecanismo direcionado a “ajudar” ou “auxiliar” impactos decorrentes de sua própria estrutura, pois o centro impõe suas políticas econômicas no ritmo e em condições de submissão, vê a América Latina como uma colônia propensa à exploração financeira, estando vulnerável aos interesses externos.

O *Consenso de Washington* conduziu de forma pacífica as estratégias de desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana, em que se acentuaram as disparidades e desigualdades traduzidas em novas formas de dominação e exploração. Esse movimento está atrelado à implementação do neoliberalismo na América Latina, que ocorreu de modo bastante particular, na sua aparição ainda inconsistente no Chile, com o golpe de Estado de Pinochet, em 1973.

No caso de Pinochet, suas ideias de governo tinham como base a escola de Chicago, onde Friedman, um dos mais importantes idealizadores do neoliberalismo, estava à frente (KRIES, 2011). Dessa forma, Pinochet, dentro de um regime militar, deu início a um processo de liberalização da economia e, como justificativa, utilizou a ameaça socialista/comunista que pairava no Chile através do governo de Allende.

Essa pioneira experiência latino-americana demonstra historicamente que o neoliberalismo se impôs tanto pela força, com o exemplo do governo militar de Pinochet, quanto pelo processo de redemocratização que o continente ingressou com o fim das ditaduras. Ou seja, o

neoliberalismo exerce uma dominação sistêmica erguendo poder global.

A história denota que a organização ditatorial do Estado na América Latina foi dando lugar a um Estado reorganizado sob os pilares democráticos. O que não se revelou foi o real caráter desta democracia, considerando fatores como as transformações em curso após a eclosão da crise estrutural e as próprias medidas adotadas para sua superação, dentre elas, o neoliberalismo.

Superficialmente, a literatura demonstra que as restrições dos atos institucionais realizadas pelos governos militares, mais a crescente intervenção estatal nas indústrias e, no final, a retomada dos movimentos sociais, reivindicando no cenário político suas demandas, levaram, em meados da década de 1980, o fim do período ditatorial em toda a América Latina.

Assim, surgiu o ideário democrático<sup>92</sup> como proposta de reorganizar a relação entre Estado e empresas, sociedade e mercado, em que a maioria da população, por meio de um processo eleitoral<sup>93</sup>, deteria o poder de escolher seus

---

<sup>92</sup> Sobre a democracia: “La democracia burguesa relativamente sólida y estable *no* constituye la superestructura «natural» del modo de producción capitalista, sino que es la modalidad que la dominación burguesa ha logrado asumir en las áreas capitalistas «centrales» (eslabones fuertes), beneficiarias de la enorme masa de excedente económico extraído del resto del mundo; o, temporalmente, en algunos países capitalistas «periféricos» (eslabones en principio débiles) que han obtenido una ventajosa participación coyuntural en el reparto de aquel excedente (casos de Argentina y sobre todo Uruguay en determinado momento, o de Venezuela en la actualidad)” (CUEVA, 1979, p. 33, grifos do autor).

<sup>93</sup> Esses processos eleitorais servem para representar muito mais uma realidade imaginada, inexistente, utilizando dos meios de comunicação

representantes, os quais, ocupando cargos públicos, deveriam exercer funções e tarefas em prol da população. O que a essa proposta esqueceu-se de acrescentar é que esta é uma democracia de mercado tão cara ao liberalismo quanto para sua atualização no século XXI.

Hayek, enquanto defensor do neoliberalismo, já havia assinalado que o governo democrático é o meio mais seguro de garantir a paz interna dentro da perspectiva liberal. Para este autor

O fundamento da democracia está, em primeiro lugar, no fato de que é o único método de mudança pacífica que o homem descobriu até hoje; segundo, representa uma valiosa garantia da liberdade individual; e, terceiro, na possibilidade de as instituições democráticas promoverem maior entendimento dos assuntos públicos pela população (HAYEK, 1991, pp. 131-134).

Dessa forma, a democracia preserva a liberdade que é a premissa para o seu funcionamento, principalmente para o neoliberalismo. Por isso, pode-se afirmar que os processos de redemocratização que sucederam aos regimes militares na América Latina são “democracias liberais” que impulsionaram as reformas neoliberais no continente.

A democracia representaria a falácia de um Estado de direito, em que pese os processos eleitorais como instrumento da população e, simultaneamente, a emergência tardia das políticas públicas sob o parâmetro de direito, pois

---

para propagar um dos meios parlamentares que obliteram a centralidade do trabalho pela centralidade da política. (LENIN, 2010).

diferentemente dos países centrais que tiveram a generalização das políticas sociais públicas durante as “décadas gloriosas”, os trabalhadores latino-americanos, de forma tardia, somente tiveram acesso garantido e sistemático às políticas sociais na década de 1980, quando os regimes ditatoriais enfraqueciam ou em alguns países, onde o regime ditatorial já havia sido superado.

As mobilizações, antes banidas pela repressão e opressão militares supracitadas, retornam ao cenário político exigindo o reconhecimento de seus direitos. Neste momento, de modo contraditório, houve na América Latina uma expansão do alcance das tímidas medidas sociais que antes se restringiam apenas ao trabalho formal e legal, agora passava a abarcar os direitos sociais.

O problema dessa institucionalização foi que o Estado não disponibilizou o arsenal financeiro suficiente para investimentos na esfera social, ou melhor, para implementar na prática a abrangência dessas políticas sociais. O Estado latino-americano deveria colocar à disposição o fundo público, mas não o fez porque este é redirecionado para a dívida pública. Em decorrência de problemas fiscais que acometem o Estado latino-americano, os recursos são canalizados para as dívidas externa e interna, estrangulando a capacidade de financiamento das ramificações estatais, a exemplo, das políticas públicas. Para Paniago (2012, p.68)

[...] a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à travessia da crise, transferindo riqueza para o coração do sistema global através da transferência de

capitais e do pagamento de dívidas astronômicas mediante juros crescentes (ao sabor do mercado). Instalou-se uma relação em que se estimula (e até mesmo se comemora a entrada em abundância de capitais externos) a dependência ao capital externo em excesso à procura de inversões lucrativas a qualquer preço, ao mesmo tempo em que exigem-se (internamente) políticas de austeridade e rigidez orçamentária na execução das atividades típicas do Estado, tais como políticas sociais no âmbito da educação, saúde, habitação, assistência social etc. Liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho.

As políticas direcionadas à reprodução do trabalhador latino-americano emergem na contradição e limitação da ofensiva neoliberal, que sem nenhum pudor tratou de operar ataques ao financiamento público como mais um campo de valorização do capitalismo central. Desse modo, as políticas públicas surgiram e se desfizeram no esforço focalizador, em que o Estado reduziu os escassos gastos públicos, acirrando as desigualdades nas condições de trabalho e reprodução dos trabalhadores latino-americanos. Coggiola (2009, p. 12) anota que no Brasil

[...] aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevadíssimo: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para o Estado e para a realização de

investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais.

Assim, o Estado neoliberal na América Latina alterou profundamente o cenário interno desde o sistema social, na medida em que converte a esfera pública como campo de investimento privado para a valorização e pagamento das dívidas externa e interna, como também superou a limitação protecionista ainda em vigor; ultrapassou as políticas industriais, na medida em que o Estado delegou papel majoritário ao mercado atrelado ao forte processo de privatizações e abertura financeira.

O Estado neoliberal latino-americano, tomado pela falácia da democracia, aloja-se como receptor de capital excedente do centro, através de grandiosos empréstimos que impõem o acirramento da dívida externa pelo estabelecimento de juros determinados pelo processo de financeirização e fusão dos bancos. Essa liberdade de investimento que preconiza acordos com os interesses do mercado e do capital global acelera também a dívida interna.

O Estado neoliberal pronunciou neste continente uma falsa esperança de que os jogos livres entre os mercados deixariam para trás o atraso histórico e todas as expressões agudas de desigualdades que perseguem o continente. Ressalta-se que o Estado, dentro da lógica financeira na América Latina, passou a desencadear cada vez mais taxas inferiores de crescimento, posto que sem o reinvestimento produtivo, a acumulação do capital esbarra na lógica financeira que gera impossibilidade de crescimento econômico ao longo do tempo. Assim, “a atividade de produção de mercadorias é enfraquecida e se estabelece uma

situação que combina juros elevados, endividamento crescente e intenso desemprego” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 125).

Na América Latina, o neoliberalismo encontra modos de operar substancialmente distinto dos grandes centros porque aqui se materializam, de fato, o conjunto ideológico que o sustentou enquanto estratégia de desenvolvimento quer seja na produção, como destaca Marini (2000) que o Estado latino-americano é promotor do investimento e da demanda, ou então, de acordo com Carcanholo (2010), na forma financeira através dos juros e amortizações em detrimento da crescente dívida externa, somando-se a um corte excessivo nos gastos sociais atrelados a um crescente quadro de desigualdades.

Os efeitos deletérios da lógica financeira expressam-se no continente pela situação denominada pelos autores contemporâneos como vulnerabilidade externa<sup>94</sup>, em que o Estado neoliberal latino-americano contribui através da liberalização das transações econômicas internacionais; na renegociação da dívida externa que atua na desregulamentação e também na liberalização dos fluxos de capitais. Portanto, “[...] O Estado entra novamente como agenciador dos apetites insaciáveis do capital” (PANIAGO, 2012, p.67). Consequentemente, a vulnerabilidade externa tem como preço exatamente a intensificação dos danos

---

<sup>94</sup> A vulnerabilidade externa se estabelece “a partir da necessidade estrutural de atrair capitais para correção dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, o que acaba complexificando esse estrangulamento externo e os seus efeitos sobre a fragilidade das contas públicas” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 125).

sociais para a reprodução da população latino-americana, com ênfase nos trabalhadores.

Esse é o retrato da “nova” forma histórica de dependência que domina a América Latina. Os processos – renegociação da dívida externa e a liberalização dos fluxos de capitais – que são impostos ao continente para corresponder às determinações contemporâneas do capital em sua fase de globalização financeira, promovem uma forte entrada de capitais em suas regiões, a qual anula qualquer possibilidade de autonomia da política econômica, ao mesmo tempo em que responsabiliza a própria nação. Ou seja, a abertura econômica externa que gera a vulnerabilidade<sup>95</sup> no crescimento e desenvolvimento econômico e social do continente é premissa para a inserção das relações contemporâneas do capitalismo na América Latina – exemplificação concreta do desenvolvimento desigual, mas, sobretudo, combinado entre o centro e a periferia.

Neste contexto, os organismos internacionais exercem controle perante as operações financeiras, inibindo qualquer forma de negociação iniciada pela América Latina, e demandando dispositivos estatais para monitorar qualquer falha que por ventura possa surgir, isto é, o Estado neoliberal na América Latina deve atuar para que o mercado financeiro não se depare com nenhum impacto e ou obstáculo,

---

<sup>95</sup> “A abertura tende a reduzir o grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais externos. A esta capacidade de resposta de uma economia chama-se vulnerabilidade externa, quando a primeira é reduzida tem-se que o grau de vulnerabilidade é acrescido” (PAINCEIRA; CARCONHOLO, 2002, p. 4).

cumprindo as determinações dos organismos internacionais. Assim se tem “um meio de fornecer um ambiente econômico mais estável para que os agentes possam fazer uso das informações disponíveis da melhor forma possível” (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 4).

Dessa forma, o neoliberalismo, para os países centrais, representou uma das medidas de retomada dos investimentos, pois impulsionou junto à reestruturação produtiva e a globalização financeira, a competitividade que, por sua vez, limita cada vez mais as indústrias nacionais na América Latina, tendo em vista a sua condição de dependência historicamente estabelecida. Vale ressaltar que esta limitação não atinge as atividades de abertura comercial financeira promovida também pelas transnacionais, mas refere-se à própria incipiência de haver desenvolvimento dentro do continente.

O Estado neoliberal, por meio da competitividade entre os mercados; da abertura externa sob o estigma do capital financeiro e da estabilização de contas públicas, forçou reformas estruturais somando-se ao progressivo processo de auferir superlucros mediante a privatização de setores públicos. Em outros termos, um Estado gradativamente maior para liberalização de capital e parco, quando não ausente, para intervenção em danos sociais que vem se acentuando na América Latina.

Acrescentam Amaral e Duarte (2010, p. 132, grifo nosso) que “a partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelecem a dependência e a avidez por maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho, no sentido de ampliar a *superexploração* na

periferia”. Isto significa, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, que o neoliberalismo na América Latina reforçou a *superexploração* da força de trabalho com importantes singularidades: freio intenso ao crescimento econômico articulado ao desemprego; acirramento da dependência e da vulnerabilidade externa e em sequência a precarização dos direitos laborais.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2000), na região latino-americana, de cada três empregos criados na década de 1990, dois correspondem ao setor informal e, de cada 100 novos postos de trabalho, 83 eram referentes ao setor de serviços, sendo que, 55% dos novos postos de assalariados careciam de proteção social. Esse conjunto de dados permite a visualização da deterioração dos trabalhadores latino-americanos que, inseridos ou não no mercado de trabalho, têm sua reprodução social comprometida.

Nesse “novo” retrato da dependência, os mercados nacionais, não aptos à competitividade estimulada em nível internacional, geram mais e mais dependência técnica e tecnológica forçando uma renegociação da dívida externa; mas também, afunila as condições dos trabalhadores, pois o Estado neoliberal, ao atacar o campo do trabalho através da focalização orçamentária, responsabiliza os trabalhadores.

Diante desta conjuntura, o Banco Mundial, em seu relatório de 2006<sup>96</sup>, afirmou que “o desempenho econômico da América Latina, nas últimas décadas, tem sido

---

<sup>96</sup> BANCO Mundial. Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso. Relatório Anual, 2006. Disponível: <http://www.bancomundial.org.br>

decepcionante, e a região ficou para trás em relação às economias asiáticas dinâmicas”, elencando como principais fatores “a própria pobreza” que estaria “dificultando o crescimento da região e, a menos que os entraves que afetam os pobres sejam solucionados, será difícil alcançar um forte crescimento”.

A partir dessa interpretação obliterada, o Banco Mundial (2006) recomenda como solução e redução da pobreza para que favoreça o crescimento do continente, “que os países tornem-se, inicialmente, mais equitativos os seus programas de gastos públicos, dirigindo-os às pessoas que realmente precisam deles, em vez de gastar os recursos subsidiando programas para os mais abastados, como no consumo de energia, aposentadorias, pensões e universidades públicas”, melhorando a eficácia de suas políticas públicas.

O resultado desta visão distorcida do Banco Mundial, do qual não se pode desconectar sua função por excelência enquanto mecanismo do capitalismo financeiro juntamente ao Estado neoliberal, é disseminar a implementação de programas sociais como estratégia de superar a pobreza extrema que é crescente e, na sua visão imediatista, é responsável por impedir que o continente avance em seu desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, o receituário neoliberal e a globalização financeira determinaram as perversas sequelas as quais o continente estaria condicionado, um verdadeiro processo de neocolonização. “[...] Não há qualquer incompatibilidade, antes ou depois, na função social exercida pelo Estado. Alteram-se apenas historicamente as formas e

os recursos envolvidos no atendimento aos interesses do capital social global” (PANIAGO, 2012, p.78).

De modo geral, quando se consolida o neoliberalismo, sua vinculação é dada quase que automaticamente a potencializar o capitalismo, impulsionando a revolução científica, tecnológica e informacional, isto é, a globalização, uma vez que a mundialização do capital repõe a divisão internacional do trabalho para estimular a competição no sistema de produção.

Nesta relação, a América Latina ocupa um papel subalterno, em que sua função é alimentar e fortalecer os laços de dependência, cujo pensamento hegemônico neoliberal condiciona a transferência do excedente, sucumbindo a força de trabalho e as riquezas naturais ao usufruto das benesses do sistema central traduzindo o quadro hodierno do continente em um *aggiornamento* do velho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AMARAL, Marisa S.; DUARTE, Pedro H.E. *Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência*. Campinas: Leituras de Economia Política, 2010. p.111-138.
- BANCO Mundial. *Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso*. Relatório Anual, 2006. Disponível:<<http://www.bancomundial.org.br>>. Acessado em: 10 de jun. de 2017.
- COGGIOLA, Osvaldo. *América Latina no olho da tormenta mundial*. Salvador. (BA): o olho da história, 2009. Julho.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina y la cuestion del Estado*. Colombia-Ecuador: centro de estudios latino-americanos de la FCPYS, 1979.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988, Série: *Os economistas*, 185p.
- HAYEK, F. A. *Los fundamentos de la libertad*. 5ª ed. Madrid – España: Unión editorial S.A., 1991, 510p.
- KRIES, Rafael. *A B C del poder popular y los cordones industriales. Proyectos sociales en Chile durante la up 1970-1973*. Chile, Julio 2011.
- LENIN. *Estado e Revolução*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- MOTA. AMARAL. PERUZZO. *O Novo Desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina*. In: MOTA. (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012. p.153-179.
- MOTA, A. (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Panorama Laboral 2000 de América Latina y el Caribe: Peru*, 2000. Disponível em <<http://www.oit.org.pe>> Acessado em: 10 de jun. de 2017.
- PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCONHOLO, Marcelo Dias. *Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina*. International Investment; Long-Term Capital Movements; F32 - Current Account Adjustment; Short-Term Capital Movements; F360 - Financial Aspects of Economic Integration, 2002.
- PANIAGO, M. C. *Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado*. In: PANIAGO, M.C. (org.). MARX, MÉSZAROS E O ESTADO. 1.ed. Maceió: Instituto Lukács, 2012.

## CAPÍTULO VIII

### A CRISE DA ESQUERDA NA EUROPA E A INFLUÊNCIA STALINISTA

---

Marcos de Oliveira Silva<sup>97</sup>

A França, além de ter dado a ideia e o modelo de uma revolução - a derrubada completa de um sistema econômico e político, onde o velho é posto abaixo em todas as suas estruturas – também é pioneira, ao lado de ingleses e belgas, do capitalismo industrial e comercial. O desenvolvimento do capitalismo na França através se deu do modo que os economistas chamam de clássico, onde acumulação primitiva proporcionou o surgimento de um capitalismo comercial e que gradativamente foi se tornando industrial. A revolução francesa destruiu a estrutura feudal criando as condições políticas para o liberalismo se tornar hegemônico. No século XIX, a indústria francesa já era significativa e no século XX após a vitória na primeira guerra mundial se tornou ainda maior. A França das primeiras décadas do século XX tinha uma classe operária grande e diversificada, trabalhando na indústria nas minas e siderúrgicas, na produção de automóveis e bens duráveis e na indústria química.

---

<sup>97</sup> Graduação em História pela Universidade Estadual de Alagoas.

As revoluções de 1848 e 1871 e todos os embates do século XIX deram aos trabalhadores franceses do início do século XX uma tradição de organização e luta com base anarquismo, no socialismo utópico, na social democracia e no comunismo de Marx e Engels

Durante as primeiras décadas do século XX, o capitalismo francês em uma fase imperialista e colonialista tinha como seu principal concorrente a indústria alemã. A disputa da burguesia dos dois países por mercados asiáticos e riquezas na África, alimentou ainda mais o nacionalismo francês e um forte revanchismo em relação a Alemanha<sup>98</sup>. Os comunistas franceses precisavam lidar com o nacionalismo e mostrar objetivamente suas limitações teóricas. Como se não bastasse havia os problemas organizacionais e teóricos da terceira internacional. Nesse sentido, o comitê central do PC russo, que na prática dirigia a terceira internacional, acabava ditando como o partido comunista francês deveria agir tática e estrategicamente. A determinação da terceira internacional para o partido comunista francês em 1935 era criar uma frente única antifascista. O que ficou conhecido como política frentista. Essa frente unia o partido comunista e o

---

<sup>98</sup> O revanchismo era motivado pela derrota nas guerras franco-prussianas de 1871, que culmina na união dos estados prussianos e com uma festa de inauguração da recém-formada Alemanha no palácio de Versalhes. Outra questão que motiva esse sentimento de revanche foi a perda da região da Alsácia Lorena para os alemães e a intervenção alemã no Marrocos em 1905, na época sobre o controle francês. Essas disputas imperialistas, na prática, diziam respeito apenas as burguesias dos dois países, mas o estado surge como elemento determinante para o sentimento de pátria. Os trabalhadores dos dois países, igualmente explorados, reproduziam a ideologia nacionalista da classe dominante e acabavam por defender os interesses de seus patrões.

social democrata francês, anarquistas e até mesmo liberais progressistas. Claudin<sup>99</sup> nos mostra as plataformas políticas dessas frentes antifascistas na Europa aprovadas no VII congresso da IC:

compreendiam três segmentos: reivindicações de tipo econômico-social, perfeitamente compatíveis, em princípio, com a essência dos partidos e sindicatos reformistas; reivindicações políticas, que não iam mais além da defesa ou da restauração das liberdades e instituições democrático-burguesas e de repressão às atividades e organizações fascistas; e a luta pela paz (Claudin, 219)

A terceira internacional agia de forma contrarrevolucionária no sentido impedir uma revolução no ocidente, pois a ideia era garantir a construção do socialismo na URSS. Era preciso, segundo os stalinistas, primeiro defender a república dos trabalhadores e evitar uma guerra naquele momento. Os operários franceses foram traídos e colocados em situação de risco por diversas vezes, graças a estrutura vertical e centralizadora da terceira internacional.

O partido comunista francês em 1936, seguindo resolução de Moscou e do seu dirigente Thorez em 11 de junho daquele ano desarticulou a maior greve da história da França até aquele momento, se colocando no papel de frear uma revolução em curso. Para Claudin

O movimento, de fato, tem desde o primeiro momento a marca que assinala o início de toda

---

<sup>99</sup> Claudin, Fernando. A crise do movimento comunista, trad. José Paulo Neto; expressão popular, São Paulo 2013.

revolução autêntica: a iniciativa espontânea das grandes massas, a mudança qualitativa do seu estado de ânimo, a convergência única de milhões na mesma vontade de pôr fim a um estado de coisas, o desdobramento dos leitos naturais” (Claudin, 226)

A preocupação da IC e do Partido comunista Francês, após convencer os trabalhadores a aceitarem um acordo com os patrões, passava a ser ganhar a confiança das massas no governo de frente popular e do programa de governo de Blum, que defendia uma democracia burguesa com o máximo de reformas possíveis. Esses objetivos tinham aprovação absoluta do partido socialista francês, sempre adepto da social democracia e do reformismo, ou seja, que acredita na construção do socialismo através de lentas e pontuais reformas dentro da estrutura do capitalismo, sendo um funesto herdeiro do socialismo utópico.

Com o fim da segunda guerra mundial, os franceses tiveram um período de estabilidade política e algumas décadas de crescimento econômico. As pautas dos partidos políticos agora eram meramente economicistas ou no sentido da conquista de direitos civis, fossem trabalhistas ou de minorias. A centralidade do trabalho era praticamente esquecida e dava lugar a centralidade da política e da disputa eleitoral.

Um episódio que se tornou um marco desse novo momento o é maio de 1968, quando estudantes e operários protestavam exigindo uma reforma educacional das universidades. O movimento logo saiu da sala de aula para as ruas e das ruas para a fábrica. Aquelas manifestações que começaram entre estudantes, agora tinham a adesão de

operários na maior greve geral da história da França, com a participação de cerca de 9 milhões de trabalhadores. O partido comunista francês e os estudantes haviam se unido, o governo de Charles de Gaulle estava abalado, dois terços de toda a força de trabalho da França cruzaram os braços. A solução encontrada por de Gaulle é convocar eleições para junho. A disputa presidencial esfriou o movimento, levando boa parte de trabalhadores e estudantes a mudar o campo de luta, da fábrica para as urnas. A ilusão de gerir o estado burguês e tentar lhe dar uma face humana ou corrigir seu caráter elitista pesou e o movimento acabou. Aqui mais uma vez os comunistas não conseguiam apresentar aos trabalhadores um programa revolucionário, sem organização e uma direção com um programa revolucionário, os protestos foram se esvaziando e concretamente De Gaulle e seus aliados apresentaram propostas imediatas e palpáveis como aumento de salário e ampliação dos direitos trabalhistas.

### 8.1 A esquerda como gestora do capital – o governo Hollande

A estabilidade econômica das décadas seguintes, produto, principalmente da sua política imperialista, permitiu ao estado francês manter um estado de bem-estar social, com leis trabalhistas e salários razoáveis para o cidadão médio francês, enquanto os argelinos e imigrantes muçulmanos eram super explorados, tinha os piores empregos, os salários mais baixos e moravam nos bairros mais pobres e em condições precárias.

O partido socialista francês, que ideologicamente poderia ser identificado como de esquerda, para chegar ao

poder comprou o discurso da ordem. De François Mitterrand (1981-1995) ao mais recente François Hollande, a pauta do partido socialista tem sido a da burguesia. A defesa da globalização e das bases do Consenso de Washington (1989), do liberalismo como únicas possibilidades de mundo se converteram em axioma para partido, que na tentativa de migrar para o centro e chegar ao poder, acabou indo de vez para a gironda.

Os trabalhadores franceses percebem todos os dias no seu cotidiano que o discurso neoliberal é um engodo, que todas as promessas do consenso de Washington se mostraram mentirosas. As fábricas procuram mão de obra barata em países como a China ou Vietnã, o salário já não tem o mesmo poder de compra, os serviços públicos estão ameaçados, a esquerda (partido socialista) não pode radicalizar o discurso pois se comprometeu com as pautas da burguesia, Hollande, o “socialista” não foi diferente do seu antecessor do partido republicano Nicolas Sarkozy. François Hollande assumiu a presidência em maio de 2012, nos seus discursos de campanha dois eixos econômicos se destacavam: o retorno do crescimento econômico, em especial da indústria, e a diminuição do desemprego na época 9,2%<sup>100</sup>, após cinco anos de governo do partido socialista o desemprego da população ativa beira os 10%, entre os jovens o caso é ainda mais grave, chegando a 24%. As tentativas de Hollande de cortar gastos públicos ou de concessão de crédito ao setor privado não surtiram o efeito prometido e a economia segue estagnada, embora em 2016 tenha

---

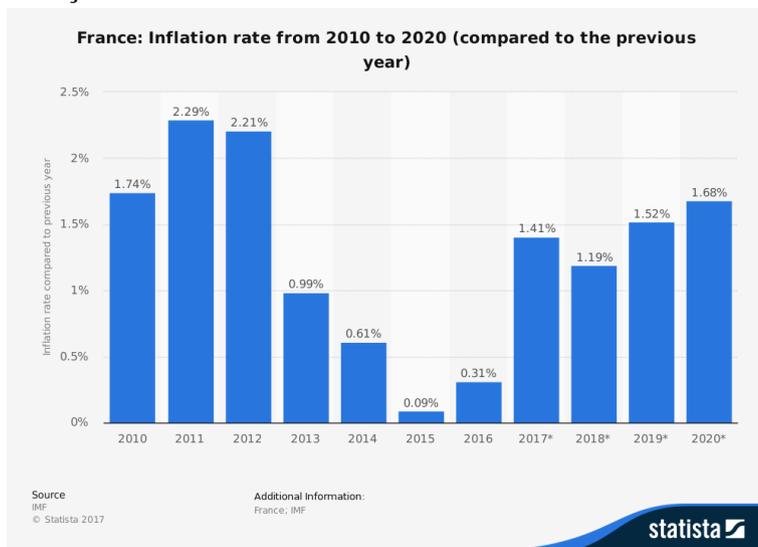
<sup>100</sup> Dados do INSEE, instituto Francês de estatística. <https://www.insee.fr/fr/accueil>

apresentado crescimento de 1,2% em comparação com o ano anterior. A França, mesmo sendo um dos pilares do capitalismo e tendo uma indústria automobilista bastante relevante, sente dificuldade de competir na zona do euro, principalmente com a sua vizinha Alemanha, que tornou a sua indústria mais competitiva após a reforma trabalhista realizada por Gerhard Schröder que reduziu os salários em 4,5%, facilitou contratações temporárias, criando os empregos rotativos e tornando terceirizações e quarteirizações o padrão das contratações. Essa reforma que ganhou o nome de Plano Hartz, em homenagem ao seu idealizador, Peter Hartz, um dos chefões da Volkswagen, facilita demissões sem indenizações, contratações sem salários fixos, apenas por produtividade, enfraquece a organização sindical e os acordos coletivos, em suma, trata-se da permissão jurídica para a oficialização da precarização do trabalho em um nível inédito para países de capitalismo muito desenvolvido.

François Hollande, preocupado com os lucros dos capitalistas franceses, chegou a tentar realizar uma reforma trabalhista na França com o intuito de aumentar a exploração de mais-valia absoluta e relativa, porém a crise econômica pela qual vivia o país com uma queda do consumo e uma recessão econômica no fim do seu governo entre 2015/2016 levou presidente a alcançar uma impopularidade recorde de apenas 4% apenas de aprovação, sem força política e diante de protestos com milhares de pessoas nas ruas, a reforma trabalhista seria adiada.

A queda da inflação, segundo o INSEE, em parte, é reflexo da perda da capacidade de consumo, entre 2014 e 2017 de -1,9%, em 2015, o pior ano do governo Hollande a

taxe de desemprego chegou a 10,6% da população ativa e a inflação em -2%.



Como se não bastasse a aplicação de uma política econômica neoliberal, o partido socialista francês de Hollande, adotou uma postura internacional belicista e imperialista, apoiando a intervenção norte americana na Síria. A crise econômica e o desemprego, somada ao nacionalismo e o ufanismo adotado nos discursos do governo francês, ajudaram no crescimento da islamofobia e da xenofobia no país. Após dois ataques terroristas, o primeiro em janeiro de 2015 à sede da revista Charlie Hebdo, o segundo em Julho de 2016 em Nice, o governo Hollande tentou tirar proveito da comoção nacional, alimentando o discurso bélico, imperialista e nacionalista.

Tentando manter o apoio da sua base eleitoral mais a esquerda, ao mesmo tempo em que realizava discursos com

caráter emocional e que se aliava a chanceler alemã Ângela Merkel e ao presidente norte americano Barac Obama no combate ao governo de Bashar al Assad, o partido socialista criava um projeto de lei que dava direito de voto aos imigrantes. O projeto era apresentado em um momento em que não havia a menor chance de ser aprovado, pois mesmo estando presente na sua campanha a presidente, só foi levado a votação devido a perda de popularidade do governo entre os eleitores de esquerda. Ao apresentar o projeto:

A controvérsia, no entanto, emergiu após 40 minutos de discurso. O presidente abordou uma das promessas de campanha: a concessão do direito de voto aos estrangeiros não pertencentes à União Europeia nas eleições locais na França. Um projeto de lei para tornar isso possível exige mudança da Constituição, com uma aprovação de três quintos dos votos na Assembleia Nacional, praticamente inviável hoje dada a forte posição dos conservadores.<sup>101</sup>

Ao tempo em que angariava apoio dos setores conservadores na “guerra ao terror” e apelava para os valores patrióticos, o governo oferecia aos 10% de imigrantes da França um projeto de lei condenado ao fracasso.

O partido socialista de Hollande atualmente em nada teve nem mesmo de reformista, não é sequer um partido social democrata, passando a aplicar a mesma política da direita. O cretinismo parlamentar é cada mais visível, como Marx colocou nas suas Glosas Críticas

---

<sup>101</sup> Jornal O globo. <https://oglobo.globo.com/mundo/hollande-defende-direitos-dos-imigrantes-14843579>

Nenhum dos partidos encontra a causa dos males sociais na política em geral, pelo contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário; porém, ambos os partidos sequer sonham com uma reforma da sociedade<sup>102</sup>

Ao colocar a disputa parlamentar como razão da sua existência e chegar ao poder como meta máxima, o partido socialista francês, entrou no jogo do cretinismo parlamentar, adaptando a postura e o tom das críticas à sua condição de oposição ou governista.

A intensificação da crise econômica e a incapacidade dos partidos de esquerda de construindo uma alternativa socialista frente a ameaça do capital de destruir a humanidade e o meio ambiente, criaram um vácuo político. Foi aberta uma possibilidade histórica de radicalização, diante da descrença cada vez maior na democracia burguesa e suas instituições. Com a *débâcle* das políticas neoliberais e do establishment vigente até então. O capital não pode apresentar aos trabalhadores, nesse momento histórico de crise estrutural, nenhuma concessão, o welfare state se tornou impossível. Nos dias hodiernos o objetivo do capital em implementar o mais rapidamente uma reestruturação produtiva que possa lhe dar uma sobrevida, ainda que seja vampírica, a sugar ainda mais o sangue dos trabalhadores. Nesse momento, coloca István Mészáros, na sua obra *Para Além do capital* “a ofensiva socialista é um fato histórico”<sup>103</sup> (p.789)

---

<sup>102</sup> Marx e Engels, Glosas Críticas

<sup>103</sup> Para Além do capital, rumo a uma teoria da transição. Trad. Sergio Lessa e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, BOITEMPO, 2006.

O partido socialista francês, assim como os PCs, tem insistido, no entanto, em táticas defensivistas e na luta pelo parlamento burguês. Para alcançar lugar de proa na gestão do capital, os partidos políticos de esquerda têm adaptado os projetos políticos à ordem e a legalidade. Esse “vácuo” político tem sido melhor aproveitado pela extrema direita.

## 8.2 O crescimento da extrema direita na França

A ascensão do fascismo está sempre ligada ao fracasso e a relutância da esquerda. O fascismo é a alternativa extrema da direita a uma possível ameaça revolucionária; se os partidos e organizações revolucionárias não conseguem apontar para as massas um horizonte socialista e não radicalizam suas práxis, mostrando as reais impossibilidades de solução dentro dos marcos do capital; acabam por não aproveitar o forte sentimento de insatisfação e descrença dos trabalhadores. Nesse momento, a direita, que não pode combater o capital, pois esse é seu alimento mais essencial, adota um discurso de “revolução dentro da ordem”. O discurso da direita é sempre maniqueísta, nacionalista e salvacionista. Uma das estratégias do fascismo é o princípio da simplificação. Esse recurso retórico e ideológico ganhou uma organicidade e um uso sistemático a partir do ministro da propaganda do nazismo Joseph Goebbels e consiste em criar um único inimigo a quem se possa culpar por tudo. O “inimigo” precisa ter face, pode ser o, comunista, judeu, o homossexual, o imigrante, árabe etc. Esse inimigo, entretanto, nunca é o capital, a mais-valia, a exploração do trabalho pelo capital.

Com o termino da segunda guerra mundial e a derrota do nazi-fascismo pelas forças aliadas, houve um arrefecimento do fascismo na Europa. Durante as décadas de 50 e 60, com o Plano Marshall injetando capital nos países europeus e a recuperação do polo industrial franco-germânico, as ideias fascistas pareciam fazer parte dos escombros da história. Mas, como diria Bertoldo Brecht, a cadela do fascismo está sempre no cio e se alimenta do desespero do burguês em crise. O fascismo sempre será uma alternativa do capital, quando a democracia não for mais viável.

Na França, a criação da Frente Nacional (Partido Fascista) em 1972, marca a volta do fascismo à cena política partidária e eleitoral. A Frente Nacional segundo Gustavo Granada:<sup>104</sup>

surgiu como o partido político cuja ideologia era lutar contra a imigração, internalização da economia e a valorização constante do nacionalismo francês, promulgando sempre a defesa da identidade nacional francesa. Mesmo após mais de 40 anos de sua fundação, a Frente Nacional segue hoje defendendo estes ideais e luta firmemente pela saída da França não só da zona do euro mas também da União Europeia tanto quanto combate o fechamento das fronteiras aos imigrantes ilegais, sobretudo na questão que ora urge em toda a Europa sobre os refugiados que a cada dia chegam à França e a outras nações. No que tange ao aspecto econômico, a Frente Nacional também não se afasta do nacionalismo, pregando que a

---

<sup>104</sup> Granada, Gustavo; A Ascensão da extrema direita na França, Revista Maracanan, p. 188-208, março 2017.

identidade francesa deve estar presente na economia nacional, defendendo políticas protecionistas, rechaçando principalmente os produtos manufaturados que advêm da China.

O fundador da frente nacional Jean-Marie Le Pen, pai da candidata derrotada na última eleição, Marine Le Pen, adotava nos seus pronunciamentos e textos um tom menos polido que a filha, colecionando frases e entrevistas de cunha racistas fascistas. Le Pen chegou a defender que a ocupação nazista na França não foi desumana, afirmou que as câmeras de gás utilizadas pelos nazistas eram um mero detalhe na segunda guerra e que os o vírus ebola seria uma boa solução para os imigrantes. (Granada, Gustavo p. 191). Em 2002, a frente nacional chegou pela primeira vez no segundo turno das eleições presidenciais. Naquele momento a sensação de pânico diante da possibilidade de vitória dos fascistas possibilitou a união de vários partidos em torno da candidatura de Jacques Chirac do partido republicano. Em 2007, a Frente Nacional, teve sua votação mais expressiva até então com 3, 8 milhões de eleitores o que corresponde a 20,2 % do eleitorado francês.

Depois de quatro décadas como presidente da Frente Nacional, em 2011 Jean-Marie Le Pen, abdica em favor da sua filha Marine, que passa a ocupar o cargo de presidente de honra do partido. Marine Le Pen estava na direção do partido e percebia possibilidades reais de conquistar cadeiras no senado, para isso era preciso conquistar os votos dos operários, isso significava tirar votos do partido socialista e do partido comunista, vencer no norte do país, Granada aponta que:

Ao assumir a presidência do partido em 2011, Marine Le Pen percebeu que, se a Frente Nacional quisesse ser efetivamente um partido político capaz de captar eleitor e disputar eleições em condições de igualdade com os demais partidos tradicionais, era preciso promover uma mudança radical na imagem do partido. Era inadmissível continuar a Frente Nacional que frequentemente fosse vinculada a pensamentos inerentes a ideologias responsáveis por grandes tragédias da humanidade; havia uma premente necessidade de apresentar ao eleitor um partido que estivesse não só distante e oposto a estas ideologias como, principalmente conectado às angústias e apreensões do cidadão francês comum em seu dia a dia – questões inerentes à jornada de trabalho, combate ao desemprego, enfim, aproximar o partido do eleitor.

Na eleição de 2017 três forças disputaram o escrutínio, Marine Le Pen foi a candidata pelo partido fascista (FN), Emmanuel Macron do movimento conservador “Em Marcha” (EM) e Jean-Luc Mélenchon da França Insubmissa e Benoit Hamon do Partido eram os nomes da nova esquerda partidária, ambos críticos da gestão de Hollande e com ideias reformistas.

A tônica dos debates foram as mais conservadoras possíveis. Macron, com o discurso moderado, contra extremismos, pregava uma saída alternativa e sóbria, levantava a bandeira dos ideais democráticos e das soluções equilibradas e racionais. Marine Le Pen e a extrema direita, conseguiram chegar ao segundo turno com chances reais de vitória com uma plataforma diferente da adotada pelo partido na época de seu pai. As críticas a União Europeia, á

globalização e ao capital financeiro ganharam mais espaço e importância. Nessas críticas, a fascista Le Pen conseguia ser mais convincente e incisiva que os candidatos da esquerda. As propostas de Marine Le Pen conseguiram atrair os operários do Norte, dos operários historicamente eleitores do partido comunista.

Apesar de conseguir canalizar o sentimento de revolta de parte do operariado e diversos setores da classe média francesa e contar com de parte da indústria francesa que se sente prejudicada com a concorrência na zona do euro, o projeto fascista e xenofóbico de Le Pen contou com a rejeição da maioria. Embora tenha liderado as pesquisas em boa parte da campanha no primeiro turno, dessa vez, o princípio de simplificação não foi o suficiente para levar os fascistas a presidência de um país importante na Europa. Responsabilizar os imigrantes pelo desemprego e todos os problemas dos trabalhadores da França, levar a cabo projetos segregacionistas, fizeram de Marine de Le Pen a “ameaça necessária” que os apologeticos da conciliação de classe precisavam.

Esse debate da direita é inócuo para os trabalhadores, pois pretende apenas encontrar soluções para o capital continuar a expropriar ainda mais o trabalho. Os revolucionários, que deveriam estar junto aos trabalhadores, apontando o cretinismo e a falsidade dessas ideias e formando conselhos operários e organizações socialistas, ficaram para trás, engolidos pela esquerda partidária pusilânime e conciliadora.

A fragilidade dos comunistas franceses e a traição da esquerda, abriu caminho não apenas para a frente nacional,

mas também para uma outra força política de denominada França Insubmissa, cujo candidato a presidente foi Jean-Luc Mélenchon. Esse movimento que gosta de ser conhecido como antiliberal, tentou unir a esquerda francesa para combater a “ameaça fascista”. O problema é que, para a França Insubmissa, existe uma diferença entre ser antiliberal e ser socialista. O movimento defende um estado intervencionista, uma espécie de modelo escandinavo, que, diante da crise estrutural do capital, começa a ruir nos próprios países escandinavos. A França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, tenta resgatar os princípios reformista do Partido Socialista, refazendo os mesmos erros táticos e estratégicos. A candidatura de Benoît Hamon pelo partido socialista frustrou essas intenções e dividiu os votos, posto que Hamon também era um duro crítico de governo de Hollande e se apresentação como uma volta à esquerda do partido socialista.

O espaço encontrado por Le Pen e Jean-Luc Mélenchon (FI) foi deixado pelos partidos socialistas e comunistas, quando escolherem insistir nas táticas defensivistas de preservação de direitos trabalhistas, distribuição de renda, avanços nas conquistas sociais de minorias etc. Ao abandonar um programa revolucionário e socialista que buscasse construir um movimento comunista de massa, os partidos socialistas e o PC francês, se tornaram iguais aos partidos da burguesia. O operário francês, mesmo insatisfeito e descrente da política, está desarmado, incapaz de realizar uma grande greve geral como em outros momentos da sua história.

### 8.3 o governo Macron e a reforma trabalhista

Emmanuel Macron é um banqueiro, sócio do grupo Rotschisld, foi membro do partido socialista e ministro da economia do governo Hollande. Disputou o segundo turno com Marine La Pen e venceu com 66% dos votos. Durante a campanha procurava se colocar como acima de uma dicotomia entre esquerda e direita, colocando os interesses da “nação” acima de tudo. Aqui mais uma vez, a nacionalidade servia para esconder a luta de classes, o interesse de alguns, deveria parecer de todos, o que é bom para os capitalistas parecer o melhor para os trabalhadores. Macron é, na verdade, um legítimo e radical representante do capital financeiro e do mundo corporativo. O seu discurso ideológico de superar as polarizações e os extremismos é um recurso retórico para camuflar posições neoliberais convictas e radicais. Macron soube usar o medo do fascismo e todo o apoio que teve dos bancos e de quase toda a imprensa mundial para criar a imagem de uma salvação democrática.

No dia primeiro de setembro desse ano, pouco mais de três meses após assumir a presidência, o presidente (sem partido), apresentou a sua proposta de reforma trabalhista, para segundo ele “liberar as energias e renovar profundamente nosso sistema social”<sup>105</sup>. Com o argumento que a reforma poderia reduzir o desemprego pela metade, reduzindo encargos para os empresários, flexibilizando as leis trabalhistas, facilitando contratações temporárias, criando

---

105

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504172887\\_983395.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504172887_983395.html)

novas formas de “prestação de serviços”, Macron, operando como representante dos capitalistas, destruía em dias uma legislação trabalhista construída em duzentos anos de luta dos trabalhadores. O texto foi apresentado em forma de decreto ao conselho de ministros, saltando os legisladores e mesmo diante de protestos com milhares de pessoas nas ruas a reforma foi aprovada, vale destacar com a aquiescência de organizações sindicais que aceitaram negociar com a patronal. Algumas das principais mudanças foram:<sup>106</sup>

- *Empresas com menos de 20 funcionários poderão negociar diretamente com os empregados*
- *Empresas com menos de 50 funcionários poderão negociar com um representante dos empregados, mesmo se nenhum deles tiver filiação sindical*
- *Demissões voluntárias Patrões e funcionários poderão continuar a negociar demissões voluntárias, como já previsto por uma medida de 2008*
- *demissões por cortes de gastos Tribunais trabalhistas só poderão avaliar empresas em nível nacional quando investigarem sua situação econômica em caso de demissão por cortes de gasto; essa medida beneficiará as multinacionais, hoje analisadas globalmente*

---

<sup>106</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920875-apesar-de-protestos-macron-aprova-reforma-trabalhista-na-franca.shtml>

- *Demissões por justa causa. Haverá um teto para a indenização por demissão sem justa causa, e os processos trabalhistas serão encurtados*
- *Ações trabalhistas empregados terão apenas um ano, em vez de dois, para contestar a sua demissão nos tribunais*

A eleição, ao fim e ao cabo, é o modo pelo qual os capitalistas sabem quem terá mais força e condições de implementar a política econômica do seu interesse. No máximo o que há são disputas fratricidas entre setores da própria burguesia cujos objetivos e interesses possam momentaneamente divergir. A presença do partido socialista na gestão dos negócios do capital e o engajamento dos comunistas na eleição para derrotar Marine Le Pen, em vez de organizarem os trabalhadores para construir uma greve geral, tem como consequência a aprovação de uma reforma trabalhista que vai rebaixar os salários, acabar com a estabilidade no emprego e dificultar as formas de resistência dos homens e mulheres que vivem do suor do seu trabalho.

As centrais sindicais e os partidos de esquerda, completamente desacreditadas diante de tantas negociações escusas e posturas amortecedoras, não conseguiram organizar um movimento de massas para barrar as reformas. Das três maiores centrais sindicais apenas a CGT ainda tentou organizar uma greve em 4 mil empresas, afetando principalmente o setor de transportes, a CFDT e a Força Operária (FO) desistiram de participar das greves e

manifestações, procurando garantir formas de contribuição sindical como reforma.

Os partidos e os sindicatos franceses - cheios de todos os vícios e práticas oriundas do velho centralismo democrático e da estrutura stalinista, corrompidos pelas ideias da aristocracia operária de dividir com a burguesia a gestão do estado – não parecem ter nenhuma condição de levar adiante a construção de uma ofensiva socialista. A verdade é que essas organizações não têm, sequer a intenção de superação do capital. Destarte é urgente e necessária a criação de novas organizações revolucionárias, com outras estruturas que sejam capazes de dialogar com os trabalhadores e apresentarem a alternativa socialista como única possibilidade para a humanidade. A insistência na via parlamentar e na centralidade da luta política dentro da ordem, a manutenção da arcaica estrutura lenista e stalinista nas organizações socialistas é um entrave a necessária ofensiva socialista de massas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Trad. José Paulo Neto; expressão popular, São Paulo 2013.
- EL PAÍS - [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504172887\\_983395.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504172887_983395.html)
- FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920875-apesar-de-protestos-macron-aprova-reforma-trabalhista-na-franca.shtml>
- GRANADA, GUSTAVO. *A Ascensão da extrema direita na França*. Revista Maracanan, p. 188-208, março 2017.
- MARX, K. ENGELS, F. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a Reforma social” de Um prussiano*. Trad. Ivo Tonet, Revista Praxis, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo 2001.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Trad. Sergio Lessa e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2006.
- INSEE Instituto Francês de estatística. <https://www.insee.fr/fr/accueil>
- O GLOBO - <https://oglobo.globo.com/mundo/hollande-defende-direitos-dos-imigrantes-14843579>

## CAPÍTULO IX

### BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA EUROPEIA E DA ECONOMIA BRASILEIRA

---

Virgínio Gouveia<sup>107</sup>

A economia mundial encontra-se num momento difuso: o primeiro sinal estaria ligado ao crescimento da atividade econômica e da aceleração da inflação, que ganha mais força. Por outro lado, destaca-se a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA da América (EUA), o *Brexit* e suas consequências, ainda lentas em efeitos, e a ascensão da direita na Europa. Refletindo acerca da vitória de Trump, o risco se encontra nas políticas econômicas e na nova postura ante a administração em relação ao mercado internacional e à imigração. Em relação à Europa, a grande questão estaria ligada ao projeto da União Europeia e que dimensão pode ganhar a extrema direita com seu discurso nacionalista que beira o fascismo<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2012-2014). Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (2012). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Autor do livro: *A Determinação Dialética na Análise da Mercadoria* (Editora Phillos 2018).

<sup>108</sup> Um exemplo disso é a situação de ingovernabilidade em que o parlamento alemão se acha hoje. Na Alemanha, 13% do partido AfD – declaradamente neonazista – encontra-se no parlamento por força da via eleitoral. É um acontecimento importante, pois pela primeira vez, desde 1945, nazistas assumidos ocupam a tribuna do Reichstag [edifício do Parlamento].

Segundo especialistas, a economia mundial vem apresentando um crescimento desigual. Os economistas apontam um crescimento de 3,5% em 2017, quando comparado a 2016. Esses dados apresentam uma pequena melhora [+ 0,1%] acerca da projeção realizada pelos grandes tubarões do capital mundial, como, por exemplo, o FMI. A Europa aponta um crescimento interanual de 2,0 %, parecido com o movimento do crescimento da América do Norte [2,2% em 2017 – ainda em andamento]. Os países emergentes cresceram 4,5% em 2017. A Ásia pode alcançar o dobro desse crescimento. No cenário geral, a Líbia apresenta a maior taxa de crescimento econômico no planeta, atingindo 53,7%. E na América Latina o crescimento está na casa de 1,1%. Nesse contexto, o Brasil, após oito trimestres de queda, aponta um “crescimento” de 0,2%.

Em 2017 o PIB da Zona do Euro cresceu 2,3%, se comparado ao terceiro trimestre de 2016. Na União Europeia [UE] o crescimento atingiu 2,4%, conforme análise do Eurostat. Portugal apontou uma menor taxa de crescimento de seu PIB, 0,3%. O PIB da Itália cresceu 0,5% no terceiro trimestre de 2017, conforme os dados do Instituto Italiano de Estatísticas (Istat). Segundo relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), a economia da Espanha teve uma valoração de 0,8% no primeiro trimestre de 2017. As maiores taxas de crescimento no terceiro trimestre de 2017 procederam da República Checa [2,5%], da Suécia [1,7%], da Romênia, um dos países mais pobres da Europa, que cresceu 1,6%, da Estônia e da Eslovênia [5,2%] e da Holanda [1,5%]. Esses países registram o maior crescimento, se comparado ao terceiro trimestre de 2016. Até

o fim desse ano há uma previsão de 1,6% para 1,7% de crescimento do Produto Interno Bruto [PIB] – dados validos para as 19 economias que utilizam a moeda única. Os países partícipes da UE direcionam as respectivas políticas econômicas para manobrar com mais eficiência em conjunto, como uma espécie de autoproteção em face da crise econômica.

**A Alemanha** é a quarta maior potência econômica em nível global e a primeira potência econômica europeia. As sanções da União Europeia à Rússia, somadas à fraca demanda por parte dos parceiros da Zona do Euro, limitaram a economia alemã; por outro lado, se comparada aos seis vizinhos, a Alemanha encontra-se numa posição bem melhor, com o crescimento de 1,7% no ano passado e forte participação do consumo familiar e do comércio. O coração do imperialismo europeu funciona plenamente, a tal ponto que alcança um excedente orçamentário pelo terceiro ano consecutivo. Se comparada às economias mundiais, tais como Estados Unidos [1,6%], Reino Unido [1,8%] e o conjunto da Zona do Euro [+ 7%], a Alemanha ultrapassa significativamente essas potências, registrando crescimento de 1,9%, e atinge um excedente orçamentário de 23,7 bilhões de euros, o correspondente a apenas 0,8% do PIB. O país registra superávit mais elevado se comparado a 1990, quando se deu sua reunificação, segundo a Destatis, a agência de estatística da maior economia europeia.

Segundo a Destatis, no segundo trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto [PIB] alemão subiu 0,6% em relação ao início de 2017, ou 2,5% em termos anuais. Seu excedente orçamentário e a dívida pública decaíram. A produção

excedente alemã foi maior que a produção excedente chinesa nesse aspecto. Com o índice de desemprego na casa dos 5%, o mais baixo dos últimos 25 anos, conta com uma população de 43 milhões de trabalhadores assalariados, o maior número já alcançado. Na Alemanha do Leste, o desemprego é maior que em outras regiões do país, atingindo 0,9%.

Ressalta-se a sensação de insegurança devido aos atentados nas cidades de Colônia, onde 1.200 mulheres foram vítimas no Ano-Novo de 2015-2016, e em Berlim, onde um caminhão invadiu a Feira de Natal e provocou a morte de 12 pessoas. Esses acontecimentos geraram mudanças na política de abertura ao multiculturalismo no país. Ângela Merkel rompeu sua política de imigração e intensificou sua posição para que a UE assinasse um acordo com a Turquia para diminuir o fluxo imigratório na Europa. Mais de 1 milhão de refugiados, vítimas da partilha imperialista do Oriente, entraram na Alemanha, oriundos principalmente da Síria, do Iraque e do Afeganistão.

**O Reino Unido** apresentou um leve crescimento este ano, depois de ficar com sua economia quase paralisada em cinco anos de recessão – crescimento de 0,3% no segundo trimestre de 2017. Após o *Brexit*<sup>109</sup>, a economia viveu uma queda do valor da libra esterlina, o que intensificou a inflação. No ano passado, em tempos de crise, a economia cresceu 1,8%, uma posição que a deixou entre as sete maiores economias do planeta. O Reino Unido desafiou a economia mundial com sua saída da Zona do Euro, o que

---

<sup>109</sup> *Brexit* é a abreviação de duas expressões em inglês: 1) *Britain* [Grã-Bretanha] e 2) *exit* [saída]. Significa a saída do Reino Unido da União Europeia.

resultou num crescimento ínfimo – na casa 0,3% em 2017. Mesmo com o espanto mundial em relação ao *Brexit* e a expectativa com a nova situação, o PIB em 2016 atingiu 2%, impulsionado pelas importações e pelo setor de serviços. Contudo, diversos analistas internacionais como a OCDE e o FMI vêm construindo uma prospecção pessimista para o futuro, dadas as consequências diretas do *Brexit*, pois creem que elas ainda não se apresentaram por completo. A queda do seu crescimento nos próximos anos será inevitável, na visão de muitos analistas.

**França:** Segundo o INSEE (Instituto Francês de Estatísticas), a economia francesa apresentou um crescimento de 0,5% no último trimestre de 2017. A França é membro do G8 e se encontra entre as dez nações com maior igualdade de poder aquisitivo. Esse é um dado importante, pois se trata da segunda maior economia da Zona do Euro e da quinta maior economia do mundo. A economia francesa fica atrás apenas da Alemanha. Os economistas franceses já haviam detectado um aumento de 0,6% no primeiro trimestre de 2017. Se comparado com o último trimestre do corrente ano, a economia recuou 0,1%. Essa oscilação ínfima, cravada no crescimento da economia, não acontecia desde 2010-2011.

A economia francesa entrou em recessão em 2008-2009 e só veio a mostrar uma pequena recuperação em 2011. Atualmente, os setores de destaque na economia francesa são: telecomunicações [computando aqui os satélites de comunicação]; aeroespacial; construção naval [navios especializados]; produtos farmacêuticos; construção e engenharia civil; produtos químicos e indústria

automobilística. Em 2011, a taxa de desemprego atingiu a casa dos 9,2% percentual muito próximo do máximo histórico dos 50 anos anteriores. Em 2016, ainda com François Hollande na presidência, a taxa de desemprego alcançou 9,9%.

As páginas principais dos mais acessados jornais franceses circulam nesse último trimestre de 2017 com diversas notícias em destaque acerca de temas que vão do desemprego, espionagem ou/e corrupção, até pena de morte e impostos. LE FIGARO destaca como os franceses esqueceram a baixa dos impostos. O L'HUMANITÉ apresenta Macron como aquele que depois de ter atacado os assalariados, agora mira os desempregados. O LE MONDE menciona a corrupção. O LA CROIX coloca em destaque a pena de morte e o debate sobre ela na sociedade francesa. O apoio que o atual presidente Macron obteve no processo eleitoral sofre uma queda contínua: de 66% para 37 %. Os dados são da empresa de opinião pública Harris Interactive e se referem ao terceiro trimestre desse ano. Diferentemente do seu antecessor, Hollande, Macron aprovou mudanças nas leis da reforma trabalhistas mesmo com a imensa contestação dos jovens, desempregados e da classe trabalhadora francesa, que fizeram muita pressão nas ruas contra a aprovação dessas reformas.

## 9.1 O lugar da economia brasileira na oficina do mundo

Em tempos de crise, os capitalistas necessitam constantemente, e de forma desesperada, enfatizar os indicadores para provar que a recessão econômica terminou e que o país retornou ao caminho do crescimento. O conflito de classes subsiste também nesse campo de exposição dos dados; acima de tudo, há interesses explícitos acerca da criação de entusiasmo perante o movimento da economia brasileira. Um bom exemplo dessa falcaturia se encontra no anúncio de Michel Temer: “Em todos os números apresentados temos um retrato claro: o de um país que venceu a recessão mais profunda da sua história e voltou a crescer” (Folha de São Paulo, “Temer distorce dados para defender governo em conversa com senadores”, 9 nov. 2017).

O mundo inteiro vem se expandindo economicamente em 2017, parecendo apresentar uma retomada da economia. Para isso os estados nacionais estão sendo bem-sucedidos no sentido de assegurar os interesses do capital contra o trabalho. Esquecemo-nos de incluir nesse mundo todo o Brasil. O setor produtivo brasileiro continua estagnado. É verdade que cresceu em alguns setores e em alguns estados no último mês. O setor produtivo brasileiro fechou o terceiro trimestre de 2017 com o crescimento de 1,6%, devido, sobretudo, à fabricação automobilística voltada à exportação. Em 2017, esse setor conseguiu uma alta de 14,8%, quando comparado a setembro de 2016; o crescimento da produção atingiu a taxa de 20,9%, mas quando essa comparação se limita a agosto de 2017, o setor cresceu apenas 1%.

Baixar o preço das mercadorias no mercado externo para aumentar a quantidade de mercadorias que podem ser exportadas é uma fórmula da política econômica de exportação. As economias de todo o mundo vêm realizando esse movimento. A elevação da corrente global de comércio [importações + exportações] ganha uma nova configuração. Nesse último trimestre houve uma liquidação no mercado externo, vendendo a preço de banana as mercadorias. (Não esqueçamos que capital sem movimento é capital morto. O capital é essencialmente devir, é substancialmente movimento.) Enquanto isso, o mercado interno está distante de libertar a indústria da estagnação que vem arrastando a economia brasileira nos últimos dois anos.

O crescimento do último trimestre da produção industrial foi de 0,2%; contudo, no mês de agosto o recuo foi de 0,7%. Se comparado com o mesmo mês de 2016, a indústria cresceu 2,6%. Caso se leve em conta o acúmulo dos nove meses do ano, percebe-se uma elevação de 1,6%, contudo, na média móvel trimestral, a “elevação” manteve-se rigorosamente igual a zero. Os índices do acúmulo nos últimos 12 meses elevaram-se apenas 0,4%. Esse é um número importante, porque destaca a taxa de crescimento real para o ano de 2017, aguardando a taxa a ser revelada no fechamento do último trimestre do corrente ano.

O Brasil acha-se entre as dez maiores economias do planeta. O Produto Interno Bruto [PIB] em 2016 foi de 1.774 trilhões de dólares, conforme os dados do Banco Mundial. O PIB do Brasil, se comparado ao PIB dos EUA, corresponde apenas a um décimo do contabilizado em 2016: 17.946 trilhões de dólares. O PIB brasileiro, se comparado ao dos

países do G7 [grupo das sete maiores economias do mundo], encontra-se acima do PIB do Canadá, similar ao da Itália e inferior ao PIB da França (dados extraídos do *site* do Banco Mundial).

Em termos quantitativos, a economia brasileira é bastante significativa, mas em termos qualitativos é pobre e pequena. Nas demais economias do capitalismo periférico, o quadro não é diferente (para exemplo, grandes economias como a China e a Índia). Se levarmos em conta o PIB da renda *per capita* – soma do PIB dividida pela população –, a economia brasileira não se encontra sequer entre as cem maiores economias do mundo. O Brasil ocupa a 103ª posição do *ranking* mundial, atrás de países como Botswana, Suriname, Gabão, Panamá e Trinidad e Tobago.

Nas economias ligadas aos BRICS (iniciais de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a lógica “tamanho não é documento” fica mais clara. A China comparece hoje como “o chão de fábrica do mundo” e a segunda economia mundial, com um PIB de 10,8 trilhões; no entanto, quando se observa seu PIB, com sua renda *per capita* de 14.300 dólares, ela cai para a 113ª posição, abaixo até do Brasil. Se pensarmos na Índia, a situação é ainda mais grave. Ocupa a 7ª colocação em termos de PIB absoluto, mas sua renda *per capita*, de 6.200 dólares, faz com que ocupe a 158ª colocação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

Economia francesa cresce 0,5% no terceiro trimestre de 2017. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/mundo/noticia/2017/10/economia-francesa-cresce-0-5-no-terceiro-trimestre-de-2017-9977613.html>

LE MONDE. Endereço eletrônico: <https://diplomatie.org.br/a-economia-e-seus-impactos-na-populacao/>

POLÍTICA EXTERNA. Fundo Monetário Internacional; <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/119-fundo-monetario-internacional>

Economics Business | The Guardian. Endereço eletrônico: <https://www.theguardian.com/business/economics>

## CAPÍTULO X

### A TORTUOSA ESTRADA DE DAMASCO E O FIM DA GUERRA NA SÍRIA

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>110</sup>

Virgínio Gouveia<sup>111</sup>

*“Pense nas crianças/ mudas telepáticas...”*

(Vinícius de Moraes)

Todo o mundo já ouviu falar da estrada de Damasco e da inusitada indagação: “Saulo, Saulo, por que mim persegues?”. Pois é, a perseguição em Damasco continua. Uma guerra civil se alastra, e os interesses econômicos dos grupos nacionais e dos impérios lançam mão das diferenças étnicas, religiosas e culturais, acirrando ainda mais os confrontos entre grupos religiosos fundamentalistas e moderados. Nestes confrontos, muçulmanos sunitas perseguem muçulmanos sunitas, grupos de islamitas alauitas perseguem muçulmanos sunitas e vice-versa, sem afetar a essência do sistema fundado na exploração do homem pelo homem, ou seja, em nada é alterado o capital. Assim, no

---

<sup>110</sup> Professor da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

<sup>111</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2012-2014). Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (2012). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Autor do livro: A Determinação Dialética na Análise da Mercadoria (Editora Phillos 2018).

contexto de crise estrutural do capital, mais uma nação será destruída e sua classe trabalhadora esmagada em nome da ampliação dos interesses das grandes potências imperialistas. Amplia-se a opulência das classes dominantes em detrimento da miséria da classe trabalhadora ao se multiplicarem as possibilidades de extinção da humanidade com armas de destruição em massa: de um lado, com armas químicas (governo e rebeldes), do outro, com armas nucleares (Ocidente e Oriente).

A guerra é uma das atividades mais lucrativas, como dizia Carl Von Clausewitz. E a experiência norte-americana no Iraque atesta isso. Quando os EUA invadiram aquele país, a previsão inicial era que o governo de George W. Bush não gastaria mais do que 50 bilhões de dólares, no entanto, o custo dessa guerra ultrapassou um trilhão de dólares em 2010. Indubitavelmente, a guerra foi um prejuízo enorme para a classe trabalhadora que subsidia os gastos públicos norte-americanos, mas o mesmo não pode ser dito para suas empresas petrolíferas (Texaco, Shell, British Petroleum e Exxon Mobil) e para as grandes empresas do complexo industrial-militar, bem como as de aviação, as grandes construtoras e as empresas dos gêneros alimentícios (Custler Battles, Boeing, Lockheed, Halliburton, Kentucky Fried Chicken, Coca-Cola, Pepsi-Cola, Bechtel, CACI, Nestlé, Titan). A guerra impõe tanto a destruição quanto a necessidade da reconstrução, pois cidades destruídas precisam ser reconstruídas. Numa época de crise de expansão e acumulação do capital, nada melhor do que criar novas cidades e apropriar-se das riquezas dos povos dominados e escravizados. A guerra no Oriente Médio

constitui uma atividade extremamente lucrativa, e pouco importa aos capitalistas ávidos de lucro que dezenas de milhares de pessoas sejam sacrificadas em nome do grande deus denominado capital.

O prelúdio da guerra civil na Síria começa com a onda de protestos bastante heterogêneos e diferenciados que varreram o mundo árabe no final de 2010 e começo de 2011, em países como Tunísia, Argélia, Iraque, Jordânia, Omã, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão, Líbia etc. Em alguns desses países os protestos eram espontâneos ou organizados por movimentos populares que ansiavam por mudanças nas estruturas do aparato político e econômico existente; em outros esses protestos serviram como álibi para o aprofundamento duma intervenção das forças imperialistas.

Como todo aparato estatal e político constituído para defesa do capital contra o trabalho, o governo de Bashar al-Assad (alauita<sup>112</sup>) preferiu reprimir as manifestações de 2011 como forma de impedir seu livre desenvolvimento, ao invés de negociar com seus opositores. No entanto, a repressão do Estado, representante dos interesses do capital pela mediação

---

<sup>112</sup> Grupo religioso xiita formado no Iraque no decorrer do século IX. Possui hábitos bastante distintos dos observados pelos muçulmanos, pois preferem Ali Hadi (primo) a Maomé, não obedecem a votos de abstinência ao álcool, não praticam o jejum, nem exigem de suas mulheres a utilização do véu. Acreditam na encarnação e não são apegados à peregrinação a Meca nem à construção de mesquitas. Os alauitas representam 12% da população e foram bastante beneficiados tanto política quanto economicamente pelos governos de Hafez Assad (pai) e Bashar al-Assad (filho), o que facilitou sua ascendência econômica nas últimas décadas, fazendo com que ganhassem a antipatia da maioria da população sunita na região.

dos alauitas (exército, Justiça etc.), não conseguiu anular o desejo de mudança da maioria da população, constituída por 75% da população sunita. O endurecimento do governo fez com que o conflito evoluísse e ganhasse os corolários de uma guerra civil – que nos seus primórdios ainda apresentava possibilidade de derrubada do poder constituído, na perspectiva de atender às necessidades fundamentais das camaradas mais exploradas da sociedade síria. No entanto, as suas potencialidades revolucionárias ficaram num horizonte cada vez mais distante, à medida que se amplia a presença de grupos mercenários, de um lado, e de grupos fundamentalistas islâmicos salafistas e jihadistas, do outro.

A oposição ao governo alauita e capitalista de Bashar al-Assad se configura no Exército Livre Sírio (formado de desertores do exército sírio), na Frente Islâmica de Libertação da Síria (coalizão de brigadas islâmicas, de orientação sunita, que advoga um poder autocrático nos termos no fundamentalismo islâmico), no Exército Livre da Síria, na Frente de Libertação da Síria (formada por mujahidins, que são combatentes dispostos ao sacrifício da própria vida em nome da religião), da Irmandade Muçulmana (“Sociedade de Irmãos Muçulmanos”, organização islâmica fundamentalista que coloca os ensinamentos do Corão acima de qualquer coisa e recusa radicalmente qualquer espécie de influência ocidental) e da Frente Al-Nusra (milícia islâmica de orientação sunita e jihadista). As milícias formadas pela Al-Nusra impõem uma visão estrita da lei islâmica nos territórios que ocupam militarmente e abusam de seu poder militar na relação com

os civis com outros hábitos culturais e outras opções religiosas.

Observa-se que esses exércitos mercenários e fundamentalistas são financiados por agentes externos que servem aos propósitos do imperialismo na região. Tanto Arábia Saudita e Katar quanto o Líbano estão profundamente envolvidos nesse conflito, além, evidentemente, da Turquia e de Israel. Os interesses da Irmandade Muçulmana são visíveis; apesar de completamente envolvida com as forças militaristas no Egito, ela exerce influência em vários países da região. Por sua vez, o Líbano possui partidos políticos e religiosos que apoiam os dois lados, tanto os rebeldes quanto o governo de Damasco. Nenhum apresenta a possibilidade duma crítica consistente ao capitalismo ou a defesa do socialismo como alternativa para as classes exploradas e dominadas pelo capital. Os grupos que financiam essa guerra têm ligações com setores que vão dos grandes empresários da indústria petrolífera da Arábia Saudita e do Katar até a máfia e o contrabando existentes nos seus distintos países.

A oposição entre grupos islamitas xiitas e sunitas perpassa todo o Oriente. O Hezbollah, por exemplo, está do lado das tropas do governo sírio, enquanto a seita salafista convoca os libaneses e palestinos refugiados para lutar ao lado dos rebeldes. Este grupo radical sunita constitui o segundo maior partido do Egito, com influência cada vez maior na rebelião da Síria e com presença na Argélia, Bahrein, Kuwait, Líbia, Iêmen e territórios ocupados pelos palestinos. São avessos aos direitos das mulheres e das minorias. Os salafistas vêm aprofundando as divisões entre muçulmanos xiitas e sunitas, de um lado, enquanto os

exércitos de Bashar al-Assad destroem mesquitas e perseguem sunitas, do outro. A luta de classe se perde no interior de lutas étnicas fratricidas, assumindo corolários religiosos distintos; a classe trabalhadora é sacrificada de ambos os lados. Há inúmeras denúncias de operários massacrados enquanto trabalhavam em seus postos de ambos os lados do embate, assim como há denúncias de utilização de armamento químico contra civis de ambos os lados.

Não dá para esconder que os principais aliados dos EUA nesse conflito são os grupos denominados de terroristas, que os norte-americanos diziam combater nas guerras do Afeganistão e do Iraque. É interessante observar o retorno do recurso utilizado pelos EUA ao momento que marca a expulsão das forças soviéticas do Afeganistão: num instante prestam ajuda bélica aos radicais sunitas (talibans) para expulsar os exércitos soviéticos em 1989, e no outro, estão engalfinhados numa luta pelo controle do poder econômico e político na região. Por exemplo, quando os radicais assumiram o controle de 90% do território afegão (1998), os talibãs passaram a desenvolver uma política contrária aos interesses norte-americanos. Nesse processo, os EUA passam a alimentar a resistência anti-Taliban (formada por hazarás, tadjiques e uzbeques), configurada na Aliança do Norte. Esse conflito encontrou seu coroamento em 11 de setembro de 2001, com os atentados às torres gêmeas (World Trade Center) e a declaração de guerra ao Afeganistão em 2001.

Preocupado em não quebrar o protocolo da guerra contra o terror, o governo norte-americano tenta minimizar a presença das milícias da Al Qaeda e Al-Nusra no conflito ao

alimentar esses exércitos com armamentos. Argumenta que o chefe do Exército Sírio Livre, general Salim Idriss, representa uma força moderada e em ascendência interna. O fato é que a Arábia Saudita e o Katar têm estreitado relações com o Líbano, visando garantir abastecimento, inclusive de armas químicas, aos líderes rebeldes do governo de Damasco. Tem sido noticiada a utilização de armamentos químicos por esses rebeldes bem antes das denúncias contra o governo de Bashar. Nota-se que o contexto não é nada tranquilo para uma intervenção norte-americana na Síria, pois grande parte dos opositores ao regime de Bashar não merece a confiança de Washington. Daí o estado-maior das forças armadas americanas considerar que seria mais estratégica uma intervenção limitada na Síria, pois não é possível um apoio imediato dos rebeldes que combatem o regime Bashar. Isso não implica que as condições revolucionárias estejam postas no momento, pelo contrário, elas são bem difíceis de ser visualizadas nesse conflito, da mesma forma que nos conflitos envolvendo a classe trabalhadora no Afeganistão, Iraque, Líbia etc.

### 10.1 A manipulação midiática

Diante da ofensiva dos exércitos oficiais da Síria sobre os rebeldes sunitas, os aliados norte-americanos na região (Israel, Turquia, Líbano, Arábia Saudita e Katar) solicitam uma intervenção para mudar a correlação de forças. Para driblar a oposição internacional, o governo de Obama aposta na manobra midiática propondo um mero ataque pontual e limitado, em que somente os sistemas de entrega

de armas químicas seriam afetados, ou seja, somente a força aérea Síria e as unidades do exército capazes de utilizar os recursos das armas.

As experiências acumuladas no Iraque, Afeganistão e Egito ensinam que de nada adianta buscar uma mudança do regime dominante, o mais sensato é preservar a ordem política e administrativa existente. O ideal é criar as condições para que as forças armadas sírias façam o mesmo percurso que fizeram os militares nas regiões ocupadas, como Egito, Líbia, Iraque, Afeganistão etc., ou seja, o fundamental é derrubar o governo existente e colocar um aliado. Desse modo, “a experiência do Iraque ensinou os EUA acerca da importância crucial de manter intactas tanto quanto possível as estruturas e instituições do estado – leia-se, as forças armadas, o *establishment* de segurança e a burocracia – num país mesmo quando o seu regime muda de mãos de acordo com a vontade americana” (Bhadrakumar, 2013, p. 1).

Para vencer a resistência do povo norte-americano à necessidade da guerra, o governo norte-americano aposta no poder dos meios de comunicação de massa, forjando provas que sirvam para tornar imperativa a necessidade duma intervenção bélica na região. Deve-se lembrar como esse aparelho foi fundamental na guerra contra Saddam Hussein e contra o “terror”. Assim, Saddam Hussein deixou de ser o aliado número um dos interesses americanos na guerra contra o Irã, que havia saído de um processo de revolução islâmica e antiamericana, passando à condição de inimigo público número um da humanidade.

Para difundir um sentimento de comoção internacional contra Saddam Hussein, a tarefa não foi nada fácil na guerra deste contra o Kuwait, por esta ser uma nação marcada pela mais ímpia repressão às diversas formas de oposição. Nesse processo, entra em cena a indústria da manipulação, em que o palco é um hospital onde aparecem soldados iraquianos "removendo 312 bebês das suas incubadoras e deixando-os morrer no chão frio do hospital de Kuwait City" (Macarthur apud Losudo, 2013, p. 1). Essa cena de desumanidade, repetida pelo presidente Bush e reiteradamente repetida pela mídia nacional e internacional, serviu para transformar Saddam Hussein no novo Hitler da história da humanidade. Nesse contexto, a população norte-americana perdeu a capacidade de questionar a possibilidade de aquelas cenas serem forjadas.

Para obter a adesão necessária, interna e externa, na guerra contra o Iraque e promover a segunda guerra do Golfo, o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, recorreu ao mesmo expediente da manipulação midiática, oferecendo informações falsas à comunidade mundial e às Nações Unidas, exibindo fotos manipuladas e um frasco de "pó de pirilimpimpim" como provas irrefutáveis da presença de armas de destruição em massa naquele país. Esse é a grande teatro da manipulação, em que a mentira se transmuta em verdade e a essencialidade das coisas é completamente alterada. Assim, o verdadeiro se torna "um momento do movimento necessário do falso" (Debord).

A indústria da manipulação novamente entra em cena com um discurso semelhante, dessa vez contra o presidente Bashar al-Assad, da Síria. Obama demoniza armas químicas,

mas em nada é contrário às armas nucleares. Armas químicas que, em verdade, estão sendo introduzidas pelo príncipe da Arábia Saudita (Príncipe Bandar Bin Sultan). Mediante a indústria da manipulação os governos do Ocidente (EUA, França, Inglaterra, Canadá etc.) tentam obter o respaldo popular para as graves violações do direito internacional, como fizeram no passado à Sérvia, Iraque e Líbia. É preciso fazer isso porque a aventura belicista na Síria é recusada por 75% dos alemães, 70% dos britânicos, 68% dos franceses e 62% dos americanos.

O imperialismo norte-americano é o maior responsável pela utilização de armas de destruição em massa na história da humanidade desde o final da Segunda Guerra Mundial. Além de haver lançado duas bombas atômicas contra o Japão numa etapa em que a guerra já estava praticamente encerrada, recorreu à utilização de armas bacteriológicas e químicas na guerra contra a Coreia (1951-1953) e na Guerra do Vietnã (1970). As sequelas dessa atitude desumana são mulheres vietnamitas originando crianças deformadas quarenta anos após o encerramento desse conflito. Além disso, os exércitos do imperialismo norte-americano recorreram ao urânio empobrecido na guerra do Iraque. Como um país que pretende utilizar mísseis de urânio contra outra nação pode se dizer defensor de interesses humanitários? É preciso lançar uma nuvem de poeira nos olhos da opinião pública mundial para afirmar que não haverá mais Afeganistões e Iraques.

É muito estranho que o governo norte-americano prefira neste instante apoiar rebeldes da Al Qaeda ao governo sírio. O mesmo país que ocupou o Afeganistão para caçar

Bin Laden e seus acólitos, agora alimenta os rebeldes (Al Qaeda) que considerava terroristas e uma ameaça para a humanidade. Como indaga Charasse:

Com uma tal firmeza teremos a garantia de que nossas armas não cairão nas mãos dos combatentes jihadistas da Frente Al Nusra-Al Qaeda, que fazem parte da Coligação rebelde (ainda muito heteróclita, mas que tem o mérito de querer unificar-se, boa sorte!) e não se voltarão contra os países ocidentais que os têm ajudado ou seus rivais no seio da Coligação, ou até mesmo das populações civis. Vossos serviços deveriam poder sem dificuldade desmentir a informação difundida pela agência Associated Press, segundo a qual armas químicas entregues pela nossa aliada Arábia Saudita (o Príncipe Bandar Bin Sultan, chefe dos serviços sauditas de informação) à Frente Al Nusra-Al Qaeda teriam sido manipuladas desajeitadamente por estes aprendizes de feiticeiro (CHARASSE, 2013, p. 1).

Parece inevitável que uma operação militar de maneira alguma pode ter a precisão cirúrgica que Obama e François Hollande pretendem transmitir, pois não há como garantir que uma ação militar, pela mediação aérea, não afetará a população civil.

O mundo não conseguiu resolver ainda os problemas decorrentes das guerras travadas no começo deste século, e um novo espaço de agonia está sendo constituído. Os EUA e a França estão a desenvolver uma guerra plenamente justificada do ponto de vista da necessidade de reprodução do capital, pois é preciso alimentar o complexo industrial-militar, que representa uma boa parte dos empregos formais

existentes nos EUA e atende aos interesses das grandes empresas de armamento.

## 10.2 Ameaça de guerra nuclear

Como no período entre as duas Grandes Guerras mundiais, parece que a paz somente pode ser escrita mediante a intensificação da corrida pelo arsenal nuclear. A experiência mais recente do conflito envolvendo a Coreia do Norte demonstra que esse parece ser o único caminho possível para os países não aliados dos EUA. Isso implica que nunca estivemos sob a iminência de um conflito com consequências desastrosas para toda a humanidade como estamos agora, caso essa aventura não seja imediatamente interrompida. A irracionalidade da lógica do capital se manifesta no fato de que ele somente pode se reproduzir mediante a ampliação de seus processos de acumulação e expansão; a ativação de seus limites absolutos faz com que novamente se lance mão da guerra em grande escala como uma saída para a sua situação de paciente terminal.

Devido à carência de poder persuasivo como a Coreia do Norte, a Síria experimenta hoje o risco de passar pela mesma experiência que o Iraque, o Afeganistão e a Líbia. A Coreia escapou dessa situação porque os governos antecessores (Kim Il-Sung e Kim Jong-il) de Kim Jong-un em Piongiang levaram a administração Obama a pensar várias vezes antes de lançar um ataque militar contra ela.

Apesar do acordo Start 2 (Tratado de Redução de Armas Estratégicas de 1991), em que EUA e Rússia se comprometeram a limitar o número de ogivas nucleares

operacionais para 1.550, e de o número de armas nucleares no mundo haver diminuído de mais de 22 mil ogivas em 2010 para 17.270 em 2011, isso não significa que a segurança mundial aumentou. É o que revela o relatório anual de armas do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), que aponta que em 2012 existiam 19 mil armas nucleares contra 17.270 no início do ano anterior. O fato de o número de ogivas estar diminuindo deve-se a que elas se tornaram obsoletas e anacrônicas, daí os EUA e a Rússia precisarem desativar aproximadamente 4,4 mil dessas unidades, que se converteram em lixo atômico. Esses países são possuidores de 95% das ogivas nucleares existentes.

Além dos cinco países que fazem parte do clube nuclear (EUA, Rússia, Reino Unido, França e China), há mais três países que reconhecidamente possuem armamentos nucleares, Índia, Paquistão e Coreia. Enquanto a África do Sul desmontou seu arsenal nuclear, o Irã insiste em fazer parte desse grupo seletivo de destruidores, mesmo com as sanções internacionais que vem sofrendo por conta de tal iniciativa. Já Israel possui entre 200 e 300 ogivas nucleares prontas para atacar seus inimigos na região. Nem mesmo os amigos dos EUA no Oriente Médio, como Turquia, Egito e Arábia Saudita, conseguem inibir os propósitos israelenses, pois exigem que Israel também integre o número dos países signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Por outro lado, é provável que a rede Al Qaeda tenha acesso aos artefatos nucleares e possa promover o terrorismo nuclear num futuro não distante. Tudo isso serve para mostrar o fio da navalha em que caminha a humanidade. Há uma tendência para a intensificação da corrida nuclear e

esse itinerário não é uma página virada na história após o colapso da Guerra Fria com o fim da ex-União Soviética.

A ameaça de guerra nuclear está posta porquanto os interesses militaristas norte-americanos só tendem a se agravar à proporção que as cláusulas internacionais que asseguram a livre determinação dos povos não possuem mais o mínimo valor, pois a lei da força parece ser a única forma de solucionar os conflitos mundiais. Diante do isolamento de países como Rússia e China, que não conseguem constituir uma oposição internacional nem superar o anacronismo de suas milícias herdadas do período da Guerra Fria, a possibilidade duma guerra nuclear se coloca cada vez mais na ordem do dia. Com a intervenção da Síria pelos EUA e países da Europa, fecha-se a penúltima porta da resistência americana na região, pois ele priorizava suas relações comerciais com as potências orientais em detrimento das ocidentais. Restaria depois disso somente o Irã. Nesse contexto, um ataque à Síria é visto como prelúdio do que está para acontecer não apenas com o Irã, mas também com a Rússia e a própria China. Por isso o Irã prepara-se para enviar mais de 100 mil jovens para as frentes de batalha na Síria e continua insistindo no processo de enriquecimento de urânio.

O alvo principal de todo esse conflito é o Irã. Os papa-defuntos da Síria já estão à espreita da melhor estratégia de apropriação desse novo mercado. O espetáculo montado contra a Síria é o preâmbulo do que está para acontecer com o Irã. E está claro que não se precisa da aprovação do Conselho de Segurança da ONU para invadir um país e destruir sua população ativa e inativa. Não existe a menor possibilidade de assegurar que os mísseis norte-

americanos acertaram somente os grupos beneficiados pelo governo de Bashar, como os alauitas e os cristãos, e não os grupos religiosos sunitas esmagados pela política draconiana do regime assentado há mais de três décadas em Damasco. O xerife do mundo precisa punir a Síria sob o argumento da utilização de armas químicas, do contrário, o Irã poderá tomar o caminho da fabricação de armas nucleares e nada poderá ser feito, posteriormente. O ataque limitado é somente um ardil para obter o apoio da comunidade internacional, pois parece claro que ele é insuficiente para justificar a consolidação da hegemonia do saque e da pilhagem do Oriente Médio pelo imperialismo norte-americano.

Na perspectiva da classe trabalhadora, não é possível coadunar-se nem com o poderio bélico das forças imperialistas do Ocidente (EUA, França, Reino Unido etc.) nem com o poderio imperialista do Oriente (Rússia e China). Essas grandes potências são variantes da mesma perspectiva colonizadora e intervencionista; todas elas visam tão somente encontrar uma válvula de escape para a crise de expansão e acumulação que envolve seus distintos capitais privados, que se escondem por trás de cada um dos governos nacionais. Por outro lado, os grupos políticos e religiosos que exercem posição hegemônica no conflito nessas regiões do Oriente Médio, estão muito distantes de representar os efetivos interesses da classe responsável pela constituição da riqueza material da sociedade, e conseqüentemente, de vislumbrar uma saída revolucionária. Assim, os interesses do governo de Bashar al-Assad (alauitas, cristãos e drusos) e os interesses dos grupos rebeldes (sunitas etc.) estão em plena

consonância, já que todos eles lutam simplesmente pelo direito de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. Nem o governo sírio nem os rebeldes pretendem libertar os trabalhadores da dominação do capital; ambos estão muito distantes de adotar qualquer perspectiva positiva para a classe trabalhadora. Por isso devem ser combatidos e rejeitados pelos operários revolucionários e pelos intelectuais comprometidos com a classe revolucionária. A tarefa de libertação da classe trabalhadora inexistente em ambos os lados desse conflito, assim como a intenção de conduzir a humanidade para a sua plena realização inexistente nos grupos internacionais majoritariamente envolvidos no conflito.

Os senhores da guerra (potências imperialistas, de um lado; rebeldes – salafistas e jihadistas – e governo de Damasco, do outro) são todos inimigos da classe trabalhadora. Inexistente qualquer possibilidade de a classe trabalhadora alterar suas efetivas condições materiais e espirituais mediante o caminho que está em curso na Síria. Por isso o caminho da guerra deve ser execrado pelos trabalhadores de todo o mundo, porque ele não passa de uma válvula de escape para os problemas estruturais que afetam todo o sistema metabólico constituído. No jogo de forças que se desenrola, a classe trabalhadora da Síria demonstra não estar suficientemente preparada para se tornar o sujeito desse processo histórico no momento histórico atual, com habilidade e força para alterar o curso dos acontecimentos em seu benefício.

Por fim, a intervenção norte-americana nessa guerra civil pode resultar numa guerra em grande escala, já que

outras nações podem interferir no conflito, o que implica a possibilidade de recorrer ao armamento atômico, haja vista o descompasso existente as forças armadas sírias e as forças armadas norte-americanas. É preciso dizer não à guerra, pois esta não representa nenhum avanço para a emancipação da classe trabalhadora, não passando de uma forma para o capital adiar a solução dos problemas estruturais que a humanidade enfrenta. Somente a classe trabalhadora pode efetivamente se contrapor à barbárie que representa o capital. Como se não bastasse o processo de ampliação da destruição da natureza, da intensificação da exploração da força de trabalho e do entrave do desenvolvimento das forças produtivas, ele pretende agora ameaçar o destino das gerações futuras com a deflagração de uma guerra que poderá ter consequências desastrosas para toda a humanidade. É possível sempre saber como se começa uma guerra, mas como ela poderá terminar, isso será sempre uma incógnita. Indubitavelmente, essa guerra não interessa aos trabalhadores, pois eles não devem aceitar servir de bucha de canhão para mais uma carnificina do capital. Por isso os trabalhadores devem ser contra a guerra imperialista e contra a guerra civil na Síria, buscando uma via em que eles se constituam como os efetivos sujeitos do processo histórico.

### 10.3 O fim da guerra da Síria

A primavera árabe começou na Tunísia e no Egito (países de cultura árabe, geograficamente localizados no norte da África). A intervenção dos EUA teve seu “ponto de partida” de modo mais incisivo após os ataques químicos,

tendo como justificativa o combate ao terrorismo. Nessa época, ficou evidente que os interesses dos Estados Unidos nunca foram fundamentados na democracia e no humanismo. Desde a eclosão da guerra, o grande interesse do imperialismo ianque consistiu em evitar uma “revolução” triunfante numa região chave para sua estratégia no Oriente Médio. Contudo, nos dias de hoje, após seis anos de guerra, o fim do apoio dos EUA aos grupos rebeldes demonstra que este país já não espera a queda de Assad.

O surgimento do Estado Islâmico e a propagação do jihadismo radical foram consequências diretas das investidas dos EUA sobre a frágil sociedade iraquiana. Segundo as próprias agências de inteligência norte-americanas, o EUA fracassou quando não insistiu na política de criar bases militares permanentes no interior do Iraque após a retirada das tropas da guerra (2011). Com o avanço do ISIS os EUA e seus aliados europeus tentaram aniquilar com bombardeios indiscriminados a sua própria criação, e com demasiado atraso perceberam haver criado um monstro muito difícil de matar. Como se sabe, nenhuma guerra pode ser ganha apenas com bombardeios. Quem sofre profundamente com as investidas dos EUA é o povo do Oriente Médio, vítima da criminosa ação do imperialismo na região.

Assad resistiu seis anos no poder; isso só foi possível devido ao apoio da Rússia e do Irã. Nesse contexto, não gratuitamente, o presidente sírio tornou-se um instrumento da Rússia e do Irã. Não tem potencial econômico e político para “reconstruir” o país sem a ajuda dos seus aliados estrangeiros. Conforme a ONU, a “reconstrução” do país custará 250 bilhões de dólares, um valor assombroso que

vem aumentando o interesse de diversas empresas europeias e norte-americanas. Sim, já foi aberta a corrida pelo saque da Síria.

As narrativas de paz, democracia e justiça ocultam o verdadeiro interesse das grandes potências na região: a expansão dos negócios e dos lucros. Um exemplo desse saque se encontra no interesse da Lafarge, a maior empresa de material de construção da França, que entre 2011 e 2014 construiu um fábrica de concreto no norte sírio, com a intenção de que o concreto francês possa reconstruir o que as bombas ianques destruíram no país, obviamente, com um elevado custo para o governo sírio. Não existe nada mais capitalista do que esse mecanismo de expansão dos lucros através da “destruição criadora”: 1) destruição (por via da guerra) e 2) criação (por via dos lucros).

A guerra que durou mais de seis anos na Síria nunca foi uma guerra tão somente na Síria. Significou mais um espaço de batalha imperialista, ou seja, a guerra na Síria foi mais um capítulo de uma guerra global que busca o domínio do planeta. A Síria foi mais uma, entre tantos outros países nos quais os Estados Unidos buscam constantemente seu domínio por via da guerra, mediante uma conversão de regime dentro dos padrões imperialistas.

O fim da guerra da Síria infelizmente não significa o fim da guerra global que coloca o Oriente Médio no epicentro dos combates. Os inimigos da Síria são inconfundivelmente os inimigos do Oriente Médio, e esses deslocarão sua agenda de destruição para outros países da região. A paz na Síria terá a função de ponte para transferir as guerras a outros países.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

HADRAKUMAR, M. *O Irão pode ser a mais refinada herança de Obama*. Endereço eletrônico: <http://paginaglobal.blogspot.com/2013/08/o-irao-pode-ser-mais-refinada-heranca.html>. Acesso em 22 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_ *O Ocidente revida na Síria*. Endereço eletrônico: [http://resistir.info/moriente/siria\\_22ago13.html](http://resistir.info/moriente/siria_22ago13.html). Acesso em 05 de julho de 2017.

CHARASSE, P. *Carta de um antigo embaixador francês a François Hollande*. Endereço eletrônico: [http://resistir.info/franca/carta\\_sarcastica\\_07set13.html](http://resistir.info/franca/carta_sarcastica_07set13.html). Acesso em 08 de setembro de 2017.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOSURDO, Domenico. *A indústria da mentira, parte da máquina de guerra imperialista*. Endereço eletrônico: [http://resistir.info/losurdo/industria\\_da\\_mentira\\_04set13.html](http://resistir.info/losurdo/industria_da_mentira_04set13.html). Acesso em 12 de setembro de 2017.

O GLOBO. Descrição de rebeldes sírios feita por Kerry contraria fontes de inteligência. Endereço eletrônico: <https://oglobo.globo.com/mundo/descricao-de-rebeldes-sirios-feita-por-kerry-contraria-fontes-de-inteligencia-9833860>.

ROBERTS, P. C. *Síria*: Mais um crime de guerra ocidental em preparação. Endereço eletrônico: [http://resistir.info/moriente/roberts\\_siria\\_27ago13.html](http://resistir.info/moriente/roberts_siria_27ago13.html). Acesso em outubro de 2017.

SEGUNDA PARTE  
CONJUNTURA NACIONAL

# CAPÍTULO XI

## CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>113</sup>

O capital é uma contradição em essência. Ele se move em contradições, expropriando e intensificando a exploração da classe trabalhadora em escala sempre crescente e ampliada. A crise do sistema do capital na atualidade intensifica ainda mais a concorrência entre capitalistas e acentua a necessidade da formação dos trustes e monopólios, que agem de forma combinada com os estados nacionais, atacando os direitos dos trabalhadores no mundo inteiro.

A burguesia, enquanto personificação do capital, também não é um todo homogêneo, mas perpassada por interesses divergentes e antagônicos. Num contexto de intensificação da crise econômica, é possível observar como frações da burguesia nacional e internacional colocam em movimento a disputa fratricida pelo excedente produzido pelos trabalhadores, inscrevendo-se uma possível ruptura da unidade no processo de apropriação do excedente produzido pelo trabalho, apesar da intensificação da coesão acerca dos métodos de dominação dos trabalhadores mediante os mecanismos de coerção e de persuasão.

A burguesia nacional constituiu-se historicamente por meio de uma relação visceral com a burguesia

---

<sup>113</sup> Professor da Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL.

internacional; por sua vez, essa subordinação não deve desconsiderar a existência de frações que, apesar de seu caráter de associação ao imperialismo, concorre com este na disputa pelos mercados. Empresas nacionais, como Odebrecht, Camargo Correia, OAS, Banco Bradesco, Banco Itaú etc. disputam mercados com as distintas representações dos impérios controlados pelos grandes aglomerados financeiros internacionais.

Tudo indica que os governos petistas urdiram uma aliança com a denominada burguesia nacional. Isso não implica que os petistas deixassem de representar os interesses também dos aglomerados econômicos internacionais, perspectiva comprovada pela ascendência expressiva da presença do capital chinês no Brasil e em toda a América Latina no decorrer da primeira década do século XXI.

Visando acalentar as ilusões populistas e democráticas advindas dos setores populares, dos movimentos sociais e sindicais, os governos petistas buscaram alimentar o discurso nacionalista de defesa da Petrobras, do Pré-sal etc. O projeto popular e democrático do PT ofereceu à burguesia “nacional” uma espécie de alento político para a falência das medidas neoliberais na América Latina. Através dos petistas foi possível implementar as contrarreformas em doses homeopáticas; a ascendência econômica das políticas de *commodities* possibilitou operacionalizar pequenas concessões ao lumpemproletariado.

A intensificação da crise do sistema do capital desvela-se no começo do segundo mandato do governo

Dilma Rousseff e rompe o namoro feliz com os movimentos sociais. As medidas adotadas por Joaquim Levy revelavam a impossibilidade de continuidade da política econômica sem um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores, sem uma nova contrarreforma da previdência, sem contrarreforma trabalhista, sem restrição dos gastos públicos, sem arrocho do funcionalismo público, sem redução dos gastos sociais com educação e saúde etc. Os ataques aos direitos dos trabalhadores deveram-se à ampliação das concessões aos capitalistas mediante o financiamento público do complexo privado, ao aumento das concessões às empresas do agronegócio e as indústrias e ao investimento em infraestrutura para beneficiar setores privados que financiaram as campanhas eleitorais.

A intensificação da crise em 2014 impôs a necessidade de mudança do teatro político com o *impeachment* da Dilma Rousseff e a entrada em cena do governo Michel Temer. As medidas impopulares do governo de Michel Temer emergiram da burguesia mais organicamente articulada ao imperialismo norte-americano e do movimento de massa orquestrado pela classe média, a mais afetada pela intensificação da crise econômica.

O papel protagonista da Fiesp nesse processo se justifica devido às perdas sofridas com o processo de desindustrialização da economia ao longo dos governos petistas. O itinerário descendente da produção de manufaturas com elevada inserção tecnológica perde posição expressiva perante o movimento ascendente de produtos asiáticos que invadem o mercado interno nas últimas décadas. A crise do valor das *commodities* no mercado

internacional evidencia a relação de dependência da economia do vetor essencialmente agroexportador, em que a economia chinesa desempenha papel protagonista.

As amplas manifestações orquestradas pela classe média serviram, de um lado, para oxigenar a constituição das novas organizações de extrema direita no país, encontrando sua mais premente expressão na candidatura do Jair Bolsonaro para 2018; do outro, serviu como base de sustentação para a contrarreforma trabalhista e as distintas PECs e Projetos de Lei que retiram direitos dos trabalhadores e afetam duramente os serviços públicos.

A crise econômica claramente revelada em 2013 serviu como prólogo para um novo ciclo na luta de classes no Brasil; as respostas dadas pelos petistas foram insuficientes para enfrentar o novo momento histórico da acumulação de capital, em que determinados setores da burguesia nacional e internacional são fortalecidos, enquanto a fração da burguesia envolvida nas denúncias da Lava Jato é abalada em seus fundamentos.

Apesar da perda do protagonismo na administração dos negócios da burguesia, os petistas não desapareceram do cenário político e permanecem catalisando as aspirações das massas no cenário eleitoral. Ainda procuram tirar proveito das políticas sociais compensatórias estabelecidas segundo os imperativos estabelecidos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Os petistas nunca conseguiram atender às efetivas reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade. Pelo contrário, as políticas econômicas estabelecidas em nada se contrapuseram ao processo de terceirização, de ampliação da tributação do imposto de renda sobre o salário dos

trabalhadores, de suspensão do pagamento da dívida pública, de reforma agrária, reforma urbana etc. Muitos trabalhadores acabaram percebendo que os governos petistas eram meros defensores do capital com sua política de conciliação de classe, por isso nada foi feito para protegê-los dos ataques advindos da direita.

Na correlação de forças, a maior manifestação dos trabalhadores em oposição às contrarreformas da previdência encetadas pelo governo Temer aconteceu em 28 de abril de 2017. Após décadas sem que os trabalhadores promovessem uma greve geral, esta ocorre num momento oportuno e obstaculiza momentaneamente a celeridade imposta pelas ações do capital contra os direitos dos trabalhadores. Mesmo assim não foi possível interceptar a contrarreforma trabalhista.

Não é possível deixar de observar que a aprovação da contrarreforma trabalhista escancara os estreitos vínculos que as organizações políticas e sindicais possuem com o capital, não se constituindo efetivamente como aliados dos trabalhadores. Além disso, nota-se que o projeto político eleitoral da esquerda brasileira sobrepuja os interesses dos trabalhadores. O sucesso das manifestações em oposição à reforma trabalhista imediatamente acendeu a chama da campanha pelas “Diretas Já” e pelo “Fora Temer”, campanha que não contou com a mesma adesão das massas nos meses subsequentes, para desilusão dos apologistas feéricos do cretinismo parlamentar.

Enquanto os petistas e a esquerda brasileira concentravam sua atenção nas eleições, a burocracia sindical tentava preservar seus velhos privilégios políticos e

econômicos na perspectiva de manter a contribuição sindical. Isso possibilitou que o parlamento burguês seguisse exercendo o papel para o qual foi forjado: atacar o trabalho e os direitos dos trabalhadores. Com isso, estabelecem-se as bases para que os trabalhadores continuem a pagar pela crise com a restrição de seus direitos sociais, o fim da estabilidade no serviço público, a redução de salários, o aumento da contribuição previdenciária e do imposto de renda etc.

A reforma trabalhista tem como objetivo categórico resolver a crise do capital. Os dados apontam que a economia brasileira continua longe de alcançar as metas otimistas estabelecidas pelos órgãos da burguesia. Após oito quedas trimestrais, o PIB apresentou um índice negativo somente no segundo trimestre de 2017, devido às medidas de ajuste contra os trabalhadores. No entanto, está muito longe de recuperar o refluxo resultante da queda de -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016. A taxa de desemprego atingiu mais de 14 milhões de desempregados em março de 2017. Para conter a onda de crescimento da taxa de desemprego, intensificam-se o trabalho terceirizado e as contratações temporárias tanto no setor público quanto no privado.

A guinada à direita pode ser em parte justificada pelo claro rebaixamento do poder de compra da classe média, em que 34% da população que tinha planos de saúde já não os tem, 48% da população que usava transporte próprio passou a recorrer ao transporte coletivo e 14% das famílias a trocaram a escola particular pela escola pública. A pequena burguesia está extremamente comedido nas compras, à cata de promoções e liquidações, e trocando os produtos consumidos anteriormente por similares e genéricos. Nada

mais próximo de um fascista que um pequeno-burguês desesperado.

### 11.1 Reforma trabalhista

A promulgação da denominada **Lei de Modernização Trabalhista ou Decreto-Lei nº 13.467** (que altera a Consolidação das Leis do Trabalho mediante o Decreto-Lei nº 5.452) pelo Governo Michel Temer, em 13 de julho de 2017, coloca a necessidade de refletimos sobre o processo de organização da classe trabalhadora pela mediação dos sindicatos e ainda acerca da falência do aparato jurídico burguês pautado pela existência de direitos econômicos.

A terceirização e a flexibilização das relações de trabalho foram orquestradas desde o começo da década de 1990 no Brasil, com o aval dos sindicatos e das centrais sindicais, que negociaram a perda de direitos em nome da preservação dos postos de trabalho. As câmaras setoriais e os acordos coletivos estabelecidos pelos sindicatos dos metalúrgicos com os representantes das multinacionais do setor automotivo, entre 1991 e 1995, servem como demonstração do processo de falência dos sindicatos combativos que emergiram no ABC no final da década de 1970.

As câmaras setoriais foram plasmadas sob o preceito ideológico da unidade de interesses entre patrões e trabalhadores, em que os trabalhadores inocuamente foram chamados a fim de colaborar na constituição de políticas administrativas e financeiras para o setor automobilístico. O

caminho aberto no começo da década de 1990 e que rememora os tempos da escravidão encontrou sua plena expressão no referido Decreto-Lei, quando o parlamento burguês e o governo Michel Temer estendem a terceirização das atividades-meio para as atividades-fim.

A Lei de Modernização Trabalhista implica a alteração de mais de cem pontos da CLT; os trabalhadores perderam direitos assegurados ao longo dos 74 anos de existência desta. No fundo, a aprovação de tal lei representa um profundo retrocesso histórico para a classe trabalhadora, significando a constituição de relações de trabalho que se aproximam do período fatídico da época da escravidão. A diferença essencial é que nesse novo tempo histórico o capitalista não precisa imobilizar parte substancial de seu capital para a compra de força de trabalho. O capitalista não necessita comprar força de trabalho no Brasil porque há mais de cem milhões de pessoas dispostas a vender sua força de trabalho, já que foram completamente destituídas dos meios de produção e dos meios de sobrevivência.

A constituição do trabalho intermitente denota que a partir de agora o trabalhador torna-se um mendigo perante o capitalista. Num contexto adverso, como os trabalhadores poderão forjar novas formas de organização para enfrentar o trabalho intermitente, quando os regimes de trabalho são estabelecidos diretamente entre patrões e trabalhadores? A desorganização da classe trabalhadora tende a generalizar-se, como acontece com os trabalhadores que operam no âmbito do trabalho em domicílio ou dos trabalhadores que se converteram em donos de seu próprio negócio.

Assim que foi aprovado o decreto, os capitalistas começaram a demitir os trabalhadores, visando abrir um novo processo seletivo conforme assegura o famigerado Decreto-Lei (artigos 477 A e B). O Bradesco anunciou um plano de desligamento voluntário que pode obter a adesão de 10 mil funcionários. O banco obteve um lucro de R\$ 4,6 bilhões no primeiro trimestre de 2017 e um lucro de 15,08 bilhões em 2016. A estratégia de corte de gastos e demissão é a estratégia fundamental dessa perdulária organização financeira. Não se trata de um programa motivado por qualquer espécie de crise econômica, mas de uma estratégia de intensificação do lucro sobre os trabalhadores. Um Plano de Demissão Voluntária (PDV) dos trabalhadores foi anunciado no começo de 2017 pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil.

A política adotada pelos bancos privados e públicos também contamina o modo de gerenciamento das empresas estatais. Os Correios lançaram em janeiro de 2017 um programa de demissão de 8.200 trabalhadores, na perspectiva de obter uma economia anual de aproximadamente 1 bilhão de reais. Os contemplados no Plano de Demissão Voluntária são os trabalhadores com mais de 15 anos de trabalho na empresa (ESTADÃO, 2017).

Após demitir 12 mil trabalhadores em 2016, a Petrobras pretende encerrar 2017 com a demissão de 6.300 funcionários somente na *holding*, passando o número de seus funcionários de 50.885 (2016) para 44.544 funcionários (2017) (GLOBO, 2017). Esse número deve ser ainda maior entre as suas subsidiárias, nas quais predomina o trabalho terceirizado.

A Eletrobras lançou, em abril de 2017, um Plano de Demissão Voluntária (PDV) que deve alcançar a adesão de 4,6 mil funcionários, representando mais de 30% de seus 17 mil trabalhadores regularizados (PORTAL BRASIL, 2017). A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) pretende demitir 1,2 mil servidores mediante um PDV, passando a atuar somente com 8,5 mil servidores (FOLHA DE LONDRINA, 2017). A política de demissão voluntária vem sendo implementada no órgão desde 2009. Entre 2015 e 2016 foram desligados, mediante adesão ao Plano de Demissão Voluntária, 37.626 funcionários de 11 estatais no Brasil (GLOBO 2017b).

Nesse processo, é preciso entender por que os sindicatos não protestaram contra a destruição da CLT, haja vista que a existência dessas leis constitui o fundamento da emergência dos sindicatos no Brasil. É preciso saber por onde andavam os sindicatos e as centrais sindicais no momento em que foi aprovada a famigerada lei de “modernização trabalhista”. Uma investigação fenomênica aponta que os sindicatos (ligados à CUT, à CTB etc.) estavam preocupados com a disputa presidencial e tinham privilegiado a insígnia das “eleições diretas” e do “Fora Temer” em detrimento da luta contra a reforma trabalhista. Uma análise mais pormenorizada demonstrará que parte dos sindicalistas não aposta na radicalização da luta de classe e concentra todos os esforços na saída negociada pelo alto.

A aprovação da contrarreforma trabalhista desvela a falência dos sindicatos e a necessidade de os trabalhadores constituírem novas formas de organização: uma forma de organização que não esteja atrelada ao Estado e que não seja

correia de transmissão dos interesses dos patrões. A contrarreforma contou com a adesão de centrais sindicais, como a Força Sindical, que retirou sua participação nas manifestações de 30 de junho de 2017, em prol de acordo firmado com o governo Michel Temer, visando assegurar no Decreto a preservação da contribuição sindical, retirando somente sua obrigatoriedade, nos seguintes termos:

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas. (NR)

Uma forma de organização que precisa não somente do reconhecimento formal do Estado para poder existir e representar os trabalhadores, mas que carece da mediação do Estado para operar o desconto sindical, enquanto forma que tem assegurado sua existência econômica.

O fim da CLT desnuda a necessidade de elevação de uma forma de organização verdadeiramente autônoma dos trabalhadores, que não precisem de licença do aparato jurídico podre da burguesia para poder vir ao mundo. Uma organização que esteja fundada na disjunção entre luta política, como tarefa dos partidos de esquerda, e luta econômica, como tarefa dos sindicatos. É preciso lançar por terra todas as ilusões acerca da possibilidade de o capital partilhar seu poder econômico na produção e circulação com os trabalhadores pela mediação dos sindicatos ou de

qualquer outra forma de organização auxiliar. O capital é um senhor que precisa exercer seu comando sobre o trabalho de maneira absoluta. A aprovação da lei da modernização trabalhista revela como o capital assume essa soberania sem meios-termos.

Ao atacar ubiquamente o trabalho com a lei da modernização trabalhista, o capital revela que não tem nada a oferecer positivamente aos trabalhadores e que tão só representa um futuro sombrio para os trabalhadores e para a humanidade. Assim, como os sindicatos foram forçados para existir num tempo histórico que carecia de uma organização para vigiar a aplicação e a efetivação da CLT, deixando de existir o conjunto de direitos primordiais afirmados pela burguesia, resta ao trabalho buscar a constituição de uma nova forma de sociabilidade. O fim da CLT representa o retorno à escravidão aberta e, conseqüentemente, a um tempo sem direitos trabalhistas.

Num tempo em que inexistem direitos trabalhistas, os trabalhadores devem forjar novas armas de luta e novas formas de enfrentamento ao capital em escala mundial, e não apenas ao capitalista privado, que agora se agiganta perante o trabalhador parcelado e completamente isolado. Ao invés de adentrar na arena do isolamento a que o capitalista condena o trabalhador mediante a prevalência do acordado perante o legislado, o trabalhador deve constituir organizações que quebrem o capitalista tanto fora quanto dentro da arena privada da produção e circulação de mercadorias.

## 11.2 As terras públicas para o capital financeiro e agrário

O aparato estatal segue sendo fiel escudeiro no processo de expropriação de terras devolutas e públicas pela burguesia agrária articulada ao capital financeiro e industrial. O decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017 (assinado pelo presidente Temer), trata da extinção da área de preservação ambiental denominada Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), que abarca uma área de aproximadamente 47 mil km<sup>2</sup>, preserva riquezas minerais e integra dois territórios indígenas (etnia do Rio Paru d'Este e etnia indígena Waiãmpi). As distintas manifestações de resistência ao decreto levaram à sua revogação pelo próprio presidente.

Os governos petistas não agiram diferentemente. Dilma Rousseff aprovou o Novo Código Floresta e Lula entregou 6 milhões de hectares de terras da União em 28 de janeiro de 2009.

Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo de 12/12/2008,

Lula promete doar terras da União para Roraima: um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) praticamente decidir pela manutenção em terras contínuas da [Terra Indígena] Raposa Serra do Sol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a discutir compensações para empresários e políticos afetados pela decisão. Em encontro no Palácio do Planalto, no início da noite de ontem, Lula disse que vai repassar 6 milhões de hectares de terras da União para o governo de Roraima, segundo o Senador Romero Jucá, um dos

aliados dos arroteiros que ocupavam terras indígenas ... O senador informou que no dia 28 de janeiro de 2009, Lula assinará o Decreto que repassará as terras da União para o Estado.

A relação do governo Lula com o agronegócio revela-se na assinatura do decreto e de uma medida provisória, em 28 de janeiro de 2009, que transfere 6 milhões de hectares de terras da União para Roraima. A aprovação da MP nº 454, convertida na Lei nº 11.949, de 17/6/2009, “permite as doações de terras por razões que não apenas a reforma agrária – até hoje, esse era o único motivo para dispor das áreas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/1/2009, p. A8). O governo Lula abriu um precedente, ferindo completamente o dispositivo constitucional, e doou terras aos latifundiários sem nenhuma mediação. No entanto, essa doação não feita para grupos estrangeiros; a grilagem de terras públicas no Brasil foi realizada pela burguesia agrária e rentista nacional com o apoio de governo Lula e dos funcionários corruptos do Incra.

Para a liberdade do capital no campo inexistente qualquer limite ao tamanho da propriedade, o que permite que 22 empresas acumulem 8,3 milhões de hectares. Isso coloca o Brasil como campeão mundial da acumulação de terras. Em nenhum outro país existem enormes porções de terras nas mãos de grupos privados como ocorre no Brasil.

**Tabela:** Nome das 27 maiores empresas e latifundiários do Brasil

Nº	Nome	Municípios	Área (ha)
1	MANASA – Madeireira Nacional S/A	Lábrea – AM/Guarapuava	4.140.767
2	JARI Florestal e Agropecuária Ltda.	PR	2.918.892
3	APLUB Agroflorestal da Amazônia	Almeirin – PA	2.194.874
4	Companhia Florestal Monte Dourado	Jutaí / Carauari – AM	1.682.227
5	Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Almeirim – PA/ Mazagão – AP Castelo do Piauí / São Miguel do Tapuio/ Pimenteiras/ Manoel Emídio/ Nazaré do Piauí/São Francisco do Piauí/ Oeiras/ Canto do	1.076.752
6	COTRIGUAÇU – Colonizadora do Aripuanã S/A	Buriti/ Floriano/ Ribeiro Gonçalves/ Uruçuí – PI	1.000.000
7	João Francisco Martins Barata	Aripuanã – MT	71.000.000
8	Manoel Meireles de Queiroz	Calcoene – AP	975.000
9	Rosa Lima Gomes Amora	Manoel Urbano – AC	901.248

10	Pedro Aparecido Dotto	Lábrea – AM Manoel Urbano/ Sena	804.888
11	Albert Nicola Vitale	Madureira – AC	797.575
12	Antônio Pereira de Freitas	Formosa do Rio Preto - BA Atalaia do Norte/Benjamin Constant/ Estirão	797.575
13	Malih Hassan Eumadula	Equador – AM	661.173
14	Moraes Madeira Ltda.	Itamarati – AM	656.794
15	INDECO S/A – Int. Desenvolvimento e Colonização	Itamarati / Carauari – AM Alta Floresta/ Aripuanã/ Diamantino – MT	615.218
16	Mario Jorge de Medeiros Moraes	Carauari – AM	587.883
17	Agroindustrial do Amapá S/A	Mazagão – AP	540.613
18	Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina – SP/ Naviraí – MS/ Feijó/ Tarauaca/Envira	460.406
19	Plínio Sebastião Xavier Benfica	AM	452.000
20	Companhia Colonizadora do Nordeste	Auxiliadora/Manicoré – AM	448.000
21	Jorge Wolney Atalla	Carutapera – MA	436.340
22	Jussara Marques Paz	Pirajuí – SP/ Feijó – AM	432.119

23	Adão Medeiros Paz	Surunduri – AM	432.119
24	Adalberto Cordeiro e Silva	Borba – AM	423.170
25	Rômulo Bonalumi	Pauini /Boca do Acre/Feijó – AC	406.121
26	União de Construtoras S/A	Canamari – AM/Cruzeiro do Sul – AC	405.000
27	MAPEL MAROCHI Agrícola e Pecuária Ltda.	Formosa do Rio Preto – BA Itaitaba – PA	398.786
<b>Total:</b>			<b>25.547.539</b>
Data: Novembro de 2002		Recurso ID	GREATEST677
		:	

A pilhagem e a apropriação de terras devolutas foram realizadas com a anuência do poder político de plantão da burguesia, por meio de uma série de medidas provisórias (MP nº 458/2009, Lei nº 11.952/2009). A MP 458 constitui um marco importante para regulamentar a grilagem de terras no Brasil e a apropriação privada das terras públicas federais na Amazônia Legal. A nova lei estabelece a relação de identidade entre os posseiros e os grileiros, entre aqueles que cultivam a terra para a sua subsistência e aqueles que especulam com a terra e fazem dela mecanismo de reprodução ampliada do capital. Os apologistas da lei justificam a sua relevância afirmando que serão regularizadas 67,4 milhões de hectares de terra no Brasil e que 211 mil pequenas propriedades também serão beneficiadas (OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto, torna-se anacrônico para o capital falar de reforma agrária quando a palavra de ordem têm sido sempre as contrarreformas. Ao invés de reforma agrária, vivemos num estágio de expansão do capital no campo, em que o Estado é um aliado fundamental da nova tentativa de acumulação de capitais mediante a expropriação das terras indígenas e camponesas.

A realidade é que o governo Lula privilegiou o agronegócio e entregou terras aos grileiros; no entanto, tenta manipular a consciência das massas com a cantilena de que assentou 614 mil famílias, quando na verdade foram somente 162 mil famílias postas em assentamentos novos; o restante não passou de regularização de posses existentes, reassentamentos e reconhecimento de antigos assentamentos estaduais.

A intensificação da violência no campo, expressa nos massacres de Colniza e Pau d'Arco (primeiro semestre de 2017), denota a existência duma tendência de elevação da luta de classes no campo, em que se torna imperativa a recorrência ao estado policial, na perspectiva de criminalizar os movimentos sociais do campo e as organizações que lutam por reforma agrária. O declínio da política de reforma agrária, constatado no governo de Dilma Rousseff, encontra sua plena configuração no governo Temer.

Isso indica a necessidade de os movimentos sociais intensificarem o processo de ocupação de terras, pois uma série de medidas está sendo forjada no parlamento burguês no sentido de enterrar definitivamente as conquistas da Constituição de 1988, apontando claramente que a reforma agrária só sai na marra e não na lei, como se imaginava nos

tempos da política de conciliação de classes estabelecida pelos petistas com os movimentos sociais. Nesse contexto, as nossas tarefas são:

Não alimentar o cretinismo parlamentar das massas operárias e camponesas, a despeito da ampliação das candidaturas de direita, expressão da crise econômica e do desgaste dos governos petistas. O momento é do tudo ou nada. Não existe conciliação possível entre capital e trabalho. Acabou o tempo da política de conciliação de classes, e a burguesia não pode fazer nenhuma concessão ao trabalho, nem mesmo a determinadas frações da classe trabalhadora.

A construção do socialismo e a superação definitiva da propriedade privada dos meios de produção somente podem ocorrer por meio da revolução, ou seja, pela expropriação dos expropriadores, que avançam no Brasil e na América Latina com o apoio substancial do Estado policial e judicial.

A disputa ideológica constitui uma disputa política num projeto estratégico que tem como horizonte o socialismo. Por isso, é fundamental intervir de maneira organizada em cada espaço de luta dos trabalhadores, pois o sucesso das lutas parciais (moradia, educação e saúde) somente pode ser bem-sucedido no contexto da necessidade da ofensiva de massa socialista.

Observa-se que as condições de existência material da classe trabalhadora se deterioram, aprofundando as desigualdades sociais, a miséria e a violência no campo e na cidade; o poder de compra dos salários cai acentuadamente. É preciso desenvolver campanhas que envolvam os

interesses da classe trabalhadora articuladas aos interesses gerais, mediante a construção de espaços populares de organização como comitês de fábricas e de bairros, conselhos organizados entre trabalhadores de distintas categorias, pois os sindicatos não passam de correias de transmissão do capital e estão completamente controlados pela burocracia sindical, muito aquém de qualquer perspectiva anticapitalista e revolucionária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ESQUERDA ONLINE. *A privatização da Petrobras: um balanço da disputa política e ideológica na gestão Temer e Parente*. Endereço eletrônico: <https://esquerdaonline.com.br/2017/01/17/a-privatizacao-da-petrobras-um-balanco-da-disputa-politica-e-ideologica-na-gestao-temer-e-parente/>. Acesso em 7 de dezembro de 2017.

DAMASCENO, Diego. *Isenção de 1 trilhão para petroleiras estrangeiras e Reforma da Previdência para o trabalhador*. Endereço eletrônico: <http://www.esquerdadiario.com.br/Isencao-de-1-trilhao-para-petroleiras-estrangeiras-e-Reforma-da-Previdencia-para-o-trabalhador>. Acesso em 7 de dezembro de 2017.

## CAPÍTULO XII

### AMEAÇA DA DITADURA BONAPARTISTA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO BRASIL

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>114</sup>

*Para onde o Brasil vai, irá o restante da  
América Latina.*  
Richard Nixon

No decorrer deste capítulo buscar-se-á apontar as distintas formas de manifestação do bonapartismo e como este serve para plasmar os interesses do capital imperialista na sua etapa de aprofundamento da crise estrutural, em que um Estado forte se configura como essencial para a inócua tentativa de deslocamento das contradições do sistema imposto. O texto destaca a particularidade do crescimento da extrema direita no Brasil, em que a ideologia expressa no integralismo e nos valores religiosos encontra sua forma fenomênica na candidatura de Jair Bolsonaro. Por fim, ressalta a necessidade da reorganização da classe trabalhadora, porquanto a forma de hetero-organização da classe trabalhadora necessita ser superada pela auto-organização. A destruição do Estado bonapartista constitui-se como vetor essencial dos tempos hodiernos.

O aprofundamento da crise do sistema do capital serve de fundamento ao conjunto de medidas adotadas pelo

---

<sup>114</sup> Professor da UFAL

capital imperialista-financeiro contra o trabalho no mundo inteiro. No Brasil isso se expressa na Lei Antiterror, PEC 241/16, PEC 287/16, EC 95, Contrarreforma Trabalhista etc. Num cenário em que a economia brasileira não apresenta sinais de recuperação, contrapondo-se às projeções otimistas dos representantes do capital, a necessidade de se intensificar os ataques dos trabalhadores deve plasmar-se em medidas que transcendam o processo de desmonte do SUS e a contrarreforma da previdência social. As manifestações públicas em apoio da intervenção militar e da candidatura de Jair Bolsonaro expressam os interesses da burguesia nacional articulada à burguesia internacional. Não se trata de um projeto político-econômico que tem como fundamentação somente a pequena burguesia e a classe média desesperada com a crise econômica, mas faz parte do projeto estratégico do agrobusiness, em que o Estado coercitivo é um instrumento fundamental para debelar o processo de ocupação de terras no Brasil e derrotar o projeto de reforma agrária contido na Constituição de 1988.

A metamorfose do velho latifúndio, que sempre adotou formas análogas ao trabalho escravo no campo, para a nomenclatura “agronegócio” (agrobusiness) oblitera a natureza coercitiva da relação capital e trabalho da burguesia agrário-financeira brasileira. As bases para o crescimento da produção de *commodities* se manifesta tanto na expropriação de quase 200 milhões de hectares de terras devolutas e terras públicas no Brasil pelos latifundiários, como na intensificação da exploração do trabalho no campo. Isso resulta na configuração de um Estado cada vez mais repressivo, visando debelar o avanço dos movimentos

sociais no campo. A necessidade de um Estado coercitivo se coloca como exigência do setor estratégico mais importante na atualidade. Não se pode esquecer que o agronegócio e a produção de *commodities* se configuram como campos de atuação essencial do capital financeiro, que envolve todos os complexos da nona economia mundial.

## 12.1 Estado bonapartista como Estado coercitivo

É preciso superar as idiosincrasias das seguintes afirmações reducionistas: a) a democracia burguesa pautada pela constituição de um governo que respeita as liberdades individuais e os direitos humanos, pois o maior exemplo da democracia burguesa aplica uma política intervencionista armada (desrespeitando a soberania nacional e os direitos dos povos) em diversas partes do mundo; b) o nazifascismo como único governo que se inscreve sob o signo do terror e da exacerbação da violência contra seus opositores, pois o Estado é sempre o braço armado da violência da burguesia contra o trabalho; c) o bonapartismo (poder policial-militar do Estado) como sistema forjado num padrão mediano de violência, pois ele pode aplicar violência máxima também.

É necessário superar o entendimento de que o regime democrático-burguês se plasma na tolerância e no respeito às liberdades individuais, da mesma maneira que é fundamental superar a compreensão do bonapartismo como um regime assentado tão somente no personalismo e na existência de uma liderança política carismática acima das classes sociais, bem como é preciso atentar para a relação existente entre o

nazifascismo e o bonapartismo, o bonapartismo e a democracia, o nazifascismo e o liberalismo.

As distintas formas de governo da burguesia não devem ser caracterizadas simplesmente pelo nível de coesão adotado pela maquinaria estatal da burguesia, pois não há um termômetro para aferir que sistema comete mais ou menos violência contra os trabalhadores. Todos são violentos pela sua própria natureza do capital. O Estado será sempre o Leviatã, uma espécie de monstro que se ergue contra o trabalho para assegurar a reprodução do capital.

É preciso considerar o universo de contradições de cada uma dessas formas (democracia burguesa, bonapartismo e nazifascismo) de manifestação do Estado. A democracia burguesa, por exemplo, pode se objetivar sob a forma de governos liberais ou neoliberais, conservadores e neoconservadores, social-democratas e de extrema direita, Frente Popular e sistemas parecidos com a ditadura (diferentes eleições fraudadas na América Latina, como Honduras e Colômbia, para não citar o próprio EUA). Existem vários aspectos no interior da democracia burguesa que a aproximam de práticas bonapartistas e neofascistas, a depender das condições históricas e do movimento do capital.

A ditadura do capital contra o trabalho foi utilizada várias vezes contra os trabalhadores nos EUA. Na época dos “trinta anos dourados”, o macarthismo foi colocado em cena para reprimir e esmagar as distintas organizações operárias combativas, socialistas e comunistas. É possível encontrar relação da democracia instituída nos Estados Unidos em vários momentos da história com uma espécie específica de

semibonapartismo; na atualidade isso pode ser observado na posição assumida por Donald Trump<sup>115</sup>, que busca colocar-se acima das disputas internas entre as frações da burguesia com o apoio do complexo industrial-militar. No entanto, o modelo clássico da análise marxiana foram as experiências políticas objetivadas por Napoleão III na França e Bismarck na Alemanha.

O fato de o regime bonapartista recorrer à presença duma liderança carismática, como no caso de Luís Bonaparte no Golpe de Estado deferido na França em 1852, não deve obliterar que ele também pode se expressar pela mediação da hipertrofia da burocracia, da autocracia, das Forças Armadas e do Poder Judiciário. Num contexto de elevação da luta de classes e da incapacidade de determinado setor da burguesia se apresentar em condições de derrotar os trabalhadores, o poder bonapartista coloca-se como necessário para assegurar a vitória definitiva do capital sobre o trabalho. Escreve (DEMIER, 2016, p. 179): “Assim, sob o bonapartismo, o Estado, relativamente autônomo ante as frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses de conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última”.

O bonapartismo pode ser considerado como uma formatação particular assumida pelo Estado no contexto de

---

<sup>115</sup> Segundo o Esquerda Diário (2017, p. 1): “É neste cenário que Trump emerge encabeçando um governo com fortes traços bonapartistas. Em um contexto de maiores divisões entre os capitalistas, busca arbitrar entre diversas frações da burguesia, tentando se apoiar numa parte do aparato burocrático militar. Nas próprias eleições fez campanha brandindo o apoio público de 88 ex-generais e almirantes. Depois de ser eleito presidente conformou um gabinete composto por grandes empresários e militares aposentados. O aumento do orçamento militar e a ampliação das atribuições do Pentágono vão na mesma direção”.

intensificação da crise do sistema do capital. Escreve Demier (2016, p. 179): “O aparelho estatal, funcionando como uma espécie de árbitro do jogo político e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e independente da sociedade”. Nesse contexto, o governante ou a estrutura burocrática posta a serviço do bonapartismo coloca-se acima dos partidos tradicionais e das estruturas vigentes, para ganhar uma autonomia relativa no sentido de legitimar suas ações e atitudes econômicas e políticas. O bonapartismo constitui “uma espécie específica de arranjo político-institucional, uma formatação particular das engrenagens do Estado burguês surgida quando os meios de dominação política de tipo oligárquico ou democrático-burguês mostram-se insuficientes e perigosos para a manutenção da ordem capitalista”.

O trotskista Nahuel Moreno afirma:

O Estado burguês deu origem a muitos regimes políticos: monarquia absoluta, monarquia parlamentar, repúblicas federativas e unitárias, repúblicas com uma só câmara ou com duas (uma de deputados e outra muito reacionária de senadores), ditaduras bonapartistas, ditaduras fascistas etc. Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que permitem até que os operários tenham seus partidos legais e com representação parlamentar. Em outros casos, são o oposto; não há nenhum tipo de liberdades, nem sequer para os partidos burgueses. No entanto, em todos esses regimes, o Estado segue sendo burguês, porque segue no poder a burguesia, que utiliza o Estado para seguir explorando os operários (apud DEMIER, 2015, p. 182).

Não podemos esquecer que fascismo, nazismo, salazarismo, franquismo, ditaduras militares na América Latina constituem experiências políticas que se inscrevem no contexto do bonapartismo: todas são formas autoritárias do exercício do poder político para atender aos imperativos de comando absoluto do capital sobre o trabalho.

O regime bonapartista serve para assegurar os interesses do capital numa época de crise da hegemonia política da burguesia sobre o proletariado. É preciso considerar que os governos bonapartistas se colocam no contexto das sociedades capitalistas mais complexas, ou seja, num contexto em que a burguesia precisa submeter o proletariado aos seus imperativos e a dominação democrático-burguesa não pode ser viabilizada na sua forma clássica. Ainda assim não há contraposição entre bonapartismo e democracia burguesa.

As marcas do bonapartismo são a hipertrofia do Estado e a fragilidade ou inexistência do Poder Legislativo, com acentuado peso nas baionetas ou nas Forças Armadas. É possível ainda uma espécie de transição ou coalisão de forças, em que a democracia-burguesa agonizante ou com tímida capacidade de se objetivar resulta num regime semibonapartista, como o caso do governo da Frente Popular francesa representado por León Blum, em 1936.

O bonapartismo é um tipo de dominação autocrático-burguesa exercida pela força militar, “manietando os poderes legislativo e judiciário e as organizações dos interesses dos trabalhadores e da oposição” (DEMIER, 2014). Ele configura o poder estatal exercido sem piedade como uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho

(MARX). O bonapartismo é adotado quando existe uma crise econômica que reverbera sobre a política, fazendo que a burguesia perca sua capacidade de governar e o proletariado não tenha condições de assumir o poder e derrubar os representantes do capital. Com a subordinação da classe trabalhadora pela mediação do aparato militar, a burguesia consegue recuperar o crescimento econômico e alcançar níveis elevados de expropriação e exploração dos trabalhadores.

Num contexto em que a crise econômica afeta todas as instituições da burguesia, os militares assumem o poder como uma força que parece estar acima das classes sociais e dos partidos existentes. Apesar de a burguesia não ter ainda perdido sua hegemonia política e econômica, ela se vê obrigada a recorrer ao aparato militar, enquanto espécie de tábua de salvação para preservar a propriedade dos meios de produção. O bonapartismo pode ser adotado numa etapa em que a burguesia ainda não perdeu sua capacidade de governar segundo os preceitos democráticos.

Escreve Trotsky (2005a):

Sem dúvida, um governo que se eleva por cima da nação não está suspenso no ar [... mas] passa pela polícia, a burocracia e a camarilha militar. Estamos confrontados a uma ditadura militar-policia apenas dissimulada sob o adorno do parlamentarismo. Um governo do sabre como juiz-árbitro da nação: precisamente isso se chama *bonapartismo*.

O imperialismo norte-americano adotou o bonapartismo *sui generis* como forma política de

interferência em toda a América Latina nas décadas de 1960 e 1970, quando as ditaduras militares foram impostas em quase todos os países latino-americanos. A recorrência ao bonapartismo ou semibonapartismo se generalizou especialmente nas economias dependentes e neocolonizadas pelo imperialismo, devido à incapacidade do desenvolvimento das condições objetivas para a existência de regimes democráticos.

Segundo Assunção (2014, p. 43):

Assim, o bonapartismo *sui generis* reflete as relações de classes na especificidade do desenvolvimento capitalista (combinado), bem como das tarefas de cada classe em face do atraso, havendo uma espécie de *substitucionismo político-social*: na história dos países atrasados, uma determinada classe social pode se haver com tarefas que alhures foram realizadas por outra classe. É o caso da democracia nos países coloniais ou semicoloniais, onde está dissociada do desenvolvimento, tornando-se praticamente uma impossibilidade – ainda mais se considerada a subordinação ao imperialismo, que é o destino de parte significativa da exploração nacional, permitindo estreita margem de manobra à burguesia.

Num contexto em que a democracia burguesa não consegue minimizar as contradições existentes entre capital nacional e capital internacional, entre burguesia e proletariado, o Estado bonapartista se torna necessário para assegurar os interesses do capital contra o trabalho e atender aos anseios dos poderosos grupos transnacionais. Para Assunção (2014, p. 44), “enquanto no capitalismo avançado

européu a forma de dominação burguesa dos anos 1930 é o fascismo, nos países coloniais ou semicoloniais, diante da relativa debilidade da burguesia e da relativa força do proletariado, o modo possível de domínio de classe é o bonapartismo *sui generis*". No entendimento de Trotsky, o bonapartismo seria "um produto político essencialmente periférico" (DEMIER, 2010, p. 176).

O bonapartismo pode ainda ser semibonapartista, ou seja, pode flertar perfeitamente com a classe trabalhadora, assumindo contornos democráticos ou semidemocráticos ao invés de impor-se tão somente pela baioneta. Isso depende do papel dos governos nacionais ante as pressões da dominação imperialista. No caso de conluio absoluto com os interesses do imperialismo, o preceito da coesão tende a intensificar-se para aprofundar o nível de expropriação e drenagem da riqueza nacional para o exterior mediante a exploração da força de trabalho.

O bonapartismo brasileiro tem características próprias, o que serve para distingui-lo do modelo clássico analisado por Karl Marx (bonapartismo de Napoleão III na França e de Bismarck na Alemanha). Nesse contexto, o governo Getúlio Vargas comparece como semibonapartista, enquanto a ditadura militar de 1964 como tipicamente bonapartista. O primeiro se inscreve sob o marco da conciliação das classes, enquanto o segundo busca se manifestar acima das classes sociais. No entanto, o bonapartismo expresso na ditadura militar de 1964 é resultante não do jogo de forças internas entre burguesia e proletariado, senão dos interesses externos do capital imperialista de expandir e consolidar o mercado brasileiro

como campo exclusivo dos interesses do imperialismo norte-americano. O bonapartismo estabelecido em 1964 expressa os interesses das multinacionais e de grupos associados nacionais, mas estes não passam de figuras coadjuvantes.

A atrofiada burguesia brasileira, segundo Chasin (1982), não pode assumir na particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro seu papel de universalizante político e ser a representante da sociedade como um todo, porque é um simples apêndice dos interesses do imperialismo. A sua natureza dependente e subordinada impõe que a dominação política da burguesia brasileira oscile entre “a truculência de classe manifesta e a imposição de classe velada ou semivelada” – “aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é sua forma em ‘tempos de guerra’” (CHASIN, 1982, p. 1). A autocracia e o bonapartismo se configuram como atestado da miséria da burguesia brasileira, resultante de sua natureza completamente subordinada e tutelada à burguesia internacional.

O golpe de 1964 acontece num contexto em que o governo Jango representou a desagregação da hegemonia burguesa e a classe trabalhadora não tinha condições para apresentar-se como uma alternativa efetiva ao sistema constituído. A ameaça ao poder autocrático da burguesia sobre o trabalho impôs a necessidade do bonapartismo enquanto força política assentada no conjunto das Forças Armadas e não numa pessoa em particular. Naquele momento da história, a burguesia não conseguiu derrotar

João Goulart nos marcos da democracia burguesa expressos no pleito eleitoral.

O estabelecimento do golpe de 1964, coordenado pela *Operação Brother Sam*, implicou a completa subordinação da economia brasileira aos interesses das multinacionais e dos grupos associados; por isso os golpistas operaram a imediata reformulação da Lei da Remessa de Lucro e estabeleceram um projeto de desenvolvimento econômico articulado à Doutrina da Segurança Nacional, que encontrou sua maior expressão no denominado “milagre brasileiro” (1968-1973). Ao invés de uma expressão das disputas internas entre burguesia e proletariado nacional, o bonapartismo pode ser resultado das disputas interna das frações burguesas norte-americanas.

A dominação econômica das multinacionais estabelecida em 1964 não foi alterada em nada com o fim do regime militar-empresarial e a recondução da autocracia burguesia ao poder pela mediação da Nova República e dos presidentes eleitos depois de 1989. A subordinação da econômica brasileira aos preceitos do imperialismo pode ser observada sinteticamente no endividamento público, no processo de privatização das estatais e nas contrarreformas que atacam os direitos dos trabalhadores.

## 12.2 A crise do imperialismo norte-americano

Os Estados Unidos se converteram na maior potência mundial após o desfecho das duas guerras mundiais, traduzindo a força de seu capital financeiro na concentração da capacidade de seu complexo industrial-militar, na elevada

capacidade científica e tecnológica e no completo monitoramento político dos Estados-nacionais dependentes e periféricos. Não é possível entender a ameaça bonapartista que paira sobre o cenário brasileiro na atualidade, desarticulada do poderio exercido pelo capital imperialista-financeiro norte-americano em que a ascendência da extrema direita expressa nos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan encontra seu pleno apogeu na demolição da ex-URSS.

A contrarrevolução ou “revolução conservadora” orquestrada pelo neoliberalismo representou a derrocada do *Welfare State*. Uma nova configuração do poder do capital contra o trabalho permitiu uma nova hegemonia financeira, em que o capital fictício ganhou corolários nunca antes alcançados, especialmente elevando as taxas de juros e amordaçando as economias dependentes. A expressão de quanto mais alto o capital pode chegar implica o quão mais elevado será sua queda, o que pode ser observado na crise de 2008. Em 2014, o PIB mundial alcançou o patamar de 77 trilhões de dólares, enquanto a massa de derivativos (capital fictício) chegou a 692 trilhões de dólares, ou seja, quase dez vezes o volume do capital mundial (CAMPOS, 2016). Isso pode explodir a qualquer momento, promovendo uma crise sem precedentes na história do capital.

A hegemonia absoluta exercida pelo capital imperialista norte-americano no cenário internacional não impediu que o sistema fosse abalado na década de 1970 com o colapso do sistema monetário internacional celebrado em Bretton Woods e pelos distintos choques do petróleo. Mesmo após a imposição do dólar como moeda internacional e a

primazia do sistema financeiro assentado em Nova Iorque, a economia norte-americana enfrentou crise tanto na época do governo George Bush Senior (1989-1993) e de George W. Bush (2001-2009). A desaceleração econômica vivenciada pela maior economia do planeta teve seu apogeu na crise de 2007 e 2008, na qual o sistema mundial só não ruiu devido à intervenção estatal para salvar os mercados. Para isso 50 trilhões de dólares foram consumidos, ou seja, o equivalente à produção mundial anual. E em detrimento da China, que conta com reservas internacionais acima de 2,5 trilhões de dólares, os Estados Unidos experimenta um ciclo de restrição de crédito, elevação dos índices de desemprego (taxa de 12,1%, a maior desde o pós-guerra), baixas taxas de crescimento e a maior dívida pública mundial.

Após uma etapa histórica de exercício do primado absoluto sobre a economia mundial, em que as regiões de influência da ex-URSS passaram ao seu controle, emergiu no cenário internacional uma economia que tem assegurado padrões de crescimento positivo no mercado internacional. A ascendência da economia chinesa passa a preocupar o capital norte-americano; as políticas bélicas adotadas, com 48 intervenções militares contra 16 intervenções realizadas durante todo o período da Guerra Fria, não conseguiram assegurar padrões significativos de recuperação econômica nos últimos 30 anos. A maior maquinaria de guerra consome 50% das despesas internacionais, 822 bilhões de dólares anualmente dedicados ao complexo industrial-militar. Esta constitui a principal arma para expurgar a presença do imperialismo chinês na principal zona de influência do imperialismo norte-americano: a América Latina. O

destrutivo capital financeiro recorre aos mais diferentes expedientes para estabelecer governos aliados na América Latina, na perspectiva de eternizar a máxima da doutrina Monroe: “América para os americanos”.

A intensa expropriação do trabalho orquestrada pelas medidas neoliberais, enquanto expressão dos interesses do capital financeiro, não conseguiu deslocar as contradições do referido sistema. A ascensão da extrema direita no Brasil inscreve-se no contexto de uma crise profunda de exaustão do sistema do capital. O conjunto de medidas adotadas desde o final da década de 1970 revelou-se insuficiente para alavancar o imperialismo norte-americano.

A política desenvolvida na esfera interna dos EUA permite que os denominados “cidadãos” norte-americanos possam usufruir os preceitos da liberdade formal da democracia burguesa; na esfera externa aplica-se a violência somente encontrada na política imperialista do nazifascismo. A variante nazifascista do capital imperialista é obliterada pela maquinaria da guerra norte-americana sob os preceitos da ideologia da nação eleita e da apologia da necessidade de assegurar a democracia e os interesses estadunidenses. Sobre o preceito ideológico da necessidade de combater sistemas autoritários e assegurar a democracia, ocorreram as guerras do Vietnã, da Coreia, do Iraque, do Afeganistão, a Guerra do Golfo, da Síria e da Líbia.

Para combater o narcotráfico operam-se intervenções militares no Panamá, Honduras, Colômbia etc. É sobre a farsa da liberdade postulada pela ONU que a sorte da Venezuela, Iraque, Líbia, Haiti, Palestina, Coreia, Ucrânia, Thetchênia, Irã e dos países que não possuem armas

nucleares é decidida. Milhões de trabalhadores são sacrificados no altar do capital financeiro norte-americano e de seus aliados.

Assim, a democracia não passa duma abstração em que toda desobediência ao capital imperialista norte-americano é respondida com guerra civil, golpe de Estado, sanções e embargos econômicos, retaliações de toda natureza. A democracia se constituiu como mecanismo para assegurar o imperialismo do capital financeiro norte-americano de uma maneira muito mais poderosa sobre os países colonizados do que a ideologia nazifascista. Os mecanismos de persuasão são acionados mediante a unidade de interesses com as burguesias nacionais e mediante a cooptação das massas pelo instrumental dos meios de comunicação. Assim, a dominação coercitiva é flexibilizada pela completa dominação persuasiva, e os elementos culturais visam homogeneizar padrões de comportamento e quebrar a espinha dorsal da consciência operária.

O crescente endividamento dos países latino-americanos, que consomem mais da metade de toda a riqueza produzida, em nada interceptou a crise no coração do império ianque. O monumental saque e expropriação de riqueza experimentada com a privatização de milhares de empresas estatais em toda a América Latina não logrou obstar a desaceleração do crescimento econômico do capital imperialista. É por isso que o Estado bonapartista se configura como um elemento inerente à reprodução da dominação do capital financeiro sobre o trabalho na América Latina.

Isso significa que quando olhamos pelo retrovisor da história para o que aconteceu nas últimas décadas no Brasil, o que se observa é que todo o processo de privatização e pagamento da dívida pública não conseguiu impedir a crise do sistema. E num contexto em que não subsistem mais empresas para ser privatizadas, milhões de vidas operárias devem ser sacrificadas para assegurar novos padrões de reprodução do capital financeiro. Isso demonstra que o processo de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores nas últimas décadas foi insuficiente. Os ataques promovidos pelas medidas de ajustes impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial, bem como a aplicação do receituário neoliberal imposto pelos organismos colaterais, não conseguiram impedir a crise do sistema financeiro, que sobrevive como um vampiro a sugar o sangue dos trabalhadores.

O sistema entrou em crise a despeito de todas as medidas contrarrevolucionárias (neoliberais e neoimperialistas) adotadas. Agora o problema é muito mais grave porque não se têm mais milhares de empresas estatais para serem torradas; portanto, a dívida pública deve consumir toda a riqueza dos países dependentes e subordinados.

Os distintos governos de esquerda estabelecidos na América Latina não conseguiram romper com o imperialismo porque eram governos de conciliação de classe, logo, de conciliação com o imperialismo. A intensificação da crise econômica levou ao esgotamento da política de conciliação e impôs a toda a América Latina a

restauração da ditadura do capital sobre o trabalho pela mediação do bonapartismo ou do semibonapartismo.

O capital não pode fazer nenhuma concessão ao trabalho. A época das concessões à aristocracia operária e à burocracia sindical ficou para trás; não mais são possíveis governos de conciliação. Os fundos de pensão não podem mais continuar sendo geridos pelos preceitos da governança corporativa sindical e do ativismo acionário sindical; tudo deve passar diretamente para as mãos do centro do capital financeiro, sinônimo do imperialismo norte-americano e seus associados.

A superação da crise econômica que acomete o imperialismo norte-americano passa pela ampliação da política mitigada do neoliberalismo com elevação da taxa de lucro e taxas de acumulação razoáveis. Intensifica-se o processo de fusão dos grandes aglomerados para assegurar hegemonia nos mercados internacionais, numa tentativa de ampliação do fluxo de capital favorável aos Estados Unidos na relação com os outros países, de controle do preço de matéria-prima e das fontes de energias por grupos econômicos nas distintas partes do mundo. Verifica-se ainda a canalização dos investimentos estrangeiros na direção dos EUA e não para as economias dependentes, assim como a concentração do capitalismo na acumulação e não no consumo. As medidas previstas aprofundarão a concentração de capital num contexto em que “1% das empresas transnacionais conseguem governar 40% de toda a rede, a maioria das instituições financeiras como Barclays Bank, JP Morgan Chase & Co, Goldman Sachs, entre outras, sendo a maioria de origem norte-americana e europeia” (CAMPOS,

2016, p. 3). Isso resulta no aprofundamento da exploração da força de trabalho. Enquanto o valor da força de trabalho (dólares/hora) nos EUA era de 25,8 dólares em 2014, nas Filipinas o valor da força de trabalho era de 1,45 dólar e no Brasil, um pouco mais de três dólares.

É no contexto de uma burguesia nacional manietada e subjugada aos interesses do imperialismo que se deve entender o jogo de forças que levaram ao *impeachment* da Dilma Rousseff, à prisão dos empresários da Odebrecht e da JBS, bem como o processo de ascendência da extrema direita no Brasil. O Estado bonapartista imperialista deve ser restaurado depois da completa derrocada do movimento político iniciado com as greves operários do ABC em 1978 e 1979 e que encontrou seu ponto culminante nos governos de conciliação de classes de Lula e Dilma.

Os governos de conciliação de classe buscaram administrar o capital segundo o receituário neoliberal, permitindo a internacionalização da economia, a financeirização e a reprimarização; o parque industrial nacional foi demolido em benefício da produção de *commodities*. No entanto, as projeções positivas realizadas pelos economistas da burguesia para o primeiro bimestre de 2018 não se confirmaram.

Segundo CEPEA (2018, p. 1):

Os dados avaliados até fevereiro de 2018 do PIB do agronegócio brasileiro indicam queda de 0,12% na renda do setor no mês e, com isso, baixa de 0,23% no acumulado do primeiro bimestre e projeção baixista na evolução anual (1,37%). [...] No ramo agrícola, o segmento primário registrou queda significativa de 28,57% na projeção anual.

Neste caso, cabe destacar que os preços agrícolas ao final de 2017 estavam em baixo patamar, devido à grande oferta, gerando um efeito inercial nos preços de janeiro e fevereiro de 2018, quando comparados com os valores de janeiro e fevereiro de 2017 (queda de 7,99%, em média). Devido também ao patamar de grande produção em 2017, a projeção média de crescimento para a produção das culturas acompanhadas neste ano ficou limitada a apenas 0,88%.

A aprovação da reforma trabalhista e do conjunto de medidas adotadas que atacam os direitos dos trabalhadores não foi suficiente para assegurar taxas positivas de crescimento da economia. Intensificam-se a miséria e a pobreza no país. Segundo o IBGE, a média mensal de rendimento de 4,5 milhões de trabalhadores mais pobres no Brasil caiu a R\$ 47 em 2017, ante R\$ 76 no ano anterior (FOLHA, 2018, p. 1). A contrarreforma trabalhista aumentou a taxa de desemprego, que alcançou 13,1% março de 2018, taxa que representa um recuo para os níveis existentes há 14 anos.

A intensificação do desemprego e a redução do rendimento ou do poder de compra dos trabalhadores fazem parte da estratégia da burguesia nacional e internacional para a saída da crise econômica. Isso tende a ampliar-se, à proporção que as medidas adotadas não asseguram as taxas de crescimento previstas. Torna-se imperativa a constituição de um Estado de repressão ainda mais forte.

## 12.3 Bonapartismo pela via eleitoral ou pelo Golpe de Estado?

### 12.3.1 A candidatura da extrema direita de Jair Messias Bolsonaro

A candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) coloca na ordem do dia a necessidade do debate do imperialismo, do bonapartismo e do fenômeno do crescimento da extrema direita no Brasil. Observa-se que a atuação do Judiciário na perspectiva de alijar da disputa a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva põe a candidatura da extrema direita numa posição vantajosa e abre a avenida para a possibilidade de a disputa ser travada num segundo turno entre direita e extrema direita, ou seja, permite que a extrema direita alcance o poder pela mediação do pleito eleitoral.

A candidatura de Jair Bolsonaro serve como espécie de vingança da burguesia contra a classe trabalhadora que confiou nos governos petistas e acabou sendo desarmada pela possibilidade de oferecer uma face humana ao capital pela mediação dos fundos de pensão e das políticas compensatórias numa sociedade profundamente meritocrática e autocrática. A extrema direita emerge como vingança da burguesia contra a covardia da burocracia sindical e da aristocracia operária, que imaginaram poder domesticar o capital e colocá-lo a serviço dos trabalhadores. A prisão dos petistas constitui-se como manifestação da vingança da burguesia contra a covardia do programa reformista deste partido. Não se trata de um programa de combate à corrupção, porque a corrupção e o gangsterismo são inerentes ao sistema do capital em suas diferentes formas. Não precisamos aqui fazer a história da corrupção e

do suborno que perpassa a história do grupo Rockefeller ou JP Morgan, bem como da ascendência dos grupos econômicos mais poderosos existentes no Brasil (Itaú, Bradesco, Odebrecht, JBS, Vale etc.).

No projeto da burguesia imperialista (nacional e internacional), as eleições devem viabilizar o itinerário para o Estado bonapartista ou a ditadura total contra o trabalho, após a aprovação da legislação trabalhista e a aprovação da Lei Antiterror. Enganam-se completamente aqueles que imaginam que as eleições permitiram a constituição de outra via para o Brasil. As eleições não poderão impedir, mas apenas consolidar tal tendência. As eleições não salvarão os trabalhadores da perspectiva bonapartista, porque a política não se constitui como categoria fundante do mundo dos homens; a categoria fundante é o trabalho. Desse modo, o regime democrático deve pavimentar o caminho para o regime semibonapartista ou bonapartista. As contrarreformas realizadas preparam a transição da pseudodemocracia burguesa para a completa ditadura do capital sobre o trabalho. Não podemos esquecer que democracia e ditadura são formas moventes da manifestação fenomênica de configuração do Estado enquanto instrumento de reprodução do capital.

A ascendência dos grupos de extrema direita ganhou notabilidade depois das manifestações de 2013, quando o projeto de conciliação de classe do PT entrou completamente em crise. A clara manifestação de que a burocracia sindical e os movimentos sociais não detinham o monopólio do movimento de massa descredenciou e deslegitimou os petistas. O movimento de 2013 pegou a burguesia

desprevenida, porque ela havia depositado nos petistas o controle dos movimentos sociais. Em 2013, a burguesia foi pega de surpresa pela intrepidez das massas revoltadas contra o aumento das passagens. A sorte da burguesia foi a ausência de organizações revolucionárias e dum programa revolucionário capaz de catalisar as energias das massas em fúria contra o sistema. A ausência de intrepidez das massas operárias para radicalizar suas posições, no sentido de apresentar-se como uma alternativa efetiva ao capital, permitiu que a burguesia pudesse organizar a reação contra os trabalhadores organizados e desorganizados, empregados e desempregados.

As manifestações de 2013 fizeram soar o sinal de alarme para a burguesia internacional, que passou a financiar de maneira incisiva a existência de novas organizações políticas perante o fracasso das velhas agremiações partidárias. Como os governos petistas permitiram que uma horda de trabalhadores desorganizados ameaçasse a ordem instituída, o capital imperialista prepara o bonapartismo pela via eleitoral ou pelo Golpe de Estado. Ilude-se completamente quem afirma categoricamente que inexistem perigo de Golpe Militar no Brasil. O Estado de direito e a democracia burguesa não passam de veleidades que servem apenas para iludir a classe trabalhadora e transformá-la em massa de manobra das novas organizações de direita e extrema direita. No curto espaço de tempo, o Estado bonapartista comparece como tábua de salvação para a crise que acomete o capital imperialista, devido à falência das medidas neoliberais adotadas para recuperar as taxas de crescimento do capital financeiro.

A base de sustentação da candidatura de Jair Bolsonaro não se inscreve apenas no pequeno empresariado e na classe média desesperada, mas conta com o respaldo da maioria (95%) dos empresários do agronegócio. O que aproxima os latifundiários brasileiros de Jair Bolsonaro é o seu discurso radical contra os movimentos sociais no campo; nestes, a reforma agrária e a causa indígena fundada na necessidade da demarcação de terras são seus inimigos absolutos. Segundo Frederico D'Ávila, Diretor da Sociedade Rural Brasileira, “hoje o agro é 95% Bolsonaro” (FOLHAUOL, 2018, p. 1). A proposta deste candidato de legalizar o armamento dos latifundiários para impedir o avanço dos movimentos sociais e enquadrar na Lei Antiterror todo camponês e trabalhador rural conta com o amplo respaldo dos latifundiários brasileiros.

Apesar de o projeto revolucionário não se mostrar na cotidianidade dotado de força capaz de derrotar o inimigo num curto espaço de tempo, subsiste um temor incomensurável das forças contrarrevolucionárias por conta fracasso das medidas adotadas para recuperar as taxas de crescimento da economia norte-americana. Apesar de as forças revolucionárias adormecidas no proletariado existirem somente de maneira latente, as forças contrarrevolucionárias existem de fato e ganham materialidade no crescimento das manifestações dos grupos de extrema direita organizadas pelo MBL, Movimento Brasil Livre e da candidatura de Jair Bolsonaro.

Engana-se quem imagina que a burguesia brasileira não precisa de um governo forte (bonapartista) para permanecer no poder. Ela precisa de uma figura bonapartista

devido às divisões existentes entre frações de burguesia internacional e nacional, especialmente devido ao caráter dependente da burguesia nacional. E se engana completamente quem afirma que não subsiste um movimento de massa que sustente a candidatura de Jair Bolsonaro.

A extrema direita é formada por uma constelação de organizações liberais e integralistas com longa trajetória na história do Brasil. Os preceitos da extrema direita que sustentam a candidatura de Jair Bolsonaro se assentam no nacionalismo, na defesa da família, nos valores religiosos, na defesa da propriedade privada, na afinidade com o imperialismo norte-americano. A leitura estereotipada e fragmentada realizada pela extrema direita tem como propósito manipular as massas na perspectiva de fortalecer os preconceitos, o racismo, a xenofobia, o culto ao passado, o irracionalismo, a meritocracia, o nacionalismo, o desrespeito aos direitos humanos, o apelo ao personalismo, o ataque aos direitos dos trabalhadores, o militarismo, a guerra, ou seja, todos os elementos fundamentais à reprodução do capital.

Ao longo de sua trajetória política, Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) passou por oito partidos (PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC). Tornou-se uma figura conhecida pela defesa intransigente de posições ultraconservadoras e reacionárias como o apoio à ditadura militar-empresarial de 1964; pela defesa da tortura e contra os direitos humanos; posição contrária aos direitos dos LGBTs; revogação do Estatuto do Desarmamento para permitir que os grandes proprietários rurais possam adquirir armas para se defender

das ocupações promovidas pelo MST e similares; defesa da legalização da pena de morte no Brasil; utilização dos métodos de tortura nos acusados de tráfico de drogas; sequestro; execução sumária; defesa da redução da maioria penal.

Apesar de contar com mais de trinta pedidos de cassação de seu mandato de deputado federal, comparece em segundo lugar nas eleições presidenciais (2018) com Lula e em primeiro lugar nas simulações das eleições sem Lula. Nos 25 anos de atuação como deputado federal, conseguiu a aprovação de somente dois projetos de lei apresentados e mais nada, leis que tratam do Imposto sobre o Produto Industrializado (IPI) e sobre a Autorização para o uso de fosfoetanolamina. Como deputado federal, sempre esteve do lado da “bancada do boi, da bala e da Bíblia”; votou pela abertura do pré-sal para as corporações internacionais do petróleo, pelo livre-mercado, pela completa privatização das empresas estatais, pela terceirização e pela reforma trabalhista.

Sua prática política demonstra como o neointegralismo e a extrema direita estão subordinados aos interesses do imperialismo norte-americano, cuja expressão mais visível apresentou-se no gesto de continência à bandeira dos EUA num ato político. Numa palestra para os investidores norte-americanos, declarou sua “admiração pelos Estados Unidos e disse que o país deveria ser ‘o primeiro parceiro comercial’ do Brasil”. E acrescentou que o Congresso é “um ‘gargalo’ para o Executivo em algumas matérias, mas afirmou contar com as bancadas da segurança, evangélica e do agronegócio (conhecidas como da bala, da

bíblia e do boi) como sustentação” (O SUL, 2017b, p. 1). Em *tour* pelos EUA procurou apresentar-se como “o candidato mais pró-Estados Unidos entre todos os outros em termos de engajamento geopolítico e comercial” (SENRA, 2017, p. 2).

Ao contrário do que se imagina, não há contradição entre os *neoon* e os neointegralistas e o neoliberalismo; a demonstração cabal disso é a indicação do economista Paulo Guedes para ministro da Fazenda; este defende a completa privatização da Petrobrás. A forte presença do Estado na economia deve assegurar o pleno interesse das multinacionais e do capital imperialista norte-americano como fizeram os governos militares gestados em 1964. Paulo Guedes pertence ao conselho de administração da Bozano Investimentos, “ligado ao empresário Júlio Bozano, um dos fundadores do Banco Pactual (hoje BTG Pactual), no início da década de 1980” (O SUL, 2017, p. 1). O empresário foi responsável pelo programa de governo do empresário Guilherme Afif Domingos para presidente da República em 1989 e atuou como diretor executivo do Banco Garantia, do empresário Jorge Paulo Lemann.

A ideologia que sustenta o discurso de Jair Bolsonaro encontra respaldo no MBL (do ator Alexandre Frota), no Movimento Vem para Rua (financiado pela Ambev de Jorge Paulo Lemann), Revoltados *Online*, do empresário Marcello Reis etc. Os empresários saíram da toca depois das manifestações de junho de 2013 e passaram a financiar claramente o movimento de massa que derrubou Dilma Rousseff. O Movimento Brasil Livre exerceu tarefa fundamental de patrulhamento ideológico através do Projeto Escola sem Partido, aprovado em Alagoas, encaminhado em

outros Estados, e na repressão aos estudantes no movimento de ocupação das escolas, bem como na campanha contra exposições artísticas realizadas no Brasil, constituindo-se como o maior irradiador de *fakenews* (notícias falsas).

Na condição de aliados aos preceitos defendidos pelo candidato Jair Bolsonaro aparecem partidos como o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), o Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB) etc. As suas ideias de extrema direita encontram respaldo nas organizações políticas integralistas como os *skinheads*, que assumem declaradamente suas proposições anticomunistas, homofóbicas etc. Eles estão representados em três agrupamentos ou facções: antirracista (Carecas do Subúrbio), integralista (Carecas do ABC) e neonazista (*skinheads* White Power).

A candidatura de Jair Bolsonaro possui relação orgânica com a estrutura organizacional e ideológica dos integralistas da década de 1930 e dos novos integralistas. As medidas reacionárias adotadas pela extrema direita norte-americana (neoliberalismo) nas últimas décadas servem de sustentação ao crescimento da extrema direita no Brasil. Evidentemente, a ideologia da extrema direita não se circunscreve ao integralismo e ao neointegralismo, porquanto há uma pluralidade de posições. No entanto, é fundamental observar a presença dos integralistas, devido ao seu nível de organicidade.

Após a organização de dois Congressos Nacionais em 2004 e 2006, os integralistas realizaram o Congresso de fundação da Frente Nacionalista (Integralista) em dezembro

de 2015 (Curitiba). Participaram desses congressos representantes do UND (União Nacionalista Democrática), Centros de Estudos de Debates Integralistas (CEDIs), MID (Movimento Integralista Brasileiro), PRONA, União Católica Democrática, MV-Brasil (Movimento pela Valorização da Cultura, do Idioma, e das Riquezas do Brasil), ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), UND etc.

A Frente Nacional (FN) Integralista tem um programa de governo assentado na apologia da natureza autoritária do Estado (bonapartista) e na hierarquia do poder político estatal, na defesa da teoria econômica distributiva, na organização corporativa do Estado contra a democracia liberal, e na aproximação com a doutrina social da Igreja expressa na encíclica papal *Rerum Novarum* para combater a presença dos comunistas e socialistas no movimento operário. O programa ainda consiste na crítica ao sistema de cotas estabelecido nas universidades públicas, na necessidade do aprofundamento da interferência do Estado na economia, na defesa dos colégios e escolas militares, no escotismo, na meritocracia, na proibição de símbolos de esquerda (bandeira vermelha etc.), na reforma do sistema educacional para banir a presença da influência marxista na educação e na cultura brasileira, na formação de uma organização paramilitar denominada “Legião Nacionalista”, no programa habitacional nos termos do franquismo, na aculturação completa dos indígenas à cultura brasileira e aos preceitos da economia nacional, na penalização das mulheres que não se adaptarem à maternidade etc. Por fim, a FN está articulada internacionalmente ao Grupo *Acción Legionaria*

do Peru, ao Partido Britânico *National Front* e à organização italiana *Casa Pound*. A FN tem seu homólogo no Partido Nacional Renovador.

O referido Congresso se colocou como herdeiro das contribuições de Gustavo Barroso e Plínio Salgado, os maiores líderes, respectivamente, da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do PRP (Partido da Representação Popular). Não se deve esquecer que os integralistas são a mais poderosa ideologia existente na América Latina que se apropria dos preceitos nazifascistas. Este movimento tem sido animado no Brasil pelo crescimento da extrema direita norte-americana e das organizações neofascistas e neonazistas na Europa. A ideologia integralista serve como fio condutor e aglutinador de distintas agremiações e organizações políticas de extrema direita no Brasil. Engana-se quem imagina que não existe uma ideologia e um projeto político articulado por trás da candidatura de Jair Bolsonaro. O integralismo é a matriz ideológica que serve ao projeto nacionalista subordinado ao imperialismo norte-americano e que visa derrotar as organizações dos trabalhadores.

Segundo Caldeira Neto (2016), existem no Brasil três grupos integralistas expressivos: 1) Frente Integralista Brasileira (FIB), Movimento Integralista Linearista do Brasil (MIL-B) e Ação Integralista Revolucionária (AIR). A Frente Integralista Brasileira (FIB) busca manter-se fiel à tradição integralista estabelecida pelos seus teóricos Gustavo Barroso e Plínio Salgado (1932); já o Movimento Integralista Linearista (MILB) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR) defendem a necessidade de revisão e atuação do programa integralista estabelecido no passado. O MIL-B

(fundado pelo policial federal Cássio Guilherme Reis Silveira em 2004) defende o antissionismo como forma de atuação do antisemitismo postulado por Gustavo Barroso. A AIR (Ação Integralista Revolucionária), coordenada por Jenyberto Pizzotti, recusa a organização partidária e tem na internet sua principal forma de atuação.

Os integralistas têm estrutura organizacional espalhada por todos os estados da federação, com predominância organizacional nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Os neointegralistas estão divididos entre os que defendem a necessidade da estruturação e organização partidária para derrotar seus inimigos (a esquerda brasileira) e os que são avessos à estrutura partidária, pois entendem que a participação no jogo eleitoral é uma concessão à democracia burguesa (CALDEIRA NETO, 2016).

O elemento que assegura a unidade da extrema direita brasileira é a indubitavelmente a defesa da volta da ditadura militar (bonapartismo), o combate à corrupção orquestrado pelos juízes de primeira e segunda instâncias, objetivado na figura de Sergio Moro, o combate ao PT, a ojeriza aos comunistas ou “vermelhos” e o nacionalismo expresso na camisa “verde e amarela” (que deve ser fortalecido com os jogos da Copa do Mundo nos próximos meses).

Jair Bolsonaro é o candidato dos “amarelinhos”, ou seja, da classe média contrarrevolucionária. Ele cresce entre os eleitores dos partidos tradicionais como PSDB e MDB pelo fato de aparecer como um político autônomo, destituído de relação orgânica com a maioria dos partidos da burguesia

e com os partidos envolvidos em corrupção. A listagem de políticos denunciados em atos de corrupção envolve tanto os petistas (Lula, Dilma, José Dirceu, Pallocci, Delúbio etc.) quanto o MDB (Padilha, Temer, Cunha, Renan, Moreira Franco etc.) e o PSDB (Serra, Aécio, Alckmin, Azeredo etc.). O próprio Bolsonaro não escapa das acusações de favoritismo político e corrupção.

### 12.3.2 Marina Silva (PSB): a candidatura dos empresários nacionais e das transnacionais

A candidata Marina Silva, que ficou em terceiro lugar nas duas eleições presidenciais anteriores, também merece nossa atenção pelo fato de se achar em segundo lugar nas pesquisas eleitorais. É a candidata que consegue aglutinar o maior número de empresários. Nas eleições de 2010, obteve mais de 19 milhões de votos, e nas eleições de 2014, mais de 22 milhões de votos. Nas eleições de 2010, contou com o apoio de mais de 50 grandes empresários nacionais e transnacionais, pela mediação do grupo “Brasil com S”, encabeçados pelos empresários do Instituto Ethos, Cebeds, Instituto Socioambiental e da ONG WWF Brasil. A partir dessa base empresarial conseguiu obter o apoio de empresários de diferentes complexos, como os da construção civil, papel, celulose, do agronegócio, do complexo açucareiro, Ambev, Gol, Caloi, material esportivo Head e grandes latifundiários, como o sueco Johan Eliash, possuidor de quantidade expressiva de terras na Amazônia e de enorme capital financeiro. O apoio dos banqueiros deu-se através do

Citibank, do Itaú de Maria Alice Setúbal e da Brasilinvest do Grupo Rothschild (GGN, 2010).

O apoio dos empresários tem crescido na campanha da Marina Silva. Diferentemente de Jair Bolsonaro, Marina Silva prefere trabalhar no silêncio, procurando esconder a metamorfose realizada nas últimas décadas, quando passou da condição de defensora do meio ambiente e dos seringueiros à defesa dos interesses das grandes corporações nacionais e internacionais. A sua posição protagonista na defesa dos interesses das grandes corporações pode ser observada na participação de uma das instituições mais influentes nas Américas: o Diálogo Interamericano, fundado em 1982. A referida instituição se constitui como “principal centro dos EUA de análise política, intercâmbio e comunicação do Hemisfério Ocidental”. Segundo Theotonio dos Santos (2014), os proeminentes “cidadãos” que participam dessa organização representam 47% da riqueza mundial.

A eleição de Marina Silva tem como propósito assegurar os interesses de poderosos grupos econômicos. Na campanha de 2010 teve como candidato a vice-presidente o proprietário da Natura, Guilherme Leal. Mediante a construção da “Rede Sustentabilidade”, coordenada pela banqueira Maria Alice Setúbal, a candidatura de Marina Silva consiste na mais agraciada pelos banqueiros brasileiros, norte-americanos e ingleses. O projeto econômico e político dos empresários que sustentam a candidatura de Marina Silva implica o fortalecimento dos laços tradicionais com os EUA e a Inglaterra. Apesar do elevado apoio do empresariado, a candidatura de Marina não

parece sensibilizar a classe média e os trabalhadores, pois ela não manifesta o carisma e o personalismo de Lula ou Jair Bolsonaro; por isso o provável concorrente no segundo turno com Jair Bolsonaro será Geraldo Alckmin ou Ciro Gomes. No entanto, devemos lembrar que o bonapartismo não precisa ser necessariamente constituído por uma figura carismática.

As pesquisas de intenção de voto apontam empate técnico em todas as simulações projetadas de segundo turno sem a presença do ex-presidente Lula. Na ausência de Lula, a disputa deve ficar entre a direita e a extrema direita, e todos os cenários devem colaborar para a intensificação do Estado policial bonapartista para enfrentar a classe trabalhadora no próximo ciclo histórico. Ou seja, os governos do PSDB, Rede Sustentabilidade e PSL devem cumprir as mesmas tarefas e seguir a mesma política do governo Michel Temer.

Indubitavelmente, a candidatura da extrema direita (Jair Bolsonaro) apresenta maior periculosidade para a existência da oposição de esquerda, para a classe trabalhadora e para as organizações revolucionárias. Isso não significa que as demais candidaturas não apliquem a mesma política orquestrada pelo representante da extrema direita. Da mesma maneira que Jair Bolsonaro, os candidatos Flávio Rocha (PRB), Álvaro Dias (Podemos) e João Amoêdo (Novo) defendem o desarmamento e a necessidade de intensificar a repressão aos trabalhadores rurais que ocuparem terras no Brasil. Para combater a violência no campo, o candidato Geraldo Alckmin defende a criação de uma academia nacional de polícia, “que capacitará os policiais também das áreas rurais e ajudará na formação de

um banco de dados do crime rural”; além disso, defende a formação de “uma rede de georreferenciamento das propriedades que proporcione uma resposta mais rápida da polícia” (ESTADÃO, 2018, p. 1).

Os candidatos Flávio Rocha (PRB) e Álvaro Dias (Podemos) defendem não somente o enquadramento no MST na Lei Antiterrorismo, porquanto postulam que a invasão da propriedade rural deve ser considerada crime hediondo. Enquanto isso, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), antecipando-se aos candidatos, ronda os corredores do Congresso Nacional a coletar assinaturas de parlamentares para viabilizar o Projeto de Lei (9.604/2018) que tenta enquadrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto como grupos terroristas. O referido projeto pretende alterar o artigo 2º da Lei Antiterror (Lei 13.260/2016). O proprietário da Riachuelo e candidato à presidência da República, Flávio Rocha, comemorou a possibilidade de votação em regime de urgência das alterações da férrea lei.

#### 12.4 O resultado das últimas pesquisas sobre as eleições presidenciais de 2018

Na pesquisa realizada pelo Datafolha depois da prisão de Lula, este perdeu 6%, caindo de 37% para 31%; Jair Bolsonaro (PSL) se mantém com 15%, seguido de Marina Silva, com 10%. Sem a presença do ex-presidente, Bolsonaro assume o primeiro lugar com 17%, Marina aparece com 16%, ou seja, verifica-se um empate técnico. Segundo o Datafolha, “apesar de toda exposição, com

viagens e em plena campanha fora de época, Bolsonaro empacou” (GAZETA DO POVO, 2018). O elemento surpresa nas pesquisas é o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa (PSB), que aparece no terceiro lugar, com 8% a 10% das intenções de voto – isso num contexto em que ele desapareceu da mídia e não tem realizado a epopeia da campanha de Jair Bolsonaro. Ciro Gomes (PDT) aparece empatado tecnicamente com Joaquim Barbosa; sem Lula no páreo, ele cresce de 5% para 9%. Nesse cenário, Alckmin aparece com somente 7% das intenções de voto. O campeão das eleições sem o ex-presidente é o branco/nulo, com 23% das intenções de votos.

Segundo o levantamento do Datafolha, Jair Bolsonaro perderia as eleições tanto para Lula quanto para Marina. Se a disputa no segundo turno fosse com Lula, ele teria apenas 31% das intenções de voto contra 48% do petista; no segundo turno com Marina, ele continuaria com os 31% dos votos contra 44% de Marina Silva. E empataria tecnicamente num segundo turno com Geraldo Alckmin (32%) e com Ciro Gomes (33%). Nesse caso, haveria também empate técnico com os votos nulos e brancos (33%). Jair Bolsonaro não passaria dos 32% das intenções de voto (MAIS MINAS, 2018).

A desistência de Joaquim Barbosa de concorrer no pleito eleitoral pode ajudar a alavancar a candidatura de Marina Silva, mas limitado espaço de tempo na televisão pode alterar as pesquisas que colocam os dois candidatos como os preferidos dos eleitores; por isso existem setores da sigla da candidata que defendem uma aliança com outro partido político. Com a desistência de Joaquim Barbosa, o

PSB afirma que não pretende apoiar ou fazer aliança com nenhum candidato nas eleições presidenciais de 2018.

Tudo isso torna o quadro da disputa eleitoral de 2018 bastante incerto, tendendo para que a burguesia procure fortalecer a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) contra a possível tendência de crescimento da candidatura de Ciro Gomes (PDT). O apoio de Marina Silva ao PSDB no segundo turno das eleições de 2014 desnuda a possibilidade duma aliança da “Rede Sustentabilidade” com setores do PSDB e do MDB no segundo turno.

A pesquisa realizada mais recentemente pelo Instituto Paraná aponta que num cenário sem Lula (PT), Jair Bolsonaro (PSL) aparece com 20,5% dos votos contra 12% de Marina, 11% de Joaquim Barbosa, 9,7% de Ciro Gomes e 8,1% de Geraldo Alckmin. Jair Bolsonaro e Joaquim Barbosa (PSB) foram os que mais cresceram.

A pesquisa encomendada pela CNT (Confederação Nacional do Transporte), entre 9 e 12 de maio de 2018, confirma a preferência dos eleitores pelo ex-presidente Lula (PT), com 32% contra 16,7% de Jair Bolsonaro e 7,6% de Marina Silva. Apesar de 51% considerarem sua prisão como justa, 90,3% dos 2.002 entrevistados, em 137 municípios de 25 Unidades Federativas, consideram o Poder Judiciário pouco confiável, sendo as instituições mais confiáveis: Igreja (40,1%), Forças Armadas (16,2%), Justiça (8,6%), Imprensa (5%), Polícia (1%), Partidos Políticos (2%). No cenário sem Lula, Bolsonaro comparece com 18,3% contra 11,2% de Marina Silva e 9% de Ciro Gomes (CNT, 2018).

Segundo a CNT (2018, p. 2):

Para as simulações de primeiro turno que excluem o ex-presidente da relação de candidatos, Jair Bolsonaro lidera, com a segunda colocação sendo disputada por Marina Silva e Ciro Gomes.

Nas simulações de segundo turno sem o ex-presidente Lula, Jair Bolsonaro empata tecnicamente com Marina Silva e Ciro Gomes, vencendo os demais candidatos.

Nota-se elevado percentual de votos brancos, nulos e indecisos, em especial nos cenários sem o ex-presidente, indicando que o eleitor ainda está em busca de algum nome que mereça o seu voto.

Observa-se assim que o processo eleitoral está completamente indefinido e a possibilidade de eleição de um candidato da esquerda inexistente. O pleito eleitoral está enredado nos limites do jogo de cartas marcadas pela burguesia, em que inexistente possibilidade de reformar ou oferecer uma face humana ao sistema do capital. Isso indica que a superação da sociabilidade existente deve transcender as disputas das estruturas políticas e ideológicas do capital, pois tais estruturas estão completamente subordinadas ao processo de controle absoluto do trabalho aos imperativos da reprodução ampliada do capital.

## 12.5 Greve ou locaute dos caminhoneiros?

A greve dos caminhoneiros, baseada na luta pela redução do valor do combustível (óleo diesel), move-se numa rede de contradições. Primeiro, porque a categoria sempre serviu de suporte nas atividades contrarrevolucionárias da burguesia, na história de toda a

América Latina: a) a greve dos caminhoneiros ajudou a derrubar o governo Allende no Chile; b) a greve dos caminhoneiros na Venezuela visou derrubar tanto Hugo Chaves quanto Nicolás Maduro; c) a greve dos caminhoneiros no Brasil ajudou a derrubar o governo de Dilma Rousseff. A natureza contrarrevolucionária do movimento pode ser observada nas faixas que carregam, defendendo a “Intervenção Militar”, e nas declarações de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro, apesar do este afirmar que é contra “o bloqueio das rodovias”. Segundo, existe uma contradição no interior do movimento, que está assentada no antagonismo entre capital e trabalho, expresso na contraposição entre aqueles que precisam vender sua força de trabalho, os terceirizados, e os proprietários dos meios de produção (grandes empresas e pequena burguesia). Terceiro, há a presença da classe média, ou seja, de uma fração de pequenos proprietários que estão completamente endividados e não têm perspectiva de melhoria num curto espaço de tempo.

A categoria composta por mais de 2 milhões de caminhoneiros, dos quais 650 mil são autônomos, está organizada em mais de 11 associações, nunca teve um perfil combativo e sempre foi fortemente controlada pelos capitalistas do setor. Na pauta de reivindicações, os tubarões da rede logística de transporte exigiam redução da tributação e a redução no valor do diesel, que teve dez aumentos entre abril e maio de 2018; já os pequenos proprietários e os caminhoneiros reivindicam a redução imediata do valor do combustível, que tem crescido significativamente no governo Temer para atender aos interesses das

multinacionais como Shell, Texaco etc. A elevação do valor resulta da política entreguista de privatização da Petrobras.

A recusa da negociação realizada entre os sindicatos da patronal pelos caminhoneiros e a militarização do conflito abriu espaço para a radicalização do movimento paredista, que culminou por defender a “Intervenção Militar”, ou seja, o estabelecimento do Estado bonapartista. Nesse instante ficou clara a verdadeira natureza do movimento, que contou com o apoio dos representantes do agronegócio (produtores de soja, milho etc.) e do presidente da Aprosoja (MT), Antonio Galvan. Para a Aprosoja, a elevação do valor do diesel (transporte e mecanização das atividades rurais) propicia a elevação dos preços dos alimentos e das *commodities*, em queda no mercado mundial. Para a Associação Brasileira das Indústria de Exportação de Carnes (Abiec), a paralisação de dez dias resultou num prejuízo de aproximadamente 10 bilhões de reais; já a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) calcula que o prejuízo se aproxima dos 3 bilhões de reais.

O impacto geral da paralisação, segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), é de 32,5 bilhões de reais. Isso implica que o crescimento de 0,4% do PIB no primeiro trimestre, abaixo do projetado, deve ser seguido por uma taxa de crescimento ainda menor, levando ao aprofundamento da crise política do governo Michel Temer, sustentado tão somente pelo empresariado brasileiro e internacional, devido à aprovação da Lei Trabalhista.

Enquanto o MBL e organizações de extrema direita conseguiram realizar manifestações imediatas (27 de maio) e passaram a dirigir o movimento na segunda semana da

greve, pedindo a intervenção militar, a esquerda não conseguiu organizar nenhuma atividade de enfrentamento às manifestações da extrema direita ou de disputa efetiva do curso do movimento. A convocação de uma greve de 72 horas pela FUP (Federação dos Petroleiros) demonstra o quanto o movimento da classe trabalhadora está distante de apresentar uma ofensiva efetiva ao capital. Isso permite que as organizações de extrema direita e os capitalistas que financiam o Movimento Vem Pra Rua (Jorge Lemann) e Movimento Brasil Livre assumam posições protagonistas na luta de classes. A inércia do movimento sindical evidencia o estado de ânimo da classe trabalhadora e revela como os governos petistas desarmaram a classe trabalhadora e conseguiram submetê-la completamente à impossibilidade de oferecer uma face humana ao capital.

A incapacidade das centrais sindicais de convocar imediatamente uma greve geral indica que a classe trabalhadora precisa assumir uma posição auto-organizativa, lançando abaixo as organizações hetero-organizativas. A incapacidade das centrais sindicais e dos sindicatos revela a necessidade de novas formas de organização; portanto, o momento histórico coloca a necessidade de superação dos partidos e dos sindicatos, pois nenhum deles reúne condições de apresentar um projeto revolucionário para a classe trabalhadora, já que ambos estão enredados na possibilidade de salvar o Estado e colaborar para o estabelecimento da política de conciliação de classes, a despeito da posição contrária assumida pela burguesia e pelo capital. Parece evidente que na greve dos caminhoneiros as organizações sindicais mais uma vez foram derrotadas.

A defesa da “intervenção militar” pela extrema direita (integralistas e liberais) no Brasil é a defesa inexorável do Estado forte para colocar a classe trabalhadora no seu devido lugar. Não se trata de outra coisa. A crítica ao crescimento da extrema direita não pode ser feita sem se fazer a crítica ao Estado, pois a defesa inexorável do Estado bonapartista desvela a necessidade do Estado policial ou do Estado fundamental ao processo de reprodução do capital financeiro, uma vez que não é possível o imperialismo sem os Estados-nacionais.

Nesse contexto, torna-se inócua a disputa parlamentar como expressão da luta pela conquista de posição no interior do Estado burguês. A palavra de ordem contra o integralismo e a extrema direita deve se dar no sentido do combate sem tréguas ao imperialismo norte-americano enquanto expressão do capital financeiro e do Estado, pois este constitui o núcleo essencial da reprodução do capital no contexto de crise estrutural e parcial do sistema. Ao não colocar na ordem do dia a necessidade de destruir o Estado e, conseqüentemente, o sistema do capital, a esquerda viabiliza a sobrevivência do grande Leviatã. Ao não combater o Estado existente e não apontar para a necessidade de constituição da Comuna e dos Conselhos Operários como forma de auto-organização política do poder operário-camponês contra o capital, os pseudomarxistas colaboram para que o Estado seja o poderoso mecanismo de extração de mais-trabalho e sobretrabalho e transformam o Estado no preceito da “hetero-organização da classe trabalhadora” (BERNARDO, 2015, p. 15).

Assim, ao invés de romper com o Estado em todas as lutas desenvolvidas no interior do sistema do capital, tem seu núcleo essencial na negociação com o Estado e nas possibilidades de realizar alguma conquista no interior da estrutura burocrática constituída. Desse modo, os trabalhadores permaneceram afastados do controle efetivo do processo de produção tanto do ponto de vista objetivo quanto do subjetivo. Apenas quando os trabalhadores põem em xeque o Estado e disponibilizam formas de organização “derivadas do próprio contexto da luta e refletindo as necessidades aí sentidas, só neste caso podemos dizer que combatem ativamente o capital, porque começam então a auto-organizar-se, rompendo com o Estado capitalista e tecendo noutra plano as suas relações de solidariedade” (BERNARDO, 2015, p. 17).

A burguesia conta com o aparato midiático para assegurar a reprodução de seus interesses e para manipular a consciência das massas. É fundamental fazer a disputa da consciência política das massas através dos instrumentos disponíveis na internet. A manipulação da consciência das massas é fundamental no estágio atual da luta de classes, em que o capital não pode ofertar uma alternativa efetiva para a humanidade. É necessário pensar a formação de comitês nos bairros contra o desemprego e pela formação pedagógica da juventude.

Somente o trabalho pode apresentar uma alternativa ao capital em escala nacional e internacional; para isso é fundamental o desenvolvimento de atividades junto aos trabalhadores do campo e da cidade. Somente a classe trabalhadora poderá bloquear a ascendência da extrema

direita, mediante o fortalecimento da luta do trabalho contra o capital. Os trabalhadores devem ocupar terras, fábricas, escolas etc. O fortalecimento da organização dos trabalhadores deve ocorrer mediante a constituição de associações operárias completamente livres dos patrões; é preciso retomar a autonomia do movimento operário. No contexto do fim da contribuição sindical, é preciso construir novas formas de organização do trabalho contra o capital. A insígnia de “Todo poder aos conselhos e todo o poder aos comunardos” deve ser acrescida por “TODO PODER AO TRABALHO ASSOCIADO!”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo: apreensão marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. *Veronitio* – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, no 17, Ano IX, abr., 2014.
- BARBOSA, Jefferson R. *Proletários e nacionalistas: skinheads e integralistas no Brasil contemporâneo*. Endereço eletrônico: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jeffersonrbarbosa.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2018.
- BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento, 2015.
- CALDEIRA NETO, Odilon. *Frente Nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil*. Endereço eletrônico: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2.-Odilon.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2018.
- CHASIN, J. Politização da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, n. 2, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. A esquerda e a Nova República. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.

\_\_\_\_\_. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.

\_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAMPOS, Fabio Antonio. *Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira*. Endereço eletrônico: [https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/05/Imperialismo\\_colapso\\_formacao\\_economica\\_brasileira.pdf](https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/05/Imperialismo_colapso_formacao_economica_brasileira.pdf). Acesso em 29 de maio de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. Resultados da 136ª pesquisa CNT/MDA. Endereço eletrônico: <http://www.cnt.org.br/imprensa/noticia/resultados-136-pesquisa-cnt-mda>. Acesso em 27 de maio de 2018.

CRUZ, Natalia dos Reis. O governo Vargas e o fascismo: aproximação e repressão. *Boletim do Tempo Presente*, nº 04, 2013, Endereço eletrônico: <file:///C:/Users/Artur%20Bispo%20Neto/Downloads/4219-12023-1-PB.pdf>. Acesso: 28 de maio de 2018.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. Tese

(doutorado) apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói.

\_\_\_\_\_. *A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. Outros Tempos*, v. 11, n. 17, pp. 166-182, 2014.

ESQUERDA DIÁRIO. Trump: um governo bonapartista débil. Endereço eletrônico: <http://esquerdadiario.com.br/Trump-um-governo-bonapartista-debil>. Acesso em 30 de maio de 2018.

GRABOIS, Ana Paula. *Os empresários de Marina Silva*. Endereço eletrônico: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-empresarios-de-marina-silva>. Acesso em 27 de maio de 2018.

MAIS MINAS. *Cenários da última pesquisa DataFolha na corrida presidencial 2018*. Endereço eletrônico: <https://maisminas.org/pesquisa-datafolha-corrída-presidencial-2018>. Acesso em 27 de maio de 2018.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

O SUL. *O economista Paulo Guedes admitiu ter conversado com Jair Bolsonaro sobre a eleição de 2018*. Endereço eletrônico: <http://www.osul.com.br/o-economista-paulo-guedes-admitiu-ter-conversado-com-jair-bolsonaro-sobre-eleicao-de-2018-ele-foi-citado-pelo-presenciavel-como-um-possivel-nome-para-o-ministerio-da-fazenda-caso-o-deputado-se-t/>. Acesso em 27 de maio de 2018.

O SUL. *Em palestra a investidores nos Estados Unidos, o deputado Jair Bolsonaro diz que não é o mais capacitado para ser presidente*. Endereço eletrônico: <http://www.osul.com.br/em-palestra-investidores-nos-estados-unidos-o-deputado-jair-bolsonaro-diz-que-nao-e-o-mais-capacitado-para-ser-presidente/>. Acesso em 27 de maio de 2018.

SANTOS, Theotonio. Marina Silva: *É possível servir a dois senhores?* Endereço eletrônico: <https://www.brasilefato.com.br/node/30050>. Acesso em 27 de maio de 2018.

SENRA, Ricardo. *Em tour nos EUA, Bolsonaro dirá que associá-lo à extrema direita é “fakenews”*. Endereço eletrônico: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41179877>. Acesso em 27 de maio de 2018.

TROTSKY, Leon. *Bonapartismo y fascismo*. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V108.htm>>. Acessado em 8 jul. 2005a.

\_\_\_\_\_. *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo: El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético*. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V203.htm>>, acessado em 1 ago. 2005d.

## CAPÍTULO XIII

### SISTEMA FINANCEIRO E DESEMPENHO DOS BANCOS BRASILEIROS (2016-2017)

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>116</sup>

A passagem do capital concorrencial ao capital monopolista exacerba o papel do sistema financeiro e dos bancos sobre o capital produtivo no final do século XIX e culmina na hipertrofia do capital financeiro na década de 1970. O desenvolvimento do capital monopolista representa o crescimento dos bancos na forma capital-financeiro (fictício e especulativo), implicando a superação daquele estágio histórico em que o capital a juros estava subordinado ao capital produtivo, ou seja, ao predomínio econômico do capital industrial sobre o capital comercial e o capital produtor de juros.

O capital financeiro supera o capital produtor de juros, pois enquanto o capital a juros exerce função indispensável à circulação do capital industrial, o capital financeiro não se mostra essencial ao processo de reprodução do capital industrial, configurando-se como pura oneração. O capital financeiro, na forma capital fictício, aufere ganhos mediante a apropriação do valor excedente produzido por outras formas de composição do capital (capital industrial e capital a juros).

---

<sup>116</sup> Professor da UFAL

Embora distinta do capital portador de juros, a predominância dos bancos exprime a submissão do capital produtivo ao capital financeiro desde o advento do imperialismo e do capital monopolista. Isso é exacerbado com a quebra do padrão monetário de *Bretton Woods* na década de 1970, quando o capital industrial revela-se completamente tutelado pelo capital especulativo e sua lógica destrutiva. A exacerbação do sistema de crédito resulta numa intensificação da exploração da força de trabalho e na ampliação desmedida da taxa de utilização decrescente das mercadorias, expressa na obsolescência dos objetos produzidos e no aguçamento da presença do complexo industrial-militar.

Neste processo de valorização, a dívida pública e os fundos públicos se constituem como vetores fundamentais de constituição e do desenvolvimento do capital financeiro e do sistema de crédito. Os pagamentos dos serviços da dívida pública pelos países da América Latina são assegurados pelos fundos públicos. Estes servem para alimentar a ciranda financeira dos “investidores” dos bancos, mercados financeiros completamente globalizados, dos fundos de pensão, dos grandes aglomerados financeiros, das sociedades de seguros, das bolsas de valores etc.

A predominância do capital financeiro na atualidade não constitui uma saída para a crise, mas representa o alargamento da hipertrofia dos mercados financeiros e o aprofundamento da crise do sistema do capital, porque os lucros desenfreados alcançados pelo capital fictício não podem provir do nada, como se dinheiro gerasse dinheiro. O aspecto irreal do capital fictício tem então de prestar contas

de seu aspecto real e concreto. Neste processo, a natureza fantasmal acaba por revelar seus limites e o mundo real da produção pede contas aos especuladores do sistema creditício.

Neste contexto, coloca-se a necessidade de entender como se plasam os bancos no Brasil, como manifestação do poderio do capital financeiro. A análise do processo de constituição dos monopólios no sistema bancário é um elemento fundamental para decifrar o código secreto da economia brasileira e elucidar seu papel predominante em relação aos outros complexos econômicos. Cumpre decifrar o código secreto da peculiaridade do capital financeiro enquanto parte da tática do trabalho contra o capital, na estratégia da construção da ofensiva de massa socialista.

### 13.1 Processo de fusões dos bancos na economia brasileira

O imperialismo como etapa superior do capitalismo transforma a concorrência em monopólios; nesta, não subsiste nenhum complexo social que não esteja submetido aos seus propósitos. Os monopólios dominam todos os setores da economia brasileira; pode-se observar sua presença na educação, nos meios de comunicação, no sistema de telefonia, no setor automobilístico (leve e pesado), siderúrgico, petrolífero, químico, na produção de PVC, máquinas pesadas etc. O capital financeiro subsiste articulando todos esses complexos aos seus interesses.

A crise experimentada pelo sistema financeiro brasileiro refletiu a crise asiática vivenciada em 1997 e a crise mexicana em 1995. O Estado, guardião dos interesses

dos capitalistas, adota o PROER e o PROES para salvar os bancos da bancarrota. Inicia-se um processo de privatização dos bancos públicos e a liberação de bilhões de reais para salvar os bancos privados.

O plano de reestruturação bancária elegeu as fusões<sup>117</sup> e novas aquisições como estratégia fundamental de superação da crise do sistema do bancário. Na verdade, o plano governamental simplesmente canonizava a tendência do capital, mediante a qual a crise intensifica a formação dos monopólios. A crise iniciada em 1995 encontra seu coroamento na crise de 2008, verificando-se uma significativa restrição do número dos bancos e a constituição de um mercado varejista essencialmente concentrado, demarcando claramente a forma petista de governar.

O processo de F&As (Fusões e Aquisições bancárias) bancárias permitiu que acontecessem inúmeras aquisições, como demonstramos no quadro abaixo.

**Tabela 1** - Aquisições realizadas no setor bancário entre 1998 e 2007.

---

<sup>117</sup> O art. 228 da Lei 6.404/76 considera fusão uma “operação através da qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova, passando esta a ser a detentora de todas as obrigações e dos direitos das sociedades fundidas”. Desse modo, a fusão acontece quando duas empresas juntam suas operações e deixam de existir isoladamente, dando origem a uma terceira (nova) empresa. A incorporação ocorre quando uma empresa absorve as operações de outra, que deixa de existir. A cisão é o tipo de transação em que uma empresa é dividida, surgindo daí outra empresa. É o caso das empresas que querem separar os negócios em unidades independentes (PWC, 2017, p. 4).

Nº	Adquirente	Adquirida	Data
1	Bradesco	BCN – Credireal - MG	20/01/98
2	Itaú S. A	Banco Francês Brasileiro	20/02/98
3	Unibanco	Digibens	13/08/98
4	Santander	B. Noroeste	28/02/99
5	Unibanco	Banco Uno-Net	16/10/00
6	Bradesco	Banco das Nações	12/12/00
7	Itaú S.A.	Banerj	20/07/01
8	Banco do Brasil	BB Financeira	07/10/01
9	Unibanco	B. Bandeirante B. Fin Português	22/01/02
10	Sudameris	B. América do Sul	22/01/02
11	Santander	Bozano Simonsen	08/02/02
12	Bradesco	B. Mercantil - SP	26/07/04
13	Itaú S.A.	Bemge	23/03/05
14	ABN Real	Sudameris	13/03/06
15	Itaú S.A.	Banestado Bank Boston BKB	08/06/07 13/04/07 20/06/07
16	Santander	Banespa	20/06/07

Fonte: FRANCO – CAMARGOS, 2011, p. 6

A privatização dos bancos públicos e as aquisições privadas permitiram que o Itaú se apropriasse do Banerj, Bemge, Banestado, BEG, BBA Creditanslt e do Bankboston. O Unibanco apropria-se do Banco Nacional, Dibens, Credibanco, Bandeirantes, BNL. O Santander, dos bancos: Geral do Comércio, Noroeste, Bozano, Simonsen,

Meridional, Banespa, ABN Amro. O Bradesco, do BCN, Banco Crédito Real MG, Pontual, Boavista, Baneb, Mercantil de SP, Bilbao Vizcaya. O ABN AMRO, do Banco Real e do Sudameris. E o banco HSBC apropria-se do Bamerindus e do Lloyds Bank.

A crise econômica de 2008 fortaleceu ainda mais o sistema bancário brasileiro. Uma série de fusões e aquisições (F&As) foi realizada pelos cinco maiores bancos: Banco Itaú, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica e Bradesco. O Itaú se fundiu com o Unibanco, o Santander adquiriu o ABN AMRO Bank e, por sua vez, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina, o Banco do Estado do Piauí e o Banco Nossa Caixa.

A concentração do mercado financeiro acontece de maneira expressiva depois da crise de 2008. Houve um acirramento das disputas pelo mercado financeiro interno, verificando-se a redução das instituições de porte médio e o desaparecimento das pequenas instituições. A competição no setor bancário ganhou claramente corolários monopolistas; somente os gigantes financeiros participam do setor. Os cinco principais bancos tendem a controlar de maneira absoluta o segmento de varejo, e os bancos estrangeiros, especialmente asiáticos, devem controlar as áreas específicas de crédito para exportação e investimentos.

Em 2015, a principal aquisição aconteceu no complexo bancário: o Bradesco adquiriu o HSBC (Bank Brazil Banco Múltiplo) por US\$ 5,2 bilhões. Já em 2016, a principal operação foi a aquisição da CPFL Energia (controlada pela Camargo Corrêa e pelos fundos de pensão

do Banco do Brasil – Previ) pela estatal chinesa State Grid, por R\$ 19,4 bilhões.

Os governos petistas serviram como instrumento para o fortalecimento dos cinco principais bancos brasileiros na concorrência com os bancos estrangeiros, no âmbito do mercado varejista. Os bancos privados nacionais conseguiram auferir lucros acima dos bancos estrangeiros. O Bradesco e o Itaú foram os maiores beneficiados nos governos petistas, imperando no processo de constituição das aquisições e fusões bancárias. A entrega dos bancos públicos para os dois bancos privados e os empréstimos estatais foram elementos essenciais para que dois bancos intermediários na década de 1990 alcançassem em 2017 o patrimônio fixo de trilhões de reais. No entanto, observa-se que o crescimento do Santander, enquanto banco estrangeiro, não pode ser desconsiderado; este banco vem apresentando uma das taxas mais elevadas de crescimento nos últimos anos.

### 13.2 Lucro dos bancos em 2016

Os lucros alcançados pelos bancos nos três trimestres de 2017 indicam a continuidade do movimento ascendente experimentado em 2016. O cenário – nacional e internacional – adverso continua sem promover impacto negativo em seu percurso de crescimento. Em 2016, o lucro dos cinco maiores bancos (Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica) alcançou 59,6 bilhões, uma queda de 12,1% em relação a 2015. Tal queda decorre especialmente da redução dos investimentos desde o

fim das obras da Copa e das perdas com a inadimplência dos empréstimos bancários para empresas em recuperação judicial (DIEESE, 2017).

**Tabela 2** Lucro líquido dos cinco maiores bancos

Brasil – 2015 e 2016 (em R\$ milhões)

Bancos	2015	2016	Variação
Itaú Unibanco	23.816	22.150	-7,0
Bradesco	17.873	17.121	-4,2%
Banco do Brasil	14.400	8.034	-44,2%
Caixa Econômica Federal	5.119	4.967	-3,0%
Santander	6.624	7.339	10,8%
Total			

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Elaboração: DIESSE – Rede Bancários (DIESSE, 2017, p. 6).

Os resultados positivos, por sua vez, decorrem especialmente das elevadas benesses no sentido de estabelecer alguma limitação à elevação das taxas com tarifas e serviços. Os clientes acham-se destituídos de qualquer mecanismo de controle dos aumentos abusivos; observa-se o crescimento das receitas no campo da previdência privada e dos fundos de pensão, e dos seguros, mediante redução das despesas com seu quadro de pessoal e a intensificação do processo de informatização, já que inúmeras operações são realizadas *online*. As receitas com prestação de serviços e tarifas alcançaram uma média de

crescimento na ordem de 9,5% em 2016, permitindo um lucro líquido para os banqueiros de 114,991 bilhões de reais.

O complexo bancário brasileiro apresenta-se como acentuadamente forjado pelos monopólios. A aquisição do HSBC pelo Bradesco serve como exemplo do processo de concentração do referido complexo, em que os cinco maiores bancos concentraram 87% das operações de crédito no país (DIEESE, 2017).

Os cinco maiores bancos apresentaram em 31 de dezembro de 2016 um montante de capital fixo avaliado em 6,1 trilhões de reais. O Itaú Unibanco, graças à fusão operada no passado, acumula um ativo de 1,426 trilhão de reais. A incorporação do HSBC assegurou ao Bradesco um crescimento de 19,8% em 2016, com um capital ativo de 1,3 trilhão de reais. O Banco do Brasil mantém posição estável, com um ativo de 1,4 trilhão de reais. O Santander alcançou um capital ativo de 701,7 bilhões de reais. O patrimônio líquido dos cinco principais bancos atingiu o expressivo crescimento de 422,5 milhões em 2016 (DIEESE, 2017). O crescimento dos bancos se inscreve num contexto de restrição substancial da oferta de crédito e de elevação das taxas de juros e *spreads*.

As receitas oriundas das cobranças de taxas com prestação de serviços continuam crescendo nos bancos e transcendem o necessário para assegurar o pagamento dos cinco maiores bancos com folha de pagamento de funcionários, encargos, benefícios, formação e encargos trabalhistas de todos os funcionários.

**Tabela 3** Receita de prestação de serviços mais renda de tarifas dos cinco maiores bancos

Brasil – 2015 e 2016 (em R\$ milhões)			
Bancos	2015	2016	Variação
Itaú Unibanco	30.815	33.228	7,8%
Bradesco	19.301	21.577	11,8%
Banco do Brasil	22.361	24.004	7,3%
Caixa Econômica Federal	20.715	22.463	8,4%
Santander	11.867	13.719	15,6%
Total	105.059	114.991	9,5%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Elaboração: DIESSE – Rede Bancários (DIESSE, 2017, p. 10)

Somente a arrecadação com prestação de serviços e tarifas bancárias cobriu entre 100 % e 156% das despesas de pessoal nas maiores instituições financeiras.

**Tabela 4** Relação entre as despesas de pessoal e as receitas com prestação de serviços e tarifas

Brasil – 2015 e 2016 (em%)

Bancos	2015	2016	Média de Variação
Itaú Unibanco	164,7%	155,1%	
Bradesco	131,3%	122,3%	
Banco do Brasil	99,0%	100,4%	
Caixa Econômica Federal	98,5%	101,1%	
Santander	146,8%	155,8%	
			10,4%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários (DIEESE, 2017, p. 11).

Apesar dos lucros bilionários dos bancos, as referidas instituições seguiram e seguem demitindo seus funcionários e fechando agências bancárias. No ano de 2016, foram demitidos aproximadamente 20 mil trabalhadores no setor: 8.569 funcionários no Banco do Brasil, 2.610 funcionários no Itaú Unibanco, 2.480 trabalhadores na Caixa Econômica e 2.770 no Santander. Itaú Unibanco e Santander fecharam 176 agências bancárias em 2016. Em 2015, foram demitidos 9.886 trabalhadores; em 2014, 5.004, e em 2013, 4.329 (LARGHI, 2017). Além disso, o setor tem muitas das vezes operado um processo de substituição dos trabalhadores, em que o trabalho feminino substitui o trabalho masculino, porque recebe menos.

### 13.3 Lucro dos bancos em 2017

Enquanto os trabalhadores sofrem com o aumento do desemprego, com a defasagem salarial, reajuste das contas de água e energia, vestuário, transporte e itens fundamentais para a sua sobrevivência, os banqueiros estão rindo à toa, pois o relatório do lucro líquido combinado no terceiro trimestre de 2017 aponta que somente quatro bancos (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander Brasil) alcançaram 16,4 bilhões, um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2016. O lucro dos bancos no decurso de 2017 superou as expectativas dos especialistas do setor, revelando que a crise econômica não afetou de modo algum os gigantes do sistema financeiro brasileiro.

Enquanto 22% da população brasileira vivem abaixo da linha de pobreza e 45,5 milhões de brasileiros são tidos como pobres (1/5 da população brasileira), segundo dados do Banco Mundial, o número de bilionários cresce no país das estruturas podres e corruptas da burguesia nacional e internacional. Não existe um banco, um órgão da mídia burguesa, uma empresa, uma indústria que não esteja envolvida com a corrupção no Brasil, porque o sistema do capital é corrupto em sua essencialidade. Como exemplo, temos recente denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o diretor de Planejamento Tributário do Santander, Reginaldo Antônio Ribeiro, por corrupção passiva em um esquema da Receita Federal que supostamente teria beneficiado esse banco.

Enquanto os trabalhadores não têm um tostão furado para pegar o coletivo e comprar remédios para seus filhos, o Itaú Unibanco registrou lucro líquido de 6,169 bilhões de reais somente no terceiro trimestre de 2017, implicando uma

elevação de 11,8% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Nota-se que houve uma retração de 8% na carteira de crédito para pessoas físicas e jurídicas, e uma elevação do lucro nos empréstimos do cartão de crédito e no crédito imobiliário, com aumento de 4% nos serviços prestados e redução no custo do crédito de 10,8% (G1, 2017). O lucro acumulado do Itaú Unibanco nos três trimestres de 2017 alcançou 18,515 bilhões de reais, e o ano ainda não acabou.

Enquanto 22% dos trabalhadores têm menos de 1,90 dólar para sustentar sua família diariamente, o Bradesco auferiu um lucro líquido de 2,884 bilhões de reais no terceiro trimestre, denotando que os negócios dos capitalistas vão muito bem e os trabalhadores, muito mal. O governo Temer esforça-se para assegurar os negócios da burguesia, com Henrique Meirelles entregando os recursos públicos para o setor privado e informações privilegiadas aos seus parceiros no sequestro da riqueza produzida pelos trabalhadores.

O Banco do Brasil alcançou um lucro líquido de 2,708 bilhões de reais somente no terceiro trimestre de 2017, o que representa uma elevação de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os trabalhadores desse Banco estão cada dia mais pobres, e os banqueiros cada dia mais ricos. O capitalismo é exatamente isto: um sistema fundado na desigualdade social e na superexploração dos trabalhadores.

O Banco Santander obteve um lucro líquido de 2,586 bilhões de reais em 2017; o lucro alcançou 37,3% no terceiro trimestre, o maior de sua história no Brasil. O crescimento expressivo do banco estrangeiro deve-se ao elevado aumento

das taxas bancárias (24%) e na prestação de serviços (13,8%). Um crescimento de 10,7% em relação ao segundo trimestre deste ano. Este lucro jamais seria alcançado num contexto de crise, se os banqueiros não controlassem o sistema político brasileiro, o Poder Judiciário e o Banco Central. Isso só muda com uma transformação radical das estruturas sociais coordenadas e organizadas pelos próprios trabalhadores do campo e da cidade.

O Banco Santander comparece na listagem das 50 maiores corporações que existem no mundo e controla a economia de distintos países. O poderoso banco tem estratégias eficazes para continuar crescendo mediante a destruição da natureza e a exploração dos trabalhadores no mundo inteiro.

O Banco BTG Pactual teve lucro líquido de 758,9 milhões no terceiro trimestre de 2017, um crescimento de 26% em relação ao mesmo período de 2017 (MANDI, 2017).

Abaixo, um quadro geral com o lucro líquido dos principais beneficiados com a exploração dos trabalhadores brasileiros e responsáveis pela intensificação das taxas de violência em nossas cidades e no campo:

**Tabela 5 - Lucro dos principais bancos em 2017**

<i>0</i>	<i>Banco</i>	<i>Período</i>	<i>Lucro</i>
<i>2 0 1 7</i>	Itaú	3º trimestre	R\$ 6,169 bilhões
	Bradesco	3º trimestre	R\$ 2,884 bilhões
	Santander	3º trimestre	R\$ 2,586 bilhões
	Itaú	2º trimestre	R\$ 6,17 bilhões
	Bradesco	2º trimestre	R\$ 4,700 bilhões
	Banco do Brasil	2º trimestre	R\$ 2,649 bilhões
	Caixa	2º trimestre	R\$ 2.600 bilhões
	Santander	2º trimestre	R\$ 2,33 bilhões
	Itaú	1º trimestre	R\$ 6,176 bilhões
	Bradesco	1º trimestre	R\$ 4,648 bilhões
	Banco do Brasil	1º trimestre	R\$ 2,515 bilhões

	Santander	1º trimestre	R\$ 2,280 bilhões
	Caixa	1º trimestre	R\$ 1,488 bilhão

Fonte: <http://www.feebpr.org.br/lucroban.htm>

Nota-se que a queda da taxa Selic em nada alterou o curso ascendente do complexo financeiro; as taxas de lucro continuam a se elevar, para a desgraça dos trabalhadores, porque todo lucro dos capitalistas emana da miséria dos trabalhadores. As receitas provenientes da cobrança de tarifas pelos serviços prestados cresceram na ordem de 7,1% e permitiram um lucro de 28,1 bilhões de reais, entre os distintos expedientes adotados para roubar os trabalhadores. Lucro ainda possibilitado pela intensificação da exploração dos trabalhadores mediante a implementação do Programa de Demissão Voluntária (PDV), que resultou na demissão de 7,4 mil trabalhadores do Bradesco; no Banco do Brasil, a despesa operacional com a força de trabalho caiu 4,2% em relação ao terceiro trimestre de 2016 (PINHEIRO e MOREIRA, VALOR ECONÔMICO, 10/11/2017).

O processo de aprofundamento do sistema de digitalização tem resultado numa redução dos postos de trabalho e dos pontos de atendimento. Segundo dados do Banco Central, foram fechadas 929 agências bancárias somente entre janeiro e maio de 2017 (LARGHI, 2017). Existe uma relação direta entre digitalização e desemprego de bancários. Dados apontam que 57% das transações bancárias realizadas em 2016 foram concluídas mediante o

uso de *smartphones*, *tablets* ou computadores (LARGHI, 2017). O processo de digitalização tem atendido exclusivamente aos interesses dos banqueiros, que além de demitir bancários, aumentam cotidianamente o valor das taxas e tarifas dos serviços prestados. Isso leva à redução da quantidade de papel moeda em circulação, o que fortalece a natureza do capital financeiro como capital fictício.

O Bradesco, com 4 milhões de correntistas, é o campeão de reclamações, com 1.600 somente entre janeiro e fevereiro de 2017; destas, 1.024 se referem à qualidade dos serviços prestados (BRASIL ECONÔMICO, 2017).

O crescimento do Santander revela a tendência de crescimento do capital estrangeiro na economia brasileira desde a crise de 2008.

**Tabela 6 – Negócios estrangeiros e nacionais realizados entre 2002 e 2017**



PWC/BRASIL, 2017, p. 1.

Entre os estrangeiros observa-se a presença maior do capital procedente dos EUA, França e Alemanha. Confira tabela abaixo:

**Tabela 7 - Investidores estrangeiros - abril 2017 x 2016**

Ranking 2017	Ranking 2016	País investidor	Transações 2017	Transações 2016	Variação Percentual (2016 x 2017)
1º	1º	EUA	27	31	-13%
2º	4º	França	8	6	33%
3º	3º	Alemanha	5	6	-
4º	11º	China	5	3	67%
5º		Luxemburgo	5		-
6º	7º	Suécia	4	5	-20%
7º	16º	Itália	3	2	50%
8º	6º	Reino Unido	3	5	-40%
9º	8º	Suíça	3	5	-40%
10º		África do Sul	2		-
11º	10º	Austrália	2	3	
12º	13º	Japão	2	3	
13º		Cingapura	1		
14º		Dinamarca	1		
15º	12º	Espanha	1	3	
16º		Guatemala	1		
17º	9º	Holanda	1	4	
18º		Ilhas Cayman	1		
19º	19º	Índia	1	1	
20º	20º	Irlanda	1	1	
21º		Israel	1		
22º		Lituânia	1		
23º	14º	Noruega	1	3	
24º		Qatar	1		
25º		República Dominicana	1		
	2º	Canadá		7	
	5º	Chile		5	
	15º	Argentina		2	
	17º	Arábia Saudita		1	
	18º	Bélgica		1	
<b>Total</b>			<b>82</b>	<b>97</b>	
<b>Top 3</b>			<b>40</b>	<b>44</b>	
<b>% Top 3</b>			<b>49%</b>	<b>45%</b>	

PWC/BRASIL, 2017, p. 4

Fica para outro momento a análise do *quantum* de capitais investidos pelos principais agentes citados acima, pois a quantidade de operações não traduz diretamente o volume de capitais que participaram das operações financeiras.

Os dados acima servem para assegurar que:

No período acumulado até o mês de abril de 2017, os investidores financeiros estiveram presentes em 51 transações, crescimento de 59% quando comparado ao mesmo período do ano passado (2016 - 32 transações). Sendo 55% investidores nacionais (28 transações) e 45% investidores estrangeiros (23 transações) em 2017.

No mês de abril de 2017, os investidores financeiros estiveram presentes em 11 transações, crescimento de 57% quando comparado ao mesmo período do ano passado (2016 - 7 transações), sendo 64% investidores nacionais (7 transações) e 36% de investidores estrangeiros (4 transações) em 2017.

Das 7 transações anunciadas em abril de 2016, 29% foi composto por investidores nacionais e 71% por investidores estrangeiros (PWC/BRASIL, 2017, p. 3).

A fusão e a aquisição envolvendo o sistema financeiro irradiam-se por todo o sistema do capital. Para se ter uma noção, basta observar algumas das fusões e aquisições que aconteceram somente no mês de abril de 2017:

A multinacional ABS do setor de genética bovina, serviços de reprodução e tecnologia de inseminação artificial realizou a compra minoritária de 49% da empresa de biotecnologia In Vitro Brasil, pelo valor de R\$ 45 milhões;

A empresa suíça de cabeamentos R&M realizou a aquisição da empresa brasileira Peltier Comércio e Indústria (PETCOM), sediada em Minas Gerais, especializada em produção e soluções de fibra ótica, sem valores anunciados; A empresa norte-americana Hail & Cotton International Group realizou a aquisição na brasileira CTA - Continental Tobaccos

Allianse, adquirindo uma participação significativa na empresa;

A gestora de fundos de investimentos Trivella Investimentos, por meio de um fundo controlado, Cypress M3 FIP, realizou um aporte no valor de R\$ 3,2 milhões na companhia brasileira voltada a audiolivros, Ubook;

A ArcelorMittal realizou a aquisição de 55% da unidade de Sumaré, no interior paulista da empresa belga, Bekaert, pelo valor de R\$ 185 milhões;

A gestora de fundos de investimento Bzplan realizou um aporte no valor de R\$ 3 milhões na empresa MobLee, com soluções para organizadores criarem apps para cada evento com objetivo de passar informações para os participantes.

O grupo Pneustore realizou a aquisição do site de comércio eletrônico voltado a autopeças Itaro, sem valores anunciados;

A Ativos SA, empresa controlada pelo Banco do Brasil, realizou a incorporação de um total de R\$ 4 bilhões de um portfólio de carteira de crédito vencidas pelo Banco Bradesco, sem valores ou detalhes sobre a compra;

A empresa do setor imobiliário BR Properties realizou a compra de 17% do Centro Empresarial Espaço Gaia, pelo valor de R\$ 49,4 milhões;

A empresa imobiliária global israelense Gazit-Globe realizou a compra de 30% de participação restantes do Extra Itaim, localizado em São Paulo, pelo valor de R\$ 94 milhões;

A Viacom International Media Networks, divisão da Viacom Inc, realizou a aquisição da produtora e distribuidora de conteúdo de comédia brasileira, Porta dos Fundos;

A mineradora australiana Beadell Resources realizou aquisição da empresa brasileira MVR (Mineração Vale dos Reis), sediada em Belém do Pará, pelo valor total de USD 1,8 milhão; A

Vector Capital, investidora na área de tecnologia realizou a aquisição de 75% da plataforma de E-mail/Cross-Channel Marketing (CCM) da Serasa, sem valores anunciados (PWC, 2017, p. 5).

O lucro auferido pelos banqueiros e representantes diversos do segmento financeiro deriva da exploração dos trabalhadores do campo e da cidade e emerge da expropriação da mais-valia produzida nos distintos setores da economia. O lucro é resultado da mais-valia (tempo de trabalho excedente) expropriado dos trabalhadores assalariados. São os trabalhadores que sustentam os banqueiros, enquanto classe parasitária que vive da pilhagem e do roubo desde a gênese do capitalismo. E estes se acham unidos com os capitalistas da indústria, do comércio e do agronegócio para explorar ainda mais os trabalhadores. Por isso que não cansam de entoar louvores à aprovação da contrarreforma trabalhista. Uma contrarreforma que reedita a escravidão, uma das etapas mais trágicas da história da humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BRASIL ECONÔMICO. *Bradesco é a instituição com o maior número de queixas no banco Central*. Endereço eletrônico: [conomia.ig.com.br/2017-03-15/consumidor-reclamacoes-de-bancos.html](http://conomia.ig.com.br/2017-03-15/consumidor-reclamacoes-de-bancos.html). Acesso em 21 de novembro de 2017.
- BRECHT, B. A ópera dos três vinténs. In: \_\_\_\_\_ *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DIEESE. *Desempenho dos Bancos 2016*. Abril de 2017. Endereço eletrônico: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/desempenhoDosBancos2016.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2017.
- FRANCO, Patrícia Mendes – CAMARGOS, Marcos Antônio de. *Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: criação de valor, rentabilidade, sinergias operacionais e grau de concentração*. XXXV Encontro da ANPAD, RJ, 4 e 7 de setembro de 2011. Endereço eletrônico: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/FIN51.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2017.
- G1 ECONOMIA. *Lucro do Itaú atinge R\$ 6,1 bilhões no 3º trimestre, alta de quase 13%*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/lucro-do-itaú-atinge-r-61-bilhoes-no-3-trimestre-alta-de-quase-13.ghtml>.

LARGHI, Nathália. *Com digitalização e fusões, bancos perdem 20 mil profissionais em 2016*. O Estadão de São Paulo. Endereço eletrônico: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,com-digitalizacao-bancos-demitiram-20-mil-profissionais-em-2016,70001868992>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

MANDI, Carolina. *PTG Pactual tem lucro ajustado de R\$ 759 milhões no 3º trimestre*. Valor Econômico. Endereço eletrônico: <http://www.valor.com.br/financas/5185631/btg-pactual-tem-lucro-ajustado-de-r-759-milhoes-no-3-trimestre>.

PINHEIRO, Vinicius – MOREIRA, Talita. *Lucro de grandes bancos cresce 14,6%*. Valor Econômico, 10/11/2017. Endereço eletrônico: <http://www.valor.com.br/financas/5188685/lucro-de-grandes-bancos-cresce-146>.

PWC BRASIL. *Fusões e aquisições no Brasil – abril/2017*. Endereço eletrônico: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/assessoria-tributaria-societaria/fusoes-aquisicoes/2017/pwc-fusoes-aquisicoes-abril-2017.html>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

## CAPÍTULO XIV

### A CONCENTRAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

---

Artur Bispo dos Santos Neto<sup>118</sup>

O desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil está plenamente articulado à sua condição econômica de dependência e subordinação ao capital internacional; sua burguesia desempenha papel de força auxiliar da apropriação das riquezas naturais existentes e na superexploração da força de trabalho, em que uma parte substancial da mais-valia é drenada para as economias centrais.

Ressalta-se o atraso do desenvolvimento das forças produtivas de uma economia que passou da colonização para a neocolonização, em que o seu parque industrial manteve-se sempre articulado aos interesses do capital internacional. Trata-se de uma economia forjada no trabalho escravo e na colonização, na qual a acumulação primitiva de capital somente se apresenta nos séculos XIX e XX. Seu desenvolvimento industrial se inscreve de maneira completamente tutelada, importando maquinário e tecnologia sucateados da Europa e dos EUA, assim como o desenvolvimento de seus meios de comunicação.

A predominância dos monopólios e os grandes aglomerados na esfera dos meios de comunicação no Brasil

---

<sup>118</sup> Professor da UFAL.

constituem expressão da hegemonia das multinacionais, que demarcam presença na esfera da economia nacional no governo Juscelino Kubitscheck e no período da ditadura militar-empresarial a partir de 1964. Processo este que se intensifica na etapa de aplicação das políticas neoliberais instituídas pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, com o fim da reserva de informática e abertura da economia brasileira para produtos com elevada tecnologia agregada, provenientes do mercado externo, especialmente o asiático.

O regime militar-empresarial de 1964 estabeleceu as bases fundamentais para a entrada de capital estrangeiro no país e para a constituição do movimento ascendente dos oligopólios no setor das comunicações, um setor essencial para assegurar o ordenamento fundamental à reprodução do sistema do capital mediante a persuasão da consciência das massas trabalhadoras do campo e da cidade. Através dos meios de comunicação de massa, a burguesia pode reproduzir suas ideias e naturalizar as contradições que perpassam o sistema do capital.

No decorrer deste texto vamos apresentar de maneira sumária como se configuram os meios de comunicação no Brasil, destacando a constituição dos aglomerados na esfera dos jornais impressos, radiodifusão (rádio e TV), sistema de telefonia e acesso à internet banda larga.

#### 14.1. Os meios de comunicação: jornal impresso e radiodifusão no Brasil

Os meios de comunicação no Brasil têm existência tardia, emergindo somente no final do século XIX, com o propósito de assegurar os interesses do capital internacional pela mediação da burguesia agroexportadora, que com a crise de 1929 resolve investir parte de seus capitais no setor industrial.

Num país com baixa taxa de escolarização, os jornais existentes no país no começo do século XX eram restritos, existindo periódicos como o Jornal do Brasil, a Gazeta de Notícias e El País, com tiragem restrita, que não ultrapassava 20 mil exemplares diários. O desenvolvimento do capitalismo será também o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Os jornais escritos acompanham o desenvolvimento dos negócios da burguesia no decorrer do século XX. Mesmo com a expansão da internet e jornais *online*, o poderio dos oligopólios no setor jornalístico não perdeu força, apenas se reconfigurou, destruindo seus anacrônicos parques gráficos e operando demissões em massas de seus trabalhadores qualificados. A história do jornalismo recente é a história da reestruturação produtiva: os trabalhadores do complexo jornalístico foram completamente terceirizados e transformados em trabalhadores informais, vendedores de serviços.

Na atualidade, três grandes grupos controlam 60% do mercado de jornais impressos: Folha da Manhã S/A, O Globo e Sociedade Anônima O Estadão. No âmbito das

revistas impressas, a Abril e a Globo têm o monopólio do mercado, ambas com aporte de capital estrangeiro desde a década de 1960. Os referidos grupos controlam as revistas semanais Veja e Época, as duas completamente amoldadas aos interesses do capital internacional. Elas reproduzem os padrões midiáticos copiados dos EUA e da Europa (BORIN, 2002), em que a bestialização e a imunidade típicas dos fascistas reverberam cada vez de forma mais categórica.

A hegemonia televisiva na esfera dos meios de comunicação de massa será precedida pela indústria fonográfica e do cinema, que preparou terreno para a emergência da televisão, em 1940, nos EUA.

O sistema de radiodifusão no Brasil emerge na etapa de transição da economia essencialmente agroexportadora e dependente de todos os bens tecnológicos para uma economia agroexportadora articulada ao desenvolvimento industrial, que concentra seus esforços na ampliação de um mercado interno como alternativa à crise de expansão na esfera internacional.

Para que o capitalismo pudesse se instituir, era decisiva a intervenção estatal na economia, a proteção estatal para determinados setores e a captação de capital estrangeiro para desenvolver a indústria de base, que permitiria a instalação das multinacionais. Isso se inscreveu também no âmbito da radiodifusão.

Escreve (COELHO, 2015, p. 164):

No Brasil, a presença da indústria de radiodifusão estrangeira já é observada em 1922. Nas comemorações do Centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa faz

discurso através dos transmissores e receptores das empresas norte-americanas *Westinghouse International Company* e *Western Electric Company*. A partir de 1928, as agências de publicidade internacionais, como a *Ayer and Son* (leia-se Ford dos EUA), J. W. Thompson e McCann Erickson, passaram a operar no Brasil.

O rádio é introduzido no Brasil em 1922. A constituição de órgãos de imprensa pública e determinados órgãos de controle — começando com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda na época de Getúlio Vargas e do noticiário Hora Nacional, posteriormente, Hora do Brasil — não implica a interceptação da hegemonia de empresas estrangeiras no setor. Na década de 1940, corporações como *RCA Victor*, *Westinghouse* e *General Electric* também passaram a disputar o mercado interno brasileiro de radiodifusão e jornalístico. Segundo (SOUZA, 2017, p. 36), “Em 1944 são cento e seis emissoras; em 1950, já são trezentas no Brasil”; nesta época, havia 2,5 milhões de aparelhos domésticos no país.

O controle estatal na liberação das concessões para a exploração dos meios de comunicação de massa somente confirma a aliança existente entre política e economia. Aglomerados privados serão plenamente contemplados, e uma cota expressiva dos recursos públicos será destinada ao setor mediante as verbas publicitárias.

O caráter antitruste no final do primeiro mandato de Getúlio Vargas e do segundo mandato estabeleceu uma correlação de forças entre os meios de comunicação de controle público ou estatal e os meios de comunicação privados, em que foi constituída uma radiodifusão educativa

(Fundação Roquete Pinto, Rádio Educadora etc.). Aliado do capital estrangeiro, o ex-ministro do Estado Novo, Assis Chateaubriand, colaborou com as forças que levariam ao suicídio de Vargas, que pretendia submeter o sistema de radiodifusão ao aparato estatal (COELHO, 2015).

O complexo televisivo resultou das descobertas operadas na Segunda Guerra Mundial, quando a radiodifusão absorve os gravadores em fita magnética, os avanços no sistema de gravação, a descoberta da fibra óptica, as válvulas a vácuo, os transistores e semicondutores, os microprocessadores, o satélite artificial, a informática, os retificadores de selênio etc. (COELHO, 2015).

Assim como Assis Chateaubriand, enquanto proprietário dos “Diários Emissoras Associados” e da TV Tupi (1950), colaborou com as forças que derrubaram Getúlio Vargas, a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) participou do golpe de Estado de 1964, juntamente com O Globo, Editora Abril, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e tantos outros.

Em aliança com estes setores, o regime militar-empresarial criou a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás, na perspectiva de gerar uma infraestrutura nacional completamente interligada por satélites e fibras ópticas — tecnologia estrangeira (COELHO, 2015, p. 177). A infraestrutura e o aporte tecnológico disponibilizados pelo aparato estatal deveriam beneficiar expressivamente o Grupo Marinho ou a Rede Globo, única organização que seria alavancada com o aporte de capital estrangeiro (apesar da

proibição legislativa existente), isenção fiscal e verbas publicitárias. Isso permitiu que a Rede Globo saltasse em 1969 para três emissoras, e para 11 em 1973.

No começo da década de 1990, nove grupos dominavam a grande mídia nacional: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de São Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes). A concorrência e rivalidade entre os capitalistas do setor encolheu o grupo para seis corporações: Civita, Marinho, Frias, Saad e Abravanel. Nesse contexto, o grupo Bloch acaba sendo comprado pela Igreja Reino de Deus.

Além da presença de capital estrangeiro, o setor também é objeto da atenção dos grupos religiosos (Igreja Católica e Universal do Reino de Deus), grupos privados como LC&C e Globo e grupos privados (oligarquias políticas ou familiares). O mercado radiofônico também passa pelo controle do capital estrangeiro; os sistemas OM e FM (com suas 3.400 unidades) representam 5% do faturamento do mercado publicitário brasileiro, aproximadamente 450 milhões de reais (BORIN, 2002).

Os meios de comunicação de massa são uma manifestação clara da democracia burguesa, em que o capital possui total liberdade de movimento e de manifestação e o trabalho se acha completamente controlado pelo sistema do capital. Não há informação veiculada nos meios de comunicação que não tenha como propósito manipular a opinião das massas para atender aos imperativos do sistema

do capital. A democracia se constitui como liberdade absoluta do capital.

Segundo Borin (2002, p. 9):

A maior cobiça do capital estrangeiro, entretanto, está no restrito cartel das empresas brasileiras de televisão aberta. Seis grupos dominam todo o setor, que faturou em 2001 em torno de 56% do mercado publicitário do Brasil, obtendo uma receita de 4,6 bilhões de reais. A rede Globo, que domina o cartel, faturou cerca de 60% desse mercado, seguida de longe pelo grupo SBT e pela rede Record.

Os meios de comunicação são completamente dominados pelo capital através de distintas personificações, como grupos religiosos e grupos privados comandados por políticos. O mercado de radiodifusão é controlado pelos seguintes aglomerados: Rede Globo, Record, SBT, Bandeirantes, Rede TV (antiga Manchete), EBC (Empresa Brasileira de Comunicação). E ainda pelos grupos regionais: Rede Brasil Sul, TV Anhanguera (Organização Jaime Câmara), Rede Amazônica, Grupo Zahran, Grupo Verdes Mares etc. (CABRAL, 2015).

Nesse cenário, a Rede Globo é senhora absoluta do mercado; 98,56% dos municípios recebem seu sinal analógico, com 123 emissoras e suas 118 afiliadas. O poderio da Rede Globo denota o caráter subimperialista da economia brasileira; seus programas funcionam 24 horas e alcançam 114 países, em cinco continentes (CABRAL, 2015). As emissoras afiliadas recebem um pacote pronto com novelas, telejornais, shows, filmes, eventos esportivos etc., ficando

impedidas de difundir programação de outras redes de televisão.

Trata-se, o sistema televisivo brasileiro, de um verdadeiro cartel no processo de formação da consciência das massas. Enquanto espécie de partido orgânico da burguesia, ele consegue definir padrões de comportamento, moldar opiniões e incidir de maneira decisiva na esfera da política, elegendo candidatos e desestabilizando governos. Segundo Borin (2002, p. 9), “São 50 milhões de aparelhos em uso e mais de duas horas de consumo de programas *per capita*, diariamente. O tempo dedicado aos programas televisivos no Brasil ultrapassa o de programas radiofônicos”.

Os meios de comunicação de massa são poderosos instrumentos de manipulação da consciência da classe trabalhadora, visando assegurar a hegemonia da sociedade do espetáculo; o papel fundante do trabalho deve ser completamente obliterado. Nesse contexto, cabe à indústria cultural garantir que as relações entre os seres humanos se petrifiquem como relações entre coisas e assegurar o fetichismo da mercadoria. As promessas de realização dos desejos serão asseguradas pela mediação do consumo, num delírio sem fim.

No contexto da crise econômica mundial, o capital tenta aprofundar seus mecanismos de controle da classe trabalhadora (empregada e desempregada), aprofundando o processo de universalização da sociedade do espetáculo; o sistema televisivo aberto é fortalecido com a entrada em cena do sistema televisivo fechado, estabelecendo novos nichos

de mercado para o capital estrangeiro aliado ao capital nacional.

Nesse contexto, cresce o poderio da sociedade do espetáculo, numa sociedade em que 96,9% dos brasileiros possuem aparelho de televisão e 83,4% possuem um rádio (PNAD, 2013). Dados levantados pela Pesquisa Brasileira de Mídia, em 2015, dão conta de que:

95% dos entrevistados veem TV (73% veem TV todos os dias), 55% ouvem rádio (30% ouvem todos os dias) e 48% acessam a Internet; 21% leem jornal e 13%, revistas. Registra-se, ainda, que 26% dos lares brasileiros são atendidos por serviço pago de TV, 23% por antena parabólica e 72% têm acesso à TV aberta (CABRAL, 2015, p. 18).

Cresce de maneira acentuada no território brasileiro o sistema televisivo por assinatura, o sistema de telefonia (telefone fixo e celular) e o acesso à Internet banda larga.

Segundo Lopes (2017, p. 15):

O Brasil ocupa a 7ª colocação entre os maiores mercados mundiais de TV por assinatura, e a 1ª colocação na América Latina, contando com quase 20 milhões de assinantes, embora isso represente apenas 30% de penetração no país. Os países que ocupam as outras seis primeiras colocações do *ranking*, China, Índia, Estados Unidos, Rússia, Alemanha e França, variam a penetração em seus países de 60 a 86% (ABTA, 2015). As dimensões geográficas e populacionais brasileiras colocam o país como promissor em relação ao mercado potencial, ainda que dependente da adesão das classes de poder aquisitivo mais baixo, que constituem a

maior parte da população brasileira. A base de assinantes subiu de 3,8 milhões para 19,6 milhões em 10 anos, e o setor faturou 32,2 bilhões de reais em 2014.

Como nos distintos complexos da economia, o sistema midiático é dominado pelas grandes corporações. Entre estes aglomerados poderosos, destacam-se empresas como *Walt Disney Company*, seguida pelo *Time Warner* e a *News Corporation*, que em 2011 era o segundo maior grupo de mídia, em termos de receitas, e o terceiro maior no setor de entretenimento em 2009. Segundo Arsenault & Castells (2008, p. 708), “Meios multinacionais gigantes como a Time Warner e a News Corp são simultaneamente os produtos e os agentes das maiores tendências de desregulação, corporatização e digitalização da comunicação”.

O poderio da News Corporation se revela na aquisição e propriedade dos seguintes meios de comunicação e empresas:

News Corporation é dona da 20th Century Fox (cinema), da 20th Century Fox Television (televisão), da Fox Interactive (jogos), da Fox News Channel (canal a cabo), da Fox Life e Fox Kids (canais pagos), da Fox Broadcasting Company (emissora), da Fox International Channels e do New York Post (jornal), da Dow Jones & Company (editora); é também sócia da The Wall Street Journal, e da Sky News junto à British Sky Broadcasting antes de sua divisão formal em 28 de junho de 2013. Todos os meios e ativos de transmissão, exceto os ativos de mídia de propriedade da News Limited, agora pertencem ao 21st Century Fox, seu sucessor legal. Enquanto isso, jornais e outros ativos de publicação, incluindo ativos de mídia sob News

Limited, foram divulgados como uma nova News Corp (WIKIPEDIA, 2017, p. 1).

Para assegurar seus negócios, os empresários da mídia organizam grupos e formam seus aglomerados. A fim de representar seus interesses no Brasil, esses aglomerados formaram as seguintes associações:

ABERT (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão), controlada pela Rede Globo; ABRA (Associação Brasileira de Radiodifusão), liderada pela Rede Bandeirantes e que representa, também, a Rede TV!; Abratel (Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações), sob o comando da TV Record (CABRAL, 2015, p. 21).

A história da televisão brasileira (da TV Tupi à TV Globo) decorre da articulação da burguesia brasileira com o capital estrangeiro. Os homens dos meios de comunicação de massa são os mais poderosos da economia mundial. O empresário norte-americano Michael Bloomberg amealhou uma fortuna de 35,5 bilhões; não muito distante dele aparecem os empresários brasileiros da família Marinho, das Organizações Globo (João Roberto Marinho, José Roberto Irineu Marinho e José Roberto Marinho), que detêm 23,8 bilhões de reais, na 5ª posição dos mais ricos do Brasil. Já o proprietário da Record consta como o número 74 da lista da Revista Forbes, com patrimônio de 3,02 bilhões de reais, seguido pelos empresários da família Civita (Giancarlo Civita, Roberta Anamaria Civita e Victor Civita Neto), com 2,18 bilhões; e Silvio Santos, do SBT, com 2,01 bilhões.

Nessa quadra histórica, o sistema televisivo brasileiro viveu mais recentemente a mudança do sistema analógico para o sistema digital. A natureza subordinada do Estado ao aparato midiático pode ser observada na distribuição do investimento estatal em publicidade. Ver quadro abaixo.

**Tabela 1** – Relação entre audiência e investimento estatal (%)

Emissoras	Audiência	Investimento estatal
Rede Globo	43,7%	43,98%
Record	14,3%	15,49%
SBT	12,2%	13,64%
BAND	5,4%	8,93%
Rede TV	1,7%	3,53
TV fechada e demais emissoras	22,7%	14,43%
Total	100%	100%

Fonte: Messias (2013).

Os dados acima demonstram que o Estado investe maior volume de capital com propagandas nas emissoras com maior audiência, visando preservar a ordem essencialmente dominada pelos aglomerados.

A articulação do governo FHC com a grande mídia se expressava claramente na concessão de 2,3 bilhões anualmente para publicidade. Os governos petistas não ficaram aquém e também beneficiaram o referido complexo para assegurar a governabilidade.

**Tabela 2** — O bolo publicitário das estatais (entre 2000-2013)

Empresas	Valor em R\$
<b>Grupo Globo</b>	5,2 bilhões
<b>Record</b>	1,3 bilhão
<b>SBT</b>	1,2 bilhão
<b>Abril (inclui a Revista Veja)</b>	523 milhões
<b>Isto É</b>	179 milhões
<b>Folha de São Paulo (inclui 50% do Valor Econômico)</b>	266 milhões
<b>O Estado de S. Paulo</b>	188 milhões
<b>Carta Capital</b>	44,3 milhões

Fonte: Carta Capital, 2014, p. 1.

O grupo pertencente aos irmãos Marinho abocanhou 5,2 bilhões, ou seja, quase 1/3 do montante estatal federal destinado à publicidade no setor privado. As verbas para publicidade não se circunscrevem ao âmbito federal, mas se reproduzem no âmbito estadual e municipal. O governo do estado de São Paulo, por exemplo, destinou, em 2011, 9 milhões de reais, a saber: 2,58 milhões de reais para a *Folha de São Paulo*; 2,7 milhões para o *Estadão*; 1,2 milhão para a *Veja*; 1,3 milhão para *IstoÉ* e 1,2 milhão para *Época* (CARTA CAPITAL, 2014).

Na contramão dos cortes para educação, saúde, investimentos em pesquisa, infraestrutura e salário dos servidores públicos, os recursos com propaganda cresceram, em 2016, 27,5% em relação ao ano anterior. No caso das revistas de direita, como *Veja* e *Caras*, o crescimento foi de 400% (PRAGMATISMO, 2017).

**Tabela 3 – Despesas do governo federal com publicidade em 2015-2016**

### **Execução contratual de publicidade anual**

<b>Fornecedor</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total Grupo Globo</b>	35.883.812	23,5%	33.297.510	27,8%	7,8%
TV Globo	31.681.725	20,7%	30.665.438	25,6%	3,3%
TV Record	11.950.110	7,8%	13.973.566	11,7%	-14,5%
SBT	9.563.895	6,3%	12.527.875	10,4%	-23,7%
Facebook	6.492.750	4,2%	3.435.916	2,9%	89,0%
Band	5.066.239	3,3%	3.959.756	3,3%	27,9%
Veja + Caras	3.299.689	2,2%	663.899	0,6%	397,0%
Folha + UOL	2.865.770	1,9%	2.100.142	1,8%	36,5%
Twitter	1.756.287	1,1%	344.989	0,3%	409,1%
Veja	1.725.996	1,1%	603.420	0,5%	186,0%
UOL	1.655.245	1,1%	1.443.596	1,2%	14,7%
Redetv	1.631.556	1,1%	1.592.284	1,3%	2,5%
Infoglobo	1.598.559	1,0%	500.362	0,4%	219,5%
Revista Caras	1.573.693	1,0%	60.479	0,1%	2502,0%
Yahoo!	1.262.862	0,8%	557.609	0,5%	126,5%
Folha de São Paulo	1.210.525	0,8%	656.546	0,5%	84,4%
Revista Época	1.061.337	0,7%	89.322	0,1%	1088,2%
Rádio Excelsior (Globo)	942.685	0,6%	1.057.560	0,9%	-10,9%
Estadão	844.942	0,6%	272.204	0,2%	210,4%
AOL	820.805	0,5%	0	0,0%	
Radio Globo	599.505	0,4%	984.828	0,8%	-39,1%
Correio Braziliense	466.899	0,3%	82.357	0,1%	466,9%
Istoé	386.649	0,3%	40.694	0,0%	850,1%
Jornal Zero Hora	337.118	0,2%	104.764	0,1%	221,8%
EBC	238.048	0,2%	884.577	0,7%	-73,1%
Subtotal	82.143.665	53,7%	73.692.684	61,5%	11,5%
Total Nov/2016	18.951.224	12,4%	10.083.088	8,4%	88,0%
Total Dez/2016	13.852.142	9,1%	6.698.506	5,6%	106,8%
<b>Total Jan/Dez</b>	<b>152.916.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>119.891.749</b>	<b>100,0%</b>	<b>27,5%</b>

Fonte: SECOM, 2017. (PRAGMATISMO, 2017, p. 1).

O orçamento federal aprovado para publicidade, em 2017, foi de 1,6 bilhão, mantendo a perspectiva de crescimento para fortalecer ainda mais os aglomerados existentes, que se constituem efetivamente como o partido da ordem estabelecida pelo capital.

O cenário da radiodifusão se reproduz no âmbito do sistema de telefonia; há uma interação entre esses setores, a fim de aprofundar a alienação das massas, para que jamais constituam uma alternativa efetiva ao sistema do capital.

#### 14.2. Sistema de telefonia brasileira

O sistema de telefonia público brasileiro foi completamente privatizado no decorrer da década de 1990, para atender aos imperativos do capital internacional. A implementação da agenda neoliberal para o setor das comunicações iniciada por Fernando Collor de Melo (1990-1992) tem seu ápice com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que privatizou completamente o sistema de telefonia no país.

O fim da reserva de informática estabelece as condições para a abertura completa do mercado interno ao capital internacional, em que a evolução expressiva das novas tecnologias de informação e comunicação encontra um público consumidor. Em nenhum outro complexo é possível observar a natureza destrutiva do capital e da obsolescência do programa como nesse complexo, em que tudo que existe está sujeito a fenecer. Assim, observou-se o aparecimento do mundo virtual, da digitalização, do celular, da internet, da TV a cabo, dos canais por assinatura, da Netflix etc.

Nesse processo emergem seis aglomerados que atuam no setor de telefonia e resultam de processos decorrentes de fusões com a presença de grupos e capitais estrangeiros.

1) **Grupo Telefônica/Vivo** — pertence ao grupo espanhol Telefónica.

Atua na área de telefone fixo e de banda larga através da Telesp (Telecomunicações do Estado de São Paulo), da telefonia celular através da Vivo e da TV por assinatura pela TVA. É importante ressaltar que em 2002 a Portugal Telecom e a Telefônica uniram suas operações de celular e formaram a Vivo; em julho de 2010 a Telefônica comprou a parte da Portugal Telecom na Vivo e em março de 2011 a Telesp incorporou a Vivo. Em setembro de 2014 a Telefônica Brasil fez o contrato de aquisição da GVT, que atua nas áreas de telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura. Foi concluída a compra no dia 28 de maio de 2015, tornando a GVT uma subsidiária integral da Telefônica Brasil. [...]. Foi pago ao grupo francês Vivendi 4,663 bilhões de euros e ações equivalentes a 12% do capital social da nova companhia. O valor total da aquisição foi de 7,5 bilhões de euros. A GVT passou a ser a uma subsidiária integral da Telefônica Brasil com 65,6% do capital controlado pela Telefônica, 12% pela Vivendi e 22,4% pelos demais acionistas. Além disso, a Vivendi irá trocar 4,5% destes 12% por uma participação de 8,3% no capital com direito a voto da Telecom Itália (equivalente a 5,7% de seu capital social) (CABRAL, 2015, p. 24).

2) **América Móvil** — empresa que pertence ao Grupo do empresário mexicano Carlos Slim. O referido grupo controla a Claro, a Embratel e a Net. A empresa resultou da fusão das empresas Claro S.A., Embratel e Net. A Claro havia incorporado, entre 2000 e 2005, várias operadoras de celular. A Embratel adquiriu, em 2003, a Vesper; em 2004, a Telmex; em 2005 se une à Net. Juntas,

compram a Vivax e a BIGTV; em 2008, adquirem a ESC (CABRAL, 2015).

3) **Oi** — empresa que resulta do processo de privatização da Telemar, em 1998. O movimento de concentração de poder da referida empresa decorre das seguintes fusões e compras:

Em julho de 2006 comprou a Way TV; a Amazônia Celular, em dezembro de 2007; e a Brasil Telecom, em 2008. Em julho de 2010, a Portugal Telecom entrou na Oi e em outubro de 2013 foi anunciada a fusão entre os dois grupos. Em março de 2014 a Anatel aprovou a fusão da Oi com a Portugal Telecom e no mesmo ano foram vendidos os ativos da Portugal Telecom para a Altice por 7,4 bilhões de euros. Atua em todas as áreas de telecomunicações (CABRAL, 2015, p. 26).

4) **TIM** — Grupo controlado pela Telecom Itália. Atua na área de telefonia celular com a TIM e na banda larga com a TIM Fiber. Em 2009, adquiriu a Intelig; em 2011, adquiriu, por R\$ 1,6 bilhão, a AES Atimus (CABRAL, 2015).

5) **Nextel** — empresa norte-americana ligada à SME (Trunking), que adquiriu uma licença de 3G em 2010 (CABRAL, 2015).

6) **Grupo SKY** — a empresa se fundiu com a DirectTV em 2004; em 2012 comprou a Acom Comunicações (MMDS), operadora de MMDS (CABRAL, 2015).

Segundo Cabral (2015, p. 23-24):

É importante salientar que o setor de telecomunicações no Brasil no primeiro trimestre de 2015 foi representado pela prestação de serviços para 375 milhões de assinantes, aumento de 1,2% em relação ao trimestre de 2014. Ou seja, 45 milhões com telefonia fixa; 283,4 milhões com celulares; 19,8 milhões com TV por Assinatura; 24,4 milhões com Banda Larga Fixa; e 2,5 milhões com o SME, o Trunking.

Os aglomerados que constituem o sistema de telefonia estão plenamente integrados aos trustes do sistema de radiodifusão, havendo disputa entre esses sistemas, o que é próprio da dinâmica capitalista. O acesso à internet (*tablet*, *smartphone*, computadores) afeta a hegemonia absoluta da radiodifusão expressa no rádio e na TV aberta. No entanto, observa-se que a TV por assinatura está plenamente conectada ao sistema de telefonia, havendo uma parceria dos oligopólios da radiodifusão com os oligopólios da telefonia.

Cresce a demanda pelo entretenimento na esfera da TV por assinatura em detrimento da TV aberta, com seus programas intermediados por uma tempestade de propagandas. Pesquisas apontam que a TV aberta sofreu uma queda de 28% entre 2000-2013 para esses outros segmentos. No entanto, 65% dos brasileiros assistem a uma média diária de 3h30min dos programas televisivos ofertados pelos canais abertos. Enquanto isso, houve um aumento de 307% no acesso à internet e um crescimento de 500% no acesso à TV por assinatura no mesmo período. A internet tem uma taxa anual de 26%; já a TV por assinatura tem uma taxa de 30% (COELHO, 2015, p. 192).

Nesse novo contexto, o poderio das mídias expresso no sistema televisivo (Globo, Record, SBT etc.), nas revistas (Veja, IstoÉ) e jornais (Estadão, Folha, Globo) se somam ao *Facebook*, *Twitter*, Folha/UOL etc.

O desenvolvimento tecnológico que se acentuou nas últimas décadas não elevou as condições de vida da humanidade, mas aprofundou o desemprego, a violência e as guerras. O aparecimento do mundo cibernético e informativo em nada minimizou as desigualdades sociais, mas serviu para intensificar a miséria e lançar no desemprego milhões de jovens no mundo inteiro. Isso revela como no interior do sistema do capital a evolução tecnológica intensifica a desigualdade social e aprofunda a exploração da classe trabalhadora.

Drones e máquinas inteligentes, adotadas pelo toyotismo e pela reestruturação produtiva, estão a serviço da maquinaria destrutiva do capital. Nesse processo, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa no Brasil tão só ampliaram a dominação e o embrutecimento das massas. Os sistemas de fusões e aquisições de novas empresas no setor das telecomunicações, com anuência dos representantes de plantão do capital, concentram mais ainda a riqueza nas mãos de poucos e aprofundam a miséria das massas.

O *impeachment* da Dilma acontece visando atender aos interesses desses grupos e aglomerados transnacionais. A rede Globo, aliada fundamental do imperialismo norte-americano (que investiu 33% do capital que ingressou no país em 2016), converte-se em verdadeiro partido orgânico da burguesia descontente com a forma petista de governar. A

grande mídia, protagonizada pela rede Globo, conseguiu mobilizar a classe média e gerar um amplo movimento de massa que tinha como corolário não somente o *impeachment*, mas uma pauta extremamente reacionária, com a disseminação da ideia do retorno da ditadura militar.

A onda reacionária e conservadora que domina o cenário nacional e internacional tem na grande mídia seu principal articulador e disseminador. Num contexto de crise estrutural do sistema do capital, em que não há a menor sinalização de recuperação da economia sem a intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, impõe-se a manipulação da consciência das massas na perspectiva de naturalizar as contradições sociais existentes. A onda reacionária difundida pela rede Globo é fortalecida pelo sistema televisivo e radiofônico pertencente aos grupos religiosos (Universal do Reino de Deus e Igreja Católica), matizados na teologia da prosperidade e no declarado dualismo cosmológico, que reforça a naturalização da miséria e a impossibilidade de a classe trabalhadora constituir-se como protagonista da história numa perspectiva revolucionária.

## Nossas tarefas

Na luta de classes os meios de comunicação desempenham um papel fundamental; por isso, cumpre entender a configuração da mídia no cenário nacional e internacional. A ofensiva do capital sobre o trabalho plasma-se claramente no espaço de radiodifusão, internet, jornais escritos etc. A burguesia conta com um exército muito bem

treinado para incutir nas massas uma formação permanente pela mediação da indústria do entretenimento e da diversão. Pela recorrência ao mecanismo do passatempo e da indústria do entretenimento, o sistema do capital instila o individualismo possessivo, o espírito do empreendedorismo, a normatização e a naturalização da concorrência entre os indivíduos, o egoísmo e a insensibilidade desmedida entre os seres humanos.

A denominada esquerda não consegue propor uma alternativa efetiva ao sistema poderoso do capital, que apresenta uma indústria do entretenimento poderosa, com novelas espetaculares do ponto de vista da sua composição de recursos informáticos e performáticos e artistas que pairam no reino do estrelato.

O poderio tecnológico a serviço do capital encontra seu pleno coroamento na sociedade do espetáculo, em que tudo está fora do lugar. É nesse contexto que se coloca o desafio de disponibilizar instrumentos não somente de interação e comunicação segura entre os militantes anticapitalistas e socialistas, mas que ofertem um novo sistema de contrainternalização de regras que tenha como propósito ir além do capital.

Apesar de controlada por poderosos aglomerados econômicos, a internet pode permitir a constituição de processos de formação de novos espaços de interação e socialização do conhecimento contraposto ao sistema do capital. É preciso pensar práticas pedagógicas no interior da estrutura social, no intuito de superar radicalmente um sistema que não pode universalizar o trabalho e a educação na perspectiva emancipadora.

A luta pela emancipação humana passa necessariamente pela destruição dos meios de comunicação que estão a serviço dos aglomerados econômicos e do sistema do capital nos distintos espaços da sociabilidade existente. É necessário operar mudanças estruturais que se irradiem no âmbito dos meios de comunicação de massa. Para isso é imperativa a formação de militantes que possam constituir alternativa ao sistema autoritário dos meios de comunicação existentes, que servem apenas para eternizar e absolutizar o sistema do capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BORIN, Jair. Capital estrangeiro na mídia brasileira. *Revista Universidade e Sociedade*. Ano XI, Nº 27, junho de 2002. Endereço eletrônico: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1211037865.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações. *Revista Eptic*. Vol. 17, no. 3, setembro-dezembro de 2015. Endereço eletrônico: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/4298/pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

CARTA CAPITAL. *Sobre a publicidade estatal e transparência*. Endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/sobre-publicidade-estatal-e-transparencia-7735.html>. Acesso em 24 de novembro de 2017.

COELHO, Júlio César. *Democracia e regulação da radiodifusão: dimensão normativa e análise das trajetórias dos EUA, Reino Unido, Argentina e Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-Graduação em Ciências Sociais.

MESSIAS, Roberto B. Transparência e a desconcentração na publicidade do governo federal. *Observatório da Imprensa*, n. 742, abr. 2013. Disponível em:

<<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/transparencia-e-adesconcentracao-na-publicidade-do-governo-federal/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PRAGMATISMO. *Governo Temer bate recorde de gastos com publicidade federal*. Endereço eletrônico: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/governo-temer-recorde-gastos-publicidade.html>. Acesso em 24 de novembro de 2017.

SOUZA, André B. Carlos. *Televisão e (Des)razão*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

WIKIPEDIA. *New Corporation*. Endereço eletrônico: [https://pt.wikipedia.org/wiki/News\\_Corporation](https://pt.wikipedia.org/wiki/News_Corporation). Acesso em 23 de novembro de 2017.

## CAPÍTULO XV

### PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: Reedimensionamento do fundo público para o processo de financeirização

---

Karolinne Krízia da Silva Ferreira<sup>119</sup>

A estrutura bancária dentro do processo de financeirização, a qual se direciona a abrir novos espaços ao desenvolvimento do capitalismo, preconizando um sistema global altamente integrado e coordenador pelo auferimento de lucro, também tem deflagrado seu controle econômico e político sobre a esfera social através dos programas de transferência condicionada de renda (PTCR).

No auge da década de 1990 o Brasil foi tomado pela interpretação teórica de que o neoliberalismo proveniente das estratégias de recuperação do capital em escala mundial teria no continente e no respectivo país, irrompendo novos problemas sociais, ou seja, teria o neoliberalismo acentuando

---

<sup>119</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas -UFAL (2014). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL (2017). Pesquisadora (colaboradora) do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Direitos CNPq -TRADI coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Torres. Pesquisadora (Colaboradora) do Grupo de Estudo Relações de Gênero e Relações de Classe (GERGC), coordenado pela Doutoranda Profa. Marli de Araújo Santos. Atualmente exercendo a função de Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde. Experiência como Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Linhas de pesquisas: Gênero. América Latina. Estado.

e desencadeando novas disparidades sociais. A partir dessas constatações obliteradas, surge no país uma série de formulações teóricas acerca de uma nova direção política, isto é, o neodesenvolvimentismo o qual tem novas promessas de superação do atraso econômico e de resolução da dívida social acumulada.

Esse debate tornou-se particular ao continente latino americano e contemporaneamente tem sido alvo de grandes embates políticos, pois, o neodesenvolvimentismo entende-se como uma terceira via que diferente do neoliberalismo busca intervir no âmbito social. Essa intervenção tem ocorrido através da implementação dos programas de transferência de renda, que atualmente são utilizados por todo o mundo, mas os maiores investimentos são concedidos aos países periféricos.

Estas propostas de equilibrar o crescimento econômico e social têm como um dos seus principais fundadores, Amartya Sen, um dos membros da presidência do Banco Mundial. Conforme Maranhão (2012) a teoria defendida por Sen tem como meta articular mercado e equidade, por meio do desenvolvimento das capacidades individuais através da direção de reabilitar as ideias liberais. Uma das estratégias adotadas para atingir esse fim é a implementação de políticas focalizadas e centralizadas no indivíduo, para que assim este possa ter acesso ao mercado como sinônimo de condições de qualidade de vida. Elaborar políticas voltadas às vítimas mais visíveis do ajuste fiscal neoliberal, para os mais pobres, dentre os mais pobres.

Assim, entre os anos de 1990 a 2000 no Brasil as políticas sociais compensatórias “focadas” passam a ser

implementadas e ser incorporados pelos idealistas do neodesenvolvimentismo no país – Bresser Pereira e Emir Sader – aliados do governo Lula, uma vez que é modelo defendido pelo Banco Mundial como instrumento de enfrentamento à pobreza frente a incipiente realização do neoliberalismo no país.

Especificamente com a entrada do governo de Luís Inácio Lula da Silva, tem-se com essa tendência neodesenvolvimentista, o impulso incessante de que o “capital necessita, cada vez mais, de respostas que não só garantam a normalidade das taxas de lucro, mas também amenizem a condição de derrotados e estabeleçam um consenso mínimo em torno das transformações ocorridas” (MARANHÃO, 2012, p. 85).

Como nódulo central a essa necessidade ressalta-se o papel do Banco Mundial como um dos mecanismos que em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituem os organismos internacionais ou multilaterais que protagonizam o processo de financeirização mundial.

Acrescenta Mota (2012) que, do ponto de vista do capital, os organismos multilaterais têm como objetivo alcançar acordos globais, viabilizando o consenso entre ações e equilíbrio entre os interesses particulares de cada nação. A união dessas instituições estabelece regras com a ideia de impedir conflitos e não deixa que nenhuma nação sobreponha a outra. No entanto, do ponto de vista real, são mecanismos que atuam através de acordos com as nações

centrais, impondo regras e conflitos convenientes ao desenvolvimento e manutenção dos grandes centros capitalistas financeiros.

Segundo o Banco Mundial: “Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos pobres, via um “contrato social” com os beneficiários – por exemplo, manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde. Para os extremamente pobres, esse dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto os condicionamentos promovem o investimento de longo prazo no capital humano”.

Foi através dessa estratégia que nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) surge à controvérsia: deixar de lado a necessidade histórica dos trabalhadores, para dar subsídio à hegemonia do capital, fazendo parte do ideal da classe dominante. Assim, o programa bolsa família (PBF), considerado pela OIT como um dos principais PTCR na América Latina, é considerado o "carro-chefe" da política social brasileira.

O presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, disse que “o Bolsa Família se tornou um modelo altamente elogiado de políticas sociais. Países, ao redor do mundo, estão aprendendo lições com a experiência brasileira e estão tentando reproduzir os mesmos resultados para suas populações”. O *Bolsa Família Project* do Banco Mundial foi inaugurado em junho de 2005.

O PBF teve sua criação situada na esfera da Estratégia Fome Zero<sup>120</sup>, fundido através de um processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda, envolvendo o Programa Bolsa-Escola (Ministério da Educação), instituído pela Lei n. 10.219, de 11 de abril de 2001; Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado pela Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003; Programa Nacional de Renda Mínima – Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), instituído pela Medida Provisória n. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001; Auxílio Gás (Ministério de Minas e Energia), instituído pelo Decreto n. 4.102, de 24 de janeiro de 2002; e o Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001, que deu origem ao PBF. Baseia-se num tripé: transferência de renda; condicionalidades que reforçam o acesso aos direitos sociais básicos na área da educação, saúde e assistência social; ações e programas complementares. É um programa descentralizado e compartilhado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

E em 2011, a presidente Dilma Rousseff integrou o PBF à estratégia Fome Zero – para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas vulneráveis à fome, mediante a promoção da segurança alimentar – constitutiva do Plano Brasil Sem Miséria, implantado pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. O intuito dessa nova

---

<sup>120</sup> O número de pobres no Brasil e o projeto Fome Zero utilizam como critério e metodologia a linha de pobreza e os parâmetros expressos pelo Banco Mundial.

integração era o de superar a situação de extrema pobreza no país, por meio de ação integrada, tanto do ponto de vista intersetorial, quanto do ponto de vista federativo.

Ainda sobre a configuração desses programas compensatórios é possível denotar, em suas características a focalização e a seletividade, possuindo um público alvo. Esses programas têm distintos enfoques para segmentos variados da população: crianças, adolescentes, jovens, mulheres, trabalhadores desempregados e idosos em condição de vulnerabilidade social, preferencialmente famílias com crianças em idade escolar. Outro fator, são as condicionalidades dos PTCR, referentes às áreas da saúde, assistência social e educação. Sendo preciso que os beneficiários cumpram com essas condicionalidades para permanecer no programa.

Dessa forma, os programas de transferência de renda por meio de um residual repasse de valor monetário constituem modalidades de intervenção que visam a promoção da acumulação de capital humano entre crianças e os jovens, consistindo um conjunto paliativo no mascaramento da pobreza em contrapartida impulsionando o consumo para a circulação do capital.

Esses dilemas que constituem o PBF têm como solo genético a base de financiamento dos programas sociais, como já aludido, os organismos multilaterais. Aponta Coggiola (2013) que o governo Lula assinou em junho de 2005 um “convênio de apoio analítico e de orientação técnica” com o Banco Mundial, que forneceu 572 milhões de dólares para sua implantação, para estabelecer “mecanismos de controle mais eficientes”.

Dentro da lógica de financeirização os PTCR operaram como o “canto da sereia” para aumentar a transferência de valor, que continua sendo o excedente acumulado e apropriado pelo centro, seja sob forma potencializada de transferência mediante a dívida externa onde os organismos internacionais impulsionam de forma obrigatória uma política monetária voltada aos objetivos de liberalização e desregulamentação financeira conforme seus credores ou por meio das transnacionais que permanecem aliadas na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto encontra-se o modo nodal de ascensão desses instrumentos focalizados, isto é, as distintas estratégias que a economia dependente brasileira diante de uma relação historicamente e dialeticamente estabelecida com o capital mundial, precisa desenvolver medidas para corresponder ao processo de financeirização que caracteriza a natureza do capital contemporâneo. A gênese e crescente financiamento do PTCR emanam da conjuntura de desmonte na seguridade social<sup>121</sup> com o objetivo de acumulação do capital, através da privatização.

Em pouco tempo a sua consolidação, mais especificamente a partir dos anos 1990, com a entrada da ofensiva neoliberal no cenário brasileiro, no governo de

---

<sup>121</sup> Seguridade Social foi orquestrada durante o enfraquecimento da ditadura militar e ascendência dos movimentos sociais, que reivindicavam o atendimento das suas necessidades na esfera do direito, assim, a seguridade social se institucionalizou no Brasil, através da Constituição Federal de 1988, se guiava em um espaço próprio e integrado para a Política de Previdência, Saúde e Assistência Social.

Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>122</sup> a Seguridade Social teve a separação no custo entre previdência social, assistência social e saúde, não se teve uma eficiência do orçamento para cada uma desta política, gerando assim uma fragmentação.

A financeirização neoliberal que atinge o Brasil demanda corte dos gastos sociais, em que os recursos para o financiamento das políticas que compõem a seguridade social passam a ter uma finalidade desviada, com uma disputa nos recursos e no orçamento social, do qual o orçamento passa a ser visto como uma arena de disputa entre os interesses em torno do sistema político. Os orçamentos que deveria ser para as políticas sociais, passam a serem para a dívida pública. O fundo público é estruturado internamente pelo Orçamento Geral da União (OGU), que prediz a destinação dos recursos públicos, sendo este dividido entre o financiamento de políticas sociais e políticas fiscais, para que beneficiem as agências multilaterais, e traga a aplicação da Desvinculação da Receita da União (DRU).

O grande problema da institucionalização da seguridade social foi que o Estado não disponibilizou o arsenal financeiro suficiente para investimentos na esfera social, ou melhor, para implementar na prática a abrangência dessas políticas sociais. O Estado brasileiro como em todo o continente, deveria colocar à disposição o fundo público, mas não o fez porque este é redirecionado para a dívida pública. Em decorrência de problemas fiscais que acometem a

---

<sup>122</sup> Vale salientar, que há um processo de continuidade do neoliberalismo com os novos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e posteriormente com o de Dilma Rousseff, que será abordado no próximo item.

estrutura brasileira, os recursos são canalizados para as dívidas externa e interna, estrangulando a capacidade de financiamento das ramificações estatais, a exemplo, das políticas públicas.

O fundo público encontra-se vinculado à seguridade social, na forma do financiamento e orçamento. Esses fundos de participação e dos recursos do fundo público para a implementação de serviços e programas, são fragmentados e diminuídos. Uma análise recaí para uma redistribuição de renda, na direção de um orçamento fiscal, de sistema tributário, que só existe por conta da classe trabalhadora. Segundo Salvador (2010) o sistema financeiro do Estado brasileiro passa a ter um tributário do qual é composto por tributos indiretos, significando que os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos em relação à sua renda que os mais ricos. Destarte, este sistema é mantido principalmente pelos impostos da classe trabalhadora, ocorrendo uma redistribuição de renda.

Apresentam-se nesse cenário as políticas macroeconômicas para manter o capitalismo, com o objetivo de atingir o crescimento econômico, com uma reprodução do capital e da força de trabalho. Dessa forma, os trabalhadores passam a ficarem à margem das políticas sociais. Associando o fundo público às políticas sociais no Brasil, verifica-se que este não reduz a desigualdade social, traz consigo uma lógica própria desse modelo neoliberal, com um financiamento regressivo. As políticas sociais têm um direcionamento restritivo, no qual é direcionado a um público específico, trazendo direitos que não se efetiva como universal, e uma

distribuição desigual dos recursos no âmbito da seguridade social.

O que ocorre na verdade é uma alocação do fundo público para as políticas sociais de forma fragmentada, focalizada e seletiva para remediar a perda dos direitos que foram inscritos na Seguridade Social, mas nunca concretizado – consubstanciando um abismo entre o legal e o real. Observa-se que em 2008, o PBF demandou R\$ 11,1 bilhões do orçamento público, ou 0,4% do PIB (o pagamento dos juros da dívida pública equivaleu a 3,8% do PIB, quase dez vezes mais).

Desse modo, o Estado brasileiro tem como incumbência a transferência de capitais e do pagamento de dívidas astronômicas mediante juros crescentes, nesse sentido o fundo público deve fomentar a liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho, realizando-se na conjuntura hodierna por meio dos PTCR. O Banco Mundial, em seu relatório de 2006<sup>123</sup>, afirmou que “o desempenho econômico da América Latina nas últimas décadas tem sido decepcionante, e a região ficou para trás em relação às economias asiáticas dinâmicas”, elencando como principais fatores “a própria pobreza” que estaria “dificultando o crescimento da região e, a menos que os entraves que afetam os pobres sejam solucionados, será difícil alcançar um forte crescimento”.

A partir dessa interpretação obliterada, o Banco Mundial (2006) recomenda como solução e redução da

---

<sup>123</sup> BANCO Mundial. Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso. Relatório Anual, 2006. Disponível: <http://www.bancomundial.org.br>

pobreza para que favoreça o crescimento do continente, “que os países tornem-se, inicialmente, mais equitativos os seus programas de gastos públicos, dirigindo-os às pessoas que realmente precisam deles, em vez de gastar os recursos subsidiando programas para os mais abastados, como no consumo de energia, aposentadorias, pensões e universidades públicas”, melhorando a eficácia de suas políticas públicas.

O resultado desta visão distorcida do Banco Mundial, do qual não se pode desconectar sua função por excelência enquanto mecanismo do capitalismo financeiro juntamente ao Estado neoliberal, é disseminar a implementação de programas sociais como estratégia de superar a pobreza extrema que é crescente e, na sua visão imediatista, é responsável por impedir que o continente avance em seu desenvolvimento, ou seja, a esfera pública torna-se agentes comprometidos diretamente com critérios privados de lucratividade e eficiência econômica, desresponsabilizando o Estado e culpalizando os indivíduos.

Elementos que permitem afirmar que a tendência neodesenvolvimentista que orientou a sistematização dos PTCR não passa de uma distinta reconfiguração da esfera estatal para atuar e inibir a iminência da desigualdade social dos trabalhadores brasileiros frente o processo de financeirização, em que os organismos multilaterais, os bancos atuaram a frente a partir do financiamento advindo no final das contas do próprio trabalhador.

As políticas direcionadas a reprodução do trabalhador emergem no Brasil na contradição e limitação da ofensiva neoliberal, que sem nenhum pudor tratou de operar

ataques ao financiamento público como mais um campo de valorização do capitalismo central. Desse modo, as políticas públicas surgiram e se desfizeram no esforço focalizador dos PTCR para que o Estado convertesse a esfera pública como campo de investimento privado para a valorização e pagamento das dívidas externa e interna.

Coggiola (2009, p. 12) anota que no Brasil

[...] aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevadíssimo: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para o Estado e para a realização de investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais.

Ainda que os PTCR tenham atribuído mérito aos governos que dele fazem uso em detrimento de pesquisas que elencam uma redução nos índices de pobreza extrema, a exemplo, a coletânea organizada por Emir Sader caracterizando os governos de Lula e Dilma como dez anos de gestão pós-neoliberal, na verdade a entrada desses PTCR como arma ideológica dos organismos multilaterais passaram a silenciar os trabalhadores frente o acirramento das precarizações.

O desafio na contemporaneidade se encontra em reconhecer as artimanhas desses programas focalizados, sabendo que os mesmos têm práticas clientelistas,

acarretando a utilização desses PTCR para uma manipulação política conforme o processo de financeirização que sustenta o financiamento de precários mecanismos de proteção social na reprodução social, metamorfoseando o fundo público em lucro, juros ou renda e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. O fundo público atuando intrinsecamente na reprodução do capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

COGGIOLA, Osvaldo. *Fome, Capitalismo e Programas Sociais Compensatórios*. 2010. Disponível em: <<http://d.yimg.com/kq/groups/1163516/1890314512/name/OC+PBF.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Programas Sociais Compensatórios: a experiência brasileira. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 23, n. 1, Janeiro/Junho 2013, p. 69-114.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/131015\\_bolsa\\_familia\\_cap11.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf)> Acesso em: 14 de jan. 2014.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Desenvolvimento Social como Liberdade de Mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Análise Comparativa de Programas de Proteção Social 1995 a 2003*. abr. 2004. Disponível em: [≤http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/analise\\_compativa.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/analise_compativa.pdf) ≥. Acesso em: 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Brasília: Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. Disponível em: [≤http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/agosto/Fome,P20Zero,P20Vol1.pdf.pagespeed.ce.qqzWYtqMJC.pdf](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/agosto/Fome,P20Zero,P20Vol1.pdf.pagespeed.ce.qqzWYtqMJC.pdf) ≥. Acesso em: 12 abr. 2015.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 135-144.

MOTA. AMARAL; PERUZZO. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. (Org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.